

(RE)HABITAT

A reintegração da habitação na cidade consolidada

Berlim (1957, 1987) Porto (1956, 1974)

orientador: Prof. Doutor Nuno Grande



AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta Dissertação, queria deixar expresso o meu reconhecimento a todos aqueles que contribuíram de forma decisiva para a sua concretização:

Ao professor e orientador Nuno Grande pelo entusiasmo, disponibilidade, apoio, bem como pelos conhecimentos transmitidos e capacidade de estímulo ao longo do desenvolvimento de todo o trabalho.

No âmbito da pesquisa efectuada, a Fernanda Alcântara e Pedro Baía por todo o incentivo e documentação disponibilizada.

A José António Bandeirinha, aos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, pelo tempo cedido.

Aos meus amigos e ao meu namorado, que me acompanharam nesta fase decisiva. E por último, mas não menos importante, dirijo um agradecimento especial aos meus pais por serem um modelo de coragem, e pelo apoio incondicional, a quem dedico este trabalho.

ÍNDICE

Resumo /Abstract

Introdução	9
1. (Re)Habitar além da cidade consolidada	
1.1 Contextualização: Uma alternativa à cidade industrial	15
1.2 A Interbau de Hansaviertel (1957)	
1.2.1 As Experiências Centro-Europeias no período entre guerras	23
1.2.2 O bairro experimental Weissenhofsiedlung	31
1.2.3 Os Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna (1928)	33
1.2.4 Os regimes totalitários e a Arquitectura do Regime	35
1.2.5 O urbanismo do pós-guerra e a Interbau	37
1.2.6 A Interbau de Hansaviertel e os ideais urbanísticos dos anos 50: a Berlim do pós-guerra	39
1.2.6.1 A origem de Hansaviertel	41
1.2.6.2 O concurso, o plano vencedor e as suas alterações	44
1.3 Plano de Melhoramentos do PORTO (1956-1966)	
1.3.1 O Moderno em Portugal VS a arquitectura do regime: a luta pela modernidade	65
1.3.2 Da evolução da cidade do Porto, ao Plano de Melhoramentos (1956-66): do centro à periferia	71
1.3.3 O processo de industrialização e os seus desenvolvimentos na cidade do Porto	72
1.3.4 As políticas de habitação segundo uma nova geração modernista no II pós- guerra	81
1.3.5 Os anos 50: a terciarização do centro e a periferia em nome do progresso	83
1.3.6 Um plano Director para a cidade do Porto	86
1.3.7 O Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (1956-66, 1ª fase)	89

2. (Re)Habitar na cidade consolidada

2.1 Contextualização: “Entre a crise e a crítica da cidade funcionalista”: da reconstrução à crítica **109**

2.2. O confronto com a cidade: as Operações S.A.A.L/Norte, PORTO (1974-1976)

2.2.1 “A Terceira Época da Modernidade Portuguesa” e a retoma do realismo **126**

2.2.2 A acção do SAAL no contexto histórico e político da cidade- a experiência SAAL/Norte **134**

2.3 Internationale Bauausstellung: a IBA de BERLIM dos anos 80

2.3.1 Berlim: “the world’s largest tenement city” **161**

2.3.2 A Internationale Bauausstellung 1984-1987 **166**

3. Conclusão: comparação das experiências **187**

3.1 Considerações finais **190**

Referências

Listagem das imagens

Anexos

ABSTRACT

The present thesis consists in a comparative study over the mutation/transformation of the attitudes and thoughts about the city, featuring paradigms' evolution of throughout the twentieth century. It's a period marked by modernist and post modernist influences, which come to reflect in the practiced urban policies and in the understanding of dwelling in its relation with the city.

Therefore, and taking the cities of Porto and Berlin as example, several approaches are put in confrontation, characterizing intervention practices in a national and international context. By this mean, two paradigmatic cases are exposed which, despite having different contexts, share the same problem of the city, in response to a common origin: the crisis and dwelling emergency. Within this theme, the practical cases of the Interbau of Hansaviertel, BERLIM (1957) and Plano de Melhoramentos at PORTO (1956-1966) are approached, in contrast to the Operações S.A.A.L./Norte, PORTO (1974-1976) and the Internationale Bauausstellung (IBA) of BERLIM in the 80's, in a critical perspective to the model of modernist city as well as representing an attempt to overcome the simplistic of the Modern's Functionalism.

Thus, it is intended to encourage a reflection on the projectual method in the context of consolidated city considering the form of dwelling in the city, as an integral and generating part of it.

KEY-WORDS:

City-Housing | Porto-Berlin | Modernism-segregation | Post modernism-Inclusion

RESUMO

A presente dissertação constitui um estudo comparativo sobre a mutação/ transformação das posturas e correntes de pensamento sobre a cidade, caracterizando a evolução de paradigmas ao longo do século XX. Trata-se de um período marcado pelas influências modernistas e pós modernistas, que se vêem a refletir nas políticas urbanas praticadas e no entendimento da habitação na sua relação com a cidade.

Desta forma, e tomando como exemplo as cidades de Porto e Berlim, colocam-se em confronto diferentes abordagens, caracterizando as práticas de intervenção em contexto nacional e internacional. Assim, são expostos dois casos paradigmáticos que, apesar de contextos diferentes, partilham o mesmo problema de cidade como resposta a uma génese comum: a crise e a carência habitacional. Dentro desta temática são abordados os casos práticos da Interbau de Hansaviertel, BERLIM (1957), e do Plano de Melhoramentos do PORTO (1956-1966), em contraponto com as Operações S.A.A.L./Norte, PORTO (1974-1976) e da Internationale Bauausstellung (IBA) de BERLIM dos anos 80, numa perspectiva crítica ao modelo da cidade modernista para além de representarem uma tentativa de ultrapassar o simplismo do Funcionalismo Moderno.

Deste modo, pretende-se incentivar a reflexão sobre o método projectual, num contexto de cidade consolidada, considerando a habitação na forma urbana e reforçando o seu papel enquanto parte integrante e geradora da mesma.

PALAVRAS CHAVE:

Cidade-Habitação | Porto-Berlim | Modernismo-segregação | Pós modernismo- inclusão

INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte de uma vontade inicial em abordar um tema relacionado com um dos exercícios práticos de expressão básica em arquitetura: a habitação. Esta é aqui inserida no contexto de cidade consolidada, pela incidência de interesse na temática da reabilitação e pela necessidade em reconsiderar a cidade existente, o seu traçado urbano e a sua arquitetura, salientando-se, assim, o seu valor enquanto memória e identidade. Esta escolha é em parte complementada pela influência transmitida, ao longo do nosso percurso académico pela *Escola do Porto*. Álvaro Siza é uma referência a considerar pelo seu percurso e obras, acrescentando-se ao facto de que a sua actuação em intervenções urbanas em ambos os casos de estudos, Berlim e Porto, vem enfatizar o paralelismo entre as duas cidades - constituindo a *ponte* entre elas.

O principal objectivo desta dissertação passa por uma reflexão sobre o entendimento da habitação na cidade, constituindo uma oportunidade de confrontação de correntes de pensamento distinto, condensada numa amostra representativa de planos e obras. Deste modo, pretende-se abordar parte da crítica e da teoria da arquitetura moderna e pós moderna, através da análise da intervenção urbana em Berlim e no Porto, como exemplos de áreas de contributo para o conhecimento de alguns materiais e processos de composição urbana. Neste sentido, o debate de questões passa por clarificar o paralelismo existente entre os dois casos em estudo, não apenas ao nível do contexto em que se encontram, mas também da essência do seu problema como cidade, a partir das experiências realizadas nestas duas cidades.

A estrutura do trabalho apresenta-se sob uma lógica tripartida, composta por uma contextualização introdutória ao respectivo capítulo, seguida de uma análise do carácter tipo-morfológico e compositivo de exemplos práticos, em contexto internacional e nacional, colmatada por uma comparação das duas experiências.

O papel da habitação enquanto principal elemento compositivo de “fazer cidade”, vai-se alterando ao longo do século XX de acordo com as diferentes perspectivas ideológicas deste processo.

Como resposta às mudanças no campo da habitação consequentes do intenso êxodo rural, com início na Revolução Industrial, e mais tarde na recomposição demográfica gerada pelas duas Guerras Mundiais, dão-se profundas transformações nas lógicas de crescimento das cidades europeias, o que provocou uma ruptura dos seus limites ancestrais, dando um novo fôlego às visões higienistas herdadas do século XIX¹.

Neste contexto, a tendência de descentralização da população e da residência, induzida pela lógica de expansão e alteração do uso do solo, resultou na construção de extensas aglomerações periféricas. Com vista à desdensificação da cidade histórica e da sua complexidade funcional, estas vieram reforçar os modelos de segregação espacial e social adoptados pelo paradigma, entre outros, da “Cidade-jardim”². Com isto, “dá-se uma alteração da escala, superando a dimensão de vizinhança da cidade industrial

1 GRANDE, Nuno, O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa - Coimbra : Ed. Darq, 2002

2 Ibidem

européia do século XIX para se assumir como um fenómeno mundial, (...) tornando-se o alojamento um problema mundial/universal”³.

Assim, o primeiro capítulo compreenderá o período moderno e seus modelos antecedentes, tomando como exemplo a Internationale Bauausstellung (Exposição Internacional de Construção - IBA 1957), inaugurada em julho de 1957, na Berlim Ocidental, e o Plano de Melhoramentos do Porto (1955-65); ambos seguindo diretrizes do Movimento Moderno, sustentados no modelo da Carta de Atenas. No entanto, essa “fé mono-funcionalista”, aplicada à cidade consolidada, acabaria por falhar, “uma vez patente a consciência de que a crise da habitação, não se resolvia com postulados universais”⁴ como o refere José António Bandeirinha.

Estas propostas tentam dar resposta aos problemas referidos, pelo que o estudo no segundo capítulo das Operações SAAL/Norte (Porto), bem como, da IBA dos anos 80 (Berlim), revela-se essencial, numa perspectiva dessa crítica à cidade funcionalista. Por outro lado, com as transformações que advém com a crítica ao Movimento Moderno, a cidade consolidada terá oportunidade de demonstrar capacidade em empregar uma nova abordagem, contestando a ideia de “Estilo Internacional” e a terciarização da cidade, como antíteses das lógicas até então empregues.

Como refere Nuno Portas⁵, “(...) o entendimento da composição urbana, como uma atitude maior do que o arranjo físico das coisas no espaço, está vinculada às noções do contextualismo tipológico e morfológico que nasce na chamada segunda geração de projetos urbanos (como o IBA-Berlim, o SAAL- Porto), momento em que surge a chamada ‘escola tipológica’, que constituem uma nova abordagem da cidade existente, trazendo para debate, a importância das tramas urbanas e da memória coletiva como parâmetros de avaliação dos elementos importantes da história da constituição das cidades”.

A crítica que se faz em Itália à Cidade Funcionalista, a partir de Bruno Zevi, mas sobretudo de Aldo Rossi, com o livro “A Arquitectura da Cidade”, que influenciará Nuno Portas, e a geração de Álvaro Siza, e por consequência o Programa SAAL/Norte- terá ainda repercussões na “Reconstrução Crítica” que baseou a IBA de Berlim, (cujo processo começa nos anos 80). Implicitamente, sugere-se no SAAL a renovação de uma ordem espacial e social preexistente, remetendo-nos para um paralelismo com o programa da IBA berlinense, no que se refere à metodologia desenvolvida no projeto de Álvaro Siza.

Quanto às políticas de renovação urbana empregues na cidade de Berlim, estas constituíram uma das mais significativas no contexto Europeu devido ao seu carácter simbólico de recuperação. Uma vez que Berlim foi uma cidade destruída pelas guerras, separada pelo muro durante o período de 1961 a 1989, e que após essa divisão de quase meio século tornar-se-ia a capital da Alemanha reunificada. Assim, uma reflexão sobre a evolução do urbanismo em Berlim constitui uma possível referência sobre a cidade contemporânea ⁶.

3 BANDEIRINHA, José António, O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007. pag 24

4 Ibidem

5 PORTAS, Nuno, Os tempos das formas, Guimarães, DAAUM, 2012., Vol I a cidade feita e refeita, pag 32

6 BAÍA, Pedro (coord.), Berlim : reconstrução crítica, Circo de ideias, 2008

Por fim, o terceiro capítulo, constitui um ponto de situação de factos e acontecimentos, retomando o reflexo teórico do quadro da produção *pós funcionalista*, e os procedimentos metodológicos a ela inerentes, sob a perspectiva de reconsiderar a cidade consolidada e integrando a habitação como célula compositiva de “fazer cidade”. Neste capítulo, reflecte-se sobre as propostas de regeneração da cidade, passando pela recusa de conceitos como “periferização”, “gentrificação”, “museificação” actualmente aplicados à cidade consolidada.

Em suma, o trabalho desenvolvido no âmbito de uma pesquisa comparada entre realidades urbanas, pretende questionar os processos de fazer cidade tendo por base as experiências das cidades de Berlim e do Porto, as quais apresentam similitudes importantes num quadro analítico comparativo. Neste sentido pretende-se refletir sobre o panorama actual, cada vez mais longe da ideia do direito à forma da cidade, para retomar o debate lançado pelo pós-modernismo e introduzir reflexões inovadoras, no que respeita ao novo olhar sobre a participação dos utentes, ou dos moradores, no caso específico da habitação, na elaboração dos projectos, da integração na cidade.

Deste modo, é pretendido analisar as questões associadas às problemáticas de habitação e à crise social vivida na cidade e como se estruturaram as respostas, nomeadamente através dos programas habitacionais, no que foi denominado de “cultura urbana contemporânea”.

A pesquisa bibliográfica constituirá a principal fonte de informação para a realização deste trabalho, pela sua componente de carácter teórico, complementada por uma entrevista com José António Bandeirinha, autor do livro “O Processo SAAL e a Arquitectura do 25 de Abril”, e pela consulta de publicações periódicas da especialidade no que reporta ao intervalo temporal em estudo. No entanto, a sua componente prática, no que se refere à viagem a cidade de Berlim, esta “cidade palimpsesto”⁷, bem como a visita aos bairros e o contacto com os moradores, constituíram um meio privilegiado de reflexão.

7 Ibidem

1. (RE)HABITAR além da cidade consolidada



1.1 Contextualização: Uma alternativa à cidade industrial

“O problema habitacional é de todos os tempos e de todas as latitudes, mas agrava-se tragicamente nas principais cidades pela atração que exercem sobre a população rural e os habitantes dos pequenos centros, que acorrem a fixar-se nos maiores. Esse êxodo intensificou-se com a industrialização e constitui talvez o mais grave aspecto desse aliás imprescindível instrumento de progresso urbano”⁸.

Em finais do século XVIII, as principais cidades da Europa sofreram transformações ao nível político, social e económico, induzidas pela Revolução Industrial, que provocariam uma ruptura nas formas de ocupação do território; a primeira no processo de construção da cidade⁹. Essas transformações impõem-se, sobretudo, pela dimensão e rapidez que toma este processo. Embora se tratem de diferentes contextos, estas cidades debatiam-se com circunstâncias análogas: a intensa afluência às cidades a par da escassa oferta de alojamento relativamente à procura¹⁰.

Como refere Francisco Barata Fernandes em “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade”, a Revolução Industrial assinala uma mudança no que concerne ao planeamento da cidade, da habitação e dos equipamentos como instrumentos arquitectónicos com papel mais ativo neste processo¹¹. Desta forma, novas estratégias viriam “a alterar as geografias económicas globalizadoras e, simultaneamente, gerar novas zonas de exclusão social e económica”,¹² seguidas de incontáveis ações de ocupação espontânea, frequentemente devastadoras a nível de higienização e impacto na paisagem e morfologia urbana - no que toca à habitação operária. Esses fenómenos de aglomeração urbana e suburbana, que determinariam o aumento em extensão das áreas urbanas, e quase sempre referentes a ocupações massivas¹³, derivaram de uma política de liberalização na forma de fazer cidade. Sob uma lógica de especulação imobiliária burguesa, a única condicionante passa por cumprir o limite da rua e o seu alinhamento, chegando por vezes a ser estabelecida a altura máxima dos edifícios. Assim, a cidade industrial, liberal e burguesa, é planeada a partir das rentabilizações e de lucros imobiliários, que permitiriam a exploração e a expansão dos negócios, que por sua vez, viriam proporcionar a acumulação de capital (Capitalismo fundiário do século XIX)

8 Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966, pag. 5

9 FERNANDES, Mário Gonçalves *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, Faup Publicações, 2005.

10 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

11 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*, Porto, Faup Publicações, 1999.

12 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do univers: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, Ed. Darq, 2002, pag 13

13 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

pela então burguesia emergente. Esta “nova cidade” era marcada, então, pelo que José António Bandeirinha caracteriza de dicotómica versatilidade do quarteirão: composto por uma frente de rua representativa e burguesa, sendo que o interior seria preenchido por habitação operária, pobre, degradada e carente das mais elementares condições de habitabilidade¹⁴. A resolução destes problemas constituiu parte das principais preocupações do urbanismo europeu¹⁵.

Neste sentido, e ao longo do século XIX, podemos assistir à tentativa de integração da indústria na procura de um modelo de construção de cidade progressista. Segundo Kenneth Frampton, tirando partido do elogio da máquina, e inspirado pelo progresso industrial e tecnológico, esta apresentar-se-ia segundo dois pólos formais, “da fábrica ‘modelo’ e das cidades ferroviárias e fabris, às comunidades utópicas projetadas como protótipos de um futuro Estado esclarecido”¹⁶. Entre os diferentes contributos, encontram-se as propostas de pequenas unidades de assentamentos industriais de Charles Fourier (1772-1837), com o *Falanstério*, e de uma nova Comunidade, Harmony EUA de Robert Owen (1771-1858) (modelo de cidade comunitária de trabalho e residência operária). Consideradas por Pierre Lavedan por *utópicas* e por Françoise Choay como *pré-urbanismo*, estas tinham, essencialmente, por objectivo transformar a sociedade liberal e capitalista incentivando uma maior cooperação social¹⁷. Porém, prosseguem as soluções de habitação precária e sobre-ocupação de espaços residenciais, resultando no congestionamento dos centros e na extensão desordenada dos subúrbios¹⁸.

A consciencialização da gravidade das condições da habitação operária, fruto das epidemias decorrentes da precariedade desses assentamentos e de uma elevadíssima taxa de mortalidade urbana, conduziu à promoção de acções higienistas.¹⁹ Numa expectativa de melhorar as condições das classes trabalhadoras, e da mesma forma dar resposta ao aumento da produção industrial, estas acções implicariam a distribuição de infraestruturas que as viessem a suportar, nomeadamente no que se refere ao investimento na rede de transportes, construção de estradas e caminhos-de-ferro²⁰.

Como Nuno Grande menciona no livro *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*: “A partir de meados do século XIX, e em diversos contextos geográficos, planeadores, gestores e políticos pugnam pela necessidade de controlar o desenvolvimento desenfreado da cidade liberal na procura de um pacto entre público e privado. De alguma forma as diversas legislações e planos de expansão que se desenvolveram tímida ou afirmadamente nas grandes cidades europeias, acabaram por reforçar ou assimilar essa cultura urbanística de cariz científico (...)”²¹.

Apenas havia que ocultar os bairros dos operários. De facto, nos anos

14 Ibidem

15 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

16 Ibidem

17 FERNANDES, Mário Gonçalves, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, Faup Publicações, 2005.

18 BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*, Barcelona, GG, 2002

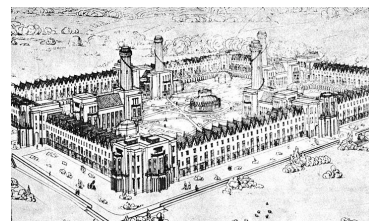
19 Ibidem

20 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*- Coimbra: Ed. Darq, 2002

21 Ibidem pag 107



1.FALANSTÉRIO
CHARLES FOURIER



2.NOVA COMUNIDADE|ROBERT
OWEN

posteriores à revolução de 1848, realizaram-se grandes intervenções urbanísticas nas cidades europeias de cariz higienista, das quais importa destacar as obras de saneamento em Londres (1848 a 1865), os *grands travaux* de Haussmann em Paris (1853-1869), a criação do *Ring* de Viena (a partir de 1857) e o *ensanche* de Barcelona (1859). Assim, um pouco por toda Europa as preocupações higienistas estiveram associadas com as concretizações do urbanismo europeu²².

No fim do século XIX, a cidade industrial viu o seu desenvolvimento atingir um estado de descontrolo generalizado, que provocou uma ruptura com os moldes da cidade tradicional, o que por sua vez resultou numa mudança na lógica produtiva, posto que era necessário concentrar a mão-de-obra num espaço limitado. Assim, é através da necessidade de restabelecer o equilíbrio perdido da urbanização e da industrialização que se verifica o processo de formação da cidade moderna. Por forma a gerir e/ou conter o seu desenvolvimento e a indefinição dos perímetros urbanos, é de ressaltar a importância dos desenvolvidos, ainda no século XIX, que representaram a primeira grande ruptura na morfologia tradicional²³. A acção de planeamento e crescimento da cidade torna-se directamente dependente do investimento imobiliário e da extensão das infraestruturas, marcando a passagem de um sistema semiótico (ícones) para um sistema sintáctico (centros, redes)²⁴. Esta forma de expansão, processos e modelos formais de crescimento, correspondem a um nível de poder público em consolidação: o poder local, contido sobretudo pela classe burguesa comercial e industrial. Neste contexto, o principal objectivo, passava por eliminar *ghettos* e outros *slums* centrais que dificultavam a expansão²⁵, onde o *ensanche* dito burgueses corresponderia, afinal, ao aparecimento da infra-estrutura urbana como promotor de ordem urbana já referida.²⁶

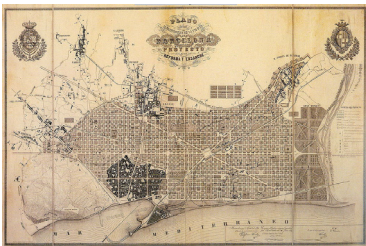
Neste sentido, ainda durante o século XIX, foram encetados esforços para melhorar as lacunas da cidade industrial com o objectivo de racionalizar a cidade e estabelecer um plano de acção para a futura urbanização da mesma. Estes planos teriam que ser pragmáticos, pois era necessário manter as condições estruturais da cidade tradicional mas introduzindo melhorias, como foi o caso de Haussmann (1853-1869) em Paris e de Cerdà em Barcelona (1859). De facto, é precisamente no trabalho de Cerdà que se encontra o melhor exemplo da procura desse equilíbrio. Com o seu Plano de Ensanche de Barcelona, o arquitecto fundamentou-se nos princípios tradicionais da cidade, nomeadamente o monocentrismo, a alta densidade, e a rua como unidade fulcral da construção. No entanto, introduziu também novos elementos, como os conceitos de uma cidade ordenada e unitária, prevendo já o papel que o sistema viário viria a assumir no funcionamento da cidade. Deste modo, é inegável o contributo de Cerdà para a história do desenvolvimento urbano, tendo conseguido com o seu trabalho fundir o paradigma das expansões burguesas com as futuras necessidades da



3.ESQUEMA PLANO
HAUSSMANN|PARIS



4.RING DE VIENA



5.PLANO BARCELONA|CERDÀ

22 FERNANDES, Mário Gonçalves, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal : Viana do Castelo, Póvoa de varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*- Porto : Faup Publicações, 2005

23 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade*, Porto : Faup Publicações, 1999.

24 CHOAY, Françoise, *The Modern City: Planning in the 19th Century*. New York: George Braziller, 1969

25 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas* ; pref. Manuel de Solà-Morales. - Guimarães : DAAUM, 2012- Vol.I a cidade feita e refeita

26 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*- Coimbra : Ed. Darq, 2002

cidade, com uma gestão municipal progressista²⁷.

As diversas legislações e planos de expansão que se desenvolveram nas grandes cidades europeias vieram reforçar essa *cultura urbanística* de cariz científico da proposta do Plano de Ensanche de Barcelona (1859) por Cerdà - considerado como paradigma formal das expansões burguesas da segunda metade do século XIX. Apesar de responder inovadoramente quanto a questões de circulação e transportes, de equipamentos públicos, de infra-estruturas gerais, de plurifuncionalidade, de opções tipológicas de edifícios de habitação, de controlo morfológico do espaço público e da própria forma da cidade, não abandona os princípios base da cidade tradicional - como o monocentrismo, e a densidade que lhe são característicos - considerando a rua como elemento privilegiado da composição.²⁸

Neste sentido, as consequências a curto-prazo da industrialização prepararam de certo modo as experiências futuras no âmbito da construção e que tivessem impacto no avanço da teoria e prática. Face às repercussões da revolução industrial na cidade tradicional e à perda dos valores da cidade tradicional em consequência do desenvolvimento desenfreado do processo de industrialização, são colocadas pelos primeiros teóricos, alternativas como núcleos habitacionais pequenos e dispersos retirando a contraposição entre a cidade e o campo e expressando assim a vontade de criar uma alternativa ao modelo de cidade desenvolvido até então²⁹. Assim, existiram algumas propostas, provenientes dos críticos extremos e visionários utópicos da cidade industrial, através de um novo tipo de crescimento com “novas cidades”, uma vez que as existentes se encontravam sobrelotadas³⁰. De facto, eram vários os exemplos dados por estes teóricos socialistas como foi o caso de Owen, Fourier e os seus discípulos americanos, que defendiam cidades de mil a dois mil habitantes, ou o conceito de cidades auto-suficientes com mais de 10 mil habitantes de teóricos anglo-saxónicos como Buckingham e Richardson, ou ainda as cidades-modelo conceptualizadas por teóricos de vanguarda, nomeadamente a *Garden City* de Ebenezer Howard e a *Cité Industrielle* de Tony Garnier, que projectavam 35000 a 50000 habitantes. Para além disso, pode referir-se também a Broadacre City de F. L. Wright, assim como o esquema Radburm de Stern e Wright e a extensão de Amesterdao Sul de Petrus Berlage³¹. O modelo de Cerdá não tendo sido abandonado pelos teóricos, serviu como base para as propostas enunciadas³².

Com estes planos foi possível verificar que existiam diferentes graus de afastamento das estruturas existentes, com a introdução de novos elementos, que viriam a influenciar as ideologias do século XX, como as circunvalações, cinturões verdes, parques urbanos, e criação de dois espaços diferentes um de “unidades de vizinhança” e outro de “áreas industriais”. Neste aspecto, torna-se relevante referir o urbanista espanhol Soria y Mata com o seu modelo de “cidade linear”, que tinha por objectivo suavizar a queda de população nos gran-

27 BENÉVOLO, Leonardo, Carlo Melograni, Tommaso Giura Longo, *Projectar a cidade moderna*, Lisboa, Presença, 1987.

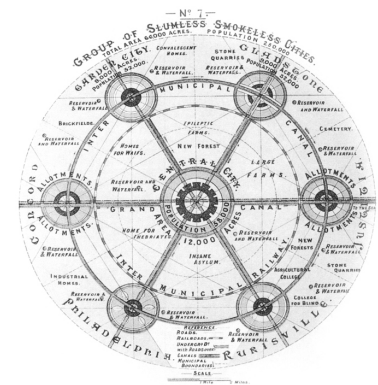
28 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade - 2ª ed.* - Porto : Faup Publicações, 1999

29 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

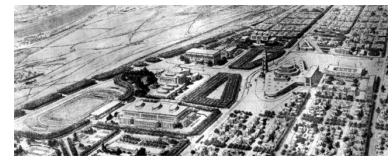
30 HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-Morrow*, London, Faber and Faber, 1970

31 BENÉVOLO, Leonardo, Carlo Melograni, Tommaso Giura Longo, *Projectar a cidade moderna*, Lisboa, Presença, 1987.

32 PORTAS, Nuno, *Conceitos de desenvolvimento urbano*, *Jornal de Arquitectos*, nº 218-219 (Antologia 1981 - 2004), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Janeiro/Junho 2005.



6. CONCEITO CIDADE - JARDIM
EBENEZER HOWARD



7. CITÉ INDUSTRIELLE | TONY
GARNIER



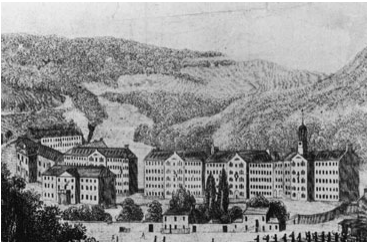
8. BROADACRE CITY | F.L. WRIGHT



9. PLANO AMESTERDÃO
P. BERLAGE

des centros urbanos, assim como incluir as estruturas viárias necessárias para um crescimento contínuo da cidade. De facto, Soria y Mata referia que a velha cidade hierárquica estava a desaparecer devido às necessidades impostas pelos transportes e pela sua expansão. Para além disso, uma variação deste modelo foi desenvolvido por planeadores soviéticos durante 1920, uma vez que a cidade era perspectivada como um instrumento igualitário evitando assim a imagem centrada da cidade do poder³³.

Uma outra forma de lidar com a sobrepopulação das cidades verificou-se através de modelos de descentralização. Por exemplo, no modelo policêntrico de Howard, com a “Cidade Jardim”³⁴, era proposta a criação de cidades-satélites que rodeassem os centros tradicionais e que seriam caracterizadas pela relação harmoniosa entre unidades habitacionais unifamiliares e espaços verdes³⁵. O seu pensamento foi assim resultado de uma tradição utópica de comunidades alternativas, como tinha sido referido por Robert Owen no início do século XX (New Lanark de 1815). As influências de Howard prendiam-se com a ascendência moral de crítica social, provenientes de William Morris e John Ruskin, que por sua vez tinham sido influenciados pelos socialistas utópicos Owen, Fourier e Godin³⁶.



10. NEW LANARK | R. OWEN

Neste sentido, a visão utópica de cidade de Howard foi uma tentativa de resposta às problemáticas associadas à insalubridade, pobreza e poluição, resolvidas através de novas cidades em estreita relação com o campo. Efectivamente, a conceptualização deste autor prendia-se com uma forte ligação entre a cidade e campo, mais especificamente com as vantagens de ambos. Por outro lado, a indústria seria deslocada para o campo como forma de desenvolvimento económico e paralelamente a produção agrícola disporia dos mercados na cidade para escoamento de produtos. Mais tarde, os pressupostos da Cidade-Jardim foram tomados e transformados por Tony Garnier, com a sua proposta *Cité Industrielle* (1901-1917). A Cidade-Jardim foi, assim, reformulada e reconceptualizada para uma cidade industrial³⁷.

A *Cité Industrielle* viria a ser um projecto focado na crença de que as cidades do futuro teriam que assentar na indústria, segundo uma ordem urbana com zonamento, premissas essas que viriam a ficar explícitas nos princípios da Carta de Atenas dos CIAM de 1933³⁸.

33 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

34 “Após a primeira guerra mundial, o movimento de Cidades-Jardins gradualmente se tornou um movimento de planeamento de novas cidades para a reconstrução na Inglaterra. Entretanto, a política habitacional aprovada era de cunho imediatista e visava a construção de um maior número de casas, sem qualquer visão abrangente. Somente após a segunda guerra aprova-se um programa com grandes similaridades ao planeamento de Howard, o “New Towns Act” de 1946” in ANDRADE, Liza Maria Souza de, *O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*, Arqtextos, São Paulo, ano 04, n. 042.02, Vitruvius, nov. 2003 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.042/637> consultado em dez 2013

35 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, Ed. Darq, 2002.

36 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

37 ANDRADE, Liza Maria Souza de, *O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*, Arqtextos, São Paulo, ano 04, n. 042.02, Vitruvius, nov. 2003 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.042/637> consultado em dez 2013

38 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo,

Foram várias as críticas à cidade industrial. Por exemplo, Marx e Engels defendiam que a origem dos problemas da cidade se encontravam na hierarquia social, consequência do capitalismo, o que levava a diversas disfuncionalidades de ordem social. Estes autores denunciavam as condições precárias em que se encontrava a classe trabalhadora e afirmavam que deveria haver uma revolução para que houvesse uma nova conjectura política e arquitectónica. Com o início do século XX, teóricos socialistas, nomeadamente Henri Saint-Simon e Charles Fourier reforçavam que deveriam existir novas estruturas sociais alternativas que fossem estabelecidas através de novas formas de governação e cooperação³⁹. Assim, considerando estes postulados, e além dos problemas das condições de habitação, no âmbito da revolução arquitectónica também constava uma vertente social significativa⁴⁰. Os modelos teóricos são influenciados pelos desenvolvimentos ocorridos na Rússia, mais especificamente da revolução de 1917, tendo contribuído para uma transformação expressiva a nível ideológico. Deste modo, assistia-se na Europa ao crescimento das ideologias comunistas, e o socialismo utópico trazia assim novas formas de organização social e urbana alternativas. Se por um lado a revolução industrial trouxe problemas consideráveis à cidade, também a proveu de ferramentas técnicas que posteriormente viriam a ser utilizadas para os resolver⁴¹.

Deste modo, as concepções em torno da *Garden City*, assim como as ideias e as formas abstractas da nova arquitectura aliaram-se a um imaginário convincente como forma de comprovação dos modelos socialistas. As aspirações teóricas do *avant-garde* e as condições sociais dessa altura encontravam-se num mesmo nível, sendo que ambas ambicionavam a emancipação da classe operária, melhoria de condições de vida e harmonização da mecanização e da natureza⁴².

O contexto específico desenvolvido no século XIX teve como consequência a criação das condições necessárias para a progressão de uma arquitectura e desenvolvimento urbanístico moderno⁴³. Por sua vez, o carácter eclético focado na história dos estilos arquitectónicos, que caracterizou o fim do século XIX, foi substituído pelo foco na máquina. De facto, os arquitectos modernos postulavam a importância da máquina, dos motores e dos transportes, que adquiriram estatuto de objectos ou até mesmo de obras de arte⁴⁴. Desta forma, a arquitectura moderna é resultado das transformações económicas, sociais e culturais provenientes da Revolução Industrial tendo-se transformado num movimento com planos de acção e pensamento e com carácter de investigação científica, produzindo modelos derivados dessas mesmas experiências, a partir do primeiro pós-guerra,⁴⁵.

Neste sentido, a transformação de modelos do final do século XIX, tan-

Martins Fontes, 2008

39 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

40 BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*; Barcelona, GG, 2002

41 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

42 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

43 BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*; Barcelona, GG, 2002

44 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno : arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

45 BENÉVOLO, Leonardo, Carlo Melograni, Tommaso Giura Longo, *Projectar a cidade moderna*, , Lisboa, Presença, 1987.

to em termos de arquitectura como de urbanismo, conseguiram alcançar consistência durante a década de vinte do século XX, através da concretização das propostas dos arquitectos modernos que tinham por objectivo a redefinição dos tipos⁴⁶.

“Em conclusão digamos que, no urbanismo europeu, a segunda metade de Oitocentos deve ser encarada como uma época de transição, que tanto albergou o aperfeiçoamento da cidade burguesa através do prolongamento e da simplificação do urbanismo barroco, como a abordagem higienista e funcional da organização da cidade e ainda os contributos para gerir e/ou conter o seu alastramento e a indefinição dos perímetros urbanos que representavam a primeira grande ruptura na morfologia tradicional⁴⁷, e que vieram a influenciar os principais modelos modernistas no início do século XX, com as propostas da “cidade industrial” de Eugène Hénard ou de Tony Garnier, determinantes influências no advento da urbanística do Movimento Moderno, aos modelos teóricos de Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (1902), que por sua vez, complementava as tentativas de melhorar, mediante a reforma social, as condições de vida e trabalho do proletariado industrial.

Ao contrário da sociedade pré-industrial, no mundo capitalista os grupos sociais não (co-)habitam nos mesmos locais, mas em áreas segregadas. A evolução dos meios de transporte, a par da deslocalização de habitantes da cidade, veio progressivamente libertar a indústria, e consequentemente, conduzir, a uma progressiva especialização em atividades terciárias que expulsariam as populações das áreas mais centrais.⁴⁸ Desta forma “o problema da habitação”, no final do século XIX, é concomitante dos primeiros indícios de segregação espacial, que consistiriam numa abordagem higienista e funcional da organização da cidade traduzida na expulsão paulatina da população mais humilde que por norma se concentrava enraizada na cidade.

Assim, em alternativa à cidade existente, dá-se a modernização e higienização da cidade em crescente, numa visão voluntarista, progressista da Carta de Atenas. O Movimento Moderno surge como resposta às circunstâncias decorrentes da revolução industrial, e da pressão exercida sobre a antiga unidade urbana, característica da cidade tradicional, desintegrada pelo desenvolvimento industrial.

Concluindo, pretendeu-se ao longo deste ponto caracterizar os elementos arquitectónicos e urbanos de continuidade ou de ruptura que se refletem nas transformações culturais, territoriais e técnicas das quais emergiu a cidade e a arquitetura moderna, as quais contribuíram para a formulação das propostas como: a Interbau de 1957 em Berlim e o Plano de Melhoramentos 1955/56 no Porto, abordados no presente capítulo.

46 Ibidem

47 FERNANDES, Mário Gonçalves, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*- Porto : Faup Publicações, 2005, pag.76

48 SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal : uma geografia urbana* - Porto : Edições Afrontamento, 1984



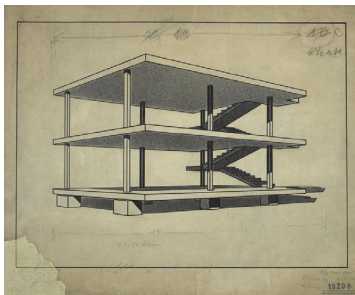
1.2. A Interbau de Hansaviertel (1957)

1.2.1 As experiências Centro-europeias no período entre guerras

A consolidação do Movimento Moderno ocorreu no período entre as duas grandes guerras, sobretudo na Holanda, Alemanha, França, EUA e União Soviética. Posteriormente denominado por “período heróico” da arquitectura moderna, nele destacaram-se arquitectos como Le Corbusier, Mies van der Rohe, Walter Gropius, Frank Lloyd Wright, Erich Mendelsohn, Gerrit Rietveld, Konstantin Melnikov, Rudolph Schindler e Richard Neutra, que definiram novas formas para a arquitectura futura. A riqueza deste período é ainda expressa pelas diversas ideologias e conceitos de “moderno”, de carácter sobreposto ou até mesmo conflituoso, como por exemplo o funcionalismo e a “nova objectividade” de Hannes Meyer, o idealismo de Le Corbusier, o expressionismo controlado de Erich Mendelsohn, o primitivismo e o culto à natureza de Wright⁴⁹. Na sua vertente mais radical, os arquitectos modernos focavam-se na arquitectura como trabalho científico com tendência para uma radical industrialização, como era o caso de Walter Gropius, Ludwig Hilberseimer, Ernst May, Mart Stam, Alexander Klein ou Hannes Meyer, próximos aos princípios da “nova objectividade” alemã⁵⁰.

Neste sentido, atribui-se particular destaque ao contributo de Le Corbusier, no estabelecimento e desenvolvimento da arquitectura moderna no século XX⁵¹. Em 1914 apresenta um sistema inovador, o Dom-inó, que consistia numa forma eficaz e rápida de construir recorrendo a um novo material, o betão, libertando assim o interior da planta. Este sistema acabaria por resultar na criação, que Le Corbusier considerava, dos cinco pontos da arquitectura moderna: construção sobre *pilotis* (erguer o edifício do chão); planta livre (uma estrutura exterior regular); fachada livre e *fenêtre longuer*, e por fim terraço jardim. A tradução total destes princípios encontram-se na sua obra mais conhecida, a *Ville Savoye* de 1929⁵².

Por outro lado, o aparecimento do modernismo na arquitectura enquadra-se com a pressão e a consciencialização dos problemas urbanísticos⁵³. Segundo Charles Jencks, numa breve definição, a arquitectura do modernismo caracterizava-se por um estilo internacional “universal”, resultante da existência de novos meios de construção, acomodação a uma nova sociedade industrial, cujo objectivo era o de transformar a sociedade quer no que se refere a gosto e percepção, quer de configuração social. Neste sentido, atribui-se particular destaque às investigações urbanísticas e arquitectónicas profundas que contribuíram para uma nova forma de perspectivar a cidade, como foi o caso da habitação social nas democracias do centro da Europa após a primeira guerra mundial⁵⁴.



11. VILLE SAVOYE 1929|DOM-INÓ

49 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

50 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

51 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

52 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

53 BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*; Barcelona, GG, 2002

54 JENCKS, Charles, *Le language de l'architecture post-modern*, 4eme ed., Paris, De-noel, 1985

Assim, os bairros de habitação social constituíram-se como áreas de experimentação em muitas cidades europeias, contribuindo assim para o estabelecimento de teoria e prática moderna no que se refere aos conceitos de Cidade, Habitação e métodos industriais, afastando-se da crise que a arquitectura sofreu ao longo do século XIX⁵⁵.

De facto, Carlos Martí, no seu livro “As formas da residência na Cidade Moderna”, reforça a importância do desenvolvimento da investigação sobre a cidade na arquitectura, afirmando “(...) de certo modo, é lícita a identificação entre cidade moderna e as propostas residenciais da arquitectura moderna, já que estas constituem a trama sobre a qual assenta a ideia de cidade elaborada pela cultura arquitectónica da primeira metade do século XX.”⁵⁶ Foi então incluída a temática da habitação no campo de estudo da arquitectura, inserindo-a nas propostas da cidade contemporânea. Assim, era considerado acima de tudo a forma da habitação, agora abrangida pela história da arquitectura. Efectivamente, focava-se no modelo da cidade, e não apenas em um dos seus elementos compositivos, uma vez que é praticamente impossível separar estas duas questões, habitação e cidade⁵⁷.

As diversas plantas elaboradas durante os anos 20 revelam a aspiração de construção de um novo mundo em detrimentos de “formas mortas”⁵⁸. Ludwig Hilberseimer, em “Arquitectura da Grande Cidade” (1927), analisou as propostas apresentadas durante os séculos XIX e XX, independentemente de terem sido construídos ou não, e concluiu que existia a necessidade de se criar uma organização sistemática mais racional que incluísse trabalho e habitação em densidades elevadas, por forma a eliminar os movimentos pendulares e evitar assim a desorganização metropolitana⁵⁹. Neste sentido, *les villes* ideais de Le Corbusier anteciparam esse formalismo, no sentido em que este pretendia desenvolver conotações urbanas nos seus projectos, ao contrário de outros arquitectos da mesma geração, como por exemplo Gropius e Mies van der Rohe. O exemplo máximo destes pressupostos de Le Corbusier foi a sua *Ville Contemporaine para 3 milhões de habitantes*, que foi planeada como sendo uma cidade capitalista elitista, que se constituiria como um centro de administração e controlo e que incluía cidades-jardim para os trabalhadores, separada do centro por um cinturão verde. A *Ville Contemporaine* apresentava blocos residenciais com cerca de 10-12 andares, assim como 24 escritórios centrais com 70 andares, mantendo ainda uma separação entre a elite urbana e a classe trabalhadora. Este projecto viu o seu maior contributo na unidade *immeuble-villa*, que se tratava de uma adaptação da *Maison Citrohan* (1920-22), e era uma célula-base de moradias de grande altura e densidade habitacional, o que resultava num grande quarteirão público. Tratava-se de construção de habitação para classes médias e baixas, onde era patente uma perspectiva interclassista. Para além disso, Le Corbusier projectou



12. PLAN VOISIN | 1922-25



13. VILLE RADIEUSE | 1924



14. VILLE CONTEMPORAINE 3M

55 GRANDE, Nuno, *A Cidade como um Ford*, in *Jornal Arquitectos*, n. 205, Ordem dos Arquitectos, Lisboa 2002, pag 39-43

56 MARTÍ, Carlos, *Las formas de la residencia en la ciudad moderna : vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2ª ed., Barcelona, Ed. UPC, 2000

Neste grupo incluem-se entre os mais conhecidos planos como: o Plan Voisin para Paris (1922-25), La Ville Radieuse (1924), Pag

57 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuguesa : as formas da casa na forma da cidade*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1999.

58 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

59 TOUSSAINT, Michel, *A Cidade como Meio e Paradigma para a Arquitectura do século XX*, *Jornal de Arquitectos*, n.º195, *A Cidades e as Serras*, Mar/Abr 2000, pag. 77-81

em 1929 *Cité Mondiale* em Genebra⁶⁰.

No que se refere ao crescimento da cidade europeia e a sua forma, este apresentava um problema novo, a construção de novos bairros em proximidade com zonas industriais, em consequência do baixo custo destes terrenos, o que requeria que houvesse a extensão do sistema viário a estas zonas periféricas.

Na Europa verificou-se a existência de duas cidades onde se desenvolveram experiências relevantes com esta tipologia: Amesterdão e Viena. Em relação a Amesterdão Sul, o Plano de Expansão de Berlage (1915) define que ordenação dos edifícios ainda parte do sistema viário, no entanto em função de uma nova hierarquia de vias e espaços urbanos; partindo de uma evolução do interior do quarteirão. Quanto a este espaço, que costumava ser utilizado para jardins privados, este vê os seus jardins internos serem reduzidos e serem inseridas ruas, adquirindo assim um carácter semipúblico⁶¹. Este plano também se foca no uso de conceitos de espaço urbano característicos da cidade tradicional e regressa à utilização de modelos de habitação em série de três e quatro pisos, assim como as particularidades das resoluções de gavetos e cruzamentos⁶².

Por não ter sofrido as consequências da guerra entre 1914-1918, na Holanda criou-se uma oportunidade para amadurecer as suas ideias, o que se verificou impossível noutros países da Europa. Foi durante o período entre o fim da primeira grande guerra houve um intenso debate entre os principais artistas do grupo Stijl, que aproveitaram as teorias vanguardistas pré-guerra, baseada numa arquitectura mais abstracta e com o objectivo de construir para o maior número possível de pessoas, gastando o menor espaço⁶³. O holandês J.P. Oud viria a incorporar na sua experiência essas teorias, com a realização com habitação económica nas vivendas em banda de Hoek van Holland (1926-1927) e em 300 casas no bairro Kieffhoek (1925-1929), obras estas que foram o auge do racionalismo holandês.



15. BAIRRO KIEFFHOEK | J.P. OUD



16. KARL MARX HOF | VIENA

No que se refere ao caso de Viena, não se optou pela expansão; em vez disso, foram usados vazios urbanos pré-existente para se construir habitação colectiva para operários, concretizada em grandes edifícios residenciais contínuos apelidados de “hof”⁶⁴. O “Hof em Viena” era expressão de uma nova solução para a cidade, a *cidade concentrada*, em que há a implementação de uma nova escala na cidade com a introdução da monumentalização da habitação operária. Este tipo de habitação apresentava uma nova tipologia de habitação plurifamiliar, incluindo equipamentos colectivos e os espaços interiores dos blocos eram aproveitados para espaço urbano ajardinado. Os planos urbanos de Viena assumiram particular importância, tanto pela sua monumentalidade como pela forma de sinalização e definição dos espaços públicos na cidade. Destacam-se as intervenções de Peter Behrens, Josep Hoffmann e outros em Winarskyhof

60 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

61 FIGUEROA, Mário, *Habitação coletiva e a evolução da quadra*, Arqtextos Vitruvius, São Paulo, fev. 2006 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.069/385> consultado em Dezembro 2014

62 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade - 2ª ed.* - Porto : Faup Publicações, 1999.

63 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

64 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel, A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, Arqtextos, Vitruvius, São Paulo, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Janeiro

(1924) e de Karl Ehn em Karl Marx-Hof (1927)⁶⁵.

Sendo que o próximo capítulo abordará mais aprofundadamente casos de estudo em Berlim, importa salientar o cenário decorrente na Alemanha entre as guerras, ressaltando-se a sua importância e contribuição como epicentro do Movimento Moderno.

Com o fim da primeira guerra mundial surgiram as consequências deste conflito, principalmente na Alemanha onde ocorreu uma quebra significativa no mercado imobiliário e a uma situação de crise financeira e política. Além disso, a Alemanha constituía-se como um dos países mais industrializados da Europa, o que levou a um crescimento populacional, algo que se verificou também noutras cidades europeias⁶⁶.

Em 1924 com a reforma monetária, que proporcionou a estabilização da situação, houve um imenso desenvolvimento na habitação em massa e em propriedades com financiamento público. Este desenvolvimento partiu da falta de habitação e foi beneficiado por um novo sistema de financiamento bem como da vontade dos arquitectos e políticos em conceber melhores habitações, ensolaradas, com condições de higiene e acessíveis economicamente, tentando terminar a existência dos tradicionais pátios pobres⁶⁷. Assim, apareceram as propostas dos *Siedlung*, baseadas em habitação social, que se concretizaram como políticas residenciais estatais. Com a criação da *Greater-Berlin*, em 1920, os objectivos da cidade foram direccionados para a criação e construção de novas periferias, o que provocou um rompimento no desenvolvimento urbano de Berlim, em que a cidade imperial transitou para a capital da república de Weimar. De facto, no período que compreende o final da primeira grande guerra e a subida de Adolf Hitler ao poder, tentaram-se resolver os problemas da cidade através de uma solução, reconhecida internacionalmente, constituídos por bairros sociais semelhantes entre si no desenho e forma. Pelas suas características tornou-se um tipo de arquitectura apelativo para uma parte exclusiva da população, a classe média baixa, funcionários e membros abastados. O que por sua vez, significou que não acabou por cumprir o seu principal objectivo de fornecer casa com condições para o sector operário, devido ao valor alto das rendas. Assim, os novos empreendimentos residenciais, que decorreram durante o período da república de Weimar, constitui-se como a segunda fase de “suburbanização”. Nestes conjuntos, para além da habitação, apostava-se no conceito de espaço livre/vazio colectivo, e na sua relação com a natureza e espaços verdes. Assim, inicialmente a área destinada a habitação era muito reduzida de forma a se poder dar mais ênfase ao espaço público e verde, que transmitisse a ideia de um ambiente são e limpo⁶⁸.

A Alemanha constituiu-se assim como o modelo de desenvolvimento suburbano de habitação social, caracterizada por uma qualidade superior à construída após a primeira guerra mundial, focada no espaço público e com limites bem definidos. Este movimento *Neue Bauen* (Nova Construção) desenvolve-se em Berlim, mas também em Dessau, Frankfurt e Hamburgo⁶⁹.

65 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade* - 2ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1999.

66 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

67 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

68 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

69 Ibidem

Para além disso, o período da República de Weimar não ficará só conhecida por estes novos desenvolvimentos de assentamentos periféricos, como também por planos idealizados com vista à modernização radical do centro. O objectivo já não passava por impor algumas novas vias na cidade pré industrial, mas de criar um centro de estrutura totalmente nova. Ludwig Hilberseimer que liderou o planeamento urbano na Bauhaus em Dessau é famoso por sua proposta, em 1928, para nova estrutura para o centro da cidade de Berlim. Exemplo disso, foram os esforços exercidos por Martin Wagner, planeador-chefe da cidade de Berlim (1926-33), no sentido de demolir a Fischerkiez, a última área residencial do núcleo pré-industrial. Contudo, o seu plano, no sentido de modernizar o centro acaba por ficar pela sua fase inicial, e só Alexanderplatz foi reconstruída nos anos 30⁷⁰.

Foi precisamente no período que compreende a República de Weimar, que se torna possível pela primeira vez o acesso a habitação (condições melhorada a um número significativo de famílias). Sob o direito “habitação para todos”, prevalecia a habitação dos trabalhadores, o que era feio em detrimento do foco na habitação burguesa, e os métodos de construção utilizados para concretizar isto influenciaram os projectos desta época⁷¹. Assim, o reconhecimento da nova Berlim assentou, parcialmente, em conjuntos de novos edifícios, onde as exposições de arquitectura representaram a sua forma de divulgação. Estas exposições constituíram-se como elementos fundamentais para o reconhecimento da arquitectura moderna alemã, difundindo os projectos de habitação social, que se sobrepuseram como solução durante os anos 30⁷².

Para que tal fosse possível, foi inegável a importância da realização de exposições de arquitectura e construção de bairros habitacionais modernos na Alemanha, constituindo-se como uma tradição. Estas tinham como objectivo máximo a divulgação da vanguarda realizada no país em termos de arquitectura e planeamento da cidade. De entre estas destacam-se duas exposições de grande importância, a exposição em Colónia em 1914 e a exposição em Estugarda em 1927, organizadas pela Werkbund, considerada a ascendência da Bauhaus⁷³.

Leonardo Benévolo⁷⁴ afirmou que a Werkbund foi “A mais importante organização cultural alemã de antes da guerra, fundada em 1907 por um grupo de artistas e críticos associados a alguns produtores, (...) e abrigou, entre 1907 e 1914, a nova geração de arquitetos alemães: Gropius, Mies, Taut. Duas personalidades de excepcional relevo servem de mediadores entre essa geração e a anterior, a qual iniciou a renovação da cultura arquitetónica: Van de Velde e Peter Behrens”. Esta contou ainda com elementos pioneiros do modernismo como Joseph Maria Olbrich, Theodor Fischer, Josef Hoffmann e Fritz Schumacher, entre outros.

A Werkbund caracterizou-se, assim, por defender uma “nova forma

70 Ibidem

71 Ibidem

72 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

73 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

74 BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*; Barcelona, GG, 2002, pag 376, in ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008, pag 26

alemã” funcional e unificada, de um modernismo nacional distinto de correntes heterogêneas internacionais, que se encontra directamente relacionada com produção industrial em massa. Teve na figura de Hermann Muthesius um dos seus grandes incentivadores. Durante a exposição de 1914 que esta organização realizou em Colónia, apresentou um primeiro grande levantamento sobre o trabalho realizado nas áreas de design de produto e arquitectura. Esta exposição contou com a presença de Kaiser Wilhelm; porém, viria a ser interrompida por causa do início da primeira grande guerra⁷⁵.

Da mesma forma que o movimento Deutscher Werkbund era crítico em relação ao estado das artes na Alemanha, e referia que era necessário a produção em massa e a procura de individualidade artística, também a Escola Bauhaus procurava reformular a formação nas artes alemãs. Em 1919 surgiram os fundamentos da proclamação da Bauhaus, que se basearam no programa arquitectónico de Bruno Taut, membro de grupo de trabalho artístico (i.e. *Arbeitsrat für Kunst*), de 1918. Este autor afirmava que para se conseguir alcançar uma nova unidade cultural seria necessário ter uma nova arte de construção com a contribuição de várias áreas profissionais para um projecto final. A partir de 1923, a Bauhaus procurava estar estreitamente associada ao movimento *Neue Schlichheit* (Nova Objectividade). Devido à sua natureza contestatária de esquerda, a direita alemã obrigou ao seu fecho em 1933⁷⁶.

O aparecimento da *Neue Sachlichkeit* (i.e. Nova Objectividade) na Alemanha encontrou-se associado a um intenso programa habitacional da República Weimar. De carácter socialista estava também relacionado com o sentimento de resignação que se encontrava espalhado por toda a Alemanha. Em 1923, Otto Haesler termina o seu projecto Siedlung Italienischer Garten em Celle. Um ano depois no Siedlung Georgsgarten desenvolve o modelo Alte Heide de casas *Zeilenbau*, tinha sido criado por Theodor Fischer em 1919, caracterizado por ter coberturas planas e fachadas de cores diferentes. Este conceito viria a ser adoptado por Ernst May nas suas unidades construídas em Frankfurt em 1925. Este tipo de construção levou à criação de espaços padrão “mínimo para a existência.” A apesar das divergências ideológicas dos diferentes arquitectos envolvidos, como por exemplo Behrens, Docker, Gropius, Hilberseimer, Rading, Scharoun, Schneck, Mies van der Rohe e os irmãos Taut, os pressupostos foram praticamente aceites colectivamente na Deutsche Werkbund Weissenhofsiedlung em Estugarda em 1927⁷⁷.

A vanguarda alemã terminou com a exposição “Sol, Ar e Casa para Todos”, que reflectia as intenções modernistas e que demonstrou soluções racionais e económicas. Entre os nomes presentes destaca-se o de Erwin Gotkind. Posteriormente, em 1931 foi realizada a Deutsche Bauausstellung (exposição da construção alemã), no Messehallen am Funkturm em Berlim. Esta exposição foi marcada por uma “heterogeneidade ambígua”, onde conservadores e modernistas se encontraram para construir propostas à escala real, incluindo projectos de Mies, Gropius, Karl Voelker, entre outros⁷⁸. Esta exposição dá ênfase às problemáticas da habitação anteriores e procurava encontrar soluções através de programas que estimulassem a indústria da construção, que reduzissem o custo da



17. SIEDLUNG ITALIENISCHER



18. SIEDLUNG GEORGSGARTEN

75 www.museumderdinge.org consultado em Fevereiro 2014

76 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

77 Ibidem

78 AGUIAR, José, *IBA - Berlim 1987*, *Jornal de Arquitectos*, nº 218-219 (Antologia 1981 - 2004), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Janeiro/Junho 2005, pag. 6-7

habitação, e que fossem incluídos espaços verdes mais amplos. e onde se debatem temas como “Novas ideias para a construção em massa em grandes áreas”, “A habitação para rendimentos mínimos”, e a mostra “A habitação do nosso tempo. Na exposição constavam fragmentos de edifícios e interiores de apartamentos em escala real. Porém, esta exposição também foi interrompida, desta vez devido à subida ao poder do partido Nazi, que também teve como consequência uma estagnação do desenvolvimento urbano e arquitectónico modernos⁷⁹.



19. NOVA FRANKFURT

Por outro lado, o caso específico de Frankfurt foi um dos mais importantes, considerando a escala das operações envolvidas. De facto, May coordenou mais de vinte projectos para novos assentamentos nos arredores da cidade, empregando novos processos de racionalização como utilização de betão pré-moldado, aberturas standardizadas. A nova Frankfurt (i.e. *Das Neue Frankfurt*) de May caracterizava-se por uma cidade moderna separada por um cinturão verde da cidade antiga, correspondente a uma sociedade de massas emergente⁸⁰. Naquela fase, a cidade de Frankfurt constituía-se como um local de intervenção importante em termos sociais, dispondo de um programa habitacional para a classe operária, em que paralelamente se estava a procurar reduzir custos e otimizar espaços durante as construções em massa⁸¹. Neste sentido, considerou-se ser este o local ideal para a realização de congressos de arquitectura sobre o tema. Em 1925 May foi nomeado arquitecto da cidade, o que levou a construção de habitação para operários. Foram construídas cerca de 15 mil unidades em conjuntos os denominados *siedlungen*, com bastante coerência entre si⁸².

Carlos Martí refere o estabelecimento do *Siedlung* como elemento constituinte da cidade que se integra nas estruturas existentes. Neste sentido, estas novas ideologias de expansão urbana do início do século XX e a introdução de unidades habitacionais congruentes com o movimento urbano constituíram-se como formas de racionalizar a cidade industrial. A inclusão do indivíduo no espaço colectivo estabelece-se segundo novos paradigmas. Assim, assistiu-se a um apuramento do modelo Cidade-Jardim como resposta ao desenvolvimento económico e industrial da cidade, com as novas necessidades de habitação inerentes⁸³.

O período que compreendeu a República de 1928 a 1933 foi um período bastante produtivo para a arquitectura de Berlim. Apesar de ter atravessado fases de crise económica e política, houve um momento entre 1924 e 1930, um

79 ESKINAZI, Mara Oliveira, COMAS, Carlos Eduardo, *Niemeyer em Berlim*, Arqtextos 10/11, São Paulo, 2008 disponível em http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_10-11/1_SUMARIO_E_EDITORIAL.pdf, consultado Dezembro 2013

80 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, Arqtextos- Vitruvius, São Paulo, ano, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Março 2014

81 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

82 FIGUEROA, Mário, *Habitação coletiva e a evolução da quadra*, Arqtextos Vitruvius, São Paulo, fev. 2006 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.069/385> consultado em Dezembro 2014

83 MARTÍ, Carlos, *Las formas de la residencia en la ciudad moderna : vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2ª ed., Barcelona, Ed. UPC, 2000, in ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

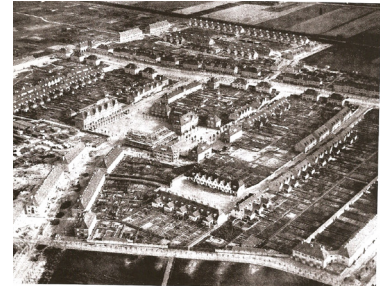
dos períodos mais criativos da história alemã e da cidade de Berlim⁸⁴. Efectivamente, Berlim era dos maiores centros urbanos na fase entre as duas grandes guerras, sendo também um dos locais onde o Movimento Moderno foi mais activo, devido ao seu ambiente cosmopolita⁸⁵.

O período anterior à contratação de Wagner como arquitecto municipal de Berlim foi caracterizado pela construção de vários bairros baseados no modelo da Cidade-Jardim, como por exemplo a Siedlung Hellerau, de Henrich Tessenow (1909) e a Siedlung Staaken, de Paul Schmittenner (1914-1916). Que viriam a ser uma referência para as construções futuras de Taut em Berlim⁸⁶.

A partir de então, existem diversos exemplos de habitações de carácter moderno nas periferias da cidade de Berlim, onde se destaca o Siedlung Eichkamp, de 1920; o Hufeisensiedlung Britz (1925) de Bruno Taut; o Waldsiedlung Zehlendorf ou Onkel-Toms-Hutte (1926-32) de Bruno Taut, Hugo Häring e Otto Rudolf Salvisberg; os blocos habitacionais de Mies van der Rohe para Afrikanischerstraße, um distrito operário em Berlim (1926-27); e o Großsiedlung Siemensstadt, de 1929-31. Para além de Berlim, existem outros exemplos, nomeadamente o bairro operário Pessac, de Le Corbusier (a partir de 1924); o bairro Dessau-Törten, de Walter Gropius (1926); e as vivendas em banda de Oud para Hoek van Holland (1926) e para o bairro de Kiefhoek (1925)⁸⁷.

O Hufeisensiedlung Britz, tratou-se de um dos primeiros grandes bairros habitacionais construídos na periferia de Berlim. Foi projectado por Bruno Taut e Martin Wagner, entre 1925 e 1927. Caracterizava-se por ser um bairro habitacionais de 3 pisos, com mais de mil unidades de habitação organizados em quarteirões com áreas ajardinadas, com sentido norte-sul. Os blocos encontravam-se dispostos a partir de um núcleo central, com um formato de ferradura⁸⁸. Desta forma, Bruno Taut experimentou associar a tipologia da habitação da cidade-jardim, através do pressuposto de centro da cidade tradicional. De facto, num texto intitulado *StadtKrone* (1910) este autor recusa a elevada densidade das áreas residencias e sugere casas com jardim. Por outro lado, afirma ser contra a perda de identidade dos centros urbanos e refere que nestes se deveria construir equipamentos públicos de carácter monumental, para que em conjunto com a cidade, se identifiquem à distância⁸⁹.

O segundo projecto de Bruno Taut para Berlim foi o Onkel-Toms Hütte, localizado na periferia da cidade, e foi feito em parceria com Hugo Häring e Otto Rudolf Salvisberg. Este empreendimento foi construído em sete fases ao longo de sete anos (1926-1932). Inclui cerca de 1100 habitações em edifícios multifamiliares com dois a três pisos, assim como 809 residências unifamiliares, em que cada incluía uma área ajardinada. Taut mostrou o seu comprometimento com o movimento moderno e com os pressupostos estabelecidos durante os anos 20 através de uma procura activa de uma relação ponderada entre espaços



20. CIDADE-JARDIM, SIEDLUNG STAAKEN, DE PAUL SCHMITTENNER



21. VISTA ÁREA | GROSSSIEDLUNG SIEMENSSTADT



22. HUFSEISIEDLUNG BRITZ TAUT



23. ONKEL-TOMS HÜTTE | TAUT

84 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

85 TOUSSAINT, Michel, *A Cidade como Meio e Paradigma para a Arquitectura do século XX*, *Jornal de Arquitectos*, n.º195, *A Cidades e as Serras*, Mar/Abr 2000, pag. 77-81

86 Ibidem

87 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

88 Ibidem

89 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

livres construídos⁹⁰.

Destaca-se ainda no final da década, a construção do conjunto da habitação social das *Siemenstadt* (1929-31) que incluía projectos realizados por Scharoun, Gropius, Forbat, Haring, Bartning e Hennig. Este era constituído por blocos de apartamentos de pequenas dimensões, apoiados por galerias de distribuição, rodeados por uma nova concepção de espaço verde colectivo de grande área⁹¹. Os *Zeilenbau* (i.e. construções em linha), foram construídos acompanhando as ruas ou perpendicularmente a estas, com traços rectilíneos ou curvas suaves. Adicionalmente, este bairro foi usado como modelo para novas propostas por profissionais do pós-guerra⁹².

Assim, a habitação social estabelece-se como um elemento essencial no processo de estabelecimento do programa moderno. Como consequência das problemáticas habitacionais que aconteceram durante o período posterior à primeira guerra mundial, foi construído um número significativo de edifícios habitacionais de carácter social, o que alterou os pressupostos anteriores urbanos de fecho do quarteirão. De acordo com Marti Aris, os *Siedlungen* baseia-se nos modelos anteriores de Cidade-Jardim, uma vez que estes se estabelecem a partir de uma reflexão sobre esse modelo, em que os conceitos de estrutura viária, condições de ventilação ou hierarquia de espaços públicos e privados tinham sido aprimorados. No entanto, a maior diferença entre os *Siedlungen* e as cidades-jardim referia-se ao feito urbano como conjunto. Se a Cidade-Jardim é vista como uma hipótese alternativa em relação à cidade compacta, os *Siedlung* incorporam a cidade existente com o objectivo completar e diversificá-la. Foi em *Weissenhofsiedlung* o expoente máximo de representação dos *Siedlungen*.⁹³

1.2.2 O bairro experimental Weissenhofsiedlung (1927)



24. WEISSENHOFSDIEDLUNG
VISTA AÉREA

Em 1925 a Deutscher Werkbund organizou uma exposição com o tema *Die Wohnung* (i.e. “A habitação”), em Estugarda, onde o elemento principal era a construção de um bairro modelo para se analisar *in loco* as hipóteses da nova arquitectura, a *Neues Bauen* (i.e. Nova Construção). O bairro experimental de *Weissenhofsiedlung* estabeleceu-se como um contexto privilegiado de criação de ideias modernas sobre a habitação em massa da década de vinte⁹⁴. Os resultados provenientes destas experiências de habitação colectiva e social de referência, no contexto das práticas realizadas entre guerras, foram a base para as primeiras reuniões do CIAM no fim da década⁹⁵.

90 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

91 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

92 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

93 Ibidem

94 NEVES, Gonçalo Seiça, *A Modernidade da Cidade Moderna*, *Jornal de Arquitectos*, n.º 207, *Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa*, Setembro / Outubro 2002, pag.40-46

95 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, *Arquitextos- Vitruvius*, São Paulo, ano, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Março 2014

Num contexto em que a hiperinflação estava controlada desenvolve-se uma crença na “nova arquitectura”. Contrariamente a exposições anteriores, como a exposição de Colónia de 1914 na qual se destacou a temática das novas tecnologias, a Weissenhofsiedlung tinha como foco principal o problema urgente das “massas”, mais especificamente a classe operária que constituía uma parte significativa da população alemã. Este interesse na habitação que não era para as elites, viria como vimos, a ocupar todo o debate arquitectónico durante o período entre as duas guerras mundiais⁹⁶. Para além do tema da habitação, tinha-se por objectivo continuar os esforços do movimento Werkbund por forma a melhorar a produção industrial a vários níveis, à qual se associavam diversos profissionais, como arquitectos, designers, industriais e profissionais. Tratava-se de uma plataforma de observação, onde era possível incluir novos conceitos de habitar, dotado de um novo desenho de interiores e novas relações entre arquitectura e cidade, assim como utilização de materiais industrializados e inovação de sistemas construtivos⁹⁷.

Mies van de Rohe, a quem foi delegada a coordenação, afirmou em 1927 : “ Hoje a questão da economia torna a racionalização e a padronização imperativas para as casas de aluguel . por outro lado, a crescente complexidade de nossas exigências requer flexibilidade. O futuro terá que levar esses dois factores em conta. Tendo esse fim em vista, a construção em esqueleto é o sistema mais adequado. Possibilita os métodos de construção racionalizados e permite a criação de interiores divididos com liberdade”⁹⁸. Neste sentido, o Weissenhofsiedlung foi, assim, a primeira manifestação internacional que reflectia o estilo de construção branco, prismático e de cobertura horizontal, denominado de Estilo Internacional a partir de 1932. Houve assim um foco na habitação que não era destinada a elites, que se constituiu como uma questão nova no debate arquitectónico e que viria a dominar esta discussão durante o período entre guerras⁹⁹.

O Weissenhofsiedlung foi construído na periferia da cidade, e era composto por 33 construções de blocos de apartamentos, vivendas unifamiliares isoladas e casas em banda, com projectos elaborados por 17 arquitectos, como Mies, Walter Gropius, Peter Behrens, Adolf Schneck, Bruno e Max Taut, Ludwig Hilberseimer, Hans Poelzig, Adolf Rading, Hans Scharoun e Richard Döcker, entre os alemães; Le Corbusier e Pierre Jeanneret da França; J.J.P. Oud e Mart Stam da Holanda; Victor Bourgeois da Bélgica e Josef Frank da Áustria. Estes arquitectos contribuíram de forma diversificada a nível tipológico e a nível de maturidade das propostas¹⁰⁰. A disposição dos blocos apresentava uma implantação mais ou menos racionalista regular, na medida em que os pátios e edifícios, que o compoñham encontravam-se organizados à imagem das Cidade-Jardim, em seguimento às investigações de carácter urbano e arquitectónico do modernismo dos anos 20. Desta forma, Weissenhof acontece por altura da altura inaugural dos



25. WEISSENHOF SIEDLUNG
MAQUETA

96 NEVES, Gonçalo Seiça, *A Modernidade da Cidade Moderna*, Jornal de Arquitectos, n.º 207, *Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa*, Setembro / Outubro 2002, pag.40-46

97 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, Arquitectos- Vitruvius, São Paulo, ano, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Março 2014

98 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

99 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

100 Ibidem

CIAM (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*), cujos modelos ainda precisavam de ser validados em termos culturais e políticos. A Interbau de 1957 situar-se-ia no extremo oposto, onde tanto a arquitetura como o urbanismo se encontravam conforme uma tradição divulgada e aceite. Assim, o Weissenhofsiedlung consitiuiu um elemento precursor do CIAM¹⁰¹.

1.2.3 Os Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna (1928)



26.ELEMENTOS DOS CIAM

Foi precisamente no seio de um grupo alargado de arquitectos de diversas nacionalidades, que ao longo de três décadas, se debateram e estabeleceram as ideologias e princípios programáticos da arquitectura moderna. Sob o nome dos *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (CIAM)* defendiam que o foco da atenção do seu trabalho se deveria centrar no Homem e na Máquina, explorados através de um método de projecto ortodoxo e rigoroso, com o objectivo de reformular a sociedade¹⁰². Efectivamente, os seus pressupostos teóricos debruçavam-se sobre os problemas sociais, mais especificamente a cidade e a habitação, temas tão centrais para este grupo que foram os primeiros a ser abordados no sua primeira congresso La Sarraz (1928)¹⁰³. Foi também neste primeiro encontro que ficou estabelecido a importância do estudo do urbanismo em termos de zoneamento e produção industrial. Durante o segundo congresso, dirigido por Enst May em Frankfurt (1929), foi dedicado ao tema “A Habitação para o mínimo nível de vida”, enquanto que o congresso em Bruxelas (1939) tinha por tema “Métodos Construtivos Racionais - Casas Baixas, Médias e Altas”. Deste modo, os três primeiros encontros focaram-se na ideologia radical e socialistas dos arquitectos da *Neue Sachlichkeit*, que tinham entre outros objectivo o de estabelecer os padrões mínimos para a habitação- *Existenzminimum*¹⁰⁴.

É precisamente no terceiro congresso que Walter Gropius apresenta a sua proposta sob o tema «Construção Baixa, Média ou Alta?». Nela aponta as debilidades do quarteirão tradicional, nomeadamente em termos de iluminação e ventilação, uma vez que a existência de pátios levava a que certos apartamentos ficassem em posição desvantajosa, orientados para norte, descuidando assim das mais importantes exigências higiénicas. Neste sentido, o autor defendia que a legislação deveria ser revista, principalmente no que se refere à lei do zoneamento. A solução apresentada prendia-se no agrupamento de blocos em bandas, uma vez que estes apresentam a vantagem de todos os apartamentos poderem ter a mesma orientação e a sua ventilação não se encontra bloqueada por edifícios transversais. Para além destas vantagens, o autor referia também que com este tipo de habitação seria mais fácil a inclusão da estrutura rodoviária e de passagens pedonais. A utilização de habitações em banda implicaria uma diminuição de custos sem comprometer a sua utilização. Quanto aos grandes edificios, estes deveriam ser construídos com responsabilidade e a sua disposição deve ter em consideração uma separação suficiente em amplos terrenos, onde a construção periférica de áreas residenciais acompanhava o desenvolvimento industrial, po-

101 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, São Paulo, ano 10, n. 117.02, Vitruvius, set. 2011

102 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

103 TOUSSAINT, Michel, *A Cidade como Meio e Paradigma para a Arquitectura do século XX*, Jornal de Arquitectos, n.º195, *A Cidades e as Serras*, Mar/Abr 2000, pag. 77-81

104 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

dendo estes cumprir as necessidades de luz, ar e mobilidade. Neste sentido, o crescente desenvolvimento deveria eliminar os contrastes entre urbanização de cidade e campo e a integração da natureza à cidade. Pretendia-se que houvesse descongestionamento da cidade, e não a sua dissolução¹⁰⁵.

O Congresso entre Marselha e Atenas (1933) teve como tema “A Cidade Funcional”. Nesse congresso foram avaliadas 33 cidades de 18 países, considerando vários aspectos. Em todas havia um aspecto em comum, precisamente à desordem causada pela expansão inesperada do maquinismo, associada aos problemas associados, como falta de superfície habitável, e por conseguinte a falta de condições de habitabilidade. Neste sentido, as aspirações passavam pela vontade de incluir novamente no quotidiano dos habitantes da cidade as características da natureza. Assim, a cidade funcional foi sistematizada em 95 pontos. Entre eles constava a preocupação com: “o solo das cidades e o das regiões vizinhas pertencem quase por inteiro a particulares. As cidades são desumanas e da ferocidade de alguns interesses privados nasceu a infelicidade de numerosas pessoas (...). A proeminência das iniciativas privadas inspiradas pelo interesse pessoal e a mira do lucro, é base deste lamentável estado de coisas. As novas velocidades mecânicas transformam completamente o meio urbano instaurando o perigo permanente, provocando o engarrafamento e a paralisia das comunicações comprometendo a higiene. A reforma do *zoning*, harmonizando as funções-chave, habitar, trabalhar, recrear-se, porá em ordem o território urbano. A circulação essa quarta função não deve ter senão um fim: pôr as três outras em comunicação duma forma útil. São inevitáveis grandes transformações. A cidade e a sua região devem ser mundas de uma rede exactamente proporcional aos usos e aos fins que constituem a técnica moderna da circulação. O dimensionamento das ruas doravante inapropriadas, opõe-se à utilização das novas velocidades mecânicas e ao desenvolvimento regular da cidade¹⁰⁶. Sob estes pontos Le Corbusier redige a “Carta de Planificação da Cidade,” também conhecida por Carta de Atenas. Asssim ficaram estabelecidas as quatro funções e áreas segundo as quais se organizava a cidade funcional: trabalho, residência, descanso e circulação¹⁰⁷. No universo funcional “zonificado” existia uma procura interrupta da eficácia da mono-funcionalidade - um só gesto, uma só função. Neste sentido, a organização urbana separou a sua acção em pelouros funcionais, responsáveis por transformações controladas e separadas entre si. Desde os primórdios se considerava que os problemas da arquitectura moderna deviam ser formulados no contexto do urbanismo¹⁰⁸. O elemento base de planeamento urbano era a “célula-estar” e a sua inclusão num grupo estabelece uma habitação de dimensão adequada. De forma a ser possível resolver os problemas era necessário utilizar os instrumentos disponíveis do progresso tecnológico. Foi nestas ideias que se basearam para a implementação da política de renovação urbana, através da demolição de áreas vastas para serem construídos vias, parques de estacionamento ou edifícios no seu lugar¹⁰⁹. Este conceito de renovação foi usado com frequência

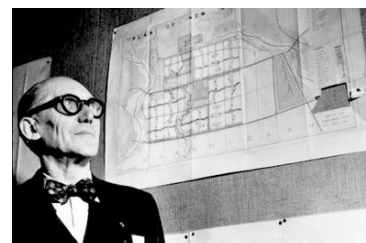
105 GROPIUS, Walter, *Construção Baixa, Média ou Alta?*, (proposta apresentada no III Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM 1930)), *Jornal de Arquitectos*, n.º205, *A Questão do Alojamento II*, Mar/Abr 2002, pag 19-21

106 GROPIUS, Walter, *Construção Baixa, Média ou Alta?*, (proposta apresentada no III Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM 1930)), *Jornal de Arquitectos*, n.º205, *A Questão do Alojamento II*, Mar/Abr 2002, pag 20

107 Ibidem

108 GRANDE, Nuno, *A Cidade como um Ford*, in *Jornal Arquitectos*, n. 205, *Ordem dos Arquitectos*, Lisboa 2002, pag 39-43

109 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon,



27. LE CORBUSIER



28. “TEM QUE SE ‘MARTAR’ A RUA CORREDORI!”

nos EUA, por forma a eliminar os ghettos centrais e outros *slums* que impediam a expansão. Como consequência da guerra, foram vários os países em que os danos provocados pelo conflito armado substituíram as demolições, e onde a reconstrução foi feita segundo novas orientações urbanísticas, na quais as grandes vias de tráfego desempenham um importante papel¹¹⁰.

Neste sentido, a Carta de Atenas consistia numa perspectiva positivista, em que a cidade era construída pensada para o futuro, um homem novo a partir da máquina sem o seu passado. Este momento assinala ainda o início ao que Kenneth Frampton denomina como uma segunda fase de congressos (entre 1933 e 1947)¹¹¹.

Aquando da realização do congresso, a Bauhaus já tinha sido encerrada pelo poder nazi. Da mesma forma, é ilusória a imagem das primeiras reuniões do CIAM harmoniosas e consensuais. Tal não era possível devido à diversidade de crenças e ideologias políticas. Por exemplo, Mies van der Rohe, Walter Gropius e Hugo Häring não frequentaram o quarto congresso dos CIAM uma vez que pretendiam continuar na Alemanha Nazi, Mies através da participação em grandes projectos institucionais e os restantes com a defesa da “germanicidade” da arquitectura moderna. Noutros casos levam ao refúgio de algumas personalidades para outros países¹¹².

Após a exposição de Hitchcock e Johnson (1932), o denominado Estilo Internacional, que lhe deu o nome, alargou-se para além da Europa e dos EUA para países tão distantes como África do Sul e Japão. Por fim, no Congresso de Paris (1937), que foi o último antes da segunda grande guerra, teve por tema “O Fogo e os Lazeres - Habitação de Recreio”. Posteriormente, a partir do VII Congresso (1949) em Bérgamo entra-se na terceira etapa dos CIAM, caracterizada por surgimento de conflitos, pela massificação da assistência através da presença de inúmeros estudantes e o predomínio dos arquitectos de ideologia liberal¹¹³.

1.2.4 Os regimes totalitários e a Arquitectura do Regime

O desenrolar dos acontecimentos foram dominados por factores políticos, sociais e económicos. Há uma crise política, que interrompe o processo de experimentação das novas vanguardas europeias, nomeadamente as *Siedlungen*. Com a instauração de regimes autoritários nos principais focos do Movimento Moderno, abre-se uma oportunidade para a sua disseminação. Face aos acontecimentos que viriam a culminar na segunda guerra mundial, foi nos EUA ou na América Latina que surgiu a possibilidade de crescimento¹¹⁴. Contrariamente a estes, Países como a Alemanha, a Itália e a União Soviética focam os seus esforços em construções que enaltessem o estado, despojando-as de

2003

110 SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal : uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1984.

111 LIMA, Alfredo Viana; TÁVORA, Fernando; e FILGUEIRAS, Octávio Lixa, X Congresso CIAM, in Revista Arquitectura n.64 jan/fev, 1959

112 NEVES, Gonçalo Seiça, *A Modernidade da Cidade Moderna*, JA 207, *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, Set/Out, 2002

113 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

114 LIMA, Alfredo Viana; TÁVORA, Fernando; e FILGUEIRAS, Octávio Lixa, X Congresso CIAM, in Revista Arquitectura n.64 jan/fev, 1959

valores de modernidade¹¹⁵. As ditaduras que começam a surgir na Europa voltam-se para um estilo monumental e clássico que funcionavam como forma de propaganda do estado e para legitimar o seu poder, rejeitando a linguagem internacional e abstracta¹¹⁶. Neste contexto, a arquitectura moderna é vista como não tendo raízes e como sendo materialista, desumana e comunista. O poder nazi tira partido apenas do processo de mecanização rápida, para construção de fábricas, sistemas viários e para as indústrias de armamento eficazes, não havendo lugar para a “estética da máquina”¹¹⁷.

A subida ao poder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemão nazi, liderado por Adolf Hitler, adveio da deterioração das condições e da estabilidade política, assim como da crise económica que se iniciou nos EUA com o *crash* da bolsa de Nova Iorque. Neste novo governo não havia lugar para políticas sociais, o que leva a uma estagnação no planeamento e desenvolvimento urbano influenciados pelo movimento moderno, dando lugar a uma visão tradicionalista. O primeiro conselheiro arquitectónico ao serviço do estado nazi foi Paul Ludwig Troost, e após a sua morte em 1934 foi substituído por Albert Speer¹¹⁸. Os nazis tinham por base a cultura prussiana de um estado autoritário, baseando-se também na filosofia de Hegel e arquitectura de Schinkel¹¹⁹.

Apesar disso, noutras contextos, nomeadamente na Holanda opta-se pelo recurso a estratégias urbanas baseadas nos modelos democráticos anglo-saxões, favorecendo uma organização da cidade e do território sem igual que permanece inigualável. Em Amesterdão assistiu-se, entre 1920 e 1940, a um conjunto de experiências importantes no âmbito do planeamento urbano, conseguidas através da existência de uma legislatura adequada, a aquisição de terrenos para organização de bairros satélite, começando assim um processo de renovação urbana e por sua vez levou debate inovador. um núcleo muito ativo de arquitectos vanguarda, o grupo De Stijl¹²⁰.

Contudo, o New Deal de Roosevelt e a segunda grande guerra tiveram como consequências o fim da Nova Tradição, com excepção da União Soviética. Depois da guerra o clima ideológico geral do Ocidente era hostil a qualquer à retórica monumentalidade. A 2ª Guerra Mundial interrompe estas experiências¹²¹.



29. MAQUETA DO EIXO NORTE-SUL 1941/42 (não construído)

115 SETA, Cesare de, *L'ordre moderne, La ville, art et architecture en Europe*, 1870-1993, Paris, Centre Georges Pompidou, 1994, p. 281-289

116 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

117 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

118 Ibidem

119 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

120 SETA, Cesare de, *L'ordre moderne, La ville, art et architecture en Europe*, 1870-1993, Paris, Centre Georges Pompidou, 1994, p. 281-289

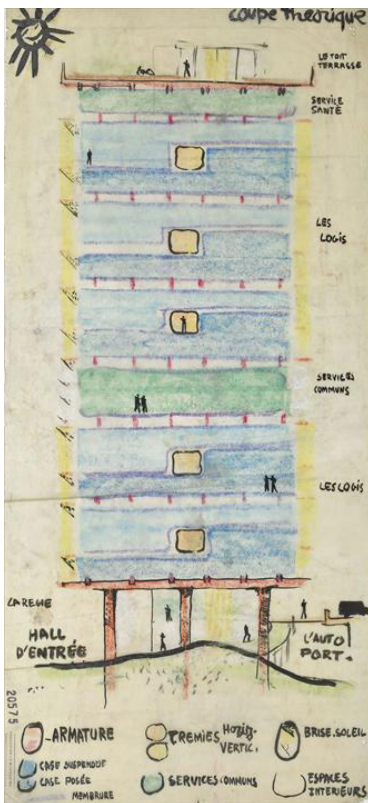
121 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

1.2.5 Urbanismo pós-guerra e a IBA Hansaviertel

Após a segunda grande guerra, o Estilo Internacional é dissimulado por outros países como Finlândia e Grã-Bretanha, Brasil e África do Sul¹²². Neste sentido, considerando o contexto do pós-guerra, e face aos regimes provenientes das lutas revolucionárias, começa por utilizar instrumentos técnicos elaborados durante a primeira parte do século XX, usando-as assim para o desenvolvimento urbano das cidades¹²³. Assim, as cidades europeias destruídas pela guerra recorreram aos princípios orientadores da Carta de Atenas para orientarem as suas intervenções. Devido ao rápido crescimento económico, assistiu-se à construção de novas cidades ou de novas partes de cidade, devido às necessidades prementes de habitação, assim como de equipamentos urbanos e fabris¹²⁴, apurou o Estilo Internacional, que foi aplicado às novas obras a construir tirando partido dos desenvolvimentos da industrialização¹²⁵.

A Europa saída da guerra cresceu de forma rápida, devido à disponibilidade de financiamento público para a indústria pesada e de construção, que levou à duplicação da área urbana criando uma nova classe média, que produzia e consumia bens de desigual necessidade, de lazer com tempo gasto em movimentos pendulares. Havia assim interesse em construir *new towns* durante o período pós-guerra. Os ingleses utilizaram este período para organizar experiências de cidades novas, caracterizadas por um baixo crescimento e contidas por cinturões verdes. Estas cidades satélite tinham por objectivo desdensificar e higienizar a cidade antiga. Estas operações basearam-se no Greater London Plan, de Abercrombie, assente num processo de organização regional de descentralização, assim como controlo do crescimento de Londres e criação de novas cidades na periferia. Também as indústrias teriam que ser realocadas nas periferias. Com isto pretendia-se criar cidades mais compactas¹²⁶.

Entre os edifícios mais emblemáticos do pós-guerra, destaca-se a *Unité d'Habitation*. Esta apresentava-se como uma síntese de reunião de células residenciais, estabelecidas a partir de casas em Dominó, resumindo as principais contribuições da arquitectura e planeamento urbano. Este projecto consistia num edifício residencial com serviços próprios praticamente autónomos. Como uma nova solução ao tema da habitação tratava-se assim de um edifício-cidade, com 337 unidades habitacionais, arcada comercial, hotel e cobertura, pista de corridas, pequeno lago, jardim de infância e ginásio. A total integração de serviços assemelhava-se ao modelo oitocentista de Fourier, devido ao seu tamanho e isolamento do meio ambiente imediato. A *Unité* era aquilo a que chamavam, segundo Kenneth Frampton, de “aglutinador social”. Além da *Unité d'habitation* de Marselha, foram construídas outras unidades em Nantes (1935-1955), Berlim (1957, inserido na IBA de 57), e Briey-en-Forêt (1957), entre outras¹²⁷.



30. DESENHO DE LE CORBUSIER - A UNITÉ

122 CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

123 BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*; Barcelona, GG, 2002

124 SIZA, Álvaro, *Relatório sobre o Seminário - A Cidade no Momento de Modificação* in *Arquitectura Portuguesa*, n.º 11, 5ª série, 1987

125 FREITAS, António, *Tradicionalismo e Evolução*, Revista *Arquitectura* 66 Outubro 1959

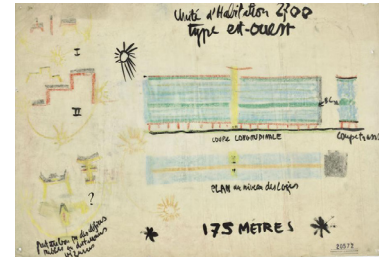
126 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

127 Ibidem

Entre 1940 e 1970, o modernismo deparou-se com o facto da sua dispersão e consequente desvalorização, pois encontrava-se esvaziada do seu conteúdo e banalizada por interesse comercial, passando por um processo de recolocação em novos termos relativamente à prática desenvolvida no período entre guerra. Isto é, dá-se uma alteração da ideologia à medida que o modelo se vai reproduzindo, destituído de qualquer responsabilidade em relação às necessidades humanas e adquirindo um carácter mais imagético/estético¹²⁸.

Os princípios da Carta de Atenas revelaram-se, assim, úteis no sentido de desenvolver o modelo neocapitalista, através do controlo, fragmentação, a segregação, a produção em série e a pré-fabricação. O conceito de zoneamento, dissimulada pelo Movimento Moderno, assentava na ideia de que cada área da cidade seria mais fácil se fosse formada por zonas monofuncionais¹²⁹. Quanto a cidades construídas de raiz sob uma matriz funcional concretizadas nesta época, de imediato se refere a cidade de Brasília, cujo planeamento foi realizado por Luís Costa durante os anos 50 e Chandigarh em 1951 são óptimos exemplos da construção de novas cidades assentes em critérios de arquitectura moderna¹³⁰.

Assim, se a primeira ruptura no desenvolvimento da cidade aconteceu com a revolução industrial, a segunda viria a efectuar-se devido à reconstrução das cidades após a segunda grande guerra¹³¹, que provocou danos bastante superiores à destruição decorrente da primeira¹³². A destruição centrou-se, principalmente, regiões de grande densidade urbana. Dos 18,8 milhões de moradias, 4,8 milhões foram completamente destruídos. O que significou em Berlim a uma destruição que ronda os 50% da área da cidade. Neste sentido, a partir de 1945 inicia-se um processo de reconstrução a nível mundial. Tanto na Alemanha Oriental, como na Ocidental, recusou-se a alta densidade urbana, contudo seguindo caminhos distintos. Enquanto que na antiga Alemanha comunista continuou com o modelo tradicional de quarteirões com muitos pátios, organizados segundo um eixo monumental. Do outro lado, em Berlim Oeste, a intervenção focou-se na “cidade orgânica” mais moderna, onde predominavam blocos isolados, distribuídos em vias vicinais e principais, de como é exemplo a Interbau de 57 e dos princípios difundidos pelo Estilo Internacional, que serão abordados pormenorizadamente de seguida¹³³.



31. ESTUDOS PARA A UNITÉ D'HABITATION



32. UNITÉ D'HABITATION DE MARSELHA



33. UNITÉ D'HABITATION BRIEY-EN-FORÊT

128 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

129 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

130 FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

131 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuguesa: as formas da casa na forma da cidade - 2ª ed.* - Porto : Faup Publicações, 1999.

132 BENÉVOLO, Leonardo, *História da cidade*, 3ª ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

133 BORNGRÄBER, Christian, *Un future per quale passato? La Stalinallee e l'Hansaviertel*, Casabella, 474/475, novembro/dezembro, 1981, pag. 33-42

1.2.6 A INTERBAU DE HANSVIERTEL

1.2.6.1 A II guerra mundial e os ideais urbanísticos dos anos 50: a Berlim do pós-guerra

Este ponto consiste numa reflexão crítica da Interbau –Internationale Bauausstellung (Exposição Internacional de Arquitectura), que se tratou de uma iniciativa arquitectónica e urbanística contextualizada pela reconstrução de Berlim após a Segunda Guerra Mundial. Esta exposição foi a primeira realizada depois deste acontecimento, num período em que a cidade se encontrava dividida entre os sistemas capitalista e socialista. Foi precisamente no sector ocidental dominado pelo capitalismo onde decorreu a Interbau 1957 que se reflectiu numa diversidade de tipologias habitacionais e formas de viver na cidade. A exposição apresentou os melhores exemplos de arquitectura e urbanismo modernos no que se refere a habitação social. Os seus conceitos fundamentais eram a segregação, a produção em série e a fabricação¹³⁴.

Foi justamente após a segunda guerra mundial que o modelo de urbanismo racionalista se desenvolveu, tendo expressão na reconstrução das cidades europeias e na construção de novos bairros residenciais periféricos. Com base nos pressupostos da Carta de Atenas foi possível estabelecer um novo modelo capitalista de cidade, visto que o conceito de zoneamento do movimento moderno permitia que cada área fosse mais facilmente controlada segundo áreas monofuncionais¹³⁵. Neste contexto, não se considerou a cidade antiga e a história dos locais que chegavam mesmo, em parte ou na totalidade eliminados¹³⁶.

Segundo James Maude Richards, eram esperados com expectativa os resultados das reconstruções derivadas deste processo, uma vez que se tratava de um modelo que não era baseado em modelos anteriores históricos. De forma rápida, foi-se estabelecendo as técnicas de construção amplamente industrializadas utilizadas, visto que também passava por uma necessidade de realojar as pessoas. Assim, poderia-se-ia dar um novo fôlego às ideologias arquitectónicas exploradas antes da guerra, de consciência social e funcional¹³⁷.

Após a guerra, e posterior divisão, seguiu-se um período marcado por uma profunda incerteza sobre o futuro da cidade. Neste sentido foram desenvolvidos planos para a cidade de Berlim, nomeadamente o plano Kollektivplan e o plano Zehlendorf. Devido à grande destruição provocada pela guerra, abriam-se vastas zonas na cidade que precisavam de ser reconstruídas considerando os pressupostos modernos e pré-modernos¹³⁸.

Assim, devido a estas necessidades, surgiram novos conceitos de

134 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011

135 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

136 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

137 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau e a requalificação moderna do oitocentista Hansaviertel em Berlim – 1957*, in *anais do 7º seminário docomomo*, Porto Alegre, Out. 2007, disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/035.pdf> consultado em Nov 2013

138 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

configuração espacial em centros urbanos. Por um lado, as Mietkasernenstadt do século XIX, foram muito criticadas pelos problemas que apresentavam de iluminação, ventilação e higiene precária dos pátios internos. Por outro lado, evitou-se a arquitectura desenvolvida durante o tempo que o partido nazi esteve no poder, caracterizada pela monumentalidade e axialidade extremas. Os novos planos pretendiam focar-se nas questões sociais de pobreza, insalubridade e instabilidade social, numa perspectiva de moldar o futuro para uma nova cidade moderna e arejada. Deveria haver uma mudança de paradigma nas políticas de urbanismo da cidade, de carácter moderno, como afirmava Max Taut: “Não podemos negar a tecnologia moderna e as nossas formas de vida existentes; devemos ter a coragem de expressá-lo com plena evidência nos novos edifícios”. Neste sentido, a parte oriental pretendia apresentar a sua superioridade através da StalinAllee, que seria a primeira via socialista da Alemanha, enquanto que no sector ocidental, foi criado o distrito de Hansa, contando com a participação de arquitectos modernos importantes¹³⁹.

Assim, as grandes necessidades de habitação tornaram possível o surgimento de novos conceitos de organização espacial em centros urbanos, após a segunda grande guerra¹⁴⁰.

De facto, a “Stalinallee” constituiu-se como um notável símbolo de um começo novo e radical depois do fim da guerra. A sua construção foi anunciada após a divisão da Alemanha em 1949, sendo que se realizou o concurso para o projecto em 1951, ganho por Egon Hartmann em primeiro lugar, e de Richard Paulick, Hermann Henselmann, Hanns Hopp, Kurt Leucht e Karl Souradny nos quatro lugares seguintes, uma vez a proposta final juntou as ideias propostas por estes arquitectos. Anteriormente denominada como Große Frankfurt Straße, este projecto foi considerado a «espinha dorsal» da Alemanha comunista, e foi assente nos pressupostos básicos do desenhador urbano tradicional em formas dignas de uma arquitetura historicista, mas o que não significou que não se recorresse às modernas técnicas de construção. Efectivamente, este sector focou-se na manutenção do estilo gótico e do neo-classicismo de Berlim, recorrendo a uma arquitetura historicista que apenas recorria ao moderno para as técnicas de construção¹⁴¹.

Segundo Aldo Rossi, a construção da Stalinallee constituiu-se como “Europe’s last great street”. Com 1800 metros de extensão e 80 metros de largura, é composto por 2700 apartamentos de carácter monumental, que seriam “palácios residenciais para os trabalhadores” com rendas bastante baixas. De fachadas ricas em ornamentos, espaçosos e bem equipados, invocam Schinkel e os seus contemporâneos. A Stalinallee é considerada como “pedra angular da construção do socialismo na capital da Alemanha” (W. Ulbricht)¹⁴². Em 3 de fevereiro de 1952 é iniciada a sua construção¹⁴³. Esta



34. STALINALLEE EM BERLIM ESTE
EGON HARTMANN, 1º PRÉMIO



35. PRESPECTIVA DA NOVA
AVENIDA

139 BORNGRÄBER, Christian, *Un future per quale passato? La Stalinallee e l'Hansaviertel*, Casabella, 474/475, novembro/dezembro, 1981, pag. 33-42

140 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

141 BORNGRÄBER, Christian, *Un future per quale passato? La Stalinallee e l'Hansaviertel*, in Casabella, 474/475, novembro/dezembro, 1981, pag. 33-42

142 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

143 BORNGRÄBER, Christian, *Un future per quale passato? La Stalinallee e l'Hansaviertel*, in Casabella, 474/475, novembro/dezembro, 1981, pag. 33-42



36. STALINALLEE EM BERLIM ESTE

que viria a ser a intervenção mais significativa no sector este de Berlim mesmo antes da construção do muro, negou a influência de escolas relacionadas com a Bauhaus¹⁴⁴.

Em resposta a esta vontade de fazer de Berlim Oriental a capital do modelo socialista, o lado ocidental da cidade promoveu um concurso, cujo objectivo seria o de estabelecer uma ruptura com o passado que se pretendia ser esquecido. É assim organizada a Interbau¹⁴⁵. Numa altura em que já era possível ver alguns resultados na então Stalinallee, hoje a Karl-Marx-Allee¹⁴⁶.

Apesar de serem concorrentes, estes dois projectos tinham algo em comum, pois tratavam-se de reconstruções pós-guerra no centro da cidade. Contudo, os planos de reconstrução tanto na zona ocidental como na zona oriental seguiram padrões distintos¹⁴⁷. Depois da divisão da cidade em dois sectores, Berlim Ocidental encontrava-se na linha da frente na Guerra Fria, aliando-se às políticas e planos económicos da República Federal onde os moldes dos CIAM tornaram-se um dogma do movimento moderno da República Federal¹⁴⁸. Assim, o bairro Hansa consituuiu-se como um projecto de demonstração que seria um plano para a cidade do futuro, como espelho de uma sociedade livre e democrática¹⁴⁹.

1.2.6.1 A origem de Hansaviertel:

A Interbau esteve assim envolvida na reconstrução do Hansaviertel, que se encontrava quase totalmente destruído. A sua localização, entre dois elementos naturais, o parque Tiergarten e o rio, apresentava as condições perfeitas para a implementação de um projecto de transformação da paisagem¹⁵⁰.

A história deste bairro iniciou-se em 1871, quando tinha terminado a guerra franco-alemã que levou a um posterior desenvolvimento, diferentemente do que aconteceu quando da formação de outros bairros de Berlim, como Prenzlauer Berg, onde os próprios pedreiros foram responsáveis pelo projeto dos edifícios. No caso do Hansaviertel, os 343 edifícios construídos foram projetados por arquitetos como Alfred Messel e Hans Griesebach, muito reconhecidos de Berlim devido à construção de representativos edifícios comerciais e de algumas residências. Conceituados escritórios da época, como Hart & Lesser, Holst & Zaar e Solf & Wichards também participaram. As obras

144 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

145 Ibidem

146 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

147 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in *Architectural Review*, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

148 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqutextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011

149 BORNGRÄBER, Christian, *Un future per quale passato? La Stalinallee e l'Hansaviertel*, in *Casabella*, 474/475, novembro/dezembro, 1981, pag. 33-42

150 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqutextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

urbanas de Berlim de fins do século XIX eram assumidas por construtoras que possuíam um padrão de funcionamento pré-estabelecido. Estas compravam os terrenos, tratavam dos aspectos técnicos e de planeamento, preparavam a infra-estrutura e revendiam os terrenos já parcelados, quando não havia mais interesse em expandir os ganhos com a especulação imobiliária nesta região. Em 1872, a Berlin-Hamburger Immobilien AG adquiriu o terreno pantanoso e não urbanizado localizado na margem sul do rio Spree, que aparece nos mapas antigos com o nome de Schöneberger Wiesen¹⁵¹.

O Bairro na sua origem era composto por 343 edifícios, desenhados por arquitectos já reconhecidos, Alfred Messel e Hans Griesebach, responsáveis pelo desenho dos edifícios, ao contrário do que tinha acontecido noutros bairros em Berlim (como Prenzlauer Berg), em que foram os próprios pedreiros responsáveis pelo projecto dos edifícios. O empreendimento para este bairro foi estabelecido através de empresas privadas que compravam os terrenos, preparavam as infra-estruturas e revendiam os terrenos já parcelados após o fim do interesse da especulação imobiliária. O bairro foi, assim, moldado pelas várias formas do estilo dominante da época com elementos de estilo gótico e renascentista¹⁵².

De facto, existiu um plano urbanístico que estabeleceu o traçado das ruas e avenidas partindo da futura Hansaplatz, que organizaria um ponto central no bairro. A perspectiva desejada pode ser observada nas edificações que ainda existem na Claudiusstraß, na Flensburger Straß e e no Holsteiner Ufer, a norte do Hansaviertel. Tratava-se de uma arquitectura historicista, visível através de fachadas repletas de ornamentos e que demonstravam o poder da empresa construtora. A aparência do bairro foi sendo alterada dependendo do estilo prevalente da época, encontrando-se historicismo, neo-barroco, gótico e renascentista¹⁵³.

A existência de pátios internos pertencia à estrutura urbana histórica do bairro. De facto, este era um bairro típico urbanístico de concentração populacional das grandes cidades, com ruas largas e arborizadas, e com ocupação quase total por parte dos edifícios. No entanto, a conjugação de edifícios residenciais com pequenas empresas ou fábricas comum noutras zonas da cidade, como Kreuzberg, não se encontrava presente no Hansaviertel. Os edifícios não tinham condições de iluminação e ventilação, com pátios internos escuros, o que originou falta de condições de higiene. Assim, durante este período não se considerava a hipótese de construir edifícios rodeados por zonas verdes abrangentes que resultasse numa paisagem urbana qualificada, devido ao contexto das linhas orientadoras de urbanismo existentes em Berlim e as condições da economia no pós-guerra. A política urbana prendia-se com construção de edifícios residenciais alinhados com os edifícios vizinhos, com limites estabelecidos no aproveitamento do solo, do número máximo de pisos e um tamanho mínimo para pátios internos. Considerando isto, o novo Hansaviertel não se enquadrava com o antigo regulamento¹⁵⁴.

A cidade industrial oitocentista estabelecia-se como tendo um tra-



37. HANSAVIERTEL ANTES DA DESTRUIÇÃO

151 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

152 Ibidem

153 Ibidem

154 Ibidem

çado viário, de sistema autónomo, que funcionava como elemento de suporte, ladeado por grandes edifícios plurifamiliares. Foi perante estas circunstâncias que a cidade moderna teve que se confrontar e que Hansaviertel se tentará afastar, procurando assim uma relação mais equilibrada entre os edifícios e as áreas livres. Na trama original do bairro, é possível verificar os elementos estruturadores urbanos que estabelecem os seus limites, nomeadamente o viaduto, onde circula o S-Bahn, o parque do Tiergarten, o rio Spree e a Hansaplatz. Esta praça articula o cruzamento de três alamedas - a Altonaerstraße, a Klopstockstraße e a Lessingstraße - visível na trama dos quarteirões. É de ressaltar permanência na actualidade da Hansaplatz, um dos poucos elementos. No período compreendido entre sua formação original e a destruição provocada pela II Guerra Mundial, viviam no Hansaviertel cidadãos abastados - médicos, juristas, intelectuais, artistas, banqueiros, comerciantes, etc. - em edificações de alto padrão¹⁵⁵.

Esta área suscitou interesse por parte de diversos órgãos governamentais e privados, devido à sua boa localização na cidade (entre o centro da Berlim comunista e o centro da Berlim capitalista) e proximidade ao Tiergarten e o Reichstag (parlamento). Foram diversas as ideias que surgiram para a sua nova ocupação, desde a sua anexação ao Tiergarten à inclusão em projectos em áreas vizinhas, como o Regierungsviertel (um bairro governamental) ou ainda o projecto de George Pniower (1947), que estabelecia uma cidade universitária para Ernst-Reuter-Platz, onde se encontra actualmente e Technische Universität Berlin. Por fim, foi também sugerido que a zona incluísse uma linha de comboio à cidade com direcção norte¹⁵⁶.

Porém, em 1953, foi estabelecido pelo senado de Berlim que Hansaviertel fosse reconstruído e que fosse associado a uma exposição internacional de arquitectura moderna, a Interbau de 1957. Nesse período, Berlim tinha uma necessidade e vontade específica de construir a cidade. Neste sentido, iniciaram-se operações de demolição nas zonas que não tinham sido destruídas pela guerra, que reflectiam o desejo de readaptar a cidade aos novos conceitos urbanísticos vigentes e de implementar os pressupostos da Carta de Atenas¹⁵⁷.

O bairro de Hansa assumiu assim a forma de “jardim da cidade moderna”, concretizado como peça integrante da Interbau de 1957. Esta exposição tinha por objectivos expressar os valores da modernidade tecnológica, o progresso e as preocupações sociais, tentando responder aos exemplos de “monumentalismo neoclássico” que se erguiam do lado oriental¹⁵⁸.

Desta forma, “what the east attempted with the help of reference to the past, the west undertook with an historical frivolity. The heavy, serious, somber ‘architectura of oppression’ was to be replaced by the light, bright, cheerful and serene ‘architectura of freedom,’ totalitarian ‘historicism by ‘democratic rationalism’”¹⁵⁹

155 Ibidem

156 Ibidem

157 ESKINAZI, Mara Oliveira, COMAS, Carlos Eduardo, *Niemeyer em Berlim*, Arqtextos 10/11, São Paulo, 2008 disponível em http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_10-11/1_SUMARIO_E_EDITORIAL.pdf, consultado Dezembro 2013

158 <http://www.taz.de/!4568/> consultado em Abr 2014

159 AGUIAR, José, *IBA - Berlim 1987*, *Jornal de Arquitectos*, nº 218-219 (Antologia 1981 - 2004), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Janeiro/Junho 2005, pag 7

1.2.6.2 O concurso , o plano vencedor e as suas alterações:

A reconstrução do bairro Hansaviertel em Berlim, foi peça principal da exposição de arquitetura moderna, a Interbau de 1957. Em novembro de 1951, foi aberto o “Concurso de Ideias para a Reconstrução do Hansaviertel em Berlim”. Divulgado porém somente em junho de 1953, o concurso tinha como objetivo reconstruir o bairro como área residencial moderna a partir da negação da cidade tardo-oitocentista e de sua estrutura de parcelamento em pequenos lotes. Foi divulgado em 1953, para atribuição do projecto para Hansaviertel, em que o júri incluía dois membros do Kollektivplan (plano urbanístico de 1946). O concurso pretendia que os seus participantes questionassem a criação de um conceito urbanístico para o bairro que fosse independente da antiga estrutura de parcelamento, através de um novo arranjo espacial dos edifícios segundo uma nova ordem já experimentada em Berlim durante a década de 20 durante a construção dos bairros de Haselhorst, uma parte de Waldsiedlung em Zehlendorf e nas Siemenstadt¹⁶⁰.

O bairro de Hansaviertel foi assim incluído na Interbau 1957, sob o tema “A cidade de amanhã” (Die Stadt von Morgen). A oportunidade é excepcional. Para além da criação de projectos e exposições, foram construídas novas estruturas urbanas, assim como tipologias residenciais. Participaram cerca de 50 arquitectos de 13 países diferentes. A exposição Interbau 1957 continuou a mesma estrutura de exposições anteriores e foi a primeira exposição após o fim da segunda guerra mundial. Teve a sua origem em Berlim Ocidental, procurando transmitir os seus valores de liberdade e democracia¹⁶¹.

O antigo bairro de Hansaviertel foi bastante destruído pelos bombardeamentos durante a segunda guerra mundial. Neste sentido, surge a oportunidade de demonstrar o que de melhor a arquitectura e o urbanismo eram capazes de oferecer em termos de habitação social. Ostentava reflectir uma nova sociedade, expressa a partir de novas ideologias na área habitacional, sustentadas pelo modelo de modernista¹⁶².

A exposição foi coordenada por Otto Bartning, e a restante comissão foi sofrendo alterações ao longo do tempo, pois os seus elementos tinham dificuldades em decidir se pretendiam participar na organização da exposição ou no concurso. Contou com a participação do arquitecto paisagista Walter Rossow e do arquitecto Hans Schoszberger, que colaboraram desde o seu início¹⁶³.

Numa fase inicial, foi decidido que se pretendia edificios altos isolados, construídos no meio de espaços verdes, procurando deixar livre a maioria do solo. Assim, procurava-se responder às necessidades de reco-



38. TIERGARTEN
EM JANEIRO DE 1947



Plan des südlichen Hansaviertels vor der Kriegszerstörung mit 161 Gebäuden.



Nach dem Krieg waren noch 21 Häuser bewohnbar.

39. HANSAVIERTEL
ANTES E DEPOIS DA GUERRA

160 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau e a requalificação moderna do oitocentista Hansaviertel em Berlim - 1957*, em anais do 7º seminário docomomo, Porto Alegre, Out. 2007, disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/035.pdf>, consultado em Nov 2013

161 Ibidem

162 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arquitectos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011

163 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau e a requalificação moderna do oitocentista Hansaviertel em Berlim - 1957*, em anais do 7º seminário docomomo, Porto Alegre, Out. 2007, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

<http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/035.pdf> consultado em Nov 2013

meço na cidade, e onde era negada a estrutura da cidade tardo-oitocentista assim como o seu parcelamento. Efectivamente, o bairro seria constituído por grandes áreas sem construção que reflectissem a intenção de diminuição da densidade populacional nas cidades. Para além disso, também se iria reformular a relação entre o bairro e o Tiergarten. A única regra estabelecida no concurso foi a manutenção da largura da Altonaer Straße¹⁶⁴.

O financiamento para a realização da Interbau proveio dos EUA através do Plano Marshall para a reconstrução europeia. O concurso recebeu 98 propostas, e os vencedores foram os arquitectos Gerhard Jobst e Willy Kreuer, cuja proposta mantinha o viaduto e a Altonaerstraße como unidades de estruturação do bairro. Apresentava uma alameda como eixo de composição simétrico composto por barras (i.e. Zeilenbau) de 4 a 9 andares. A proposta vencedora foi alterada por forma a integrar uma maior diversidade de tipologias residenciais¹⁶⁵.

O plano de Jobst e Kreuer apresentava um conjunto de pressupostos distintos que sustentava a implantação dos edifícios. As barras com menor altura seguiam o traçado das vias, mesmo que de forma desalinhada. Foram colocadas lâminas de cinco andares, entre o viaduto do S-Bahn e o rio Spree, sobre a antiga estrutura viária por forma a organizarem-se num conjunto de quarteirões erodidos. Destes, algumas barras que os compunham, continuavam no sentido da avenida a oeste, o que resultou em conjuntos semifechados. Por outro lado, um outro grupo de edifícios encontrava-se perpendicular ao rio, formando conjuntos abertos. No sentido este da linha de comboio eram propostas lâminas de menor altura no seguimento do arco do viaduto mas de forma desalinhada, o que formava uma linha quebrada, que se prolonga sobre a estrutura viária existente da Händelallee com a sugestão de lâminas de quatro andares. Por sua vez, os blocos mais altos funcionavam como elemento estruturante do núcleo e da figura urbana dominante da composição e encontravam-se grosso modo simétricas no que se refere ao eixo formado pela Altonaerstraße. Quanto ao arranjo arquitectónico, os autores do projecto explicam na sua memória descritiva: "Os edifícios estão planeados para serem colocados naturalmente livres em uma baía que se abre para o Tiergarten, e devem se apresentar, através dessa 'falta de obrigação', como uma expressão de claro contraste contra os edifícios construídos ditatorialmente"¹⁶⁶. Tanto o projecto como a sua memória descritiva podem ser considerados como um manifesto moderno¹⁶⁷.

164 Ibidem

165 ESKINAZI, Mara Oliveira, COMAS, Carlos Eduardo, *Niemeyer em Berlim*, Arqtextos 10/11, São Paulo, 2008 disponível em http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_10-11/1_SUMARIO_E_EDITORIAL.pdf, consultado Dezembro 2013

166 JOBST, Gerhard, (Memorial descritivo do projeto enviado para o concurso) in ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013, pag 61

167 Ibidem



40. PROPOSTA VENCEDORA,
DE JOBST E KREUER



41. PROPOSTA
VENCEDORA, MAQUETA



42.ALUMINIUM CITY

43.BAIRRO DE ROEHAMPTON
LANE HOUSING

Mara Eskinazi acredita que o projecto para a Aluminium City de Walter Gropius e Marcel Breuer, foi uma das principais influências para a elaboração do projecto de Jobst e Kreuer em termos de composição e disposição espacial. De facto, este projecto é considerado um dos exemplos mais significativos que anteciparam as ideologias do bairro de Hansaviertel. Para além deste, o bairro de Roehampton Lane Housing, projectado em 1951 por Leslie Martin, apresentava semelhanças com Hansaviertel, por se localizar em proximidade com um parque e agregava um diverso conjunto de tipologias habitacionais, combinação de torres, barras e casas de um piso. Destes destacavam-se um grupo de dez torres de onze pisos que marcavam de forma significativa a paisagem que poderiam ter servido de inspiração para o projecto do bairro alemão. No entanto, estes projectos distinguem-se no facto de Roehampton assentar num conceito unitário, enquanto que em Berlim os edifícios foram projectados como peças singulares num conjunto¹⁶⁸.

No entanto, não constava na memória descritiva estas influências de nem Le Corbusier ou Gropius. Os arquitectos apenas fizeram referência aos edifícios Grindel, os primeiros edifícios altos na Alemanha do programa de reconstrução, situados em Grindelberg (Hamburgo). Eram compostos por seis barras de nove pisos e seis barras de 14 pisos, ambos em betão armado, que agregavam em si tanto o modelo estrutural de cidades verticais de Ludwig Hilberseimer como a proposta de Le Corbusier do verde fluído dos bairros habitacionais¹⁶⁹.

Na proposta Jobst e Kreuer o desalinamento entre barras e inexistência de relações de ortogonalidade entre as mesmas, deve-se ao facto das pré-existentes terem sido descartadas como elemento preponderante para a nova composição, como reflexo das ideologias de liberdade e progresso que caracterizavam a Alemanha ocidental. Ainda assim, manteve o viaduto do S-Bahn e a Altonaerstrasse como elementos estruturante do bairro, mas acrescentando uma avenida a oeste ao longo do viaduto¹⁷⁰.

No seu projecto, Jobst e Kreuer acumularam influências das figuras de Gropius e Breuer, assim como o modelo dos edifícios de Grindel. Desta forma ia de encontro com as ideias de Hans Scharoun que defendia que deveria surgir uma nova arquitectura sem qualquer relação com o edifício tradicional histórico, optando por um conceito completamente novo para Berlim, adoptando uma postura mais orgânica mais livre¹⁷¹.

Numa versão posterior à premiada, Jobst mantinha a mesma configuração, com a diferença de que a área de intervenção tinha sido reduzida e limitada (a área compreendida entre o viaduto do S-Bahn e o rio Spree não é considerada.). Da proposta inicial permanecem os dois anéis de edificado, para os quais projectou um conjunto de edifícios de diferentes tipologias, incluindo conceitos de arquitectos que tinham ficado classificados em 2º e 3º lugar - as torres de Kurt Kurfiss, uma no acesso sudoeste e outra junto à Hansaplatz. alcançando assim uma maior densidade habitacional. Para além

168 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

169 Ibidem

170 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

171 Ibidem

disto, foi sugerida a construção de um centro comercial em Hansaplatz. Porém, entre 1954 e 1955, o plano encontra outra direcção sob a coordenação de Otto Bartning, cujos resultados foram apresentados na primeira conferência de arquitectos, onde também ficaram definidos os novos conceitos do concurso e as reformulações a realizar no projecto premiado¹⁷².

Assim, as alterações ao projecto original implementadas por Bartning e os restantes elementos, constituíram diferenças significativas na organização básica dos edifícios, nomeadamente introduzindo uma clara ordem ortogonal orientada pelos pontos cardeais, segundo orientações de J. B. Bakema. Esta alteração encontrava-se de acordo com a organização urbana implementada durante os anos 20 apoiada na orientação solar (que sugere como adequado implantar os edifícios com seu comprimento maior no sentido norte-sul, de modo a garantir que todos os edifícios estejam orientados para o leste e/ ou para o oeste). A redução da área a intervir, introduzida por Jobst foi mantida¹⁷³. Na proposta de 1955 é possível verificar que a Klopstockstrasse regressa ao seu papel de elemento estruturador, apesar de se ter alterado o seu traçado a norte do cruzamento com a Altonaerstrasse, passando a ser denominada por Bartningallee¹⁷⁴.

De um modo geral, o plano urbanístico abrangia uma área de 177 hectares de área bruta e 22 hectares correspondente a vias públicas, com 1300 unidades habitacionais. Em vez das inclinações e direcções inicialmente planeadas, ficou implementado o predomínio do ângulo recto. No entanto, foram mantidos o traçado das ruas, dois arcos voltados para o Tiergarten, a graduação de alturas com as construções mais baixas junto ao Tiergarten, as duas torres e o centro comercial em Hansaplatz. A pretensão de uma área verde significativa, obrigava à partida à redução da densidade habitacional, isto é, ao nível do área de ocupação do solo, o que seria compensado pelo favorecimento de tipologias em altura. Neste sentido, a forte presença de arquitectos paisagistas durante a Interbau é reflexo da intenção de proporcionar aos moradores grandes espaços verdes integrados com os espaços habitacionais, enfatizando ainda o privilégio pelo espaço público colectivo em detrimento das áreas habitacionais reduzidas. Em consequência disso, dá-se um aumento da qualidade da habitação, e generosas áreas comuns, espaço para socializar na relação com o exterior. Contudo é de ressaltar que após a Primeira Guerra Mundial, se trata de uma arquitetura que difere radicalmente dos modos de até então, partindo de um novo sistema social. Como tal as condições das novas habitações mais “saúdáveis, higiénicas e bem distribuídas”, chamaram a atenção da população de classe média alta¹⁷⁵.

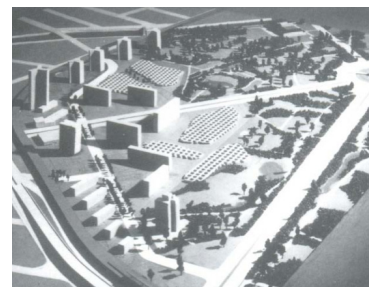
172 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

173 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arquitectos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

174 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

175 o facto de se tratar de uma zona central condicionava a sua ocupação, destinada para as classes favorecidas, sendo que a classe operária se distribuía por construções periféricas.

ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em



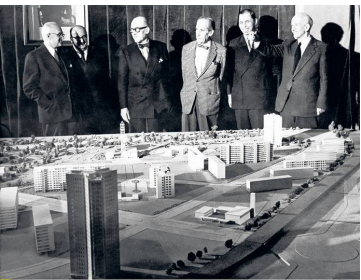
44.A PROPOSTA EM 1955, APÓS ALTERAÇÕES



45.FOTO DA ABERTURA DA EXPOSIÇÃO



46.INAUGURAÇÃO, 1957



47.MAQUETA DA EXPOSIÇÃO

Entre a conclusão da última intervenção realizada por Bartning e a construção efectiva do plano urbanístico também houve mudanças mais pequenas. O projecto final focou-se na implantação dos edifícios enquadrados numa grande área verde, com diversidade tipológica sob uma mesma lógica de disposição, com o objectivo de exemplificar as alternativas disponíveis para a vivência moderna na cidade Assim, a reconstrução moderna do Hansaviertel não objetivou resgatar o padrão urbano ou edílico do local¹⁷⁶. Segundo Mara Eskinazi, “O plano final para o Hansaviertel é uma composição sofisticada, que utiliza de maneira inteligente a articulação axial, a simetria, a série, a inversão e a erosão da geometria elementar “; de 39 edifícios (sendo que outros 3 fora da área delimitada para o concurso)¹⁷⁷.

A inauguração da exposição estava marcada para 1956, no entanto como em 1955 ainda não tinha sido concluído nenhum projecto, esta foi adiada para 1957 e esteve aberta entre 6 de julho e 29 de setembro, apesar de muitos dos edifícios não estarem prontos pois só chegaram a ser concluídos em 1962¹⁷⁸. A exposição pretendia demonstrar o desenvolvimento urbano, em contraposição a arquitetura ocidental com o “falso esplendor” do Stalinallee, perspectivando o futuro que libertasse do passado¹⁷⁹.

Em 1957 a Interbau estabelecia-se como “a cidade do futuro”, numa continuidade do modernismo, contando com a participação de arquitectos de renome como Aalto, Niemeyer, Le Corbusier, Gropius, Jacobsen, entre outros. De certa forma, o Weissenhofsiedlung e o Interbau poderiam ter sido realizados em qualquer sítio, uma vez que foram demonstrações de planeamento objectivo que eram construídos em lugares abertos, sem relação com a história. Pelo contrário, teve que se superar o *Mietkasernen*, uma estrutura urbana densa originada no século XIX, os planos monumentais da era nazi, as consequências da guerra e o programa de construção de Berlim oriental e mais especificamente do Stalinallee¹⁸⁰.

Os pressupostos modernos da Interbau não tinham origem nos anos 50. Estes provinham das ideologias dos anos 20 e foram das influências mais significativas da Interbau. Isto porque as reformas sociais das primeiras décadas do século introduziram novos estilos de vida e novas formas de habitar a cidade¹⁸¹. Os conceitos dos anos 20 contribuíram ainda para a justificação dos Zeilenbau de altura média de Ernst May, assim como os blocos de dez e doze pavimentos de Gropius, ambos presentes no Interbau. Com esta transição de ideologias dos anos 20 para os anos 50 foi possível estabelecer a redução da densidade populacional e utilização de elementos naturais da paisagem urbana como forma de reconstrução da cidade¹⁸².

arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

176 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

177 Ibidem

178 Ibidem pag 73

179 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, Architectural Review, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

180 Ibidem

181 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

182 DAVEY, Peter e CLELLAND, Douglas, *Berlin origins to IBA*, in Architectural

Um dos objectivos da Interbau prendia-se precisamente com um modelo livre e democrático, onde havia espaço para a investigação desenvolvida pelos arquitectos com menos experiência. Assim, havia uma exploração da capacidade de articular diferentes tipos habitacionais que estruturavam a forma urbana¹⁸³. A Interbau mostrava-se, assim, comprometida com objectivos arquitectónicos e urbanísticos de certo modo distintos dos apresentados nas tipologias habitacionais desenvolvidas no período do pós-guerra para construção de habitações em massa, no sentido em que foi uma intervenção realizada em pleno centro urbano, e não na periferia. Neste sentido, era pretendido, adquirir um sentido de conjunto e ao mesmo tempo estar apto a expressar tanto a multiplicidade da cultura urbana quanto as diferentes possibilidades de se habitar em uma cidade moderna¹⁸⁴.

No entanto, este projecto diferia do conceito de zoneamento da Carta de Atenas. Caracterizava-se por edifícios habitacionais, de um e dois pisos, conjugando torres, barras, zonas comerciais e equipamentos sociais, concentrados numa mesma zona, expressando uma maior diversidade urbana e de formas de viver na cidade. Assim, o projecto de Hansaviertel distinguia-se neste aspecto da visão moderna da cidade, focada numa única tipologia. No entanto, esta intervenção apresentava uma mesma debilidade que outros projectos modernos na cidade, a de não conseguir estabelecer uma imagem mais coerente e consequente com a mesma, tratando-se apenas de elementos individuais de arquitectura, e de um fragmento no contexto. Desta forma, as propostas modernas para residência tratavam-se de respostas globalizadoras e excludentes entre si, uma vez que não incluíam diversidade tipológica no seu desenvolvimento. Apesar disto, também não foi possível implementar um modelo puro e incontaminado na cidade moderna, já que a divulgação de um modelo amplamente aplicado não se verificou¹⁸⁵.

A construtora Hansa AG assumiu a construção dos edifícios que se encontrava sujeita a um conjunto de regras estabelecidas pelo estado para habitações sociais, principalmente no que se referia à limitação de preços de renda e do tamanho dos apartamentos. Esta empresa teve envolvida desde o início, tanto na fase de reorganização do solo, de pequenas parcelas a parcelas maiores, como na construção dos edifícios¹⁸⁶.

Quanto a este, o parcelamento da antiga estrutura contava 162 terrenos originais. A Hansa AG procede ao um replanelamento e reorganização do solo agrupando as novas tipologias propostas. A empresa construtora eliminou um dos duas áreas de casas, localizado junto ao Hanseatenweg. em seu lugar, ao sul da série de cinco torres e foram construídos quatro edifícios pequenos, nomeadamente três barras e um edifício de planta central, assim como a Akademie der Künste, finalizada em 1960, servidos pelo arruamento Hanseatenweg¹⁸⁷. Os projectos destas edificações foram realizados por Max

Review, n.1082, Abril de 1987, págs. 23-25

183 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

184 Ibidem

185 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

186 Ibidem

187 Ibidem

Taut Otto H. Senn, Kay Fisker Werner Düttmann. Apesar disto, uma parte significativa do plano urbanístico construído já estava presente na concepção de Bartning.¹⁸⁸ A empresa responsável pela construção eliminou, ainda, uma de duas áreas previstas, substituído por um grupo de quatro pequenos edifícios. Estas edificações têm como autores nomes conhecidos como Max Taut, Otto Senn, Kay Fisker, Wemer Düttmann¹⁸⁹.

A sul de Hansaplatz predominam edifícios de oito a dez andares, que acompanham as ruas Klopstockstrasse e a larga Altonaerstrasse. No entanto o edifício que atinge um maior destaca é de carácter residencial de 17 andares (Müller-Rehm), que em concordância com um pequeno equipamento – o pavilhão de Berlim de um piso,- assinalam a entrada no conjunto pela Klopstockstrasse.

A oeste da Klopstockstrasse encontra-se um conjunto de blocos de quatro andares (apesar de terem sido planeados 5, contudo o projecto de Klein perto do Berlin-Pavillon não foi chegou a ser construído) que seguem o traçado do viaduto do S-Bahn e conta com os projectos de Hans Christian Müller, Günther Gottwald, Wassili Luckhardt e Hubert Hoffmann, e Paul Schneider-Esleben. Na zona norte de Bartningallee e na continuidade com S-Bahn encontram-se cinco torres de dezasseis pavimentos, que incluem projectos de Luciano Baldessari, J. H. van den Broek e J. B. Bakema, Gustav Hassenpflug, Raymond Lopez e Eugène Beaudouin, e Hans Schwipertt. Esta série, que acompanha a curva do viaduto do trem, foi igualmente mantida do projeto de Otto Bartning. que seguem a curva do viaduto até a estação Bellevue formam sequências que dão ritmo à composição.

No extremo oeste da Altonaerstrasse estava prevista a construção de uma torre no entanto o espaço foi dedicado exclusivamente à igreja de Saint Ansgar. Quanto à torre junto ao centro comercial, na margem oposta, esta manteve-se porém viu a sua altura reduzida. No que se refere ao centro comercial, este varia entre 1 a 2 pisos que acolhem uma série de funções, nomeadamente: estação de metro, lojas, restaurantes e cinema, e a biblioteca foi alargada para incluir igreja e jardim de infância. Todos estes edifícios de altura reduzida que circunscreves a Hansaplatz preparam passagem para a a escala dos edificios que se seguem.

Do projecto inicial importa ressaltar que se manteve como vestígio o conceito de dois semicírculos abertos para o Tiergarten com barras de oito a dez pisos bem como a ideia de conformar uma outra entrada no conjunto pela “porta Oeste”, neste caso conseguida com a relação do edifício de Oscar Nimeyer e o de Sten Samuelson ao se implantarem a 45° em relação à Altonaerstraße e como tal perpendicularmente um com o outro¹⁹⁰.

Nas margens junto ao Tiergarten foram implantadas edificações baixas, compostas por três conjunto de casas térreas¹⁹¹, permitindo desta



48.ENQUADRAMENTO
DA AVENIDA

188 http://www.stadtentwicklung.berlin.de/cgibin/hidaweb/getdoc.pl?DOK_TPL=lda_doc.tpl&KEY=obj%2009050387,T,022 consultado a Fev 2014

189 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011

190 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

191 Autores dos conjuntos: um dos conjuntos conta com a participação de Günther Hönow, Sergius Ruegenberg e Wolff von Möllendorf e Sep Ruf, um segundo conjunto tem como autores Joahannes Krahn, Alois Giefer e Hermann e por último o conjunto mais a este de Eduard Ludwig

forma uma maior ligação visual com a paisagem do parque, assim como a marcação da transição para o conjunto as três barras de Vago, Aalto e Jaenecke-Samuelson¹⁹².

Nas barras altas de Fritz Jaenecke e Sten Samuelson e a de Pierre Vago, assim como a própria Unidade de Habitação de Le Corbusier, mesmo com as alterações sofridas, os projectos dos edifícios que foram incluídos no concurso apresentavam uma forte continuidade com as ideologias anteriores dos seus respectivos autores. No entanto, um grupo particular de arquitectos, como Oscar Niemeyer, Luciano Baldessari, Alvar Aalto e Jacob Bakema desenvolveram projectos considerados únicos e pioneiros¹⁹³.

A Interbau acompanhou a onda de demolições deste período, através da inclusão de blocos e torres, por forma a alcançar a densidade populacional desejada, sem sacrificar as zonas verdes. A área residencial conseguia fundir-se, assim, com o Tiergarten, o que anteriormente não se verificava. As zonas de circulação como caminhos, vias internas e verde, asseguravam a distinção entre os espaços públicos e os semipúblicos. Como é referido no catálogo da exposição: Áreas verdes não são mais somente áreas de estacionamento ou restos de áreas não construídas na cidade; elas devem ser percebidas como uma viva e funcional parte da paisagem¹⁹⁴.

Ainda como parte da Exposição foram construídos três edifícios fora da área de Hansaviertel, uma escola e o Kongresshalle nas proximidades do Tiergarten, assim como uma das cinco unidades de habitação de Le Corbusier¹⁹⁵.

No que se refere à escola, um projecto de Bruno Grimmek, este encontrava-se num terreno a norte de Hansaviertel, entre uma avenida com forte tráfego automóvel e o rio Spree. A altura do edifício variada entre os 2 a 3 pisos. Também foi projectado por Hugh A. Stubbings, assistente de Gropius em Harvard, um edifício para eventos- Kongresshall-, localizado em Spreebogen na margem do rio Spree¹⁹⁶.

Le Corbusier viu a sua influência na Interbau manifestar-se de duas formas - através dos seus conceitos, utilizados por outros arquitectos na realização dos seus projectos para o concurso- como nos edifícios de Paul Baumgarten e Otto Senn de Hans Schwippert, de Van den Broek e Bakema e por último na barra de Oscar Niemeyer e de forma directa através da construção de uma Unidade de Habitação similares às que se vinham reproduzindo pelo mundo. Uma vez que não era possível dispor de uma área suficiente para a implantação de uma Unidade de Habitação em Han-



49. UNITÉ D'HABITATION INTERBAU

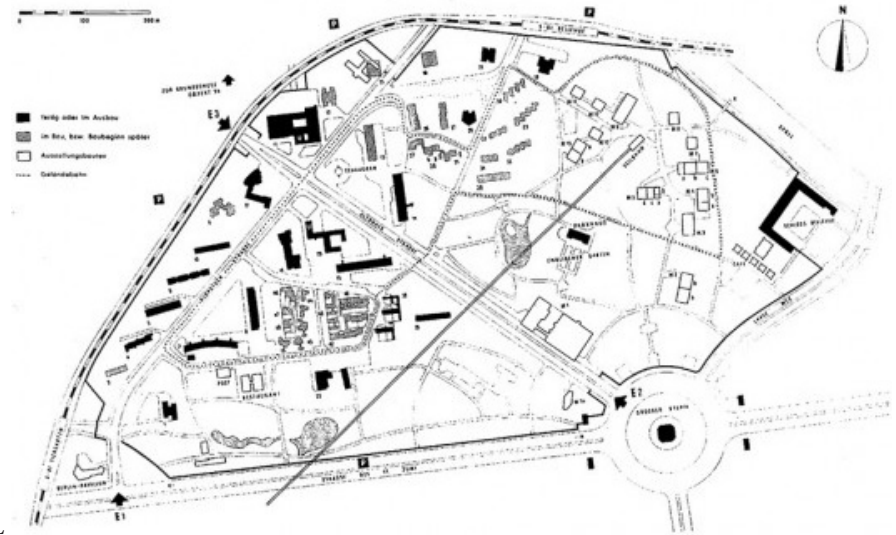
192 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

193 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

194 Ibidem, pag 34

195 ESKINAZI, Mara Oliveira, COMAS, Carlos Eduardo, *Niemeyer em Berlim*, Arqtextos 10/11, São Paulo, 2008 disponível em http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_10-11/1_SUMARIO_E_EDITORIAL.pdf, consultado Dezembro 2013

196 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013



50.IMPLANTAÇÃO FINAL



51.PERSPECTIVA GERAL

saviertel, optou-se por uma nova localização afastada do bairro em questão. Com 17 pisos e 530 apartamentos, esta acabou por ser construída em Charlottenburg, sul do Estádio Olímpico e ao norte da floresta de Grunewald¹⁹⁷

Síntese:

Considera-se que a oportunidade de reconstruir da cidade face à destruição causada pela guerra não foi aproveitada de forma devida, uma vez que o grande volume de bairros construídos se encontravam fora da cidade. Além disso, os edifícios construídos manifestavam um carácter de fragmentos arquitectónicos circunscrevendo-se apenas a partes de cidade, caracterizando-se por uma descontinuidade e desalinhamento face à trama viária (contexto pré-existente)¹⁹⁸.

O conceito moderno de cidade e de zoneamento funcional influenciou várias intervenções em reconstruções europeias, com bairros habitacionais periféricos e outros projectos urbanísticos para Berlim, como o de Le Corbusier, Hans Scharoun ou dos Smithson (que foram submetidos para o concurso Hauptstadt Berlin). Neste sentido, acabou por funcionar como uma base para o debate sobre o modelo de cidade, que levou ao processo da IBA de 1987, que se estabeleceu como um grande movimento de crítica à Interbau¹⁹⁹

No entanto, as críticas não decorreram só durante a IBA. Também a Interbau foi criticada, nomeadamente por James Maude Richards na Revista *Architectural Review* (1957), no artigo “What has happened to the Modern Movement?”, que apontava que os projectos modernos poderiam ser destrutivos para o planeamento da cidade uma vez que havia uma falência na aplicação dos seus pressupostos face às necessidades das sociedades pós-guerra, pois prevalecia a forma dos edifícios como elementos isolados, não integrados no contexto alargado da cidade. No entanto confirma que constitui uma fase para a consolidação e desenvolvimento da arquitectura moderna. Contudo, tal como afirma Martí Arís: “a repetição acrítica e acomodativa desta fórmula, especialmente nos anos posteriores à II Guerra Mundial, acabou por conduzi-la ao seu descrédito e esgotamento”²⁰⁰.

197 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

198 Ibidem

199 Ibidem

200 MARTÍ, Carlos, in ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008, pag 168



As plantas compreendem a área do desenvolvimento do século XIX (Hobrecht).

1. 1940. A mancha a dourado corresponde às zonas destruídas durante a II Guerra Mundial.
2. 1953. O círculo a dourado circunscreve a área correspondente à Interbau de 1957.



52. PLANTA DE ENQUADRAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA EXPOSIÇÃO:

1 – HANS CHRISTIAN MÜLLER 2 – GÜNTHER GOTTWALD
3 – WASSILI LUCKHARDT E HUBERT HOFFMANN 4 – PAUL
SCHNEIDER ESLEBEN 5 – BEZRIKSAMT TIERGARTEN, AMT
FÜR HOCHBAU 6 – WILLY KREUER 7 – ERNST ZINSSER E
HANSRUDOLF PLARRE 8 – LUCIANO BALDESSARI 9 – JOAH-
ANNES HENDRIK VAN DEN BROEK E JACOB BEREND BAKE-
MA 10 – GUSTAV HASSENPLUG 11 – RAYMOND LOPEZ E
EUGÈNE BEAUDOUIN 12 – HANS SCHWIPPERT 13 – WERNER
DÜTTMANN 14 – OTTO H. SENN 15 – KAY FISHER 16 – MAX
TAUT 17 – FRANZ SCHUSTER 18 – EGON EIERMANN 19 – OS-
CAR NIEMEYER 20 – FRITZ JAENECKE E STEN SAMUELSON
21 – WERNER DÜTTMANN 22 – ALVAR AALTO 23 – PIERRE
VAGO 24 – WALTER GROPIUS, TAC E WILS EBERT 25 – KLAUS
MÜLLER-REHM E GERHARD SIEGMANN 26 – LUDWIG LEM-
MER 27 – PAUL G. R. BAUMGARTEN 28 – EDUARD LUDWIG 29
– ARNE JACOBSEN 30 – GERHARD WEBER 31 – ALOIS GIEFER
E HERMANN MÄCKLER 32 – JOHANNES KRAHN 33 – SERGI-
US RUEGENBERG E WOLFF VON MÖLLENDORF 34 – SEP RUF
35 – GÜNTHER HÖNOW

EDIFÍCIOS PROJETADOS APÓS A INTERBAU:

36 – KLAUS KIRSTEN 37 – KLAUS KIRSTEN 38 – BODAMER E
BERNDT

EDIFÍCIOS LOCALIZADOS FORA DO HANSAVIERTEL:

39 – BRUNO GRIMMEK 40 – LE CORBUSIER 41 – HUGH A.







1. Hans Muller, Berlim



2. Günther Gottwald, Berlim



5. Günther Wilhelm, Estugarda (Infantário)



6. Professor Willy Kreuer, Berlim (Igreja)



9. H. van den Broek e J. B. Bakema, Roterdão



10. Gustav Hassenpflug, Munique



13. Akademie der Künste - Düttmann



14. Otto H Senn, Basel



3. Wassili Luckhard e Baurat Hubert Hoffmann, Berlim



4. Dipl.-Ing. Schneider-Esleben, Düsseldorf



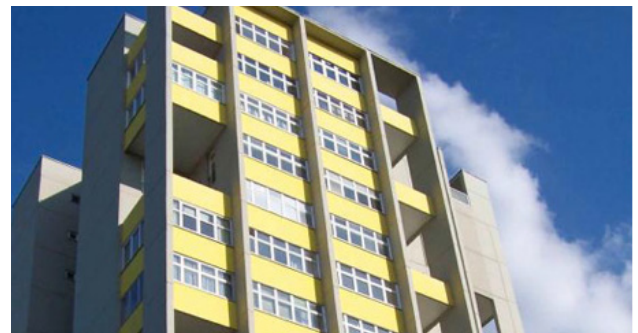
7. Professor Ernst Zinsser, Hannover



8. Dr. Luciano Baldessari, Milão



11. Raymond Lopez e Prof. Eugène Beoudouin, Paris



12. Dr.-Ing. Hans Schwippert, Düsseldorf



15. Kay Fisker, Copenhaga



16. Max Taut, Berlim



17. Franz Schuster, Viena



18. Egon Eiermann, Postdam



21. Werner Düttmann, Berlin



22. Alvar Aalto, Helsinquia



25. Klaus Müller-Rehm und Gerhard Siegmann, Berlin



26. Ludwig Lemmer, Berlin



29. Architecta Jacobsen, Copenhaga



30. Arquitecto Professor Gerhard Weber, Frankfurt



19. Oscar Niemeyer, Rio de Janeiro



20. Fritz Jaenecke e Sten Samuelson (Malmö/Schweden)



23. Pierre Vago, Paris



24. Walter Gropius, USA



27. Arquitecto Professor Dipl.Ing. Paul G. R. Baumgarten, Berlim



28. Eduard Ludwig, Berlim



31. Arquitecto Dipl.-Ing. Alois Giefer, Frankfurt



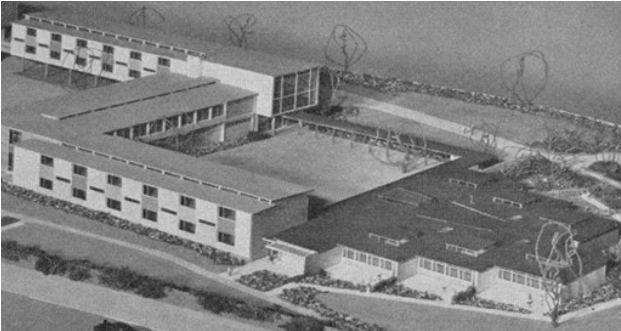
32. Johannes Krahn, Frankfurt



33. Sep Ruf, Munique



34. Sep Ruf, Munique



39. Bruno Grimmek, Berlim



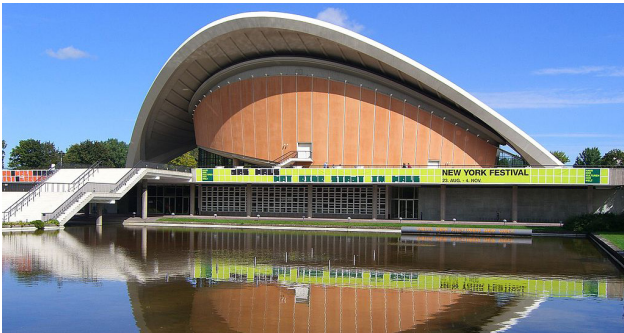
40. Le Corbusier, Paris



35. Günter Hönow, Berlim



36. Klaus Kirsten e Heinz Nather



41. Hugh A. Stubbins, Cambridge, Massachusets, USA



42. Hermann Fehling, Daniel Gogel e Peter Pfankuch (Pavilhão de Berlim)



1.3 Plano de Melhoramentos do PORTO (1956-1966)

1.3.1 O Moderno em Portugal VS a arquitetura do regime: a luta pela modernidade

O panorama descrito anteriormente, manifesta os seus reflexos em Portugal de forma tardia, demonstrando um evidente desajuste relativamente aos modelos produzidos no contexto europeu desde os anos 20.²⁰¹ No entanto, tal facto não impossibilitou a existência de uma *primeira geração moderna*, em pouco tempo comprometida pela instauração de um novo regime autoritário de linguagem nacionalista. Neste sentido, ao nível arquitectónico este constituiu um momento singular²⁰² de acordo com os interesses oficiais, proporcionando uma produção “convicta e coerente, contraditória e ambígua” relativamente às ideologias do regime.²⁰³

A arquitetura portuguesa no início do século XX, apresenta uma transitoriedade e vulnerabilidade teórica pela falta de divulgação e acesso às práticas europeias.²⁰⁴ Deste modo, o controlo dessas experiências condicionou a chegada de informação, resultando no isolamento do país face ao resto da Europa.²⁰⁵ Pela sua posição periférica, distante do epicentro da arquitetura moderna na Europa (Alemanha) e sob uma ditadura reacionária,²⁰⁶ Portugal direciona a sua prática no sentido de criar uma arquitetura de carácter local, independente das bases lançadas pela Arquitetura Moderna.²⁰⁷ A prática arquitectónica nacional até então desenvolvida, expressava uma atitude paradoxal na relação com o debate internacional, sendo no entanto conformada à realidade portuguesa.²⁰⁸

O período que se seguiu ao golpe de Estado fascista (1926) assinala o aparecimento de um novo regime político de carácter autoritário, o Estado Novo, subsequente a um período democrático-liberal que se manteve de 1910 até à data supracitada. Os anos que se seguiram ao golpe militar e à Constituição de 1933, não impediram a continuidade de experiências modernistas, assinalando o aparecimento de obras pontuais relevantes. Neste sentido, essas práticas arquitectónicas, pretendiam renovar a sua expressão e concepção, tendo por base o modelo europeu dos anos 20, com maior ou menor consonância com este²⁰⁹.

201 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1988

202 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008

203 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974*; Porto : Faup Publicações, 1988

204 FIGUEIRA, Jorge, *Escola do Porto : um mapa crítico*, Ed. DARQ, Coimbra, 2002

205 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

206 BANDEIRINHA, José António (ed.), *Fernando Távora: modernidade permanente*, Matosinhos, Associação Casa da Arquitectura, 2012.

207 BARBOSA, Cassiano (comp.), *ODAM : Organização dos Arquitectos Modernos : Porto : 1947-1952*, Porto, Edições Asa, 1972.

208 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1997.

209 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008

A primeira geração moderna manifestou-se de forma mais evidente (entre anos 27 e 40) em edifícios como garagens, estações de serviço, e salas de espetáculos, compreendendo o desejo de progresso e renovação urbana. Entre as primeiras obras dos recém formados arquitectos na época, encontram-se um dos primeiros prédios de escritórios – Agência Havas (1922), em Lisboa, de Carlos Ramos, bem como alguns prédios e vivendas de Pardal Monteiro.²¹⁰ Entre os edifícios que comportam novos programas, destaca-se por exemplo o Coliseu do Porto (1939), obra de Cassiano Branco²¹¹. Contudo, no Porto, não se denota uma linguagem estilística coerente/inteligível, isto é, as opções são reflexo do *funcionalismo* como motivo ideológico, mais do que um fundamento metodológico de criação.²¹² Assim, “o gosto Art Déco evolui para um modernismo experimental tendencialmente monumental, condensado na década de “Ouro das Obras Públicas”.²¹³ Esta obra de cariz moderno, constituirá um dos últimos sinais da primeira geração moderna no Porto, à margem do controlo do poder político que se fazia sentir de forma mais proeminente na capital.²¹⁴

O final dos anos 30 viria a marcar a consolidação e conversão aos moldes do regime. Neste sentido, e de acordo com as manifestações políticas que adquiriam expressão na Europa, o Estado Novo português defendia agora o conservadorismo e valores tradicionais nacionalistas, afastando-se dos padrões internacionais para se aproximar dos seus interesses. Muitos dos arquitectos portugueses passam assim a colaborar com as diretivas oficiais, abdicando dos cânones vanguardistas.²¹⁵ Deste modo, os valores da ideologia dominante, ao nível arquitectónico, incidiam sobre um classicismo despojado dos edifícios do regime e no tema da “Casa Portuguesa”, imagem do pitoresco e da ruralidade do país.²¹⁶

É neste cenário que a tolerância (por parte do regime: Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas na altura) finda face às práticas modernistas forma de afirmação da sua postura sobre o espaço social.²¹⁷ A Exposição do Mundo Português, realizada em 1940 em Belém, onde se apresentava patente a ideia laboratorial para uma *Cidade Nova*, constituiu, assim, uma reprodução da política urbana do Estado Novo.²¹⁸ Considerando as ideologias vigentes no período em questão, é possível identificar uma atitude de subversão à modernidade através da comemoração dos valores tradicionais. Este conceito de *cidade* consistia essencialmente na aposta numa “nova



53. COLISEU DO PORTO
CASSIANO BRANCO



54. EXPOSIÇÃO DO MUNDO
PORTUGUÊS

210 TOSTÕES, ANA, *Sob o Signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.) *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

211 Ibidem

212 FIGUEIRA, Jorge, *Escola do Porto : um mapa crítico*, Coimbra, Ed. DARQ, 2002

213 TOSTÕES, Ana, *Sob o Signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.) *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, pag 20

214 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974*; Porto, Faup Publicações, 1988

215 GRANDE, Nuno, *A Cidade como um Ford*, in *Jornal Arquitectos*, n. 205, Ordem dos Arquitectos, Lisboa 2002, pag 39-43

216 TRIGUEIROS, Luiz (ed.), Fernando Távora, editado, Lisboa : Blau

217 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa , Livros Horizonte, 2008

218 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra : Ed. Darq, 2002

imagem” que passava pela legislação de 1934²¹⁹, pelos bairros residenciais periféricos ou na reestruturação higienista dos centros históricos²²⁰, associada à ação de Duarte Pacheco na (infra)estruturação urbana subjacente à noção de modernização.²²¹ Contudo, as preocupações implícitas ao agravamento do problema da habitação nos centros históricos continuava a ser uma questão preocupante, que viria a ser levada a debate por uma nova geração moderna.²²²

Por outro lado, o fim da guerra vem marcar na Europa o aparecimento de regimes democráticos em detrimento do fascismo, denotando um período de mudança. Tal viria a ter repercussões em Portugal no final da década de 40, uma vez que se tratou de um momento de abertura à reflexão da arquitetura moderna. Essa mudança não ocorreu no plano político; contudo comprometeu significativamente a sua estrutura, por se tratar de uma realidade económica, social e arquitectónica distinta da dos anos 30.²²³ Neste sentido, criaram-se condições favoráveis a uma certa “liberdade” de debate para os arquitectos.²²⁴

Assim, esta fase expressa a vontade de incorporar os postulados funcionalistas impulsionados pela nova gerações de arquitectos, nascimentos a partir dos anos 20.²²⁵ Trata-se, deste modo, de uma oportunidade de levantar a problemática da arquitectura enquanto expressão, lutando pela integração das influências do “Espírito Novo”, no ensino da arquitectura, (entre outros campos).²²⁶

Neste contexto, em 1945, Fernando Távora elabora o texto intitulado “O Problema da Casa Portuguesa”, publicado apenas dois anos depois nos Cadernos de Arquitectura, onde afirma a necessidade de pôr fim ao que denomina de *mentira arquitectónica* (que se refere à imposição por parte do regime de um estilo nacional)²²⁷. Motivados por esse espírito vanguardista, a participação de Fernando Távora, Viana de Lima, João Andersen, Arnaldo Araújo e Octávio Lixa Filgueiras nos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) europeus, permitiu reintroduzir em Portugal o debate sobre novos paradigmas. Desta forma, a Escola do Porto, que se encontrava voltada para estas questões disciplinares, passou a representar

219 A legislação de 34, relativa a Planos Gerais de Urbanização tornados, a partir de então, obrigatórios para os aglomerados com mais de 2 500 habitantes e o Regime dos Centenários, em vigor a partir de 38, seriam diplomas fundamentais para o arranque do ordenamento de diversos centros do país. A sua aplicação prática viria a conferir ao ministério o controlo de grande parte das intervenções urbanas, in FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso* pag 21)

220 Ibidem

221 LOBO, Margarida Souza, *Cultura urbana e território*, in AFONSO, João(ed.) *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX*, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006

222 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso : arquitectura portuguesa: 1930-1974*; Porto : Faup Publicações, 1988

223 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50* – 2ª ed. – Porto, Faup Publicações, 1997.

224 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura, 1º*, Lisboa, 2008 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008

225 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, 2ª ed. – Porto, Faup Publicações, 1997.

226 FIGUEIRA, Jorge, *Escola do Porto : um mapa crítico*, Coimbra, ed. DARQ, 2002

227 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos : 1947-1996 selecção*, 1ª ed., Porto, Faup Publicações, 1996.

um centro de debate cultural mais produtivos²²⁸.

A consciencialização que resulta desta reflexão colectiva fundamenta o aparecimento de grupos de arquitetos, que ambicionavam integrar os novos postulados internacionais, que traduziriam uma nova modernidade baseada em princípios colectivistas: o ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos-1947)²²⁹ no Porto e o grupo ICAT (Iniciativas Culturais de Arte e Técnica-1946) em Lisboa²³⁰. O impactodestes dois grupos, culminaria na realização do I Congresso Nacional de Arquitectura, promovido pelo Estado, o qual almejava clarificar os “padrões” patentes na arquitectura portuguesa. Os temas debatidos incidiram nas problemáticas: “A Arquitectura no Plano Nacional” e “O Problema Português da Habitação” - a partir das quais se firmavam as diferenças entre gerações.²³¹ Em Fevereiro do mesmo ano é publicada na revista “Arquitectura” por Nuno Teotónio Pereira, a Carta de Atenas²³², documento que, segundo Sérgio Fernandez “abre as portas ao urbanismo dos tempos modernos, (...) o instrumento com o qual o destino das Cidades será refundido”.²³³ Com esta publicação e o facto de ser referenciado Le Corbusier e o plano *Ville Radieuse* neste congresso, pretendia-se evidenciar a necessidade urgente de uma renovação ideológica a nível urbanístico, denotando uma maior racionalidade.²³⁴

Deste modo, com o intuito de desenvolver um “Novo Humanismo” de acordo com os problemas e as ânsias do momento, como o problema da habitação, procurou-se tornar possível a construção de “*catedrais dos tempos modernos*”²³⁵, onde preocupações como: “a responsabilidade político e social da Arquitectura, a posição do técnico perante as forças económicas e produtivas, a prioridade do planeamento da distribuição dos bens sobre a organização qualitativa ou interna e a forma desses mesmos bens”²³⁶, se encontravam patentes.

É de ressaltar que apenas 8 anos separavam a grande comemoração de 1940, do Congresso Nacional de Arquitectura, que acabaria por consolidar as experiências de uma geração reivindicativa com uma participação política forte e activa, pelo impacto da Segunda Guerra Mundial.²³⁷ Esta geração, incutiu na arquitectura uma outra dimensão que se centrava no confronto por uma prática moderna e racional²³⁸ na qual as novas tipologias colecti-

228 FERNANDEZ, Sérgio Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974; prefácio de Alexandre Alves Costa, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1988

229 O grupo, ODAM, iniciou a sua atividade em 1947 sendo que acaba por se dissolver em 1952. (ODAM)

230 TOSTÕES, Ana Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1997.

231 MILHEIRO, Ana Vaz, *Algumas Conclusões Sobre o Ensino I Congresso Nacional de Arquitectura (1968)*, in *Jornal Arquitectos*, nº 202 (Set./Out. 2001), p.8

232 Documento que sintetiza o ideário do Movimento Moderno, resultado do CIAM de 1933, por Le Corbusier.

233 FERNANDEZ, Sérgio Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974; prefácio de Alexandre Alves Costa, 2ª ed., Porto : Faup Publicações, 1988, página 58

234 Ibidem

235 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura, 1º*, Lisboa, 2008 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008

236 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pag 27

237 PEREIRA, Nuno Teotónio, *O Congresso de 1948*, at *JA Antologia 1981-2004*

238 BARBOSA, Cassiano (comp.), ODAM : Organização dos Arquitectos Modernos :

vas, que vinham sendo divulgadas pelo Movimento Moderno Europeu- as *Unités d'Habitation* de Le Corbusier-, fossem consideradas no âmbito do alojamento social.²³⁹ Desta forma, as novas ideologias desta geração de arquitectos constituiu uma reacção contra os bairros sociais de moradias individuais, promovidos pelo Estado Novo durante os anos 30 e 40, caracterizados segundo testemunhos do congresso, como redutor e antiquada, a nível de estilo e concepção, para além da ocupação do solo, que consideravam sobredimensionada, clamando, assim, pela verticalização da habitação.²⁴⁰ De entre as teses apresentadas, Losa expressava de igual modo que “(...) os planos... devem materializar-se em realizações conformes com as exigências da vida que vivemos. E devem libertar a Arquitectura dos condicionamentos a que tem estado sujeita... Para o conveniente apetrechamento industrial do País... deverão ser analisados os novos conceitos de Urbanismo e estudadas as possibilidades da sua aplicação... especialmente a teoria da Cidade Linear Industrial(...)”.²⁴¹

Neste sentido, de forma a imprimir uma maior modernidade, defendiam a adopção de novos blocos modernos de habitação envolvidos por áreas verdes, localizados no interior da cidade ou próximo dos locais de trabalho da classe operária. Ocupando disposições estratégicas com vista a satisfazer necessidades básicas de salubridade, considerando variantes como a insolação e a acessibilidade, expressava-se o objectivo de formar aglomerados residenciais de dimensões consideráveis, por forma a albergar um maior número, possibilidade que não apresentavam os chamados “bairros económicos”.²⁴²

O Congresso contribuiu, assim, de forma significativa para o entendimento da produção arquitectónica dos anos 50, representando, um ponto de viragem na evolução da arquitetura moderna em Portugal,²⁴³ o que permitiu que esta ganhasse uma maior consistência ideológica e intencionalidade política. Elevando-se ao nível da cidade, do ordenamento do território e abordando o problema da habitação, a arquitetura manifestava-se agora numa vertente ética e moral.²⁴⁴ Contudo, mantinham-se as influências do regime nos organismos estatais e câmaras, gerando um conflito com o que era defendido pela nova geração. Este ponto de conflito, foi designado por Nuno Portas, no seu ensaio para a edição portuguesa de *História da Arquitectura Moderna* de Bruno Zevi, como “arquitetura de resistência”.²⁴⁵

Mais tarde, as transformações conceptuais e metodológicas que ocorreram entre a década de 50 a 70, são resultado de um período de experimentação e revisionismo crítico, por influências Neo realistas, onde o

Porto : 1947-1952 , Porto, Edições Asa, 1972.

239 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra : Ed. Darq, 2002

240 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura, 1º*, Lisboa, 2008 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008

241 FERNANDEZ, Sérgio *Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974*, 2ª ed. – Porto, Faup Publicações, 1988, página 62

242 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura, 1º*, Lisboa, 2008 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008

243 TOSTÕES, Ana *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1997.

244 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura, 1º*, Lisboa, 2008 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008

245 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos : 1947-1996*, Porto, Faup Publicações, 1996



55. COMPILAÇÃO DOS TESTEMUNHOS

inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa (sugerido no Congresso) foi factor determinante.²⁴⁶

É na cidade do Porto, caracteristicamente burguesa e comercial e afastada do centro do poder político, que se manifesta em primeiro lugar o desejo de modernizar por parte da encomenda privada, que veio estimular a emergência de linguagens de ruptura.²⁴⁷ Carlos Ramos, como professor e director da Escola de Belas Artes (a partir de 1952), a par dos arquitectos da ODAM, revelou-se influente, na medida em que estabelece um desenvolvimento cultural na sua escola influenciando gerações de estudantes e arquitectos, através de um ambiente renovado de funcionamento e de uma outra urbanidade.²⁴⁸

Deste modo, na década de 50, a atividades da ODAM centravam-se sobre os problemas da habitação colectiva, a qual até então, não teria um papel significativo na cidade que correspondesse às suas expectativas. Assim, e a partir de experiências realizadas em habitações unifamiliares, vão elaborar projectos promovidos pela iniciativa municipal ou privada²⁴⁹.

Deste grupo, além de Fernando Távora, eram membros José Carlos Loureiro, Mário Bonito, Arménio Losa, Agostinho Ricca Alfredo Viana de Lima António, Lobão Vital, Cassiano Barbosa entre outros. No Porto, destacou-se pela importância significativa na actualização dos códigos de produção, em obras dos arquitectos Arménio Losa e Cassiano Barbosa, autores de edifícios como: o Bloco da Carvalhosa (1945-1950), o Edifício DKW (1950-1953), o Bloco da Constituição (1949), o Edifício na Rua de Ceuta (1950), ou ainda o Bairro Operário da Ponte da Pedra (1954). Entre outros exemplos de blocos de rendimento construídos segundo a ideologia do moderno encontram-se: o Edifício Ouro (1954) do arquitecto Mário Bonito, o Edifício Parnaso (1956) dos arquitectos José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos e o Bloco residencial da Praça D. Afonso IV do arquitecto Pereira da Costa.²⁵⁰ Os conceitos do movimento foram adaptados de forma entusiástica e simplista, pelas pressões que abafavam as reivindicações da modernidade, como é o caso do direito à habitação social. Não se pretendia assim que houvesse uma constante revisão dos pressupostos modernos, mas sim ter uma afirmação perante as mentalidades mais conformistas. E como o condicionalismo atrás referido subsiste mantém-se ainda a dificuldade de debate e renovação que explica o impasse temático.²⁵¹

Contudo, é de ressaltar que estes projetos, surgem num momento em que os modelos nos quais se sustentam, estavam a ser postos em causa na Europa.²⁵²



56.BLOCO CARVALHOSA|1950



57.ED. RUA DE CEUTA|1950



58.EDIFÍCIO PARNASO|1956

246 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra : Ed. Darq, 2002

247 TOSTÕES, ANA, *Sob o Signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.) *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

248 FIGUEIRA, Jorge, *Escola do Porto : um mapa crítico*, Coimbra, 2002

249 CARMO, Vera, *A Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM) e o Porto dos anos 50*. *Intermedia Review 1. Génération de 50: Culture, Littérature, Cinéma*. no1, 1ère série, novembre 2012, pp. 43-54.

250 Ibidem

251 PORTAS, Nuno, *A habitação social : proposta para a metodologia da sua arquitectura*, 1ª ed., Porto, Faup Publicações, 2004

252 CARMO, Vera, *A Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM) e o Porto dos anos 50*. *Intermedia Review 1. Génération de 50: Culture, Littérature, Cinéma*. no1, 1ère série,

Em suma, enquanto que no contexto europeu decorre um processo de renovação urbana, em consequência do impacto da guerra sobre parte das cidades europeias, tendo por base o ideário do Movimento Moderno, o panorama nacional é bastante dissemelhante. Trata-se de uma adaptação das cidades existentes a novas necessidades, a novos paradigmas.²⁵³

Um dos focos deste movimento passou pela questão da habitação, uma vez que se tratava de algo fundamental durante a reconstrução urbana do pós-guerra. Com o período político do Estado Novo, as questões associadas à habitação foram abordadas no ano de 1933 com o regime de “casas económicas”, com a construção de bairros de casas económicas unifamiliares, caracterizadas pelo estilo “à antiga portuguesa”²⁵⁴. Foi principalmente durante o pós-guerra que surgiram a maioria da regulamentação legislativa em relação a este assunto, nomeadamente as Casas para Famílias Pobres e as Casas de Renda Económica em 1945, os Casas Agrícolas e as Casas para Pescadores em 1946, e as Casas de Renda Limitada em 1947²⁵⁵. Para além destas acções nos anos 40 surgem também as Caixas de Previdência, o modo de produção de habitação não-lucrativa mais significativa.²⁵⁶

1.2.2 Da evolução da cidade do Porto, ao Plano de Melhoramentos (1955-65): do centro à periferia

Perante o que tinha sido debatido desde a década 40 pela nova geração de arquitetos, que estava consciente da dimensão do problema do alojamento afecto às classes operárias, as questões urbanas, segundo a perspectiva da Carta de Atenas, tornar-se-iam preponderantes.²⁵⁷ Contudo, a extensão da problemática da habitação apenas viria a ser tornada pública com o 1º Inquérito às condições de habitação, com base no recenseamento datado de 1950. Neste contexto, urgiam novas medidas que contrariassem o cenário dos bairros do Estado Novo, cuja oferta não era proporcional às carências de alojamento.

Como resposta a esta questão foram elaborados planos de promoção pública de habitação, como Alvalade (1944)²⁵⁸ e Olivais em Lisboa (1960)²⁵⁹, e o Plano de Melhoramentos no Porto. Entre os planos de grande escala, este último em particular estabelece a ordem de transferência da população mais carenciada para novos bairros na periferia da Cidade do Porto.²⁶⁰

novembre 2012, pp. 43-54

253 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães : DAAUM, 2012, Vol.I a cidade feita e refeita

254 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura, 1º*, Lisboa, 2008 1º Congresso nacional de arquitectura, Lisboa, Ordem dos arquitectos, 2008

255 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos : 1947-1996*, Porto : Faup Publicações, 1996

256 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

257 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50* – 2ª ed. – Porto : Faup Publicações, 1997.

258 projecto de Faria da Costa, 1944, apresentado no Congresso de 48, pensado para uma “classe média” em ascensão, à procura de um novo estatuto de uma fixação geográfica nas áreas “modernas” da capital

259 Num âmbito do Município é criado em Lisboa em 1959 o Gabinete Técnico de Habitação (GTH). Retomando a experiência de Alvalade, viria a promover operações de grande escala como: Olivais Norte e Sul e posteriormente Chelas.

260 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

1.2.2.1 O processo de industrialização e seus desenvolvimentos na cidade do Porto

Em consequência da Revolução Industrial as atividades relacionadas com a agricultura reduziram, o que conduziu a uma forte afluência das populações rurais aos aglomerados de maior escala (como Lisboa e Porto),²⁶¹ em busca de trabalho, com expectativas de promoção social e melhoria das condições de vida. Assim, os processos imigratórios da população terão que ser considerados como factores preponderantes na ocupação do território, bem como as suas necessidades habitacionais.²⁶²

A Cidade do Porto, pela sua localização na relação com o Rio Douro, como forma de interligação relevante, apresenta-se favorável à ocupação. O primeiro aglomerado fixa-se ao longo da encosta solarenga, conferindo já na Idade Média à zona da Ribeira, um desenvolvimento significativo ao nível comercial como habitacional.²⁶³ O primeiro crescimento demográfico decorreu em pleno século XVIII, quando o núcleo da cidade ainda se encontrava limitado a muralhas, período este que se revela próspero para a expansão e desenvolvimento da cidade enquanto burgo medieval.²⁶⁴ Por iniciativa dos governadores João e Francisco de Almada, a cidade começou por se expandir além muralhas a partir de 1760, através da abertura e prolongamento de novas artérias apoiadas nas principais vias de acesso de entrada e saída do tecido urbano existente, que ligavam a terras contíguas. Além de definirem uma nova área urbana, estabelecer-se-iam como eixos estruturadores ao longo dos quais se dispõe, num parcelamento regular, o edificado. Neste contexto, a grande burguesia comerciante manifesta, pela primeira vez, a aspiração de fixar as suas residências fora do velho burgo, dirigindo-se para a periferia urbana da época²⁶⁵.

Durante o primeiro terço do século XIX, a cidade do Porto era denominada, segundo Alves Costa, como o mais importante núcleo fabril de Portugal. A expansão crescente que a cidade assiste no século XIX, decorre da concentração significativa de população operária no velho burgo central (mais concretamente nas freguesias da Sé, S. Nicolau, Vitória, Santo Ildefonso e Miragaia)²⁶⁶. Em consequência, destes acontecimentos, novos desenvolvimentos se sucedem no plano urbano: desde a ligação entre Gaia e Porto, garantida pela Ponte das Barcas que viria mais tarde a ser substituída, à abertura de novos arruamentos e construção de edifícios públicos²⁶⁷. Assim, a

(o qual seria posteriormente contestado com aparecimento do processo SAAL- Serviço de Apoio Ambulatório Local -que será mais à frente abordado).

261 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso: arquitectura portuguesa : 1930-1974*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1988

262 SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal : uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1984.

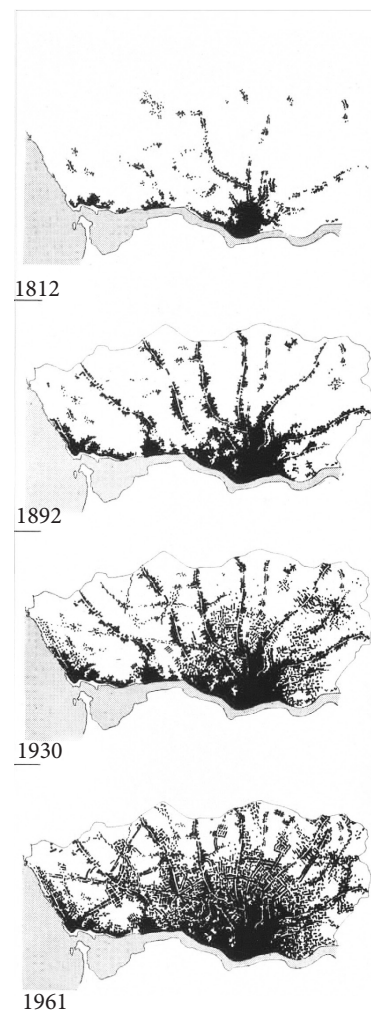
263 AUZELLE, Robert, *Présentation et commentaire*, Urbanisme, n.67, Porto: études et réalisations, Paris, 1960

264 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984.

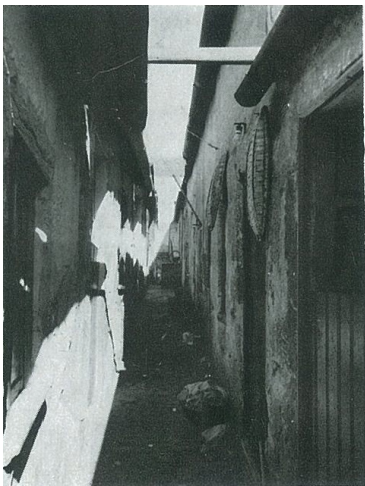
265 PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

266 COSTA, Alexandre Alves, *A Ilha Proletária Como Elemento Base Do Tecido Urbano*, *Jornal de Arquitectos*, No 204, *A Questão do Alojamento I*, Jan/Fev 2002 pag 9-15

267 AUZELLE, Robert, *Présentation et commentaire*, Urbanisme, n.67, Porto: études et



59. EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA



60. ASPECTO DAS ILHAS

habitação foi um elemento fundamental, responsável pelo desenvolvimento urbano da cidade, na qual a exploração se torna uma estratégia num plano activo da burguesia crescente. Numa lógica de especulação fundiária de imóveis e terrenos por parte desta, e perante o aumento contínuo da população, decorreu uma subida expressiva do custo da habitação, que se revelou incomportável para as camadas mais desfavorecidas²⁶⁸. Consequentemente o velho parque habitacional, atinge uma degradação acelerada,²⁶⁹ levando pela sua ocupação massiva, ao limite da sua capacidade de alojamento.²⁷⁰ Tratando-se de um período pré industrial, condicionantes como a limitação das capacidades de produção e dificuldades de movimentação dos bens de consumo, originaram a criação de núcleos urbanos²⁷¹ para o excesso de população²⁷².

Ao longo da segunda metade do século XIX, associado ao processo da Primeira Revolução Industrial em Portugal que teve uma importância grande no Porto, ocorreu um aumento populacional significativo (123,6 % entre 1894 e 1911) e o consequente agravamento da questão do alojamento. Deste modo, é a pequena e média burguesia comercial que vai corresponder às necessidade de alojamento dos operários, e não a burguesia industrial nascente, pelo menos nesta fase²⁷³. Em sequência, da já mencionada, saturação dos edifícios do centro histórico, devido à crescente afluência à cidade, e da subida excessiva do custo da habitação, as ilhas constituíram uma forma de alojamento operário, característico desta cidade, como solução para o aumento da procura de habitação a baixo custo.²⁷⁴ Tal, resultou numa rápida difusão desta tipologia na área de expansão resultante da estruturação Almadina²⁷⁵, em primeiro lugar nas periferia central da época, próxima das principais áreas industriais, mais concretamente nas freguesias da periferia central (Bonfim, Cedofeita, Santo Ildefonso e Massarelos), em Campanhã e Lordelo do Ouro).²⁷⁶ Esta tipologia assemelhava-se, segundo a descrição de Engels, às construções da classe laboriosa de Manchester.²⁷⁷

Como o corolário da casa unifamiliar burguesa da história urbana do Porto, segundo Francisco Barata Fernandes, as ilhas vêm sobreocupar os seus logradouros²⁷⁸, o que permitiu alajar centenas de pessoas da classe

réalisations, Paris, 1960

268 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984.

269 Ibidem

270 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

271 O termo era aplicado para denominar casas sobrelotadas: “ilhas altas”, (vd. Marielle, Gros, 1982).

272 TÁVORA, Fernando, NORONHA, Luís de, *A extinção dos bairros insalubres na Cidade do Porto*, Urbanização, volume 2, número 3, Lisboa, Dez 1967, pag 167-256

273 COSTA, Alexandre Alves, *A Ilha Proletária Como Elemento Base Do Tecido Urbano*, *Jornal de Arquitectos*, No 204, *A Questão do Alojamento I*, Jan/Fev 2002 pag 9-15

274 Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos : 1956-1966* - Porto : Câmara Municipal do Porto, 1966.

275 COSTA, Alexandre Alves, *A Ilha Proletária Como Elemento Base Do Tecido Urbano*, *Jornal de Arquitectos*, No 204, *A Questão do Alojamento I*, Jan/Fev 2002 pag 9-15

276 PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

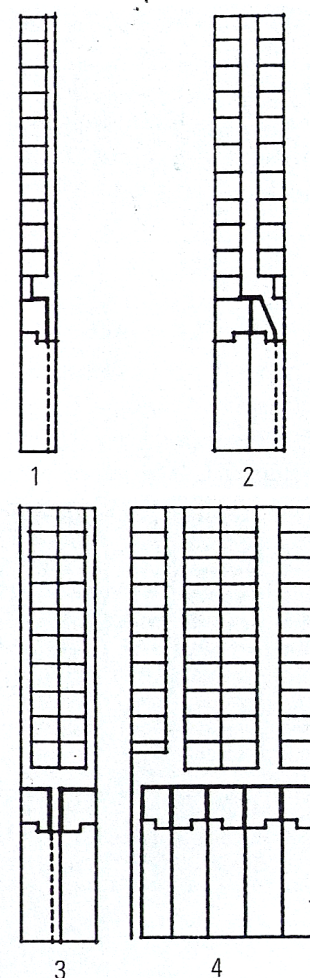
277 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

278 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação por-*

operária sem se sentir na cidade. Os logradouros, que anteriormente constituíam um espaço sobrando da malha de arruamento e quarteirões, passariam a ser ocupados por construções de áreas exíguas²⁷⁹. Facilmente reproduzidas, estas adoptavam uma tipologia em banda, de um ou dois pisos, por forma a tirar maior proveito da área disponível. De acordo com a largura do lote, por norma de 5,5m, podem adquirir a configuração de uma, duas e até mais filas, formando corredores entre elas²⁸⁰. Com uma parede livre, eram as chamadas “casas de cu tapado”. O acesso aos logradouros é efectuado, por norma, a partir do piso térreo da casa burguesa que faz frente de rua. Deste modo, as ilhas apresentam no geral, as mesmas características, no que concerne à sua materialidade e disposição dos compartimentos. Relativamente aos níveis de conforto e habitabilidade são precariamente iluminadas e ventiladas, constituindo, assim, uma forma de alojamento condenável.²⁸¹

Perante a ineficácia da vigilância e controlo sanitário, característico do desenvolvimento capitalista e pela forte pressão exercida à pequena e média burguesia comercial pelos especuladores,²⁸² a prioridade passa por manter a imagem e carácter urbano do Porto, subjugando a classe trabalhadora e as fábricas do seu espaço urbano. Assim, foi possível que um terço da população, em 1883, que trabalhava na indústria permanecesse na cidade (30% da população vivia em ilhas)²⁸³. Como refere Manuel Pimenta, “todo este processo, teria profundas implicações na transformação do tecido urbano, acentuando a diferenciação social dos espaços”.²⁸⁴

Da mesma forma que outras cidades da Europa evidenciavam problemas ao nível da habitação e infraestruturas urbanas que afectavam a circulação e transportes, a cidade portuguesa reflectia essas mesmas carências²⁸⁵. No caso Inglês, a preocupação de sanear as cidades deriva das repetidas epidemias, que apesar de terem como principal foco as condições habitacionais da classe operária, nada foi feito neste sentido, de acordo com o prefácio de 1892 de “A situação da classe trabalhadora em Inglaterra”, pelo relatório da comissão real (F.Engels).²⁸⁶Tais questões tinham origem na inexistência de infraestruturas capazes de receber a grande massa de imigração, proveniente da transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, que se desenvolve na relação com os centros das ci-



61. TIPO DE ILHAS:
1 LOTE ÚNICO; 2- DOIS LOTES COM CORREDOR CENTRAL; 3- DOIS LOTES COM CORREDORES NO LADO EXTERIORE; 4- VÁRIOS LOTES COM ILHAS SUCESSIVAS

tuense : *as formas da casa na forma da cidade* - 2ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1999.

279 TÁVORA, Fernando, NORONHA, Luís de, *A extinção dos bairros insalubres na Cidade do Porto*, Urbanização, volume 2, número 3, Lisboa, Dez 1967, pag 167-256

280 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade* - 2ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1999.

281 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *o Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

282 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

283 Câmara Municipal do Porto, *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*, coord. José António Ferreira, Porto, 2000

284 PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001, pag 20

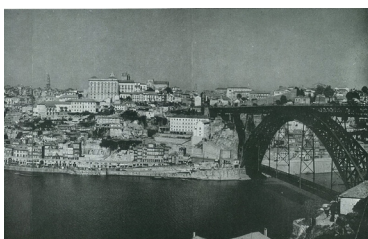
285 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

286 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

dades.²⁸⁷

Face a este contexto, que não era exclusivo da cidade do Porto, mas sim como a vários núcleos urbanos do país (no que concerne as carências de infraestruturas e alojamento), são lançados, em 1865, os Planos Gerais de Melhoramentos pelo Ministério das Obras Públicas, que seriam forçosamente aplicados nas principais cidades do país. Deste modo, no século XIX assiste-se à inclusão das questões de higiene e circulação no desenho e na eficácia da via como elemento de circulação e na concepção do espaço, ao invés das preocupações da cidade iluminista, em que o espaço urbano era essencialmente determinado através da sua volumetria ou expressão arquitectónica. Apesar das intervenções urbanas no plano da cidade no fim do século XIX, a questão da habitação resumia-se às estruturas de apoio sanitárias, nomeadamente em termos de saneamento, rede de esgotos, recolha eficaz do lixo e manutenção da limpeza na via pública, que representava uma infraestrutura de suporte deste problema²⁸⁸. Neste sentido, na habitação foram melhoradas algumas das condições sanitárias; porém, as tentativas referidas não se efectuam sem que haja alguma oposição dos proprietários prediais.²⁸⁹

Na cidade do Porto data de 1881 o Plano Geral de Melhoramentos da cidade, aclamado como o grande impulsionador de um conjunto de obras públicas.²⁹⁰ À semelhança dos Planos de *Ensanche* espanhóis, e da intervenção de Haussmaniana em Paris, a infraestrutura é o foco da ordem urbana, com vista a uma maior valorização da cidade de acordo com uma nova lógica social.²⁹¹ Essa lógica vem acentuar uma relação evidente existente entre a habitação operária e o nascimento do urbanismo capitalista (burguês) nas transformações no espaço urbano adaptadas a uma estratégia de rentabilização e aumento de lucros, da segurança e bem-estar da classe dominante - a burguesia.²⁹² Neste sentido, com a sua afirmação, associado a um progresso económico, proporciona-se um aumento do investimento particular no sector imobiliário e do investimento público, permitindo a criação de várias infraestruturas e equipamentos, com base em novos instrumentos do léxico da morfologia urbana de carácter oitocentista: jardins, parques, alamedas, passeios públicos, avenidas e *boulevards*²⁹³. Deste modo, o aumento das actividades comerciais e industriais traduziu-se no melhoramento das saídas da cidade asseguradas pela introdução do caminho de ferro, com a concretização da ponte D. Maria Pia, por forma a unir o Norte e o Sul, e a substituição da ponte pênsil pela ponte D. Luís I, que viria acelerar o desenvolvimento da cidade à cota alta²⁹⁴. Por conseguinte, as áreas centrais da cidade reuniam as



62. FRENTE RIBEIRA
E PONTE D.LUÍS

287 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos : 1947-1996*, Porto : Faup Publicações, 1996

288 GRANDE, Nuno O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa Coimbra : Ed. Darq, 2002

289 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

290 PIMENTA, Manuel As ilhas do Porto : estudo socioeconómico, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

291 GRANDE, Nuno O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa Coimbra : Ed. Darq, 2002

292 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

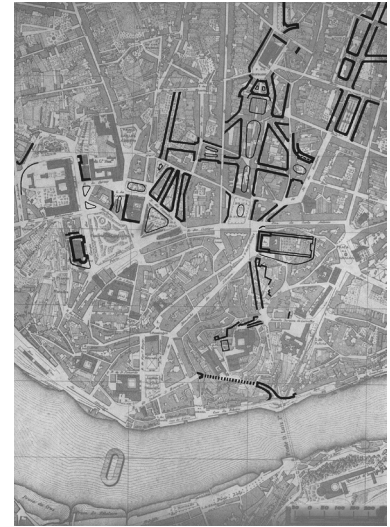
293 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra : Ed. Darq, 2002

294 AUZELLE, Robert, *Présentation et commentaire*, Urbanisme, n.67, Porto: études et

condições favoráveis para uma expansão das actividades relacionadas com comércio e serviços, incluindo ainda bairros residenciais da alta burguesia²⁹⁵.

Durante este processo de modernização das cidades, o caminho de ferro desempenhou um papel fundamental e de destaque nas alterações socioeconómicas do país²⁹⁶. No caso do Porto este impulsionou duas relevantes infraestruturas que levaram de forma definitiva ao rasgamento da muralha fernandina – a estação central de S. Bento, datada de 1896, e a nova porta urbana à cota alta proporcionada pelo tabuleiro superior da ponte D. Luis I, que potenciam uma nova centralidade²⁹⁷. No entanto, a grande oportunidade de afirmar essa aspiração (renovação e criação de um novo centro) só no início do século XX se via oficialmente concretizada com o Plano da *Avenida da Cidade* no Porto, pela abertura da Avenida dos Aliados por Barry Parker²⁹⁸ (1915). Associada à vontade de reestruturar o existente na cidade, esta artéria central, que “funciona como charneira de toda a composição”, tornou-se num novo símbolo da cidade, devido à sua monumentalidade, que representava o poder político, social e económico. Neste sentido, estes desenvolvimentos derivam do progresso subjacente ao capitalismo e à ascensão da burguesia, que dominavam o poder económico industrial, (o que inerentemente se traduzia numa urbanização generalizada subordinada às novas exigências da classe burguesa).²⁹⁹

O Porto apresentou-se assim, como uma cidade progressivamente civilista, sendo o neoclássico o estilo escolhido pela burguesia. Encontravam-se também presentes alterações significativas no traçado urbano bem como no traçado monumental dos edifícios.³⁰⁰ Este último encontra-se de forma mais acentuada na zona central da cidade, uma vez que existia a necessidade de se construir uma Avenida Central, em coexistência com a “Reordenação Monumental do Centro”³⁰¹. Dentro de uma mesma lógica, foram introduzidos novos costumes na habitação e seus utilizadores através de novos dispositivos (como água corrente, campainha eléctrica, telefone ascensor, entre outros), fruto de desenvolvimento de propostas inovadoras de organização social. A estas juntavam-se as fachadas exuberantes que refletiam a vontade de monumentalizar os novos bairros burgueses da cidade.³⁰² Estes mantinham certas características, como a sua disposição marginal, mas no entanto é alterada a sua tipologia, através da introdução de novas tecnologias de construção e a preocupações higienistas, originadas por mudanças



63. A RENOVAÇÃO DO CENTRO

réalisations, Paris, 1960

295 TOSTÕES, Ana, *Sob o signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006- p. 17-36

296 Ibidem

297 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra : Ed. Darq, 2002

298 arquitecto inglês que, com Raymond Unwin, desenhara a cidade-jardim de Letchwort

299 LOBO, Margarida Souza *Cultura urbana e território*, in AFONSO, João, *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX* Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006,

300 FIGUEIRA, Jorge, *Escola do Porto : um mapa crítico*, Coimbra, 2002

301 FALCÃO, Mário, *O Porto, os planos municipais e o turismo*, Revista da Faculdade de Letras- Geografia, volume XV/XVI, 2000, pag 63-78

302 TOSTÕES, Ana, *Sob o signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006- p. 17-36

de hábitos de vida e condições de promoção³⁰³.

Em termos populacionais, as cidades de Lisboa e Porto assistiram a um (novo) crescimento, por volta do início do séc. XX, tendo cerca de 800 mil habitantes em Lisboa e 167 mil no Porto³⁰⁴ (atingindo a “Circunvalação” em 1895, limite administrativo da cidade, segundo Marielle Gros uma “espécie de grande avenida periférica que, na época, envolve ainda grandes extensões agrícolas”)³⁰⁵. No entanto este valor era modesto, em relação às dimensões de outras grandes cidades europeias modernas. Apesar disto, a vivência na cidade era pautada pela modernidade, ainda que não se encontrasse ao alcance da maioria dos recursos dos habitantes de país.³⁰⁶ Favorecia os proprietários dos terrenos urbanos, devido à sua importância política, permitindo uma especulação desenfreada de todo o lugar passível de ser utilizado para construção de habitação³⁰⁷

Segundo, “As ilhas do Porto: estudo socioeconómico” de Manuel Pimenta, o número de habitantes que viviam em ilhas, no início do século XX, correspondia a 30% da população do Porto, e o número das construções alcançava as 13 500, no final da década de 30. As péssimas condições de higiene, salubridade e conforto, começaram a suscitar preocupação por parte das autoridades sanitárias e responsáveis políticos.³⁰⁸ Tal facto, motivou a elaboração de trabalhos de sanitários, que se iniciam apenas em 1907, pelo reduzido desenvolvimento de forças produtivas.³⁰⁹

Relativamente à problemática inerente às classes trabalhadoras, nomeadamente preocupações humanitárias, de higiene urbana e saúde pública, existiram algumas tentativas para a sua resolução. Destaca-se a realizada durante o mandato presidencial de 1918 de Sidónio Pais, que no entanto foi de curta duração e não teve continuidade. Na mesma altura surgem, por iniciativa particular do jornal “o Comércio do Porto”, em 1899, os primeiros bairros sociais contra a habitação insalubre para a população operária. Esta iniciativa traduziu-se na construção de 3 bairros: no Monte Pedral, Lordelo do Ouro e Bonfim/Monte Aventino, com a parceria da Câmara Municipal do Porto.³¹⁰ Em sequência desta realização, outras iniciativas partiram dos próprios Municípios, nomeadamente a realização de colónias operárias de bairros individuais, entre 1914 e 1947: a Colónia Antero de Quental (1914-17); a Colónia Estevão Vasconcelos, (1914/17); a corporação da Colónia Dr. Manuel Laranjeira (1917); a Colónia Viterbo de Campos (1916/17). Estas,



64. BAIRRO MONTE PEDRAL



65. BAIRRO DE LORDELO DO OURO



66. BAIRRO DO BONFIM

303 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Que fazer com estes 50 anos? O Congresso de 48*, , Jornal de Arquitectos, nº 218-219 (Antologia 1981 – 2004), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Janeiro/Junho 2005

304 PINTO, Paulo Tormenta, *Cassiano Branco, 1897-1970 : arquitectura e artificio* - Casal de Cambra : Caleidoscópico, 2007

305 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

306 PINTO, Paulo Tormenta, *Cassiano Branco, 1897-1970 : arquitectura e artificio* - Casal de Cambra : Caleidoscópico, 2007

307 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

308 PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

309 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

310 Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos : 1956-1966* - Porto : Câmara Municipal do Porto, 1966.

no entanto, não foram muito consequentes, pelo facto dos seus beneficiários não se situarem na camada operária, para as quais supostamente se destinavam. No entanto, estas realizações não correspondem à importância das necessidades³¹¹.

A participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) veio agravar a situação, no sentido em que era cada vez maior o número de pessoas que habitava em condições precárias, o que tornava mais limitada a possibilidade da resolução desta situação. Todas estas variáveis, exacerbadas pela grave crise interna do estado, os problemas financeiros que advieram da crise dos anos 20 e o descontentamento geral da população levaram à revolução de 28 de Maio de 1926, o que conduziu o país à ditadura militar. A tomada de posse do novo regime político, no entanto não contribuiu para a redução da exploração da camada laboriosa por parte da classe dominante. Pelo contrário este permitiu reforçá-la por forma a alcançar um crescimento industrial e a consolidação do capital. Como tal, foi instituído um conjunto de normas para a construção de infraestruturas oportunas à industrialização como barragens, pontes, estradas. Assim, assiste-se a um desenvolvimento do sector da indústria e a novo acréscimo da população operária, que comparativamente à população activa, obteve um crescimento de: 17% em 1930, 21% em 1940, atingindo os 25% em 1950. Em contrapartida, a inovação não foi um resultado imediato em matéria de políticas de habitação, foram reduzidas as iniciativas de melhoramento das condições de habitabilidade dos trabalhadores.³¹²

À “semelhança” do que se desenvolvia em contexto europeu, desde os anos 20, sob as premissas do Movimento Moderno, Ezequiel de Campos já em 1932, defendia, no Prólogo do Plano Regional de Urbanização, que a parte mais antiga da cidade não conseguia adaptar-se às novas exigências. Por considerar o Porto uma cidade ainda em desenvolvimento com muita área por urbanizar, este plano resultaria em demolições significativas e na sua expansão, visando a criação de novas áreas de construção, numa área de influência da cidade num raio de 30 Km³¹³. Este plano evidenciou-se devido à sua preocupação com o futuro e a sua grande visão estratégica, estabelecendo a forma como a cidade deveria crescer, tendo em consideração a individualidade, as potencialidades da cidade em relação ao desenvolvimento industrial e o seu carácter. Apoiado na importância do sistema de acessos, conclui: “Temos assim o esboço dum plano das ruas principais que devem permitir a circulação das pessoas e das coisas com rapidez e segurança, confortável e economicamente na cidade futura”.³¹⁴

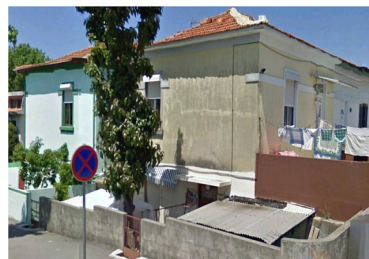
A arquitectura moderna começava assim, nas décadas de 20 e 30, a responder às necessidades de renovação da cidade, a partir de novos programas urbanos de imagem inovadora, que aceitavam as formas praticadas fora do país. No Porto, a emergência de obras arquitectónicas modernis-



67. COLÓNIA ANTERO QUINTAL



68. COLÓNIA ESTEVÃO VASCONCELOS



69. COLÓNIA VITERBO CAMPOS



70. COLÓNIA MANUEL LARANJEIRA

311 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

312 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1984

313 FALCÃO, Mário, *O Porto, os planos municipais e o turismo*, Revista da Faculdade de Letras- Geografia, volume XV/XVI, 2000, pag 63-78

314 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984, pag 206



71. GARAGEM DO COMÉRCIO DO PORTO

tas foram em muito estimuladas pelas encomendas particulares. Exemplo disso é a garagem do jornal “O Comércio do Porto”, onde se iniciava a exploração de novas linguagens e que eram transmitidas por todo o território. É de ressaltar que a arquitectura modernista em Portugal teve as suas características próprias e era uma expressão claramente geracional, uma vez que era vista como apenas mais um estilo disponível (como refere Ana Tostões³¹⁵. Esta necessidade de renovação é congruente com a vontade do Estado Novo de renovação simbólica. De facto, é durante os anos 30, altura em que a ditadura estava já implementada (1926-1974) que se registou um forte crescimento económico, voltado para o desenvolvimento de uma modernização logística do urbanismo, apoiado pelo investimento público.³¹⁶ O modernismo na arquitectura em Portugal estava associado ao movimento *city beautiful* no urbanismo: “traçados de grande composição, cultivando a simetria, a multiplicidade de pontos focais e as amplas avenidas; propondo uma cidade hierarquizada, onde edifícios emblemáticos, como os grandes equipamentos, ocupam localizações estratégicas”³¹⁷. Este movimento, pese embora a pequena escala e a configuração irregular dos aglomerados portugueses, constitui uma importante componente do urbanismo característico do Estado Novo.³¹⁸

Entre legislativas e bairros operários, as políticas habitacionais empregues até à data de 1926 foram pouco expressivas, não tendo alcançado resultados práticos satisfatórios (dos bairros operários resultaram duzentas e vinte e sete habitações). Perante isto, a questão da habitação para classes desfavorecidas voltou a ser focada nas políticas governamentais, através do sistema legal das casas económicas, em 1933, que teve uma expressão relevante na cidade e nos seus constituintes sociais, ideológicas e urbanística.³¹⁹

Aplicado em diversos pontos do País, tal política de habitação foi uma síntese dos programas ensaiados anteriormente e teve como modelo, o modelo britânico da Cidade-Jardim,³²⁰ repudiando soluções plurifamiliares “colectivistas”, como os falanstérios, conotados como geradores de subversão social. Formado por um conjunto de habitações unifamiliares em regime de renda resolúvel, as casas económicas reflectiam as características do próprio regime do estado novo: eram símbolo do autoritarismo corporativista, de feito paternalista, católico e tradicionalista. No entanto, este programa não foi bem sucedido, uma vez que não solucionou o problema do número avultado de habitações em situação precária. A principal contrariedade do programa prendia-se com facto de estas terem sido usadas como recompensa dos que eram a favor do regime ditatorial, em vez de darem resposta à falta de habitação acessível aos que tinham poucos recursos e proporcionando-lhes melhores condições. Eram construídos directamente pelo Estado e

315 TOSTÕES, Ana, *Sob o Signo do Inquérito*, in AFONSO, João, *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

316 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, Ed. Darq, 2002

317 LOBO, Margarida Souza, *Cultura urbana e território*, in AFONSO, João, *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX* Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006, pag 112

318 Ibidem

319 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

320 GRANDE, Nuno *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa* Coimbra : Ed. Darq, 2002

destinados a funcionários públicos ou a trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime. Sugeriam assim, uma sociedade estratificada que se encontrava segregada por género, rendimentos e actividade laboral. A classe operária apesar de ser a mais numerosa, era extremamente controlada e reprimida em todos os seus descontentamentos e comportamentos que pudessem por em causa a ordem social. Desta forma inicia-se a consolidação e afirmação ideológica do regime. Após a iniciativa de 1933 das Casas Económicas, seguiram-se as casas para pescadores, as moradias para famílias pobres e as Casas de Renda Económica e de renda limitada, como meio de demonstrar o interesse do Governo na resolução da situação do parque habitacional³²¹.

Perante os condicionalismos políticos sociais e culturais em que o país estava envolvido, o Movimento Moderno em Portugal é interrompido. Os seus protagonistas passam a seguir uma ideologia nacionalista de acordo com o regime que alcança um consenso entre a burguesia, levando ao isolacionismo, que ajudava o regime a ultrapassar o período de guerra e diminuir a probabilidade de restauração da democracia e circulação de ideias.³²²

Em 1940, a exposição dos centenários marca o fim do efémero ciclo modernista. É a partir desta altura que a repressão se torna mais política, e menos persuasiva na moldagem das tendências culturais.³²³ Nesta perspectiva, Duarte Pacheco teve também um papel preponderante durante este período. De modo a eliminar o arcaísmo do planeamento urbano dos anteriores planos gerais de melhoramentos, Duarte Pacheco pretende introduzir a cultura urbanística portuguesa no debate internacional. O seu objectivo era distribuir o espaço de forma a que este refletisse o controlo hegemónico do Estado sobre o espaço social. Em consequência, surge o mito da Urbanização da Cidade Nova, no qual novos centros projectados com esta ideologia, fazem com que a cidade ganhasse a dimensão de obra pública³²⁴.

No Porto, estas ideologias reflectiram-se nos projectos desenvolvidos por Marcello Piacentini entre 1938-39, e por Gionvani Muzio entre 1940-43, através do Plano Geral de Urbanização da cidade. Estas propostas tinham em comum a importância da definição das portas da cidade, considerando a hipotética localização da ponte da Arrábida e da ligação da ponte D. Luis com o centro tradicional.³²⁵ Após a morte de Duarte Pacheco (1943), a colaboração foi terminada, não tendo no entanto produzido resultados visível.³²⁶ Para além disso, estes urbanistas propuseram novos centros cívicos baseando-se em traçados axiais regulares e muito hierarquizados que enquadravam a cidade num desenho de arquitectura monumental, seguindo por isso a ideologia de urbanização que a cidade se torna na obra pública



72. CASAS ECONÓMICAS
CONDOMINHAS



73. CASAS ECONÓMICAS|AMEAL

321 TEOTÓNIO, Nuno, *As casas económicas 1947-1969*, Jornal de Arquitectos, nº 218-219 (Antologia 1981 – 2004), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Janeiro/Junho 2005, pag 36-39

322 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

323 TOSTÕES, Ana, Sob, o signo do Inquérito, in AFONSO, João, *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006- p. 17-36

324 GRANDE, Nuno O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa Coimbra : Ed. Darq, 2002

325 Ibidem

326 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

durante a década de 40.³²⁷ No ano de 1944, é reforçada a obrigatoriedade dos planos de urbanismo e de expansão, referentes a localidades com mais de 2500 habitantes. Estes conduziram à densificação dos centros urbanos por actividades terciárias, abertura de avenidas e implantação bairros periféricos, sob o modelo de bairros de blocos e bairros Cidade-Jardim (atípicos da tradição urbana portuguesa), bem como ao planeamento de zonas industriais.³²⁸ O surgimento destas zonas contribuiu para que estabelecimentos que estavam no interior de aglomerações urbanas saíssem da cidade, uma vez que tinham dificuldades em se expandir.³²⁹ Em termos de alojamento, os modelos de estratificação, tanto espacial como social, foram acentuados, principalmente através da introdução do modelo Cidade-Jardim, e por meio do conceito de unidade de vizinhança de Perry, pela influência cada vez mais decisiva das correntes urbanísticas de raiz anglo-saxónica.³³⁰ No entanto, o conceito de cidade-jardim que havia sido aplicado para os bairros económicos, é o que mais atrai a nova burguesia do regime de acordo com um ideal salazarista de “país-aldeia”³³¹ (não se tratou, portanto, de inovação ideológica por parte do regime político). Foram responsáveis pela introdução deste modelo arquitectos como Agache e sobretudo De Groer.³³²

Contudo, após os primeiros anos frenéticos de obras públicas, estas entram num ritmo mais lento, para se ingressar numa outra era de concentração monopolista, baseada nas infra-estruturas energéticas e indústria de base. No panorama habitacional,³³³ no Porto, a construção de 1376 casas económicas em 1944, financiadas pelo Estado, revela uma despreocupação gradual face ao problema da habitação.

Entre a década de 50 e 60 o financiamento para construção de casas económicas deixa de ser feito directamente através de receitas orçamentais. A partir de então passariam em grande número a ser financiados (habitação social) pelo dinheiro dos próprios a partir das instituições de Previdência.³³⁴

1.2.4 As políticas de habitação segundo uma nova geração modernista no II pós-guerra

A fragilidade apontada às ideologias defendidas pelo Regime ditatorial recaem, como Marielle Gros menciona no livro *Alojamento social sob o fascismo*, na ausência de um partido de massas, contrariamente ao que se passou na Itália com Mussolini no poder ou mesmo na Alemanha Nazi. A inexis-

327 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, Ed. Darq, 2002

328 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1984

329 SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1984.

330 GRANDE, Nuno *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa Coimbra : Ed. Darq, 2002*

331 termo utilizado por Nuno Portas

332 PORTAS, Nuno, *A Arquitectura da Habitação no século XX português*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

333 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

334 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

tência de um movimento de massas em Portugal, pela falta de movimentos de luta ideológica e partidária entre os trabalhadores, levava a um domínio fácil por parte da burguesia (apoiantes do regime). Modelos como o da *casa portuguesa* imposto pelo Governo instigavam a repressão social, no entanto resumiu-se a uma simples medida entre outras, cujos resultados práticos não foram notórios. Neste sentido, questões como a situação da habitação operária eram desconsideradas, por não constituírem uma fonte de negócio rentável.³³⁵

Após a queda dos regimes fascistas com o fim da segunda Guerra Mundial, o Estado Novo teve que repensar as suas posturas políticas e adaptar-se ao novo ambiente político da Europa. Anteriormente estava presente o modelo de promoção directa de habitação unifamiliar através de prestações mensais de amortização, o que era congruente com a doutrina salazarista ruralizante e ultraconservadora. No entanto, perante o subdesenvolvimento do país e a derrota do fascismo na Europa, o Estado Novo teve que se adaptar e alterar algumas das suas metodologias, promovendo reformas no sentido de reforçar o aparelho produtivo e modernizar o estado.³³⁶

Com a Segunda Guerra Mundial e uma nova geração de arquitectos, a questão do alojamento é novamente alvo de preocupações. Como resposta a esta problemática, e impulsionados por uma geração empenhada em resistir às políticas habitacionais e a doutrinas impostas pelo regime, o período pós-guerra foi prolífero, sobretudo em matérias de legislação.³³⁷ Em 1945, são lançados o programa da “Casas para Famílias Pobres” através do Decreto-lei nº 34486, 06 de Abril de 1945 e o programa das “Casas de Renda Económica” através do Decreto-lei nº 2007, 07 de Maio de 1945.³³⁸ Este período também foi caracterizado pela insatisfação dos arquitectos mais jovens que se sentiam atraídos pelo panorama da arquitectura internacional e rejeitavam o estilo “português suave” e as políticas habitacionais.³³⁹

No seguimento destes acontecimentos, a realização do Congresso de 48 levou a debate “O Problema Português da Habitação” na expectativa de introduzir na sua resolução, as práticas modernistas.³⁴⁰ Como reflecte a conclusão n.º2 do congresso, proferida por António Lobão Vital na sua tese *A casa, o homem a arquitectura, é pretendido “a intensificação do estudo da habitação colectiva por ser impraticável a modalidade das moradias unifamiliares”, consideradas ainda como praticamente inviáveis.*³⁴¹

Entretanto, motivado pelos novos estímulos, no final da década de 40 surge um novo organismo que iria desempenhar um papel fundamental na habitação durante cerca de 20 anos, as “Habitações Económicas” da

335 Ibidem

336 PEREIRA, Nuno Teotónio, *As casas económicas 1947-1969*, Jornal de Arquitectos, n.º218-219, *Antologia 1981-2004*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Jan/Jun 2005

337 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

338 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos : 1947-1996 selecção*, 1ª ed., Porto, Faup Publicações, 1996.

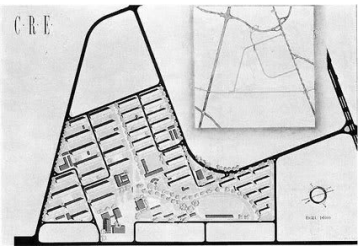
339 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

340 TAVARES, Maria, - *HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]* , em “*habitações económicas- Federação de Caixas de Previdência: casas de renda económica em Coimbra*” (tese de mestrado orientada por José António Bandeirinha)

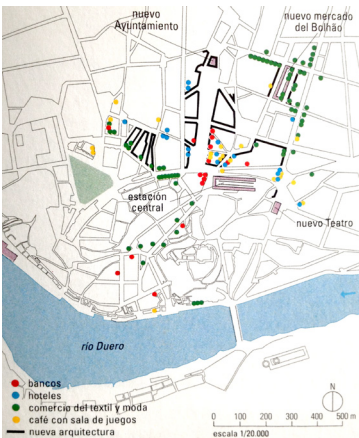
341 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984, pag 45



74. BAIRRO DE ALVALADE, LISBOA



75. BAIRRO DE RAMALDE



76. OS NOVOS SERVIÇOS NO CENTRO

Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP). Este organismo, com equipamento técnico e focado na promoção habitacional mais urbana, resultava da acumulação dos capitais provenientes dos descontos salariais dos trabalhadores, que não estava a ser gasto noutras áreas sociais, como a saúde e a previdência. Assim, no contexto ideal para a exploração de conceitos para a habitação económica não-lucrativa, permitindo assim à nova geração de arquitectos aplicar as suas ideias modernistas, já defendidas em congresso. A partir de então, tornava-se cada vez mais difícil, por parte do Regime, o controlo de obras de expressão actual, que visavam romper com o estilo oficial³⁴²

As habitações económicas começam a ser construídas em paralelo com a grande mudança nas estratégias de habitação dessa década (40 ou 50). O Bairro de Alvalade em Lisboa pode ser visto como o representante do primeiro conjunto urbano integrado, introduzido através da aposta em habitação plurifamiliar, com o recém estatuto de Casas de Renda Económica rampa de lançamento para as Habitações Económicas da Caixa da Previdência. Um dos primeiros exemplos da produção moderna promovido pelas HE-FCP foi o Bairro do Ramalde no Porto, do Arq. Fernando Távora, seguindo-se os Olivais Norte, Lisboa (1958) e os Olivais Sul, Lisboa (década 60)³⁴³

Deste modo, as casas construídas no âmbito do HE-FCP são produto de um período de revisão do programa habitacional, aproximando-se das experiências que o pós-guerra implementa, com base na uma transição dos valores políticos, ideológicos e culturais que teve ser feita no pós segunda guerra mundial.³⁴⁴

1.2.5 Os anos 50: a terciarização do centro e a periferia em nome do progresso

As políticas urbanas implementadas no período correspondente à segunda metade do tempo de vigência do Estado Novo, revelaram-se ineficazes e pouco consequentes ao nível social e territorial³⁴⁵, por se voltarem apenas para a construção do número mínimo de equipamentos.³⁴⁶ Por conseguinte, a realidade afecta à camada operária mantinha-se por resolver até 1949.³⁴⁷

Neste sentido, os planos realizados a partir do final dos anos 40 não impediram a arrecadação da renda fundiária pelos proprietários e promotores. Motivados pela terciarização crescente e a emigração dos campos, as duas “metrópoles”, Porto e Lisboa, sofreram um crescimento³⁴⁸. A p ó s

342 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

343 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50 - 2ª ed.* - Porto : Faup Publicações, 1997.

344 TAVARES, Maria, - *HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]*, em “*habitações económicas- Federação de Caixas de Previdência: casas de renda económica em Coimbra*” (tese de mestrado orientada por José António Bandeirinha)

345 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

346 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

347 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

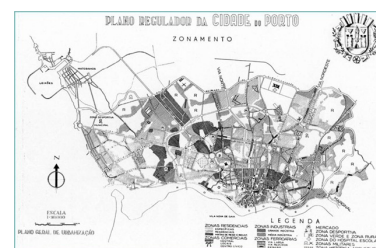
348 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da*

duas décadas (30 e 40) voltadas para a experimentação e debate sobre a expansão formal da cidade, seguiu-se o processo da reconstrução europeia, provocada pela guerra.³⁴⁹ De certa forma, Portugal reflectem em parte as tendências desenvolvidas neste contexto.³⁵⁰ A partir da década de 60, face à pressão crescente induzida pelas migrações do campo para a cidade.

Neste sentido, o *Plano Geral de Urbanização* de Duarte Pacheco tornou-se em apenas um instrumento eminentemente técnico, que funcionava como regulamentador fundiário e imobiliário, focado na problemática das acessibilidades, objectivo prioritário do Estado. Assim, para alcançar a disposição “cidade moderna”, os planos de forma foram substituídos pela regulação do *zonamento*.³⁵¹

Assim, o método de planeamento funcionalista de modelos económicos do tipo “fordista”, seria enraizado nas práticas portuguesas nas décadas de 50 e 60, no qual o investimento público se manteria como o principal impulsionador da promoção sectorizada de alojamento social (os novos bairros), da concentração monopolista das indústrias energéticas de base e do, ainda próspero, entreposto colonial. É mediante a expropriação de terrenos associada à “política de solos” de Duarte Pacheco que se possibilita a edificação dos bairros sociais modernos, de novas infraestruturas viárias assim como a alocação de um parque industrial, segundo o zonamento funcional de planos Directores e Reguladores³⁵². Segundo estas directrizes, o ano de 1945, assinala um novo desenvolvimento na cidade do Porto. O engenheiro Antão de Almeida Garrett, incumbido pelo Município, elabora um ante-regional do Porto, que seria aprovado em 1954, sob o nome de Plano Regulador. No presente plano Garrett, aplicando a lógica do *zoning*, (premissa racionalista da cidade moderna) defende que as funções da cidade se desenvolveriam de melhor forma separadamente, melhorando as suas condições e por acréscimo o seu rendimento.³⁵³

Neste sentido, as novas formas de planeamento da cidade afastavam-se em diferentes graus de radicalismo, das estruturas existentes, sendo introduzidos novos elementos como circunvalações, cinturões verdes, parques urbanos, separação entre a zona habitacional e a zona industrial.³⁵⁴ Neste sentido, o modelo histórico e as suas orientações, que tinham apoiado expansões anteriores, mostraram-se, assim, incapazes de apoiar a formação espontânea de novos processos. Por outro lado, uma segunda vaga de migrações maciças (no segundo pós-guerra) leva a uma irreversibilidade da coexistência entre o antigo e o novo.³⁵⁵ Neste sentido, tornava-se indispensável a renovação do código linguístico dos processos de habitação, em detrimento



77. PLANO REGULADOR COM ZONAMENTO | A. GARRETT

cidade portuguesa, Coimbra : Ed. Darq, 2002

349 Ibidem

350 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

351 GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra : Ed. Darq, 2002

352 Ibidem

353 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

354 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*; - Guimarães : DAAUM, 2012. - Vol.I a cidade feita e refeita.

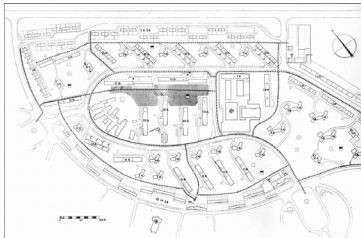
355 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa : Livros Horizonte, 2008

da arquitectura historicista defendida pelo regime político.³⁵⁶

Entre 1938 e 1956, construíram-se 886 novos alojamentos novos e 285 casas de ilhas melhoradas. Entre os quais se destaca a uma intervenção pontual a construção do Bloco do Duque de Saldanha (1940) promovida pelo município. Constituído por 115 habitações foi considerado o primeiro imóvel de habitação social plurifamiliar da cidade, que se destacou por se voltar para o realojamento de população provenientes de ilhas da zona de S.Vítor. No entanto, continuava não existir habitação social suficiente para a população.³⁵⁷ Segundo valores revelados pela FCP-HE o deficit habitacional englobava/corresponderia a 360. 000 fogos (em 1959). Na presença destes factos, bem como pela a pressões por parte de investidores mobiliários que pretendiam desocupar terrenos centrais para serem ocupados com construções bastante rentáveis, o Estado e as autarquias viam-se obrigadas lançar operações de alojamento de larga escala,³⁵⁸ em lugar à construção de colónias operárias ou bairros de casas económicas (pouco característico do contexto português).³⁵⁹



78.BLOCO DO DUQUE DE SALDANHA



79.OLIVAIS NORTE 1955 LISBOA



80.PERSPECTIVA GERAL

Assim, foi-se substituindo os pequenos edifícios, por novos com mais andares, o que levou consequentemente ao alargamento das ruas e ao aumento dos fogos. A lei que permitiu a densificação da cidade, foi também responsável pelo congelamento das rendas. Por sua vez, a reconstrução lote-a-lote, com depreciação de rendas facilitava o desalojamento dos inquilinos e naturalmente as demolições para dar lugar às novas construções. Em complemento a estas acções, este período apresentou uma forma de nova periferia social, monoclássista e monofuncional.³⁶⁰

Desta forma, durante a década de 50, e principalmente a partir de 1955, o crescimento económico conduziu a um interesse renovado na habitação. A partir de 1955 são implementados o Plano dos Olivais em Lisboa, e no Porto a partir de 1956, o Plano de Melhoramentos da cidade.³⁶¹ No Porto, foi sobretudo com este Plano, no seguimento do Plano de Salubridade das “Ilhas” do mesmo ano (1956), que a problemática das ilhas foi abordada e cujas consequências sociais e urbanísticas ainda são visíveis actualmente.³⁶² Este tinha por objectivo a melhoria das condições de habitação no centro da cidade, através da execução de um programa de construção de seis mil fogos financiado tanto pelo Estado como pela Câmara Municipal.³⁶³ Tal processo teve como consequências uma segregação para a periferia da população residente em ilhas, na sua maioria centrais, que entretanto foram demolidas

356 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura*, Lisboa: Ordem dos arquitectos, 2008

357 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

358 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974*; Porto : Faup Publicações, 1988

359 PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

360 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*; - Guimarães : DAAUM, 2012. - Vol.I a cidade feita e refeita.

361 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

362 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974*; Porto : Faup Publicações, 1988

363 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007.

(15% a 20% da população terá sido então deslocada)³⁶⁴ e a progressiva especialização em actividades terciárias.³⁶⁵ O plano não considerava, por isso/assim, a resolução do problema *in loco*. Uma vez que os novos bairros tiveram que ser construídos na periferia (por vezes remota, e desfavorecida de equipamentos e infraestruturas), os antigos habitantes das ilhas, perfeitamente integrados, viram-se privados da vida intensa da cidade e dos laços de vizinhança criados.³⁶⁶ Ao ser inovador e progressista, isto não se contextualizava nos interesses municipais de valorização directa do uso de terrenos. Desta forma, esta foi uma das questões que levou a que o plano não tivesse tido sequência, com excepção de alguns aspectos marginais. Assim, a anterior segregação interior-exterior (que existia na cidade) foi substituída por uma segregação centro-periferia, mais racional em termos da estruturação capitalista da cidade.³⁶⁷ Segundo José António Bandeirinha, “Os terrenos necessários à implantação dos edifícios de rendas modicas tinham de determinar a escolha de zonas de expansão que se adaptassem ao traçado da rede geral viária do plano regulador de urbanização da cidade e as características das zonas no mesmo definidas. A estas duas importantes condições uma outra tinha de juntar-se: a da sua aquisição ou expropriação ser a preços favoráveis para permitirem a fixação duma renda acessível ao salário do agregado familiar dos ocupantes das futuras casas”³⁶⁸.

1.2.6 Um plano Director para a cidade do Porto

O município do Porto rapidamente deu início à execução do plano de extinção das ilhas (1956), o que teve como consequência a condenação do desígnio bucólico, anteriormente traçado por Almeida Garret, pela implantação de quinze conjuntos habitacionais ao longo da coroa periférica da cidade³⁶⁹.

Neste contexto, o presidente da câmara, Eng^o José Albino Machado Vaz estabelece a necessidade de reorganizar o Gabinete de Urbanização, com o objectivo de actualizar o Plano Regulador, tendo para o efeito convidado Robert Azuelle a coordenar o novo estudo, procurando reduzir a demora dos projectos em estudo e acelerar o início da fase de execução.³⁷⁰ Este novo modelo de cidade, visava criar verdadeiramente as zonas de expansão e inserção dos bairros de realojamento periféricos, na articulação com o centro consolidado. Procurava ainda responder às novas necessidades da cidade, nomeadamente à circulação condicionada pela topografia acidentada e in-



81.O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ATÉ À DATA DO PLANO DIRECTOR



82.PLANO DIRECTOR

364 PIMENTA, Manuel *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

365 SALGUEIRO, Teresa Barata *A cidade em Portugal : uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1984.

366 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007.

367 PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

368 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007 pag 99

369 GRANDE, Nuno, *Funcionalismo Orgânico – Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto*, in *Jacques Gréber : urbanista e arquitecto de jardins- urbanist and garden designer*, coord. Teresa Andresen, Manuel Fernandes de Sá, João Almeida, Porto, Fundação Serralves, 2011

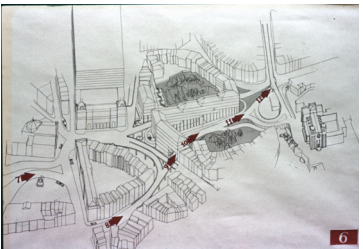
370 Ibidem



83. DEMOLIÇÕES NO CENTRO



84. PROPOSTA DO DESENVOLVIMENTO VIÁRIO



85. AVENIDA DA PONTE

tensa nas ruas estreitas centrais, por forma a dotá-la de uma maior dinâmica cosmopolita³⁷¹. É inegável o contributo do arquitecto francês para o processo de planeamento urbano da cidade do Porto, levando-a a um ponto fulcral de transformação, tanto a nível cultural, social e económico, reflectindo o próprio debate em curso na cultura urbanística dessa década, dentro e fora de Portugal.³⁷²

Neste sentido, pode considerar-se que o Plano Auzelle marca a transição de um urbanismo caracterizado por um cariz bucólico ou monumentalista para um do tipo modernista ou funcionalista, que traduziu os fundamentos discutidos nos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, aqui adaptados organicamente. Esta transição representou uma alteração significativa no paradigma, que viria a marcar as três décadas seguintes³⁷³.

O Plano Director propunha também a inserção de elementos novos a nível metodológico, infraestrutural e programático, concretizado através do reforço da vocação terciária do Porto, desenvolvimento de vias de comunicação e de estacionamento. Focou-se também na redução de habitações no centro da cidade, e sua rejeição em parte para a periferia (somente prevista pelo Plano de Auzelle). Assim, a demolição da maioria das ilhas insalubres na zona central teve como consequência a necessidade de estudar a recuperação dos espaços resultantes.³⁷⁴ O plano, encaminhava a uma libertação das diferentes tipologias edificadas do alinhamento das vias, passando a ter acesso local assim como por áreas ajardinadas para peões. Era evidente as ideologias modernas e da Carta de Atenas. No entanto, continuava-se a assistir a uma segregação de classes a nível habitacional³⁷⁵

Assim, a Planta Síntese do Plano Director apresentava uma estrutura viária, com um “zoneamento” funcional, designado no plano como zona central – área a sul da VCI entre a Boavista e o freixo, prevendo-se para esta zona uma renovação arquitectónica que levaria a criação de uma ligação pedonal entre a Sé Catedral e a Estação de São Bento, a demolição de quarteirões habitacionais assim como de obras de conservação e restauro com o objectivo de impulsionar novos edifícios capazes de promover actividades culturais ou turísticas. Destaca-se também uma zona de actividade terciária, que se estendia entre o centro tradicional da cidade em direcção a norte até à rua Gonçalo Cristóvão. Neste sentido, o Plano Director alargava a terciarização à zona da Trindade, à Avenida dos Aliados e à área envolvente da Sé, tentando também resolver a questão da frente da Avenida da Ponte.³⁷⁶ Destinada a comércio e serviços, Auzelle previa para esta nova avenida a construção de um edifício “agrafo” destinado a serviços e hotel, que encerrava o quarteirão e a pedreira de S. Bento, bem como suas frentes não demolidas.

371 VAZ, Machado, *Porto: études et réalisations d'urbanisme*, Urbanisme, n.67, Porto: études et réalisations, Paris, 1960

372 BANDEIRINHA, José António O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974 / José António Bandeirinha. - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007.

373 GRANDE, Nuno, *Funcionalismo Orgânico – Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto*, in Jacques Gréber : *urbanista e arquitecto de jardins- urbanist and garden designer*, coord. Teresa Andresen, Manuel Fernandes de Sá, João Almeida, Porto, Fundação Serralves, 2011

374 Ibidem

375 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

376 BANDEIRINHA, José António O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974 / José António Bandeirinha. - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007.

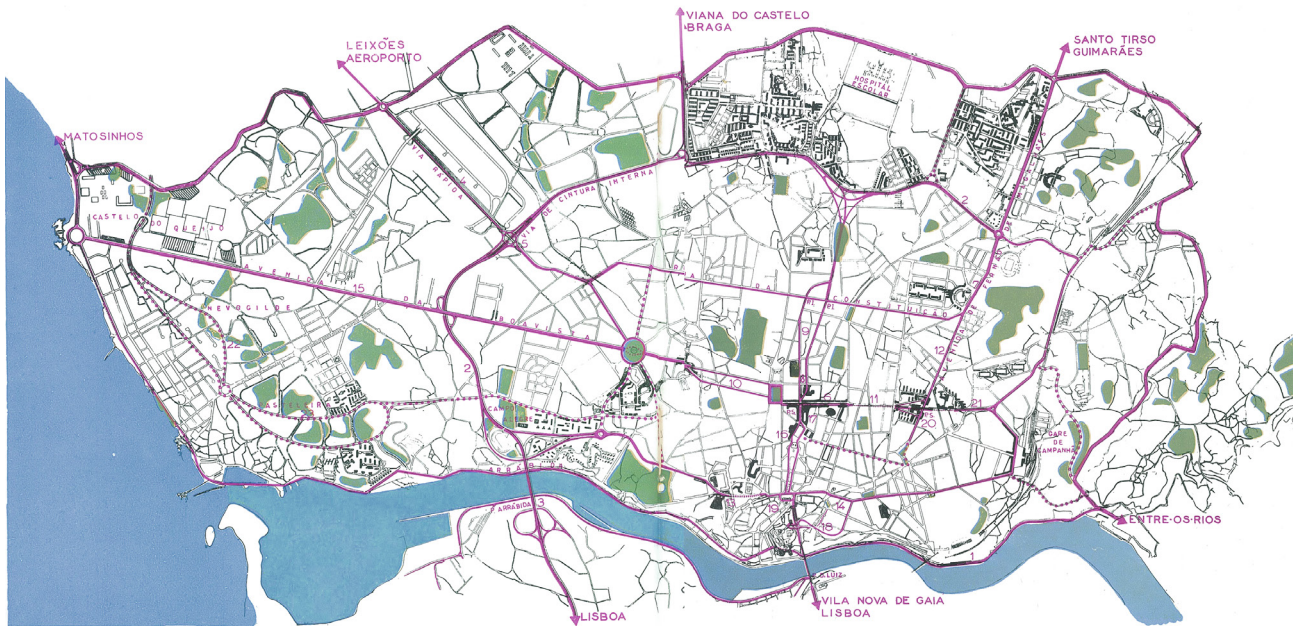
Idealizava ainda, a separação dos sentidos do tráfego apoiada pelo tabuleiro superior da Ponte D. Luiz³⁷⁷.

Em relação à estrutura viária, este plano tentou corrigir alguns problemas identificados pelos estudos de Ezequiel de Campos, que tinham sido posteriormente retomados pelos planos urbanistas italianos, e mais tarde pelo documento de Almeida Garrett. O Plano Director define, assim, o anel viário – a Via de Cintura Interna, através das entradas sul da cidade em pontos estratégicos. Esta constituía uma clara divisão entre a cidade nova moderna e funcional (a área a sul da VCI) e o exterior da cidade, as grandes infraestruturas, a indústria e a logística³⁷⁸.

Assim, o plano de Auzelle é publicado em 1962, altura em que o arco da ponte da Arrábida já se encontrava concluído, o que levou a que a cidade entrasse na desejada modernidade, assente no tráfego automóvel, na terciarização, na insolação e na segregação funcional ensinada pela Carta de Atenas³⁷⁹.



86.PONTE DA ARRÁBIDA



87.VERSÃO PRELIMINAR DO PLANO

377 FALCÃO, Mário, *O Porto, os planos municipais e o turismo*, Revista da Faculdade de Letras- Geografia, volume XV/XVI, 2000, pag 63-78

378 GRANDE, Nuno, *Funcionalismo Orgânico – Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto*, in *Jacques Gréber : urbanista e arquitecto de jardins- urbanist and garden designer*, coord. Teresa Andresen, Manuel Fernandes de Sá, João Almeida, Porto, Fundação Serralves, 2011

379 FALCÃO, Mário, *O Porto, os planos municipais e o turismo*, Revista da Faculdade de Letras- Geografia, volume XV/XVI, 2000, pag 63-78

1.2.7 PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO PORTO (1956-66, 1ª fase):



88. PLANO DE MELHORAMENTOS

A acuidade da questão do alojamento da classe laboriosa, apesar de acções parciais de melhoramentos na actuação ao problema, como foi o caso do Plano de Salubridade das Ilhas (1956), entre outras, revelaram-se insuficientes face à gravidade da situação, tendo logrado resistir aos esforços até agora desenvolvidos. Neste sentido, era necessário actuar com celeridade e reconhecer o problema das ilhas no Porto empenhando novos esforços na tentativa de resolução do mesmo. Através do decreto lei nº 40616 de 1956, o Plano de Melhoramento para a cidade do Porto foi aprovado. Este plano previa a construção de 6000 fogos no prazo de 10 anos, que se caracterizavam por rendas baixas com o objectivo de alojar as famílias provenientes das construções a demolir ou a beneficiar. Em 1962, no contexto de aplicação do Plano de Melhoramentos, em conjunto com a necessidade de incluir unidades residenciais criadas em contexto urbano, foi criado um plano novo: O Plano Director de Cidade do Porto. As novas construções foram incorporadas, assim, no Plano Director por terem como base uma mesma ideologia - a crença no moderno e o progresso da cidade³⁸⁰.

Face ao processo de reforma da habitação colectiva no final da década de 40, e o conseqüente arranque tardio do debate Moderno, quando comparado a outros países europeus, tornou-se possível uma reflexão sobre as práticas e críticas que se desenvolviam no panorama internacional. Apesar de ter havido uma crescente aplicação de conceitos modernos, a partir dos anos 50, havia no entanto um desinteresse pelo planeamento, visto que o sistema socio-político-económico português não o quer utilizar como um instrumento de política urbana, a não ser que se adequasse ao desenvolvimento especulativo.³⁸¹ Assim, existiu alguma flexibilidade por parte dos órgãos de poder no que concerne a um certo tipo de modernidade face a operações de renovação. No entanto, apesar desta modernização estar relacionada com desenvolvimento, tratava-se de tipo puramente capitalista, focado na divisão e favorecimentos dos proprietários privados³⁸². Por exemplo, os bairros camarários do Porto reflectiam isto mesmo, no sentido em que, os terrenos centrais eram revalorizados sob o pretexto de saneamento das ilhas e conseqüente realojamento dos moradores³⁸³. Assim, é possível verificar que, paralelamente à intenção de dar melhores condições aos moradores, à visão higienista altruísta positivista ou progressista de alojar melhor as pessoas, estava também presente o objectivo de se criar oportunidades de negócio no centro da cidade. Até então factores como a dimensão das ruas, a existência das ilhas e a sua sobrelocação apresentavam-se como impeditivos ao desenvolvimento da cidade. Neste sentido uma operação como o Plano de Melhoramentos beneficiava a favor dos privados³⁸⁴.

380 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1984

381 TOSTÕES, Ana, Sob, o signo do Inquérito, in AFONSO, João, *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX.*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006 - p. 17-36

382 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

383 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008

384 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

As ideias progressistas têm que ser consideradas do ponto de vista do contexto de pensamento da época da necessidade de reconstrução do pós-guerra europeu, nomeadamente os modelos arquitectónicos de edificação em altura, criação de grandes espaços verdes e vias urbanas, mesmo que isso significasse a destruição do núcleo urbano antigo³⁸⁵. Deste modo, as políticas urbanas existente não eram focadas na reabilitação dos centros históricos³⁸⁶, pelo contrário, focava-se na demolição de edifícios com qualidade, que tinham as rendas congeladas, para dar lugar a novos apartamentos e escritórios com rendas actualizadas. Neste sentido, a cidade como património era inexistente, o que se verificava por exemplo pela quantidade de parques de estacionamento propostos por Auzelle³⁸⁷.

De um modo geral tratava-se de um modelo de cidade que já se colocava em causa com Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira em Lisboa, isto deve-se ao facto, segundo Alexandre Alves Costa, de no Porto existir uma instituição única, um cliente único, a Câmara Municipal, e um Gabinete de Urbanização, dirigido por Almeida D'Eça e criado por Auzelle, no qual os projectos todos eram feitos. Da mesma forma o presidente da Câmara até ao 25 de Abril era designado pelo próprio Governo não haviam eleições e os técnicos eram designados pelo Presidente da Câmara, enfatizando o facto da centralização das acções por parte da Câmara. Neste sentido, se por um lado em Lisboa o gabinete de urbanização era mais politizado e onde se encontravam arquitectos de ideologia neo-realista e comunistas com mais abertura a experimentalismo, por outro lado no Porto escolheu-se a construção de bairros. Um dos factores mais importantes no Porto foi a ausência de debate arquitectónico, notando-se uma aceitação passiva e um fascínio pelo moderno, mesmo do ponto de vista da implantação dos bairros. Um aspecto a ressaltar: o Gabinete de Urbanização não tinha qualquer ligação com a Direcção dos Serviços de Habitação (repartição da construção de Casas), no qual Alexandre Alves Costa trabalhou por quatro anos. Este último gabinete resumia-se simplesmente ao desenho do fogo tipo e ao sistema de junção de fogos³⁸⁸.

O recurso a construções em altura foi pressuposto frequente dos gabinetes de urbanização, que se encontravam mais focados em índices abstractos do que com a forma dos lugares. Foi utilizada com frequência a tipologia em bloco ou torre, pois eram considerados de fácil densificação e porque a ideia de apartamento em altura era o que melhor representava o imaginário modernista³⁸⁹. Assim, o debate mesmo quanto ao modelo estava ausente, apenas se seguia as convenções da Carta de Atenas, visto que os ar-

385 TOSTÕES, Ana, Sob, *Sob o signo do Inquérito*, in AFONSO, João, *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal*: IAPXX, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006- p. 17-36

386 “A rua de Camões e a Faria Guimarães são abertas à custa desta lógica. ainda hoje temos os prédios à face da rua e atrás as ilhas” (COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação)

387 COSTA, Alexandre, 1974-1975, *O SAAL e os Anos da Revolução*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal*: IAPXX, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

388 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *o Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

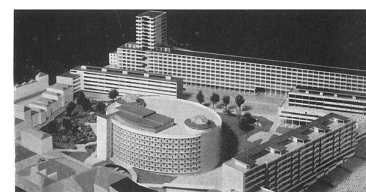
389 PORTAS, Nuno e Manuel Mendes, *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta-anos oitenta*, Porto: Fundação de Serralves, 1991



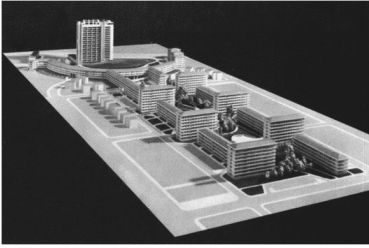
89. PARQUES DE ESTACIONAMENTO PROPOSTOS



90. P.E SÃO BENTO



91. P.E SÁ DA BANDEIRA



92.MAQUETA DE PROPOSTA: ANTAS



93.PASTELEIRA SUL

quitectos encontravam-se subservientes ao moderno Auzelle. Como Sérgio Fernandez “provoca”: porque haveria de ser de outra forma? Contrata-se um génio, não se haveria de o seguir?” No plano de Auzelle, “desenha tanto para pobres como para ricos”. Efectivamente, tanto nos bairros camarários como os bairros mais qualificados ao estilo da Carta de Atenas foram produzidos sob um mesmo modelo. Entre os exemplos da “construção para ricos”, segundo Alves Costa, encontram-se o projecto para a Pasteleira Sul³⁹⁰, e nas Antas com o projecto de uma torre na praça Velasquez³⁹¹.

No que respeita, aos bairros camarários apresentavam um desenho Carta de Atenas “mais pobre”. Tornava-se muito mais fácil usar blocos com quatro ou cinco caixas de escada. A grande inovação era o recurso à galeria, o que demonstrava que havia uma ideia do que era habitação social. Além de não se considerar os espaços verdes, uma vez que existia pressa em construir os blocos, realojar as pessoas e demolir as ilhas, não havia qualquer discussão sobre o destinatário das casas. Assim, do ponto de vista dos moradores das ilhas, tratou-se de uma situação particularmente difícil, uma vez que estes não tinham qualquer tipo de influência nessa decisão, apenas poderiam aceitar a atribuição de um lugar para viver. Ao que se acresce a ausência de cuidado em manter as relações da comunidade. A nova política da Câmara estabelecia a separação dos moradores acabando mesmo por os distribuir em bairros diferentes. O que lhes causou um trauma profundo pela sua inadaptação aos bairros camarários³⁹².

Além disto tinha uma situação particularmente fascista. A ocupação destas moradias tinha características específicas, uma vez que era de carácter provisório e as famílias podiam ser despejadas ou transferidas em qualquer altura, caso o seu comportamento social se justificasse.³⁹³ Para além disso, estavam sujeitas a um regulamento, que se constituíam como uma violação do direito à liberdade individual e a privacidade. Entre elas encontravam-se a proibição de possuir animais domésticos, de por roupa a secar fora dos estendais, de alojar visitas ou familiares, para além de castigar comportamentos considerados imorais e obrigatoriedade de permitir a entrada de fiscais em qualquer altura e circunstância. A sanção pelo seu incumprimento era o despejo, antecedido muitas vezes pela “deportação” para Bairro de S João de Deus- a que chamavam Bloco dos Condenados. Tratava-se de uma circunstância de absoluto terror, uma vez que viviam num ambiente de extrema vigilância, o que levou a sentimentos de revolta, mas com medo. A habitação era usada como forma de chantagem para os seus moradores manterem o seu direito a ela³⁹⁴.

Para a realização destes conjuntos habitacionais foram consultados inquéritos anteriores e realizadas novas recolha de dados por forma a que

390 A Pasteleira Sul constituiu um projecto com uma tipologia diferente, sendo da autoria de Luiz Cunha, na linha das Caixas de Previdência in COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

391 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

392 Ibidem

393 Câmara Municipal do Porto, *Plano de Melhoramentos : 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966.

394 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, o *Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

fossem atribuídas as habitações de acordo com a constituição do agregado, seu salário e as condições de alojamento nas quais se encontravam, possibilitando ainda, com isto, a detecção das áreas mais susceptíveis à demolição. Segundo o inquérito inicial de 1950, existiam 13 mil ilhas (localizadas grande parte no centro), na sua maioria ocupavam por regra 16m² de terreno e uma cubicagem que não alcançava os 30m³. Estes dados, não correspondiam com as medidas regulamentares de Salubridade das Edificações Urbanas que estabelecia 25 m² por pessoa para o quarto de dormir. Até à data de 1956 para “resolver” esta situação foram contabilizados apenas 1176 moradias construídas- bastante abaixo do necessário³⁹⁵.

Sendo congruente com o Plano Director, o número de fogos variava entre 120 e 900 unidades. A localização dos novos bairros estava dependente do valor dos terrenos, assim como da proximidade da rede de saneamento e dos acessos. Neste sentido, apenas 2 bairros (Bom Sucesso e Fernão de Magalhães) foram reconstruídos na zona de demolição das ilhas, apesar de na brochura de apresentação do plano estarem previstas pelo menos 6³⁹⁶. Em junho de 1957 começou a construção do Bairro do Carvalhido com 264 moradias, sendo posteriormente seguido do bairro da Pasteleira com 600 moradias. Em 1958 foram construídos mais dois agrupamentos, um com 235 moradias (Outeiro) e outro com 170 (Agra do Amial). Em 1959 começaram a ser construídos três bairros com 170, 236 e 116 moradias (Carriçal, Fernão de Magalhães e S. Roque da Lameira). Estas construções foram feitas progressivamente e em fases devido a dificuldades relacionados com a expropriação do terreno que era necessário à construção destes empreendimentos³⁹⁷.

No ano de 1960 começou a ser construído o empreendimento da Fonte da Moura com 596 moradias, e em 1961, o Bairro do Cerco do Porto com 803 casas. Por sua vez, em 1962, iniciou-se a construção de 722 moradias no Regado e em 63, 900 moradias no aglomerado do Eng.º Arantes e Oliveira (o maior núcleo residencial desta natureza levado a efeito no Porto). Posteriormente foram feitas ampliações nos bairros como S. Roque da Lameira e do Outeiro, respectivamente, com mais 272 e 143 unidades, de construção iniciada em Outubro de 1963 e Abril de 1964, aumentando as unidades construídas. É desta forma que se consegue alcançar o objectivo de criar 6000 novos fogos fixado pelo Decreto-lei n.º 40 616 como mínimo da capacidade de alojamento, ultrapassando com 72 casas o número estabelecido. Em 1960 foram concluídos 1357 fogos organizados em 5 bairros: Bom Sucesso, pio XII, Carvalhido, Pasteleira e Outeiro. Entretanto, estavam também a ser construídos outros 702 fogos, organizados em quatro bairros – Agra do Amial, Carregal, Fernão de Magalhães e S. Roque da Lameira.³⁹⁸

As habitações eram organizadas em blocos com fachadas longitudinais expostas a Este-Oeste ou Norte-Sul. Normalmente tinham rés-do-chão e três pavimentos, em casos excepcionais admitia-se o aumento do número de pisos caso a topografia do terreno o justificasse. Assim, existiam três tipos



94. BAIRRO DA FONTE DA MOURA



95. BAIRRO DO CERCO



96. BAIRRO DO REGADO



97. BAIRRO DE CAMPINAS

395 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

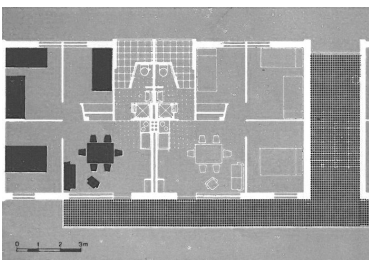
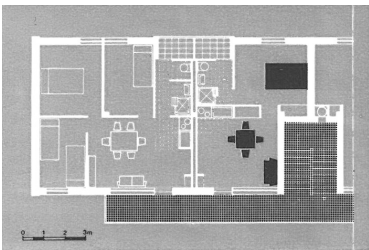
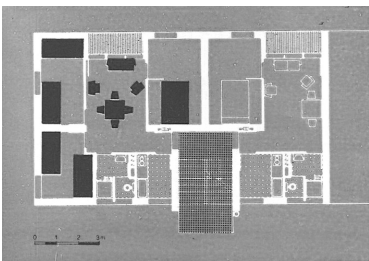
396 TÁVORA, Fernando, NORONHA, Luís de, *A extinção dos bairros insalubres na Cidade do Porto*, Urbanização, volume 2, número 3, Lisboa, Dez 1967, pag 167-256

397 Câmara Municipal do Porto, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966

398 BANDEIRINHA, José António O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.



98. BAIRRO DE ALVALADE



99. SISTEMAS DE ACESSO

de agrupamento: uma galeria contínua em que o acesso se encontrava no topo das escadas para 4 fogos com troços de galeria e escada semi-exterior de esquerdo-direito; uma área útil por habitante de cerca de 8 metros quadrados (que deveria ser de pelo menos 14 metros quadrados); nos blocos Norte-Sul as caixas de escadas apenas eram usadas para dar acesso a duas habitações por pavimento, enquanto que as caixas de escadas nos blocos Este-Oeste serviam de galerias exteriores com acesso a quatro moradias por piso. Por outro lado, as moradias que se encontravam orientadas a Este-Oeste tinham uma sala comum com recanto de cozinha, e uma outra solução onde esta dar para o exterior. As escadas por norma encontravam-se em contacto imediato com o exterior, de modo a facilitar a sua ventilação, iluminação e limpeza, sendo porém protegidas superiormente³⁹⁹.

Para calcular os custos das rendas considerou-se os encargos relativos ao custo do empreendimento, assim como encargos de serviço, com administração e manutenção. Quanto à renda, esta podia ser aumentada caso houvesse melhorias das condições económicas da família, ou diminuída de forma temporária caso houvesse desemprego no agregado. Considerando os inquéritos já mencionados de 1956, é feito um escalonamento dos tipos de moradia. Assim, os realojamentos consideravam o número de quartos necessários para a família, nomeadamente T1, T2, T3, e T4, respectivamente com um, dois, três ou quatro quartos, uma sala comum e de comer, uma cozinha e instalações sanitárias.⁴⁰⁰ No bairro do Bom Sucesso, o primeiro a ser construído, só existiam habitações tipo III, ou seja, sala comum com uma zona individualizada para a cozinha, e com instalações sanitárias e três quartos. Os outros bairros dispunham de moradias de vários tipos, tipo I (20%), tipo II (35%), tipo III (35%), tipo IV (10%)⁴⁰¹.

Neste sentido, a arquitectura que se massificava a partir dos anos 50 com os bairros camarários, apresentava pouca qualidade porque investia na "(...)procura de sistemas funcionais indeterminados, flexíveis e evolutivos, interpretados por uma estandardização funcional, dimensional e construtiva",⁴⁰² ou seja respondia rápida e economicamente a questões quantitativas, como Barata Fernandes refere. No entanto elementos como portas, janelas, varandas e telhados, mantêm-se, ainda que sistematizados para uma economia de construção. A utilização do telhado, para além de responder ao clima mantinha relação com a tradição,⁴⁰³ que também se encontrava presente naquele que lhe serviu como modelo imediatamente anterior, Alvalade- com arquitectura de base na Carta de Atenas- que tinha sido discutido no Congresso de 48. Os arquitectos do Porto não faziam questão da não existência de telhados, mesmo com o exemplo de Távora, considerado progressista apesar de ser anterior, este não foi utilizado como modelo. Como vimos, o gabinete camarário apresentava muitas limitações e operações rotineiras. Com a excepção do Luiz Cunha, que se destacou com o projecto

399 PORTAS, Nuno, *O novo conjunto habitacional da Pasteleira*, in *Revista Arquitectura*, n.º69 Nov.dez 1960

400 BANDEIRINHA, José António *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007.

401 PORTAS, Nuno, *O novo conjunto habitacional da Pasteleira*, in *Revista Arquitectura*, n.º69 Nov.dez 1960

402 FERNANDES, Francisco Barata *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade - 2ª ed.* - Porto : Faup Publicações, 1999

403 FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos: arquitectura portuguesa: 1930-1974*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1988 pag108

para a Avenida da Ponte por alçada da câmara, a equipa que trabalhava no gabinete não era constituída por nomes relevantes da arquitectura, sendo maioritariamente composto por tecnocratas⁴⁰⁴. Assim, as construções habitacionais do Porto ficaram á quem de outras experiências contemporâneas⁴⁰⁵.

Estes blocos eram também caracterizadas por áreas extremamente exíguas e os equipamentos eram claramente insuficientes,⁴⁰⁶ devido a ausência de financiamentos. Apesar disto, alguns bairros tinham uma escola, como por exemplo nos bairros de Fonte da Moura, Carvalhido, Agra do Amial, e Pasteleira. Havia, assim, diversas carências nestas zonas, em todos os domínios, nomeadamente saúde, cultura e educação. (que se viriam a manifestar abertamente após o 25 de Abril). As carências não eram do domínio exclusivo do urbanismo mas também da própria concepção dos alojamentos e das suas características arquitectónicas.⁴⁰⁷ As duas primeiras realizações deste plano foram executadas com estrutura em betão armado e paredes exteriores de tijolo⁴⁰⁸. Por forma a que seja garantida uma maior rentabilidade de meios, procede-se à alteração e simplificação dos processos construtivos adoptando-se uma tecnologia corrente. Da mesma forma proceder-se-ia a uma depuração dos alçados, uma simplificação que poderá ter motivos estéticos ou económicos.

Estes edifícios estavam implantados obedecendo às condições de insolação. 15% era a área destinada à edificação, comparando com a área total, sendo a restante área destinada a logradouros e espaços verdes, com acessos pavimentados de largura indispensável ao trânsito de veículos, que se ligavam às vias de circulação automóvel periférica⁴⁰⁹.

Apesar de todos estes esforços entre 1956 e 1966, não foi possível suprimir uma crise profunda existente, levando mesmo ao surgimento de uma nova crise, que será referida no próximo capítulo.⁴¹⁰ Por outro lado, o plano não aumentou o número de habitações construídas. Por se tratar de uma política de realojamento, não considerava o excedente de recém chegados à cidade que continuava a aumentar, o que agravava ainda mais a situação. Com falta de alojamento sucedeu-se uma nova densificação do centro da cidade, principalmente no bairro da Sé e pelo Barredo⁴¹¹, submetendo-se assim a condições de habitação bastante precárias⁴¹².



100. PARQUE INFANTIL PASTELEIRA

404 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

405 PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008

406 FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos : arquitectura portuguesa: 1930-1974*; 2ª ed. Porto, Faup Publicações, 1988

407 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

408 PORTAS, Nuno, *O novo conjunto habitacional da Pasteleira*, Revista Arquitectura, n.º69 Nov.dez 1960

409 FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos : arquitectura portuguesa: 1930-1974*; 2ª ed. Porto, Faup Publicações, 1988

410 GROS, Marielle Christine, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto : Edições Afrontamento, 1984

411 centro da cidade do Porto tinha a maior densidade habitacional na Europa

412 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, o *Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014



101. ESCOLA DO BAIRRO DE FONTE DA MOURA



102. ESCOLA DO BAIRRO DA PASTELEIRA



103. ESCOLA DO BAIRRO DA AGRA DO AMIAL

Síntese do capítulo

As periferias construídas nas últimas décadas na cidade do Porto (Pasteleira, Marechal Gomes da Costa, Campo do Ramaldense, Prelada, Santa Luzia, Amial, Paranhos, Costa Cabral, Fernão Magalhães, Contumil, S. Roque e Campanhã), tiveram em comum a desagregação de um traçado global – o da cidade histórica. Assim, com o Plano de Melhoramentos, existiu uma dificuldade crescente em compreender e interpretar a cidade como um todo arquitectónico, apesar de heterogénea e compósita.⁴¹³

Até à década de 60, o conceito de urbanidade encontrava-se subordinado à infraestrutura (circulação e equipamentos), algo bastante racional e objectivo, uma vez que privilegiava a cidade em relação à habitação.⁴¹⁴

Assim, a época histórica descrita é caracterizada por sucessivos pólos ideológicos, cujas forças de atração e repulsa foram caracterizando a arquitectura do século XX. Por este facto, foram numerosas as situações em que novos conceitos e realidades arquitectónicas partiram de ideias aparentemente opostas.⁴¹⁵ “A cidade portuguesa nunca foi pensada como um Ford!”⁴¹⁶

413 FERNANDES, Francisco Barata *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1999

414 Ibidem

415 GRANDE, Nuno, *Campo magnético: polaridade e tensões na arquitectura portuguesa do século XX*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

416 GRANDE, Nuno, *A Cidade como um Ford*, in *Jornal Arquitectos*, n. 205, Ordem dos Arquitectos, Lisboa 2002, pag 42



 **Bairros do Plano de Melhoramentos**

 **Ilhas do Porto***

* com base em FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade*, Porto, Faup Publicações, 1999.



1. Bairro da Pasteleira (1960)



Nº DE FOGOS: 611
ACESSO EM:
GALERIA, E VERTICAL
MÚLTIPLO

2. Bairro de Fonte da Moura (1962/1964)



Nº DE FOGOS: 638
ACESSO EM:
GALERIA, E VERTICAL
MÚLTIPLO

3. Bairro das Campinas (1965)



Nº DE FOGOS: 900
ACESSO EM:
 VERTICAL MÚLTIPLO

4. Bairro do Bom Sucesso (1958)



Nº DE FOGOS: 128
ACESSO EM:
 GALERIA

5. Bairro do Carvalhido (1958)



Nº DE FOGOS: 264
ACESSO EM:
GALERIA

6. Bairro do Regado (1964)



Nº DE FOGOS: 722
ACESSO EM:
GALERIA E VERTICAL
MÚLTIPLO

7. Bairro do Carrical (1961)



Nº DE FOGOS: 258
ACESSO EM:
 GALERIA, E VERTICAL
 MÚLTIPLO

8. Bairro da Agra do Amial (1960)



Nº DE FOGOS: 181
ACESSO EM:
 GALERIA, E VERTICAL
 MÚLTIPLO

9. Bairro do Outeiro (1960/1965)



Nº DE FOGOS: 417
ACESSO EM:
GALERIA, E VERTICAL
MÚLTIPLO

10. Bairro do Pio XII (1958)



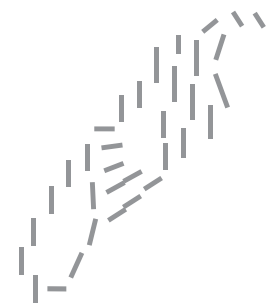
Nº DE FOGOS: 124
ACESSO EM:
GALERIA

11. Bairro de São Roque da Lameira (1962)



Nº DE FOGOS: 436
ACESSO EM:
 GALERIA, E VERTICAL
 MÚLTIPLO

12. Bairro do Cerco (1963/1991)



Nº DE FOGOS: 892
ACESSO EM:
 GALERIA, E VERTICAL
 MÚLTIPLO

13. Bairro Fernão Magalhães (1962)



Nº DE FOGOS: 346
ACESSO EM:
GALERIA, E VERTICAL
MÚLTIPLO

2. (RE)HABITAR na cidade consolidada



2. 1 Contextualização: “Entre a crise e a crítica da cidade funcionalista”⁴¹⁷: Da (Re)construção à crítica

Existe um contraste significativo entre as particularidades arquitetónicas a partir dos anos 50, das características relativas ao período entre guerras. Ao longo da segunda metade do século XX atribui-se particular ênfase à cidade e ao seu planeamento, com a realização de planos regionais para as grandes cidades, a par de um complexo processo de reconstrução das cidades destruídas pela II Guerra.⁴¹⁸ Entre os modelos adoptados, a Cidade-Jardim ganhou força na resposta à (re)construção das cidades, como por exemplo, no caso particular da Inglaterra, com o programa das *new towns*⁴¹⁹.

No entanto, de um modo geral, o modelo progressista da Carta de Atenas, (como foi passível de se verificar no capítulo anterior referente à IBA 57), permitiu, em consequência do rápido desenvolvimento económico, corresponder às necessidades advindas da destruição da Guerra. A exigente eficácia e a necessidade de uma rápida resposta, a problemas como o da habitação, justificaram a adopção destes modelos universais, uma postura que se identifica com o período optimista dos anos 50⁴²⁰.

Neste sentido, é essencialmente no período pós bélico que o urbanismo racionalista se difunde com a construção de novas cidades⁴²¹ e com a criação e distribuição de zonas residências periféricas (“dormitórios”) às grandes cidades e afastadas, por isso, das estruturas culturais, sociais e comerciais inerentes aos grandes aglomerados urbanos.⁴²² Este modelo- baseado no *zoning*, zonas monofuncionais- surge como forma de racionalizar o controlo do desenvolvimento da cidade.⁴²³ Um racionalismo que vinha sendo “apropriado pela sociedade capitalista adaptando à sua própria racionalidade”.⁴²⁴ No que concerne às novas extensões periféricas de território resultantes deste modelo, o desenho dos seus espaços não segue a lógica contínua da cidade, o que resulta num composição caótica e como tal é confusa e incapaz de ser percebida pelos habitantes.⁴²⁵ Dentro dos modelos mais amplamente difundidos, ao longo dos anos cinquenta e sessenta, destaca-se o modelo da Unidade de Habitação.⁴²⁶

417 Título do artigo, PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

418 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

419 GOLD, John R., *The experience of modernism: modern architects and the future city, 1928-53*, London, 1997

420 SIZA, Álvaro, *Relatório sobre o Seminário- A Cidade no Momento de Modificação* in *Arquitectura Portuguesa*, n.º 11, 5ª série, 1987

421 Ibidem

422 Ibidem

423 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

424 FIGUEIRA, JORGE, (Dissertação de Doutoramento em Arquitectura), *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009, pag 93

425 PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitetura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999

426 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segun-*

A difusão generalizada deste processo, independentemente do contexto cultural ou geográfico, levou conseqüentemente à ruptura da continuidade morfológica da cidade existente (desintegração da sua unidade orgânica) e subsequente perda de identidade.⁴²⁷ Assim, permanecia ainda por compreender e descrever o fenómeno cidade em todas as suas vertentes e complexidades.⁴²⁸

Tais factos conduzem Álvaro Siza a afirmar: “Um olhar desencantado sobre a cidade contemporânea revela a sua fragmentação, a rigidez do zonamento, a marginalização do Centro Histórico, o esquematismo de uma Arquitectura incapaz de se “contaminar” no confronto com a qualidade urbana pré-existente; a qual nunca proporcionou a “tábua rasa” imaginada nas mesas de desenho. Começa assim a generalizar-se uma crítica impiedosa aos princípios divulgados pelo CIAM esquecendo que o sopro criador da prática que os inspirava não resistira a uma aplicação automática e burocratizada; ou ainda um apelo à história, como referência diversificada, destruindo-se a simetria História-Desejo na essência instintiva do desenho”⁴²⁹. Deste modo, as críticas que começaram a ser feitas em torno da cidade moderna desacreditavam as ideologias defendidas, nas quais o estatuto funcionalista asentava: a “tradição do novo” (conceito utilizado pelo crítico de arte Harold Rosenberg), a convicção na tecnologia e no seu progresso, o avant-garde, o progresso social associado ao “período heroico” durante os anos 20, o conceito de maquinaria social associado à arquitectura que funcionava em algumas áreas (higiene, orientação, repetição, etc) e que se encontrava conjugado com um saber não participado.⁴³⁰

Apesar da geração que se seguiu à de Le Corbusier e de Gropius ter dado início a essenciais conquistas do racionalismo, é nos anos cinquenta com o eclodir da terceira geração de arquitectos, que se assinala a evolução da arquitectura moderna, a mudança de paradigma, (da qual faziam parte personalidades como Eero Saarinen (1910-1961), Kenzo Tange (1913), Georges Candilis (1913-1995), José Antonio Coderch (1913-1984), Jerzy Soltan (1913), J. B. Bakema (1914-1981), Ralph Erskine (1914), Jörn Utzon (1918), Aldo van Eyck (1918), Giancarlo De Carlo (1919), Shadrach Woods (1923- 1973), Alvar Aalto (1898-1976) Peter Smithson (1923) e Alison Smithson (1928-1993), alguns dos quais mais tarde fariam parte do grupo Team X que teve um papel pioneiro na revisão e crítica da arquitectura funcionalista). Esta nova geração defendia, assim, uma necessária renovação formal e ideológica a partir da conciliação da ideologia modernista, em concordância com a importância dada ao humanismo e à reformulação e reinterpretação dos valores formais da cidade, do ónus da cultura pré-industrial ou da reinvenção dos valores humanos, psicológicos ou autobiográficos. (Factores, que foram prescindidos pelo Estilo Internacional).⁴³¹

Neste contexto, em 1953, ano em que se realiza o IX congresso dos CIAM, são introduzidos (pela primeira vez) pelo casal inglês Alison e Peter da metade do século XX, Barcelona, 2001

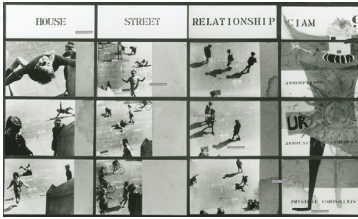
427 SIZA, Álvaro, *Relatório sobre o Seminário- A Cidade no Momento de Modificação* in *Arquitectura Portuguesa*, n.º 11, 5ª série, 1987 pag 1-2

428 PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999

429 SIZA, Álvaro, *Relatório sobre o Seminário- A Cidade no Momento de Modificação* in *Arquitectura Portuguesa*, n.º 11, 5ª série, 1987, página 1

430 JENCKS, Charles, *Le language de l'architecture post-modern*, 4eme ed, Paris, 1985

431 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno : arquitetura da segunda metade do século XX*, GG, Barcelona, 2001



104. DIAGRAMA, PETER AND ALISON



105. FOTO DE NIGEL HENDERSON "STREET PARTY"



106. TEAM X

Smithson, conceitos como Associação e Identidade. Sob o tema, *A Carta do Habitat*, o debate de novas ideias que iam surgindo aumentavam o conflito interno, que culminou na dissolução dos CIAM, no X congresso, em 1956 realizado em Dubrovnik, do qual se resultou um novo grupo - Team 10⁴³² - constituído por, Giancarlo de Carlo (via italiana), Jaap Bakema e Aldo Van Eyck (na via holandesa), George Candilis e Shadrach Woods (ambos discípulos de Le Corbusier), Alison e Peter Smithson (via inglesa) entre outros. Trata-se, portanto, de um grupo caracterizado pelo pluralismo em termos da sua origem e intenções, que tinha por objectivo inverter o aparente consenso dogmático de congressos anteriores, desencadeando uma série de críticas à visão maquinista e funcionalista. A padronização do estilo de vida gerou espaços desumanizados, como tal, consideram que é necessário introduzir novas questões no debate da cidade futura, numa perspectiva de relação com o lugar e o tempo, considerados por eles factores de importante influência.⁴³³ Dentro deste grupo, destaca-se a acção desempenhada por Inglaterra, entre outros pelos Smithsons, considerado o centro nevrálgico do grupo⁴³⁴, pelo seu papel de importância crescente no que se refere à revisão crítica do Funcionalismo⁴³⁵.

É necessário referir o enquadramento que rodeou o Team X, nomeadamente a conjectura traumática do pós-guerra e da crescente influência das ciências sociais e dos seus conceitos de identidade, sentido de pertença e vizinhança, destilados no conceito de Cluster.⁴³⁶ Outro tema levado a debate foi a noção de "centro", ainda como CIAM (nos últimos congressos, intitulados: "O Coração da Cidade" e "A Carta do Habitat"), tema este que fazia sentido dentro do contexto de "nova centralidade" do norte-europeu, que se centra na cidade em reconstrução ou na cidade de fundação ex-nova, como acontecia por exemplo em Inglaterra e França com as *New Towns* e as *Villes Nouvelles* respectivamente. Nesta perspectiva, a revisão crítica anglo-saxónica formulará o que designou por *core* ou *heart of the city*.⁴³⁷

Como tal, para além de críticas provenientes do interior dos CIAM e o do TEAM X, surgiram também críticas "exteriores" materializadas nos livros Kevin Lynch, *A imagem da cidade*, (1960) e de Jane Jacobs, *The death and life of Great American cities*, que visam a denúncia e a superação do esquematismo e limitações da cidade genericamente projectada como "moderna", face à vitalidade da cidade existente, (uma questão que já havia sido abordada por Camillo Sitte em finais de século XIX). O primei-

432 Ibidem

433 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006, pag 65-79434 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009435 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, GG, Barcelona, 2001436 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009437 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006, pag 65-79

ro, assinala o regresso de valores como a afectividade dissipados a par da extinção da *rue corridor*. No segundo, Jane Jacobs, reforça a ideia da cidade “olhos nos olhos”, devido à deterioração do conceito tradicional de “vizinhança” reforçados pelos blocos e parques típicos da cidade moderna.⁴³⁸

A partir de então, face às consequências negativas provocadas na cidade pela aplicação dos valores doutrinários (homogeneização e segregação) que resultaram das experiências dos CIAM, admite-se a coexistência de valores numa perspectiva de aceitação da sua complexidade e diversidade, numa visão mais pessoal e humanista - “da cidade da máquina para viver para a cidade”.⁴³⁹ Esta mudança de perspectiva em relação à cidade, deve-se ao facto desta se ter convertido num bem escasso e enfermo pelo contexto cultural e geográfico europeu, após os desastres da Segunda Guerra Mundial⁴⁴⁰. Neste sentido, em resposta a uma leitura fragmentada do território estabelecida pelo modelo racionalista, torna-se necessário o incentivo de novos métodos de análise urbana, com vista à recuperação da relação entre tipologia da morfologia urbana e construído numa tentativa de restituir a continuidade da sua forma⁴⁴¹.

Assim, como consequência a arquitectura pós-moderna expandiu uma morfologia urbana apelidada de “contextualismo”, assim como um enriquecimento da linguagem arquitectónica fundamentada na metáfora, na imagem histórica e na imaginação. Este contextualismo e os seus conceitos chave foram desenvolvidos por Aldo Rossi (*Achitettura della Città*, 1966), por Robert Krier (*Urban Space*, 1975), por Colin Rowe (*Collage City*, 1978) e por Leon Krier (*Rational Architecture: the reconstruction of the european city*, 1978) e ainda publicadas revistas francesas e italianas sobre *La tendenza*. Por outro lado, O.M. Ungers e Leon Krier apresentaram uma nova teoria e imagística urbana definida, que recuperou o conceito de contrastes urbanos, de contraposição entre monumento e pano de fundo/contexto/cenário. Recuperando noções urbanas (e.g. rua, praça) e de colagem artística, estes autores defendiam que os esquemas urbanos deveriam completar o modelo urbano e não proceder à sua substituição em termos morfológicos, mesmo que existissem antagonismos formais.⁴⁴² Desta forma, segundo Dieter Kopp, “a arte moderna ensinou-nos a deixar a tradição; isto deve ensinar-nos a romper com a tradição da arte moderna.”⁴⁴³

438 Ibidem

439 HUET, Bernard, *The city as dwelling space- alternativs to the Charter of Athens*, in Lotus internacional, *Living in the city*, n.º41, 1984

440 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, GG, Barcelona, 2001

441 HUET, Bernard, *The city as dwelling space- alternativs to the Charter of Athens*, in Lotus internacional, *Living in the city*, n.º41, 1984

442 JENCKS, Charles, *Le language de l'architecture post-modern*, 4eme ed, Paris, 1985

443 PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999, pág. 155

Os primórdios do pós-modernismo na sua vertente “dominante cultural” (segundo Fredric Jameson, décadas de 50 e 60)⁴⁴⁴, pode ser remetido para os últimos dois congressos internacionais de arquitectura moderna (CIAM 1956 e 1959) assim como as referências bibliográficas de Robert Venturi (*Complexity and Contradiction in Architecture*, 1966) de Vittorio Gregotti (*Il Territorio dell'architettura*, 1966)⁴⁴⁵

Neste contexto, o período temporal posterior à guerra enquadra-se dentro do antagonismo da continuidade e ruptura. Apesar do término dos CIAM, os conceitos e ideais do movimento moderno permaneceram. No entanto, houve uma alteração em relação aos ideais defendidos pela geração anterior.⁴⁴⁶ Essa mudança, que constituiu principal motivo da evolução do Movimento Moderno, passava pela simbiose entre os pressupostos modernos, (a continuidade na tradição do Movimento Moderno) com as contribuições de cada contexto. Foi durante a década de 50 que se expressou a continuidade da nova tradição do Movimento Moderno, e simultaneamente surgia uma nova geração de arquitectos assim como as primeiras oportunidades de submeter os princípios da ortodoxia à uma paulatina revisão e crítica.⁴⁴⁷

Como consequência dessa tradição crítica dos anos 50, é essencialmente a partir da década de 60 que despoletaram novos repertórios formais, por forma a dar uma nova resposta face à rigidez desenvolvida durante as décadas de 40 e de 50. Neste sentido, o objectivo passava por a arquitectura reflectir de forma mais clara a multiplicidade de modelos sociais e culturais, disseminando ideias como identidade, modelo de associação e vizinhança. Para que isto fosse possível foi necessário despertar a crise definitiva da simplificação dos princípios da carta de Atenas e expor a complexidade da vida urbana.⁴⁴⁸

É importante referir que o contexto cultural, social e material do pós-guerra é importante para compreender o processo de revisão da arquitectura moderna, nomeadamente em países como EUA, Grã-Bretanha, países escandinavos e Itália, ou seja, pólos fundamentais de transformação da arquitectura contemporânea.⁴⁴⁹ Contudo, foi em Itália e em Inglaterra que foi estimulado e polarizado o debate sobre o estatuto da arquitectura moderna, mais especificamente através das duas revistas *Architectural Review* e a *Casabella-Continuità* (segunda metade da década de 50) cuja publicação revelou diferentes pontos de vista em relação à crise do movimento moderno.⁴⁵⁰

Durante a década de 60, perante o enfraquecimento do raciona-

444 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

445 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006, pag 65-79

446 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, GG, Barcelona, 2001

447 Ibidem

448 Ibidem

449 Ibidem

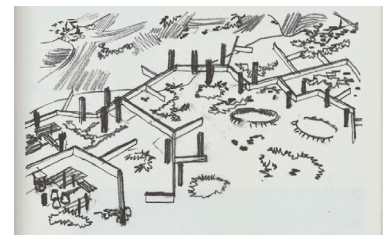
450 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

lismo, a arquitectura procurou reencontrar a ciência e a razão, em função dos progressos apelidados por Banham de “Segunda Era da Máquina”. Esta procura do *Zeitgeist* (i.e. espírito da época) poderá processar-se de dois modos: de uma forma académica e científica, enquadrada nas ciências exactas e sociais (abordagem da escola de Cambridge de Leslie Martin e Christopher Alexander); e de forma de uma deriva ficcional, baseada na ficção científica e na abordagem pop das novas tecnologias (Metabolismo japonês popularizado e desenvolvido pelos Archigram).⁴⁵¹ Foi no ambiente internacional, no geral, e no europeu, em particular, que existiram um conjunto de manifestações arquitectónicas, nomeadamente o *novo empirismo* (Suécia) e *Novo brutalismo* (Inglaterra), o *Neoliberty* (Itália), o *Metabolismo* (Japão), os *Formalistas* (América) e a *Escola de Barcelona*. Para além destes exemplos mais concretos, existiam outras manifestações noutros países, entre outras, correntes vernaculares e participativas.⁴⁵²

Contudo, pode-se considerar que o apogeu do pós-modernismo se iniciou com os escritos e construções tanto de Robert Venturi como de Charles Moore, Robert Stern e Michael Graves. Estas quatro personalidades americanas foram os protagonistas que aperfeiçoaram o pós-modernismo efectivamente. Por forma a distinguir os princípios pós modernistas destes autores de um movimento mais vasto, pode-se denominar estes de “*Escola Pós-Moderna*”. Esta escola estabeleceu a sua notoriedade através de dois acontecimentos: a Bienal de Veneza, cujo tema “*A presença do Passado*” revelou a importância do consenso historicista, e o *Classicismo Pós-moderno* de James Stirling e Michael Graves que definiu o estilo partilhado.⁴⁵³

Mais especificamente estudando o caso inglês, protagonizado pelo casal Smithson que tinham por objectivo mostrar a possibilidade de uma nova abordagem ao urbanismo, considerando o conceito de que a cidade é um lugar de múltiplas manifestações humanas e materiais.⁴⁵⁴ Contextualizando esta questão com o período pós-guerra, compreende-se o foco numa metodologia de projecto mais prudente e associação humana.⁴⁵⁵

Os Smithsons, com o seu activismo crítico, reformulou o discurso disciplinar, introduzindo temas que tinham sido excluídos pela ortodoxia moderna, como por exemplo a relevância de “rua” na organização do alojamento (“*the building as a street* ou numa leitura inversa *the street as a building*, talvez mais apropriada aos modelos da época”), assim como o papel da praça na organização da centralidade, conceitos estes que foram fulcrais para projectos como o conjunto Golden Lane (1952), o concurso Berlim capital (1958) e o complexo do *The Economist* (1963).⁴⁵⁶



107.GOLDEN LANE| SMITHSONS

451 Ibidem

452 JENCKS, Charles, *Le language de l'architecture post-modern*, 4eme ed, Paris, 1985

453 Ibidem

454 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno : arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

455 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

456 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

Assim, o trabalho dos Smithsons assinala uma alteração de paradigma que afectou de forma profunda a cultura arquitectónica contemporânea, ou seja, a transição de uma sociedade focada na indústria para uma sociedade, centrada nos meios de comunicação e de consumo, fomentando o mesmo voluntarismo vanguardista. Com isto, pode-se compreender melhor a passagem do CIAM para o Team X, pois tratou-se da recuperação de uma linha de frente para a arquitectura focada em problemas emergentes, em que a sua abordagem pretendia ser mais tentativa, menos taxativa, mas no entanto moderna⁴⁵⁷.

Contudo, foi através da pop art e da art op, com a sua exaltação figurativa das complexidades urbanas que se dissimularam as contradições da cidade moderna, como defendia Tafuri, a partir de imagens polivalentes⁴⁵⁸. Tal como referia Huyssen, “(...) a Pop Art (...) é o movimento crucial que inicia o impulso no sentido do pós-moderno”. Neste sentido a abordagem *pop* do *Independent Group* (grupo também surgido na Grã-Bretanha ao qual faziam parte personalidades como os Smithson) apresenta-se a principal precursora de várias propostas como a de Robert Venturi.⁴⁵⁹

De facto, Robert Venturi assumiu a influência que tiveram os artistas pop, pois estes demonstraram a importância dos elementos convencionais e familiares, sobrepostos em novos contextos e diferentes escalas, havendo assim uma criação de novos significado. Entre outras referências, será em *Las Vegas* que procura identificar as mecânicas que providenciariam à arquitectura a legibilidade imediata, o que se afastava assim da imaginação ou da seriedade tecnocientífica que ocorreu na segunda metade dos anos 60, e em vez apresentava um arquitecto pragmático, realista e “anti-herói”. Assim, a tensão perceptível na abordagem dos Smithsons, dissipa-se em Venturi, resultando na ruptura entre o vínculo ideológico e o movimento moderno.⁴⁶⁰

Em termos disciplinares, com a edição do seu livro *Complexity and contradiction in architecture: Learning from Las Vegas*, representou uma abertura e “regresso à arquitectura”, através de novas metodologias, mais especificamente no campo da sociologia e da semiótica, ao mesmo tempo que representa uma saída do plano teórico ou processual.⁴⁶¹ Este livro foi o resultado de investigações por parte de Robert Venturi com o objectivo de encontrar uma nova simbologia histórica da arquitectura, que basicamente se entendia como uma abordagem semiótica do objecto de estudo.⁴⁶² A partir de então a arquitectura vinha perdendo os seus próprios desígnios, derrubando a realidade e procurando um valor operativo.⁴⁶³ Nestas circuns-



108.LEARNING FROM LAS VEGAS|
ROBERT VENTURI e DENISE

457 PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999

458 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

459 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009, pag 198

460 HUYSEN, Andreas, in FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 200, pag 198

461 Ibidem

462 AMENDOLA, Giandomenico, *La ciudad postmoderna: magia y miedo de la metrópolis contemporánea*, Barcelona : Celeste, 2000.

463 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

tâncias, a “cultura popular”, ganha um papel de destaque, algo que entrava em contradição com a noção de “homem universal” em que se baseava a ideologia moderna.⁴⁶⁴

Por outro lado, Rossi defendia uma posição diferenciada da de Venturi, mas encontrando-se no entanto nalguns campos comuns, nomeadamente na admissão do potencial iconográfico e monumental da arquitectura, no método de citação e de *collage* e na utilização de historicismo em fruição livre. Apesar disto, tanto através de um autor como do outro, é abandonada a posição de propostas metodológicas e ficções científicas populares durante a segunda metade dos anos 60 e é entretanto adoptada um “regresso à arquitectura” como processo de ligação com a história: por um lado os maneirismos de Venturi e por outro o racionalismo de Rossi.⁴⁶⁵

Na crítica italiana, as mesmas questões estavam a ser tratadas, no entanto foi através de uma conceptualização diferente, e de uma aproximação analítica à estrutura tradicional da cidade e do alojamento, que assume uma postura neo-realista.⁴⁶⁶ Neste contexto, o autor principal da revisão da tradição moderna foi Bruno Zevi.⁴⁶⁷

Deste modo, nos países abrangidos pelo sul da Europa, as políticas urbanas eram mais focadas na integração do *Housing* noutras funções urbanas, principalmente através de “escolas” e programas citadinos. Como é o caso dos centros históricos italianos que por apresentarem elevadas densidades populacionais, reforçavam a opção por soluções mais híbridas, multifuncionais e inter-classistas. Focando-se na continuidade, vive-se na cidade histórica, tendo em consideração a permanência e pertinência da sua sintaxe e semântica.⁴⁶⁸

Neste contexto, é importante referir o Plano Fanfani, devido a importância que este teve na política nacional de realojamento, onde se incluía o programa de housing INA-Casa. De facto, o programa INA-Casa tornou-se um exemplo de capacidade de aprofundamento da investigação tipomorfológica, com um carácter contextualista, que a Europa meridional procurava como resposta à saída de “culturas oficiais”, que tinham sido forçadas pelo racionalismo monumental com um foco nacionalista ou imperialista. (será influente para o processo SAAL que será seguidamente abordado).⁴⁶⁹

Quanto ao âmbito italiano, Aldo Rossi desempenhou um papel importante, focado numa perspectiva limitada e centrada na ideia de que a cidade é lida através de dois conceitos, o “tipo” e o “monumento”. No seu livro “A Arquitectura da Cidade”, Rossi faz uma crítica explícita a ideias estruturais do movimento moderno, nomeadamente ao funcionalismo sob a



109. INA-CASA

464 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

465 Ibidem

466 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006 pag 65-79

467 MONTANER, Josep Maria *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, GG, Barcelona, 2001

468 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006, pag 65-79

469 Ibidem

premissa – “a forma segue a função”⁴⁷⁰

Se por um lado, face aos desenvolvimentos italianos, Banham, considera o regresso à monumentalidade um retrocesso, já que a monumentalidade representaria um regresso às propostas das vanguardas. Por outro lado, Frampton em 1978, assinala “o movimento Neo-Racionalista, italiano”, a *Tendenza*, como um dos movimentos mais relevantes em termos de desenvolvimento da evolução da arquitectura como bem de consumo. Nesse movimento, segundo Moneo, Rossi destaca-se pela sua influente contribuição no que respeita à renovação do léxico urbano, que viria a ser prponderante nos anos 60. Mais de que uma metodologia, consistia numa “(...) crescente preocupação com a função do monumento (...) na definição da memória histórica e imagem da cidade: ideias chave para o pós-modernismo.”⁴⁷¹

Neste sentido, este rumo teve uma influência significativa nas novas gerações de arquitectos que se encontravam a ter a sua formação na Europa meridional no período pós-guerra, especialmente em Portugal e em Espanha. Esta influência traduziu-se na inclusão de metodologias que eram caras ao seu envolvimento em termos éticos e profissionais, nomeadamente o ênfase colocado em contextos culturais autóctones e importância da participação popular no processo de *housing*. As novas gerações mostraram um interesse específico em “escolas” representadas por Giancarlo De Carlo em Terni, por Ludovico Quaroni, Carlo Aymonino e Mário Ridolfi, em Roma, ou por Ernesto Rogers e Franco Albini em Milão⁴⁷².

Assim, enquanto no eixo sul-europeu predominava entre uma postura “neo-realista”, no contexto nórdico-anglo-saxónico se manifesta uma vertente mais “organicista” ou “empirista” sob clara influência escandinava de Alvar Aalto, Sven Markelius ou Gunnar Asplund. Apesar de encarar de modo distinto a relação com a tradição, ambos os contextos evidenciam a procura de novos conceitos tipológicos. Neste sentido, em resposta ao conceito de *cluster*, a via neo-realista sustentava a tipologia vernácula do pátio, prevalecendo ainda o primado da rua no solo face à galeria aérea.⁴⁷³

Apesar de algumas tentativas em reavivar uma ideologia que já se encontrava desgastada nos anos 60, acabam por culminar na sua morte simbólica com a demolição do complexo Pruitt-Igoe em 1972 (construído em 1951, baseado nos conceitos progressistas da CIAM e tendo sido galardoado pelo Instituto dos Arquitectos Americanos. Como testemunho da falência da arquitectura e urbanismo modernos, e um exemplo de como o idealismo social conduziria rapidamente à catástrofe social.⁴⁷⁴ É neste cenário que Charles Jencks introduz, durante a década de 70, o termo “pós-moderno”, cujo objectivo era estabelecer uma nomenclatura de posições que superavam a ortodoxia do estilo internacional, reflectindo uma transição do *pop Venturiano* ao *monumentalismo Boffiliano* e do *conservadorismo Krieriano*



110. PRUITT-IGOE

470 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

471 JENCKS, Charles, in FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009, pag 61

472 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

473 Ibidem

474 JENCKS, Charles, *Le language de l'architecture post-modern*, 4eme ed, Paris, 1985

ao legado tipológico Rossiano.⁴⁷⁵

Os desenvolvimentos que decorreram no habitat urbano, no período final do Movimento Moderno, tiveram como principal agente as mutações sociais. Com picos sócio-políticos na Europa do Maio de 68 e em Portugal com a Revolução de 74, era pretendido denunciar o desenraizamento social resultante da aplicação vulgarizada dos modelos urbanos funcionalista. Neste sentido é a partir da segunda metade da década de 60 que se consolida um movimento iniciado em princípios dessa mesma década, com a crítica instigada pelas Ciências Sociais.⁴⁷⁶

Neste período, começavam a terminar as reconstruções que foram necessárias realizar como consequência da grande guerra, no entanto isso não significava que o desenvolvimento estivesse a estagnar. Assistia-se a um aumento populacional tanto em países industrializados como nos restantes, nomeadamente entre 1960 e 1970, de 3 para cerca de 3,6 biliões, a população urbana passa de 30 para 40% (de 1 para 1,5 biliões), e as grandes aglomerações acompanhavam este crescimento. Este desenvolvimento caracterizou-se por alterações laborais, com a mudança de uma população maioritariamente agrícola para uma sociedade industrial, um aumento do peso do sector terciário, alterações nos padrões populacionais e consequentemente nos estilos de vida das sociedades, o que agravava o impacto sobre o “ambiente construído”.⁴⁷⁷

Em relação a habitação, a situação de crise persistia mesmo em países considerados desenvolvidos, e a população mais carenciada era a mais afectada por esta problemática, consequência das migrações urbanas que foram feitas em resposta à necessidade de aumentar o ritmo de produção na era industrial. Segundo Chombart de Lauwe, o problema da habitação tinha por base a procura do lucro e do poder, em que os interesses pessoais de produtores era justaposto ao interesse geral da população. Assim, um processo que era pautado pela civilização evoluiu para um processo de dominação.⁴⁷⁸

A problemática da habitacional, consequência da grande afluência da população às grandes capitais do Primeiro e Terceiro Mundo, juntamente com a falta de habitação com condições adequadas, levou a que frequentemente houvessem acções de ocupação espontânea, fenómeno esse com consequências devastadoras em termos geográficos e ambientais, pondo assim em causa a propriedade privada como sistema estruturante político e administrativo.⁴⁷⁹

A habitação tornou-se assim um problema universal e comum a muitas sociedades, tanto em metrópoles de países ricos, como em economias emergentes de países pobres.⁴⁸⁰ A questão habitacional tinha que ser respondida com urgência por parte dos arquitectos, que teriam que come-

475 FURTADO, Gonçalo, *Apontamentos sobre o nosso transitório (pós)modern*, Jornal de Arquitectos, N.º 208, *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, Nov/Dez, 2002, pag 96-103

476 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

477 BENÉVOLO, Leonardo, *O último capítulo da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1985

478 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

479 Ibidem

480 Ibidem

çar a “construir para o maior número”, pois o planeamento rígido do estado-providência encontrava-se enfraquecido por crises energéticas e fiscais (década de 70) e não conseguia dar resposta ao problema. Houve portanto um novo impulso metodológico, que era mais consciente e rigoroso no que se refere às especificidades sócio-culturais dos destinatários da arquitectura e que era dirigido sobretudo a necessidades que tinham sido esquecidas e ignoradas durante o período moderno.⁴⁸¹

Neste contexto, começam a ser desenvolvidos modelos experimentais de participação e edificação, ou seja novos modelos de habitat em países subdesenvolvidos. José António Bandeirinha, durante a sua análise do processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), analisou as experiências de Hassan Fathy (1900-1989) e as pesquisas de Charles Abrams, o que implicou um reconhecimento de uma mudança significativa de paradigma: contrariamente à ideia de homem moderno, padronizado ao nível físico e social, gera-se uma tendência, desde o pós-guerra, que passa a considerar os destinatários na sua especificidade sociológica individual ou em grupo.⁴⁸² Neste sentido, parte-se para uma aproximação aos saberes das ciências sociais, numa acção crítica à superficialidade característica dos programas funcionais modernistas, com base num entendimento da forma arquitectónica mediante os sistemas comportamentais dos utilizadores. Corresponderia ainda a uma optimização dos recursos e métodos dos aglomerados informais como parte do processo da melhoria das condições habitacionais.⁴⁸³

Assim, numa perspectiva menos fantasiosa, começou-se a reconhecer a importância de estudar países do terceiro mundo como case-study com o objectivo de compreender as formas de auto-organização humana. Mais especificamente, este foi o caso do arquitecto inglês John Turner, que através dos seus estudos em Lima no Peru estabeleceu metodologias básicas de criação de alojamento, que funcionavam através da participação de futuros moradores e que se revelaram inovadores na definição desse grau-zero da auto-construção⁴⁸⁴.

As perspectivas mais fortes e com maior impacto na Europa meridional foram consequência do protagonismo crescente da sociologia francesa com base comportamental, difundido por Chombart de Lauwe e pelo neo-marxista Henri Lefebvre. Este último defendia o “direito à cidade”, mote que foi reproduzido nas ruas de Paris durante o Maio de 68, tinha por objectivo reiterar o direito à auto-determinação do utente tanto no seu próprio quotidiano como na construção do seu próprio habitat.⁴⁸⁵ Esta nova aproximação, da aspiração às necessidades da população, vai se desenvolver



111.MAIO 68

481 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

482 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

483 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

484 Ibidem

485 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

maioritariamente nos finais da década 60 e início da década de 70.⁴⁸⁶

Neste sentido, trata-se de um período no qual se intensifica a crítica ao academismo do Estilo Internacional e à prática desferida do contexto, que trazem a debate além das já mencionadas preocupações sociais, a questão do aproveitamento de recursos. Tal facto deve-se às consequências das edificações que vêm sido construídas, quer por compreenderem operações insustentáveis quanto à sua manutenção e ao gasto exaustivo de recursos, quer por constituírem uma marca irremediável no tempo e no território.⁴⁸⁷ Desta forma, a arquitectura não-formal ou não-classificada, como sustenta Bernard Rudofsky com a exposição “Architecture without architects”, torna-se objecto privilegiado de estudo, que vem sendo descartado como acidental perante a história da arquitectura, pelo que caracteriza de tendenciosa no plano social.⁴⁸⁸ Se a arquitetura tem de reencontrar uma dimensão simbólica, dentro do sistema de convenções urbanas,⁴⁸⁹ esta parte por reconhecer este tipo de arquitetura não formal, como o resultado de um bom senso na resolução de problemas práticos, e pela humanidade dessa arquitetura.⁴⁹⁰

SÍNTESE:

Em suma, entre outros motivos, a origem do pós modernismo encontra-se directamente relacionada com: o pós-guerra que assinala uma nova economia pós-industrial, uma nova cultura de consumo e forma de capitalismo tardio, que por sua vez desencadearam um desenvolvimento intenso de uma série de tendências nas quais os meios de comunicação de massas tiveram um envolvimento sem paralelo.⁴⁹¹ Deste modo, a arquitectura pós-moderna desempenhou um papel relevante na exposição de aspectos menos positivos do Modernismo a partir de novos entendimentos.⁴⁹²

Contudo, é considerado por Paolo Portogueshi, como um movimento “mais evolucionista do que revolucionista”. Não negando a tradição moderna, prossegue o autor, “percorre criticamente contra os dogmas da univalência, da coerência estilística pessoal, do equilíbrio estático e dinâmico, contra a pureza e a ausência de qualquer elemento “vulgar”⁴⁹³. Charles Jencks, identifica-o, por isso, como uma tendência metade moderna, metade outra coisa, (por norma uma construção tradicional ou de linguagem regional), motivada por pressões contrárias que se operam entre: atravessar o impasse modernista ou em incitar a sua continuidade.⁴⁹⁴

486 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

487 HUET, Bernard, *The city as dwelling space- alternativs to the Charter of Athens*, in Lotus internacional, *Living in the city*, n.º41, 1984

488 RUDOFSKY, Bernard, *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*, 2nd print., New York, The museum of modern art, 1965

489 HUET, Bernard, *The city as dwelling space- alternativs to the Charter of Athens*, in Lotus internacional, *Living in the city*, n.º41, 1984

490 RUDOFSKY, Bernard, *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*, 2nd print., New York, The museum of modern art, 1965

491 TOUSSAINT, Michel, *A Cidade como Meio e Paradigma para a Arquitectura do século XX*, *Jornal de Arquitectos*, n.º195, *A Cidades e as Serras*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Mar/Abr 2000, pag. 77-81

492 ALLMENDIGER, Philip *Planning in postmodern times*, London, Routledge, 2001

493 PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999, pag.47

494 Ibidem



112. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO:
ARCHITECTURE WITHOUT
ARCHITECTS

No que respeita à necessidade, pelo Movimento Moderno, em homogeneizar a leitura da cidade como lugar de concentração e produção de capital, esta já não se adequava, pois seria difícil conseguir abranger realidades bastante diferenciadas.⁴⁹⁵ Neste sentido, a arquitectura pós-moderna surge como resposta ao conformismo e às falhas dos mitos modernistas, como forma de tentar descobrir métodos que potenciem complexidade, algo que estaria em falta na visão moderna da cidade.⁴⁹⁶ Isto, numa perspectiva de ultrapassar o modernismo e o seu conceito de ruptura entre espaços, a partir de costumes tradicionais que fortalecesse a tradição e a continuidade⁴⁹⁷.

Perante uma realidade crescentemente heterogénea, que começava a apresentar as consequências da globalização do mercado, exploram-se alternativas que correspondem a uma abertura no campo disciplinar a outros universos científicos e culturais, por forma a estimular estruturas de motivação social e científica, assim como a inserção de reflexões inovadores.⁴⁹⁸ Deste modo, a abordagem pós-moderna começa por aceitar a história na sua complexidade, além do que a Carta de Atenas instituía, abandonando assim a leitura do edifício isolado, dando-se a passagem da ideia do espaço que caracterizava o período entre guerras, para um ideia de lugar - partindo assim de referências concretas contrariamente ao moderno, que se apoia em referências abstractas⁴⁹⁹. Esta mudança influi da crescente importância das ciências sociais, durante os anos 50 e 60, particularmente no ano de 1967, marcado como o auge das tensões referentes à segregação social do uso da cidade⁵⁰⁰. Assim, é neste período que se revaloriza a esfera da vida quotidiana na sua complexidade dos usuários, assumindo um papel preponderante no pensamento arquitectónico.⁵⁰¹

Como foi passível de verificar, a privação do simbolismo como meio reconhecimento, tinha condicionado a criação de uma verdadeira arquitectura, e o seu principal propósito que é comunicar.⁵⁰² Desta forma, é pretendido solucionar o desenraizamento estimulado pelo Estilo Internacional com a tradição e a história⁵⁰³, a partir, segundo Lewis Mumford, da reconsideração em termos ideológicos de valores essenciais, que o moderno colocou termo: o incentivo à participação do homem como interveniente preponderante no processo histórico de fazer cidade e com ele a recuperação de valores ideológicos como o sentido de comunidade e vizinhança. Para tal era reconsiderada a complexidade que lhe está inerente e reescrever sobre

495 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

496 JENCKS, Charles, *Le langage de l'architecture post-modern*, 4eme ed, Paris, 1985

497 Ibidem

498 Ibidem

499 AMENDOLA, Giandomenico, *La ciudad postmoderna : magia y miedo de lame-trópoliscontemporánea*, Barcelona : Celeste, 2000.

500 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

501 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

502 HUET, Bernard, *The city as dwelling space- alternatives to the Charter of Athens*, in Lotus internacional, *Livinginthecity*, n.º41, 1984

503 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

essa “escrita”, revalorizando assim a memória colectiva⁵⁰⁴.

Segundo Henri Lefebvre, a cidade emerge de mecanismos gerais de relações que resulta de uma projecção no território das relações sociais e, como tal, projecção directa do modo de produção capitalista, por oposição a uma perspectiva funcionalista, que reduzia a sociedade urbano a um conjunto de funções delimitadas no terreno da arquitectura. Da mesma forma que Manuel Castells não considera o “conjunto urbano” (a cidade) como algo estável e definível, mas enquanto uma forma social que se renova de forma constante que podem originar mudanças transformadoras qualitativas em espaços sociais e indutoras de nova urbanidade.⁵⁰⁵ Esta nova aproximação, segundo Paolo Portoghesi, deriva do abandono da óptica totalizadora do *zoning*, numa perspectiva de planificar mais próxima da escala humana, em termos compreensíveis e controláveis, por forma a possibilitar processos de participação. Uma lógica que vai de acordo à filosofia de Shumaker, que se centrou na máxima *small is beautiful*, antítese do gigantesco totalitário da urbanística no estilo de Hausmann e de Speer, que chegou a fascinar urbanistas e arquitectos modernos.⁵⁰⁶

Outro aspecto a ressaltar, trata-se do facto da história do Movimento Moderno ter sido encarada à luz de uma espécie de *starsystem*,⁵⁰⁷ foi idealizado para o estereótipo de homem moderno (e utópico) que não era de todo compatível com o homem comum. Um aspecto que é abordado por Charles Jencks, no seu livro *A linguagem da arquitectura pós-moderna*, no qual afirma o carácter abstracto e intelectualista do modernismo, axiomas os quais jamais confrontados com as reais exigências dos homens.⁵⁰⁸ A consciência da valorização de um “cliente” crescentemente pluralizado e diferenciado, assim como a noção da complexidade que reflecte o seu envolvimento social, levaram o corpo disciplinar da arquitectura orientado para um campo de referência dirigido para a compreensão dos relacionamentos entre o meio ambiente e o comportamento, perante uma realidade cada vez mais complexa.⁵⁰⁹ Assim, de uma forma geral, expressava-se uma das consequências da tendência ao humanismo, assim como da valorização do indivíduo comum que foi desenvolvido durante a década de 50, em conjunto com a paulatina consciência do relativismo antropológico consequência dos trabalhos desses anos: Levi-Strauss (defesa da diversidade de lógicas culturais), Marvin Harris e outros. Em sequência, ter-se-ia que se adequar o pensamento arquitectónico a um novo contexto, uma vez que as necessidades do homem eram distintas, a sociedade se encontrava em constante mudança e onde existia uma maior mobilidade social.⁵¹⁰ Neste sentido, o principal objectivo passava por superar a separação inevitável entre as elites, a partir de adopção, em parte, do vocabulário clássico por grande parte dos mais importantes arquitectos pós modernos, aceitando ainda a ambiguidade, e a

504 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

505 Ibidem

506 PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999

507 Ibidem

508 PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999

509 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

510 AMENDOLA, Giandomenico, *La ciudad postmoderna: magia y miedo de lametrópoliscontemporánea*, Barcelona : Celeste, 2000.

pluralidade de estilos⁵¹¹.

No que concerne à crise da habitação, a crítica ao Movimento Moderno teve sempre uma posição clara. A sua resolução também não partia da aplicação de postulados universais ou manifestos funcionalista, mas de uma atitude mais contextualista e realista perante as potencialidades associadas a cada caso distinto.⁵¹² De qualquer forma, como refere Jorge Figueira, ao longo dos anos 60, a cidade passa a ser um ponto de encontro multidisciplinar (sociológico, urbanístico, político e arquitectónico), por referência à crítica do “urbanismo moderno”.⁵¹³ Assim, pretendia-se encontrar alternativas aos critérios culturais, económicos, tecnológicos, urbanos e de projecto até então empregues, numa expectativa de corresponder às circunstâncias de cada contexto social, de forma mais versátil experimentais, mais do que um modelo. Trata-se pois de repor um pensamento que antecedeu à era industrial⁵¹⁴.

Da mesma forma se procede a uma tomada de consciência que a vida urbana resulta da sobreposição de funções: residência, trabalho, comércio. Contrariando ao defendido pelo ideário modernista (Bairros marginalizados, cidade cingida a funções de serviços) é pretendido alcançar um equilíbrio urbano através da coexistência de funções.⁵¹⁵

Neste contexto, projectos inseridos na IBA de Berlim de 87 (com particular destaque para a obra de Rob Krier, segundo José António Bandeirinha), sob direcção de Joseph Kleihues e as operações SAAL no contexto nacional desenvolvidas a partir de 1974, vão de encontro às premissas supracitadas que serão objectos de estudo aprofundado nos capítulos que se seguem, como referência a uma nova visão sobre a cidade pré-existente.

“Whatever space and time mean, place and occasion mean more. For space in the image of man is place; and time in the image of man is occasion.”⁵¹⁶.

511 JENCKS, Charles, *Le language de l'architecture post-modern*, 4eme ed, Paris, 1985

512 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

513 FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009

514 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

515 Ibidem

516 EYCK, Aldo van, *From Place and Occasion*, in *Writings*, confrontar Forum, 1960-61, n.º3 p. 121

A CLASSE OPERÁRIA
DO BAIRRO DA LIBERDADE
APOIA O MOVIMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS.
★ VIVA A LIBERDADE ★
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

3K
PRESENTES
DE
NATAL
Presentes de Natal
47

MINISTÉRIO DAS CORPORACOES E SEGURANCA S



2.1 O confronto com a cidade: Operações S.A.A.L./Norte, PORTO (1974-1976)

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surge contextualizado numa época em que existiam diversas iniciativas, anteriores à queda do regime, com o objectivo de responder às questões urgentes da habitação que tinham sido desacreditadas em termos técnicos nas propostas inscritas na prática do regime. É neste sentido que Nuno Portas⁵¹⁷ afirma que não é possível compreender o SAAL sem o incluir, sem o enquadrar, considerando o seu curto período de duração (2 anos de projecto, ou 4/5 anos incluindo o período de conclusão dos projectos iniciados)⁵¹⁸.

Tal como descrito em capítulos anteriores, a habitação era um problema premente, apesar da existência de políticas habitacionais implementadas pelo Estado Novo. No entanto, tais políticas eram negligentes em termos de habitação social e das condições disponibilizadas à população mais necessitada, tentando ocultar da minoria abastada, os problemas graves de salubridade que subsistiam nos centros e que afectavam a classe operária, de representatividade significativa⁵¹⁹. À insatisfação resultante desta problemática associou-se a crise económica, o que levou a uma estagnação do crescimento urbano. Perante isto, questionou-se a relação entre Planeamento e Arquitectura da Cidade, disciplinas que anteriormente tinham resolvido os problemas segundo modelos dos anos 50, onde havia uma divisão clara de trabalho⁵²⁰.

Surgem assim novas formas de intervir na cidade, provenientes do debate internacional que a arquitectura portuguesa acompanhou, no período final do Movimento Moderno, marcado por grandes mutações sociais, pelo problema da habitação urbana e a sua consequente transformação. Estas novas propostas fundamentavam-se nas posições críticas do plano internacional, caracterizadas pela participação popular nas decisões, por vezes exigida através de lutas sociais (como aconteceu nas operações SAAL), assim como na consideração da intervenção em estruturas existentes da cidade, que não se limitava à dicotomia destruição-construção e se focava no contexto, na estrutura histórica e no desenvolvimento do período temporal dos séculos XVIII-XIX. Considerando isto, foi dada uma maior atenção à relação tipologia/metodologia e ênfase à fundamentos teóricos da recuperação, assim como estudo pormenorizado das técnicas de actuação⁵²¹.

517 Comunicação apresentada durante Simpósio realizado em Serralves.

518 COSTA, Ana Catarina, *O Simpósio SAAL: em retrospetiva. Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica*. Disponível em http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retrospetiva-ana_6.html, consultado em Abril 2014

519 COSTA Alexandre, GRANDE Nuno, *Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

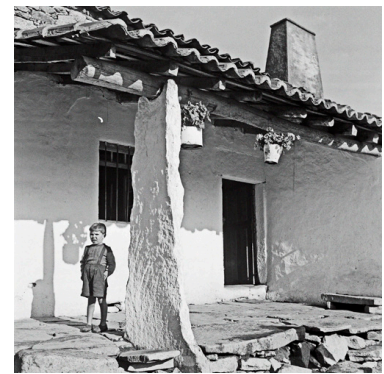
520 SIZA, Álvaro, *Relatório sobre o Seminário- A Cidade no Momento de Modificação*, Arquitectura Portuguesa, n.º 11, 5ª série, 1987

521 PORTAS, Nuno, GRANDE Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

2.1.1 A Terceira Época da Modernidade Portuguesa⁵²² e a retoma do realismo

Perante a falência do modelo moderno, foi necessário ponderar novamente os modelos arquitectónicos e repensar a prática arquitectónica, iniciando-se assim um novo momento de procura de referências locais que posteriormente resultariam em explorações organicistas e regionalistas críticas⁵²³. No caso português, para além da adopção tardia do Estilo Internacional, inicia-se paralelamente uma nova disposição que pretendia encontrar uma “terceira solução” para o confronto Modernismo/Portuguesismo que já existia desde a geração anterior, que ultrapassava concepções radicais numa arquitectura que se queria internacional, mas que era resultante de condições específicas dos países industrializados do Centro e Norte da Europa. O novo rumo “neo-realista” ficou registado no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal (1955-1960), reflectindo o processo de revisão crítica do modernismo e o regresso à tradição, à contextualização do território e da História⁵²⁴. Assim, o Inquérito foi realizado e publicado num momento de charneira muito importante em termos da cultura e da produção arquitectónica, tanto entre nós como na Europa e revelou as contradições e a crise que o Movimento Moderno atravessava nos últimos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM)⁵²⁵.

Este inquérito, de natureza analítica da arquitectura popular, teve a sua origem no Sindicato dos Arquitectos Portugueses, nomeadamente através do seu presidente Francisco Keil do Amaral. Tinha como objectivos combater a propaganda folclórica e conservadora do Estado Novo, assim como explorar novas opções alternativas à aplicação acrítica e ao esquematismo dos modelos modernos, modelos esses que marcaram a tipologia habitacional em Lisboa e no Porto desde o final dos anos 40⁵²⁶. A sua realização e os resultados daí obtidos repercutiram-se de forma significativa na produção arquitectónica, com o objectivo de obter coesão territorial e uma aproximação ao lugar, formas de povoamento e de apropriação do espaço, o que resultou na criação de novos instrumentos de ordenamento⁵²⁷. Desta forma, depois da realização deste inquérito, a problemática da integração de objectos é abordada em termos dialécticos através não só da aceitação de continuidades urbanas como da sua negação. Com base nos conhecimentos adquiridos, foi possível identificar as características de outras “racionalida-



113. INQUÉRITO À ARQUITECTURA EM PORTUGAL

522 Epressão de Ana Tostões em *Sob o Signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

523 TOSTÕES, ANA, *Sob o Signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

524 GRANDE, Nuno, *Campo magnético: polaridade e tensões na arquitectura portuguesa do século XX*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

525 TEOTÓNIO, Nuno, *Reflexos culturais do Inquérito à Arquitectura Regional*, *Jornal de Arquitectos*, n.º195, *A Cidade e as Serras*, Mar/Abr 2000

526 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, *Lisboscópio*, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

527 ROSETA, Helena, *Em busca da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

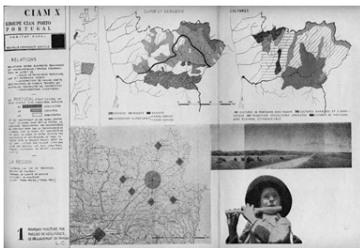
des” tipológicas na arquitectura erudita⁵²⁸.

O debate despoletado pelo inquérito, de carácter necessário e urgente, suscitou benefícios relacionados com as questões de natureza cultural, social, técnica e económica, questões essas que se encontravam intrinsecamente ligadas à vida profissional do arquitecto. As repercussões dos resultados do inquérito fizeram-se sentir de forma geral no enriquecimento humanístico, devido à assimilação da força criadora do povo, o que suscitou interesse em países europeus e nos EUA⁵²⁹.

Foi também durante a década de 60 que houve um foco na revisão da arquitectura praticada, assim como na componente teórica e pedagógica, patente na reforma do ensino nas escolas do Porto e de Lisboa. De facto, segundo Keil do Amaral, na sua comunicação no congresso de 48, o ensino da arquitectura estava a formar profissionais pouco conscientes e focados no exterior dos edifícios e no seu aspecto mais do que no contexto onde estes se inseriam. Para esta renovação das escolas de arquitectura foi fundamental a entrada na docência de personalidade da arquitectura como os arquitectos João Andersen, Fernando Távora, Carlos Loureiro, Octávio Filgueiras, A. Araújo, Viana de Lima, entre outros, o que contribuiu para a introdução no ensino da arquitectura de preocupações de realismo construtivo e sociológicas, de geografia urbana, e de consciencialização da multiplicidade de ideologias no movimento moderno e das suas inerentes vicissitudes e prolongamentos. Desta forma, começam-se a introduzir no ensino as críticas exploradas durante os últimos CIAM, também incluídas nas revistas *Architectural Design* e na *Architectural Review*. Para além disso, foi também importante o contacto com o exterior, nomeadamente o encontro de pioneiros internacionais pré-racionalistas e de figuras tutelares, assim como o acompanhamento da evolução conturbada do neo-realismo italiano, entre outros⁵³⁰.

Baseando-se nos conhecimentos do contexto internacional, Fernando Távora focou a sua arquitectura na recusa de diletantismos plásticos, pois considerava que a arquitectura era “(...) conhecimento realizado, palpável, vivido, e não utópica concepção de papel ou de inteligência”⁵³¹. Para além disso, via o futuro da arquitectura na repercussão da capacidade de conhecer na totalidade a realidade de Portugal. Távora reafirmou esta posição durante o CIAM X⁵³², assim como Octávio Lixa, onde são apresentadas as primeiras conclusões do Inquérito, sobre a redescoberta “regionalista” no norte do país. De facto, o grupo de arquitectos portugueses presentes neste congresso, defenderam que a arquitectura vernacular que mesmo sendo anónima era experienciada de forma intensa⁵³³.

A partir dos finais do decénio de 50, um dos maiores espaços de debate foi o atelier de Nuno Teotónio Pereira, precisamente um dos coor-



114. PAINEL DE APRESENTAÇÃO “CIAM PORTO”

528 BYRNE, Gonçalo, *Quelques prémices pour une architecture nouvelle*, *Architecture d'Aujourd'hui* n.185, *Histoire et tendances de l'architecture portugaise - La passion d'Alvaro Siza*, Paris, Maio / Junho 1976, pp. 32-35

529 FREITAS, António, *Tradicionalismo e evolução*, *Arquitectura*, Outubro 1959 pag.37

530 PORTAS, Nuno e Manuel Mendes, *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991

531 Ibidem PAG????

532 Realizado em Dubrovnik (Jugoslávia), de 3 a 13 de Agosto de 1956,

533 LIMA, Alfredo Viana; TÁVORA, Fernando; e FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *X Congresso CIAM*, *Revista Arquitectura* n.64 jan/fev, 1959

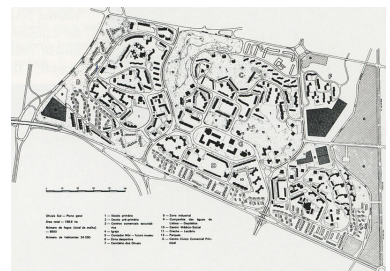
denadores regionais do Inquérito Regional à Arquitectura Portuguesa, já com a presença de Nuno Portas e por onde passaram outros profissionais das gerações seguintes, como Pedro Vieira da Almeida, Vítor Figueiredo (1929-2004), Gonçalo Byrne, Reis Cabrita, Pedro Botelho⁵³⁴. Deste grupo emergiram duas gerações diferentes de arquitectos que estavam interessados em acompanhar o debate internacional que tinha surgido devido às novas experiências de *Housing*. Por um lado, a primeira geração do “atelier da rua da alegria” acompanhou o eixo meridional europeu (com o programa INA-Casa), participou em projectos de investigação dinamizados no Núcleo de Arquitectura do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), e também editaram as revistas *Arquitectura* e *Binário*. Ambas as revistas contribuíram para a crítica moderna, através de um grupo de arquitectos de nova geração pós-congresso, que encontraram nestas revistas um espaço para teorizar, divulgar e debater obras significativas da época⁵³⁵. Por outro lado, principalmente a segunda, fizeram a divulgação, selecção e registo de realizações ou manifestos significativos, baseados em Wright e Aalto. Havia assim uma difusão dos alicerces do modernismo, mas sempre de forma reflexiva cultural e historicamente⁵³⁶.

Assim, o “atelier da rua da alegria” também se destacou nas questões relacionadas com a habitação, que assolavam o país. Teotónio Pereira colaborou com a Federação das Caixas de Previdência, chamando a atenção para as problemáticas da sociologia do habitat e a arquitectura⁵³⁷, e aproveitando a prática projectual para experimentar alguns dos conceitos e mudanças debatidos em fóruns. É neste contexto que se desenvolvem cada vez mais movimentos críticos e de reflexão do método internacional, em Lisboa, nomeadamente com construção do Bloco das Águas Livres (de Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral-1953) e dos conjuntos de Olivais Norte (1957-1968) e Olivais Sul (1960-1972)⁵³⁸ (onde coexistiram várias correntes) e Chelas (realizado por Gonçalo Byrne e Reis Cabrita no gabinete de Nuno Teotónio Pereira 1972)⁵³⁹.

Em particular, o projecto do bairro Olivais Sul (de 1962) revelou uma diferença fundamental em relação a outros projectos, como é o caso de Olivais Norte. Neste empreendimento, houve uma transição do modelo funcionalista de “unidade de vizinhança” para um modelo tipo *cluster*, onde era conjugado um pátio agregador e a rua geradora e onde se escolhia ter blocos unitários de altura média, em vez de edifícios mais altos isolados. Estas características revelam uma aproximação às ideologias italianas, uma vez que, em contraste com o empreendedorismo Olivais Norte que seguia a Carta de



115.CHELAS 1972



116.OLIVAIS SUL 1960-1972

534 ROSETA, Helena, *Em busca da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

535 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

536 DIAS, Manuel Graça, *Procurar a liberdade*, *Jornal de Arquitectos*, n.º 211, *Situação-Crítica*, Mai/Jun 2003, pag 26-41

537 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos : 1947-1996 selecção*, 1ª ed., Porto, Faup Publicações, 1996.

538 No plano da realização, abandonou-se toda a experiência acumulada em Alvalade.

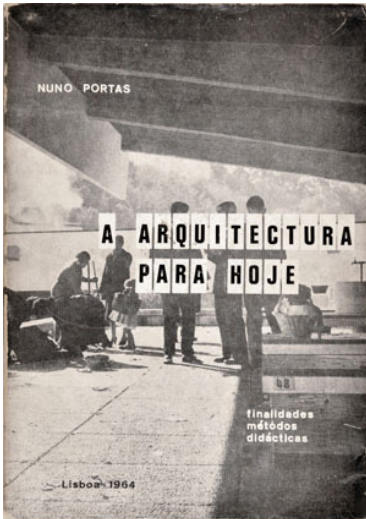
539 TOSTÕES, Ana Sob, o signo do inquérito, in *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, ed. João Afonso; textos Helena Roseta, Ana Tostões, Wilfried Wang (et al.), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006- p. 17-36

Atenas, o desenho ia para lá dos edifícios, constituindo o ensaio de um novo desenho urbano e de novos tipos de edifícios que superassem a ideologia racionalista. Os arquitectos que participaram neste projecto, Nuno Portas e Nuno Teotónio, eram permeáveis a influências internacionais decorrentes das suas experiências de viagem por Espanha e Itália e dos contactos estabelecidos durante a mesma, nomeadamente o veneziano Carlo Scarpa, para além das suas visitas aos bairros projectos durante o projecto INA-Casa.⁵⁴⁰

Os projectos desenvolvidos por Portas reflectiram-se também em termos políticos, uma vez que este deu ênfase a políticas habitacionais que integrassem conceitos da sociologia aplicada ao habitat e focou-se em dar uma nova consciência de abertura social e cooperação. Nestas políticas, culturalmente mais próximas da “via” italiana, iriam receber a partir de meados da década de 50, a participação dos moradores na elaboração de programas habitacionais, tal como já acontecia noutros países, como por exemplo do projecto italiano INA-Casa, que foi o ponto de partida para mais tarde se desenvolver em Portugal o processo SAAL, uma política habitacional participada⁵⁴¹.

De facto a contribuição do arquitecto Nuno Portas constitui-se como fundamental assumindo um papel importante de transformação da sociedade, devido ao seu poder crítico e continuidade, que se reflectiu em vários artigos de carácter reflexivo teórico. Contribui assim para o planeamento urbanístico com o seu cuidado com o bem-estar social, em fases fundamentais da história portuguesa. Portas fundou ainda o Núcleo de Pesquisa de Arquitectura, Habitação e Urbanismo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), local onde foram realizados estudos de carácter sociológico assim como métodos computadorizados com o objectivo de apoiar a produção urbanística e arquitectónica⁵⁴². Foi também no contexto deste núcleo de investigação que foi criada a Divisão de Construção e Habitação, cujo trabalho se prendeu com a realização de estudos acerca da tipologia da habitação colectiva⁵⁴³.

Este arquitecto foi também responsável pela publicação de obras como “A Arquitectura para Hoje” (de 1964) e “A Cidade como Arquitectura” (1969). Nestas, o arquitecto distanciava-se do movimento moderno e da excessiva valorização de linguagens e autorias. Este afastamento em relação ao que já tinha sido manifestado num texto de 1959, no qual o arquitecto Portas defende a importância de procura de um “plano de metodologia” que permitiria “um modo de conexão do acto criador com os processos de conhecimento da realidade” que se baseavam nas ciências sociais e humanas. De facto, este arquitecto baseou toda a sua pesquisa, desenvolvida ao longo da década de 60, em encontrar uma metodologia crítica baseada nas ciências sociais e na multidisciplinaridade. Foi igualmente importante a apresentação do seu CODA (Concurso Obtenção Diploma Arquitecto), tendo por base “A habitação social, proposta para a metodologia da sua arquitectura”⁵⁴⁴.



117.A ARQUITECTURA PARA HOJE 1964



118.A CIDADE COMO ARQUITECTURA 1969

540 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno, *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

541 Ibidem

542 MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João (ed.), *Nuno Portas: Prémio Sir Patrick Abercrombie: Prize UIA 2005*, 2ª ed., Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

543 FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos: arquitectura portuguesa: 1930-1974*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1988

544 TOSTÕES, Ana, Sob, o signo do Inquerito, in AFONSO, João, *Inquerito à arquitec-*

Para além destas obras, foram também publicadas no Porto as dissertações de concurso para professor do arquitecto Fernando Távora, com o título “Da organização do espaço”, onde foi explorada a problemática associada à organização da cidade e do território, assim como as do arquitecto Octávio Lixa Filgueiras, com o título “Da função social do arquitecto”, que reflectia sobre o papel que o arquitecto desempenha na sociedade⁵⁴⁵.

Após o golpe de estado de 1975, o arquitecto Nuno Portas assumiu o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, onde aplicou políticas de habitação focadas no processo de participação pública e o direito à cidade. É neste sentido que cria o programa SAAL, que estimulou o desenvolvimento das cooperativas de habitação, assim como a criação de Gabinetes de apoio local, principalmente nos centros históricos. Foi também durante o seu período neste cargo que iniciou o processo de revisão da legislação urbanística⁵⁴⁶.

A nova geração de arquitectos portugueses tinha, assim, a responsabilidade de promover um debate que respondesse à necessidade de encontrar um método comum de interpretação da realidade, renunciando a vocabulários feitos anteriormente quando estes possam ser factores de abstracção formal. De facto, após a revolução estudantil de Maio de 1968, houve uma mudança de paradigma no uso da cidade, que ocorreu em várias cidades. Esta mudança operou-se no sentido da crítica aos *grands ensembles*, rejeitando este em termos de conceito e práticas habitacionais como pretexto de salubridade para a valorização ou descentralização do património. De facto, assistiu-se a um fenómeno de expulsão de antigos moradores dos blocos habitacionais, que foram por sua vez reocupados com novos habitantes, avaliados como sendo mais dignos de ocupar o centro urbano e de rentabilizar o valor da centralidade da sua habitação, complementada pela existência de novos serviços⁵⁴⁷.

Mas um dos problemas era o facto dos princípios modernos se traduziam numa arquitectura silenciosa. que, no caso na habitação social, corresponderia à reprodução mecânica de um mesmo modelo⁵⁴⁸. Neste sentido, tomando como exemplo a posição de Louis Kahn, que enriquecia a sua arquitectura através de outras culturas e civilizações, reflectindo assim o processo de globalização. Assumiu também uma postura de se colocar no lugar de quem vai viver no projecto desenvolvido⁵⁴⁹. Da mesma forma, Nuno Portas referiu isto mesmo num artigo da Revista Arquitectura, com o título “O novo conjunto habitacional da Pasteleira”, que era necessário considerar as necessidades dos moradores, de modo a que houvesse uma continuidade das estruturas espaciais, sociais e ecológicas pré existentes, ao contrário das

tura do século XX em Portugal: IAPXX.), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006- p. 17-36

545 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, 2ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1997.

546 MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João (ed.), *Nuno Portas : Prémio Sir Patrick Abercrombie: Prize UIA 2005*, 2ª ed., Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

547 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

548 COSTA, Alexandre Alves, *Um quadradinho a menos* (mesa redonda com Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto De Moura e Sérgio Fernandez), *Jornal de Arquitectos* n.º 208, A Condição Pós-Moderna, nov/dez 2002, Lisboa

549 SIZA, Álvaro, *Um quadradinho a menos* (mesa redonda com Alexandre Alves Costa, Domingos Tavares, Eduardo Souto De Moura e Sérgio Fernandez), *Jornal de Arquitectos* n.º 208, A Condição Pós-Moderna, nov/dez 2002, Lisboa

expansões periféricas (os *grands ensembles*). Da mesma forma o autor alertava para a necessidade de atentar ao excesso de neutralidade dos espaços, que não respondem à multiplicidade de situações dos moradores. Pretendia-se assim combater a tendência para um tratamento espacial indiferenciado, orientado apenas pela direcção do sol⁵⁵⁰.

Neste contexto, é compreensível a crítica dos profissionais ao “Plano Geral de urbanização” do Porto, de Robert Auzelle, afirmando que este se tratava de um documento académico da gestão municipal. De facto, da execução de conjuntos de habitação deste plano apenas se destacava pelo volume de obra realizada e a radicação da renovação urbanística, assim como a capacidade da câmara municipal do Porto em organizar o plano em termos administrativos e financeiros. No entanto, a modernização do plano caracterizava-se por ser capitalista, onde existia favorecimento de proprietários privados, uma vez que a existência de ilhas na proximidade de casas subalugadas constituíam-se como um bloqueio ao desenvolvimento e modernidade da cidade. Assim, existia uma necessidade apressada de expulsar habitantes, destruir ilhas e construir, o que por sua vez levou a grande interesse imobiliário devido à valorização do centro. As demolições previstas, baseadas em justificações de higienização, surgiram oportunidades de criação de um centro de negócios, enquanto que os moradores dos bairros demolidos eram rapidamente encaminhados para os bairros fruto do Plano de Melhoramentos⁵⁵¹.

Entretanto em Lisboa, todas estas questões encontravam-se em debate e materializavam-se com Nuno Teotónio, entre outros, que se encontrava a contrariar a carta de Atenas através do projecto Olivais Sul, onde se experimentava essa revisão. De facto, em Lisboa assistia-se a uma maior abertura devido à existência de múltiplas instituições, arquitectos e visões, ao contrário da cidade do Porto, onde apenas existia uma instituição e visão, que era a Câmara Municipal através do seu gabinete criado por Azuelle. Assim, o debate esteve ausente, parecendo ter existido uma certa passividade e fascínio pelo moderno⁵⁵².

Devido ao contexto crítico que se estava a desenvolver em Lisboa, começou-se a assistir a algumas tentativas de experiência, com projectos caracterizados por serem mais inclusivos e participativos, nomeadamente o plano de Fernando Távora para a zona de Barredo/Riberia (1969), assim como os projectos de carácter experimental do gabinete Técnico da Câmara Municipal para Contumil e para o Aleixo (entre 1969 e 1976). Estes projectos contribuíram com ilações da sua concepção e execução, para a estruturação do SAAL. É ainda de referir o projecto do Bairro da Bouça, que foi conceptualizado por Álvaro Siza tendo sido mais tarde reintegrado no SAAL, quando as necessidades dos moradores, organizados em associações, foram incluídas posteriormente no programa⁵⁵³.

É também de referir o projecto realizado em 1969 para o grupo de moradias populares do Aleixo (Porto), também do âmbito da Câmara Muni-



119. TORRES DO ALEIXO



120. GRUPO DE MORADIAS POPULARES CONTUMIL
A.A. COSTA

550 PORTAS, Nuno, *O novo conjunto habitacional da Pasteleira*, Revista Arquitectura, n.º69 Nov.dez 1960

551 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

552 Ibidem

553 COSTA, Ana Catarina, *O Simpósio SAAL: em retroprospectiva. Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica*. disponível em http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retroprospectiva-ana_6.html, consultado em Abril 2014

cipal do Porto. Este projecto, que ficou conhecido como torres do Aleixo, foi um ponto de referência dos últimos anos do estado novo, e após o período da revolução de Abril foram um local de referência de movimentos dos habitantes da cidade do Porto⁵⁵⁴. Este projecto foi inovador a nível tipológico, uma vez que foi capaz de conciliar a torre com galeria, contrário a projectos anteriores, onde existia alguma monotonia a nível projectual. Por outro lado o projecto referente ao grupo de Moradias Populares de Contumil de Alexandre Alves Costa, caracterizava-se por ser habitação económica, de carácter estreito e comprido. Neste projecto, o arquitecto teve a oportunidade de aplicar os conhecimentos obtidos no LNEC com Nuno Portas, nomeadamente a criação de um espaço intermédia denominado trabalho, tendo este sido um momento singular uma vez que se constitui como uma experiencia de fugir à rotina dos bairros camarários⁵⁵⁵.

É neste contexto de necessidade fundamental de politicas de habitação social que foi organizado o Colóquio sobre Política da Habitação, promovido pelo Ministério das Obras Públicas. A este sucederam-se reformas institucionais e administrativas significativas como resposta aos problemas habitacionais. Assim, foi criado o FFH (Fundo de Fomento da Habitação) em 1969, que funcionava como um agregador das diferentes formas de intervenção do estado no sector da habitação social⁵⁵⁶. Posteriormente, no Encontro Nacional de Arquitectos (ENA), era criticada a postura dos profissionais da arquitectura, que baseavam a sua inércia na estrutura politica vigente, e era exaltada a necessidade de uma postura mais interventiva e social. Num texto elaborado para o Encontro, Nuno Portas propunha o estabelecimento de aproximações às comunidades na elaboração da habitação, apelando à comunidade arquitectónica que se responsabilizassem pelo estabelecimento de estratégias eficazes na intervenção habitacional⁵⁵⁷.

Paralelamente a esta conjuntura, o atelier de Nuno Teotónio Pereira esteve envolvido na co-organização e participação em dois colóquios importantes, o Colóquio sobre o Problema Habitacional, e o Colóquio de Urbanismo, no qual participa através da elaboração do texto “Habitações para o maior número”, que se baseava numa análise aprofundada na realidade habitacional portuguesa⁵⁵⁸.

De facto, durante o colóquio de Urbanismo em 1969 no Funchal, Nuno Teotónio afirmou com um texto intitulado “recursos não aproveitados” que as construções denominadas de clandestinas não estavam de todo aproveitadas no seu potencial, podendo estabelecer-se como uma resposta alternativa aos sistemas convencionais. Esta falta de aproveitamento foi explicada pelo autor devido à necessidade política estatal de actuar com um papel paternalista, o que eliminar o empenho e iniciativas populares. A iniciativa privada sofreu duras críticas à sua actuação. Era defendido que esta estava a falhar devido a um conjunto de razões, nomeadamente a especulação do valor dos terrenos, preferência pela construção de habitação cara. E

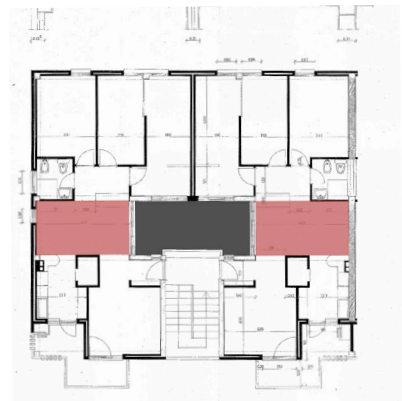
554 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

555 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

556 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos: 1947-1996 selecção*, 1ª ed., Porto, Faup Publicações, 1996.

557 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

558 Ibidem



121.GRUPPO DE MORADIAS POPULARES CONTUMIL PLANTA E O ESPAÇO TRABALHO (A VERMELHO)



122.ENA 1969

falta de coordenação produtiva e urbanística. Neste contexto, era frequente que as rendas das habitações fossem incomportáveis para a grande maioria da população carenciada, devido ao valor do terreno e aos custos de construção, o que levou à procura de alternativas, como a sublocação ou construção clandestina⁵⁵⁹.

Assim, era necessário rever as tipologias habitacionais e as políticas urbanas e encontrar alternativas. Para a resolução deste problema era fundamental alterar a estrutura social no sentido dos meios de produção estarem à disposição da maioria da população. No entanto, considerava-se que esta alternativa não poderia ser concretizada pelo governo ditatorial, uma vez que era dissonante das suas ideologias. Era por isso preciso um governo democrático que substituísse o regime de aparelho administrativo centralista e ineficiente. É neste sentido que o arquitecto Portas defendia que uma descentralização de carácter técnico que se sobrepusesse através de competência e contacto directo⁵⁶⁰.

De facto, a conjuntura da crise e a pressão dos movimentos sociais urbanos conduzem a um contexto de políticas de recuperação ou reabilitação que orientassem a nova construção e que dessem resposta à crise de conceitos e decepção com os resultados das urbanizações dos anos 60, que leva profissionais a voltarem a aprender com a cidade existente. Já no contexto internacional, o conceito de património activo ou re-uso estava bastante divulgado. Estas ideias, e outras como *small is beautiful, infill*, “soluções que se tornaram problema e problemas que podem ser solução” e “tecnologias doces ou apropriáveis” levaram a uma revalorização do capital fixo urbano. Sociólogos, geógrafos e arquitectos defendiam que o espaço exterior público, as vias de distribuição ou acesso local deviam voltar a desempenhar uma função ordenadora. Neste sentido, durante algumas décadas diversificaram-se os gabinetes de apoio ou gestão da reabilitação dos centros históricos (com expressão “à IBA-Berlim”)⁵⁶¹.

Assim, no fim da década de 60, a investigação científica começa a ter impacto no Estado Novo e nas suas políticas, que já se encontrava em declínio sob a mão de Marcelo Caetano. fortemente dispersa em matéria de alojamento⁵⁶².

Em conclusão, estavam assentes os alicerces para iniciar a ação do SAAL, em que a ideologia era comum a todos, para além das especificidades das zonas, que consistia na procura de soluções para a habitação no reconhecimento do direito à cidade⁵⁶³. Como aponta Alexandre Alves Costa, se em 68 exigia-se o impossível: *Soyez realistes! Demandez l'impossible*, em 1974 era afirmada a ideologia de ser o povo a ordenar com participação activa, projectando-se assim irrealisticamente a cidade. Assim, é através de objectivos difusos, afastados dos modelos de socialismo real, que todo o processo se determinou. Fernando Távora chamou-lhe o sonho possível!

559 Ibidem

560 Ibidem

561 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães, DAAUM, 2012; - Vol.I a cidade feita e refeita.

562 PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno *Entre a crise e a crítica da cidade moderna. A experiência portuguesa no contexto internacional*, Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006

563 COSTA, Ana Catarina, *O Simpósio SAAL: em retrospectiva. Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica*. Disponível em http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retrospectiva-ana_6.html, consultado em Abril 2014

(com o SAAL tornava-se possível!)⁵⁶⁴

2.2.2 A acção do SAAL no contexto histórico e político da cidade- a experiência SAAL/Norte

Tal como referido, a crise existente neste período das décadas de 50-60, afectou tanto a arquitectura como a cidade contemporânea no desenvolvimento europeu. Da mesma forma, em Portugal, após a revolução de 25 de Abril e com a deposição do regime, começou-se a assistir a um contexto de análise crítica, abertura, experiência e transformação, postura contrária ao que até então se tinha verificado. Durante este período existiu principalmente um confronto de direitos, os chamados materiais que já tinham sido conquistados, noutros países, desde o pós-guerra, como o direito à habitação, educação e saúde, os direitos modernos, e os considerados imateriais, como os direitos culturais ou “pós-modernos”⁵⁶⁵. Estes últimos despoletaram uma reorientação disciplinar, nomeadamente no debate em torno da forma urbana e da forma de construir a arquitectura, com ênfase na formalização e geometrização dos espaços públicos, em que é proposto revalorização dos traçados orgânicos da cidade tradicional. Assim, volta-se a descobrir e explorar a importância da rua, da praça, da fachada, e principalmente do quarteirão como elemento integral de arquitectura⁵⁶⁶. É nesta sequência que surge o SAAL, reflectindo a vontade de alterar o que tinha sido feito até então: “Portanto modificou-se completamente a posição em relação à cidade”⁵⁶⁷.

Contudo, a problemática da habitação mantinha-se, uma vez que os salários baixos e o investimento mínimo na área social conduziu a que Portugal tivesse nos patamares inferiores de políticas de habitação. De facto, um levantamento realizado durante a década de 60 revelava que faltavam cerca de 484 487 fogos em Portugal continental e ilhas, e destes cerca de 150 000 estavam em falta apenas nas áreas de Lisboa e Porto⁵⁶⁸. Estes números mostraram ainda que cerca de 66% da habitação em falta destinava-se a moradores que ocupavam espaços sobrelotados, enquanto que 27% eram para os moradores que se alojavam em partes de habitações⁵⁶⁹.

O debate sobre *housing* e a falta de alojamento decorria de forma internacional e mais intensamente na América Latina e norte de África, dado à intensa procura de habitação nos centros urbanos e consequente construção de *guethos* durante os anos 60. Desta forma era importante tentar resolver as questões relacionadas com a construção clandestina, o que resultou em so-

564 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007 em *Os Modernos são em geral superiores aos antigos*, pag 5.

565 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *O direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

566 TOSTÕES, ANA, *Sob o Signo do Inquérito*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

567 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

568 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

569 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

luções de construção popular, executada pelas autoridades administrativas, também classificadas como experiências de autoconstrução assistidas informalmente. Este debate internacional, principalmente no que se refere ao trabalho de John Tumer e Carlos Nelson dos Santos, teve uma influência significativa no arquitecto Nuno Portas durante o seu trabalho como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e principalmente dos acontecimentos de 1969, que vieram a determinar mudanças importantes em Portugal nas políticas habitacionais⁵⁷⁰.

Apesar de já existirem novas experiências de construção de habitação social plurifamiliar, decorrente do LNEC com a sua intervenção nos Olivais-Sul, havia também interesse na autoconstrução, uma das questões abordadas no SAAL, baseada nas práticas sul-americanas. É ainda de referir a experiência-piloto realizada por Nuno Portas e Margarida Sousa Lobo no bairro de lata da Quinta do Pombal (em 1970), em que estes arquitectos apresentaram uma proposta de reabilitação urbanística baseando-se no conceito de habitação evolutiva de Carlos Nelson e Tumer. Apesar deste projecto não ter sido concretizado, a sua elaboração contribuiu para a contextualização jurídica do SAAL, uma vez que houve um intenso trabalho prévio iniciado nos anos 50, que permitiu que as intervenções idealizadas no âmbito do SAAL pudessem ser concretizadas de forma rápida após o golpe de estado de abril⁵⁷¹.

Aquando da formação do primeiro governo provisório pós-25 de Abril Nuno Portas foi nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Pelo seu conhecimento aprofundado sobre a realidade do país, e num discurso focado no encontro de soluções para a problemática da habitação, acreditava que com a criação de “brigadas de urbanismo activo”, seria possível descentralizar serviços e reduzir a burocracia. Por detrás desta postura, advinha uma acumulação teórica experimental adquirida no contacto com realidades de maior ou menor grau de paralelismo, ao longo dos anos 60⁵⁷².

O golpe de estado a 25 de Abril decorreu de um conjunto de factores associados à contestação crescente ao governo, principalmente após a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, e pelo início da guerra colonial⁵⁷³. Apesar de ter sido uma revolução militar e dos seus protagonistas terem feito inúmeros apelos para a população ficar em casa, foram milhares as pessoas que foram para a rua, e assim o poder político foi devolvido ao povo no mesmo dia⁵⁷⁴. Foi nesse contexto que a revolução de abril incentivou os movimentos populares de contestação que lutavam pelos seus direitos a habitação e à cidade, reivindicações estas que durante um longo período tinham sido reprimidas e que por isso constituíram a vitória numa importante batalha. Estas contestações levaram a que os moradores se organizassem em “comis-



123.A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

570 Ibidem

571 COSTA, Ana Catarina, *O Simpósio SAAL: em retrospetiva. Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica*. Disponível em http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retrospetiva-ana_6.html, consultado em Abril 2014

572 BANDEIRINHA, José António, *O SAAL e a arquitectura*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

573 COSTA, Ana Catarina, *O Simpósio SAAL: em retrospetiva. Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica*. Disponível em http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retrospetiva-ana_6.html, consultado em Abril 2014

574 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *o Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

sões ad hoc”, ou “comissões coordenadoras” que posteriormente deram lugar a associações de moradores. Desta forma, estas associações de moradores dos bairros de lata, ilhas, casas sobrelotadas, entre outras, contribuíram de forma significativa para a revolução socialista no contexto português⁵⁷⁵. Durante este período, nas zonas urbanas do Porto assistiu-se a um primeiro movimento de ocupação de casas, que viria a se repetir em 1975, inicialmente em casas de bairros sociais que ainda não tinha sido atribuídas e posteriormente em habitação que iria ser demolida. Houve assim um movimento desorganizado, espontâneo e comum à maioria do território português. Para além da ocupação de moradias, havia também interesse em ocupar casas grandes e palacetes para serem transformados em instituições públicas e culturais que apoiassem as populações⁵⁷⁶.

Como não havia intencionalidade na conformação do espaço, era frequente a falta de garantia das áreas necessárias para alojamento social ou equipamentos sociais. Os novos bairros sociais eram definidos pelo fácil acesso a grandes terrenos isolados, com falta de equipamentos e funcionando como dormitório, fenómeno este comum a outros países da Europa meridional⁵⁷⁷. Segundo o arquitecto Nuno Portas, após a sua nomeação para secretário de estado, esta incapacidade de acção na questão do ordenamento do território devia-se ao excesso de centralização das decisões⁵⁷⁸. De facto, segundo Portas, o Estado deveria ter uma postura de regulação e apoio nos movimentos populares de resolução do problema da habitação numa tentativa de demonstrar a inviabilidade de implícitos planos globais propostos. Era assim necessário incluir as dinâmicas criadas pelas contestações populares, o que permitia a criação de um contexto único onde seria possível testar as novas teorias de *housing*, contrárias ao Movimento Moderno, nomeadamente no que se refere à construção massiva de habitação do movimento moderno, assim como as visões progressivas da esquerda convencional em que se tinham focado. Para que isto fosse possível, o arquitecto Portas defendia que era necessário existir a descentralização técnica da burocracia, promovendo o contacto directo com o aparelho governamental, tal como já tinha referido na sua comunicação durante o ENA em 1969⁵⁷⁹.

O regresso do poder local autárquico, com a queda do regime, assim como das capacidades de eleição de políticos locais teve um papel importante na promoção da aptidão local de resolução de problemas. Era no entanto urgente ter capacidade de dar resposta, não havendo assim tempo para pesquisa e reflexões crítica, para além de que os meios disponíveis para execução, tanto financeiros como tecnológicos, eram escassos. Perante esta situação, Nuno Portas afirmava que os arquitectos precisavam de considerar todas as limitações existentes e conjugar as condições sociais com a arquitectura produzida⁵⁸⁰. É neste contexto que em Julho de 1974 foram



124. MOVIMENTOS OCUPACIONAIS



125. AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

575 Serviço de Apoio Ambulatório Local-região Norte, *As massas populares venceram uma importante batalha*, Porto, SAAL

576 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

577 PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991

578 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

579 PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991

580 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

criados dois programas habitacionais cujo objectivo era o de movimentar a autogestão das populações mal alojadas, um que foi o programa SAAL e outro programa das cooperativas de habitação, que teve um desenvolvimento mais moroso que abrangente⁵⁸¹. Foi estabelecido por Nuno Portas, através de um despacho interno, agora como Secretário de Estado, o “Programa de Acções Prioritárias a Considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação”. Este programa promoveu várias acções, e entre elas encontrava-se a criação de um “Serviço de Apoio Ambulatório Local” (SAAL), dirigido a “estratos mais insolventes mas com organização interna que permita o seu imediato envolvimento em “auto-soluções”, apoiado pelos municípios, pelo apoio estatal no terreno, infraestruturas, técnica e financiamento. Este serviço procurava contribuir para a transformação dos bairros, focando na defesa dos direitos dos moradores de bairros de lata de serem realojados no próprio lugar onde já habitavam⁵⁸². É a 31 de Julho de 1974 que é oficializado o SAAL, sendo um “corpo técnico especializado” do FFH através de um Despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, Costa Brás e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas. Este previa que durante 1975 e 1976 fossem construídos 50 mil fogos nos vários planos de FFH, assim como entre 20 mil e 30 mil fogos por intermédio dos contratos de desenvolvimento, 8500 fogos pelo SAAL e 6 mil pelas cooperativa⁵⁸³. É de salientar que, apesar do SAAL ter sido criado como um serviço secundário, ao longo do tempo concretizou-se numa política de habitação do governo⁵⁸⁴.

Esse Despacho, que viria apenas a ser publicado a 6 de Agosto, continha três premissas essenciais: “(..) o princípio geral de edificar – para renovar – nas próprias áreas degradadas em que habitavam os membros da associação de moradores, (...) de dar preferência aos tipos e escala de edificação existente, a qual correspondia, também, à preferência natural das populações (...)”⁵⁸⁵. Uma segunda particularidade daquele programa prende-se com a sua própria definição, e que a distinguiu de outras políticas de alojamento do sector público: o SAAL parte da organização social da procura, organização a que o Estado reconhece personalidade para transferir competências que, correntemente, eram detidas apenas pelos órgãos estatais: competências nas decisões de escolha da localização, na definição do programa e seu faseamento, na designação e acompanhamento dos técnicos que desenvolvem os projectos da operação, na atribuição dos encargos financeiros e na distribuição dos alojamentos. E por fim um terceiro princípio: “a procura de adequação da arquitectura ao contexto social e físico constitui uma terceira particularidade na argumentação do processo; argumentação metodológica que se quer liberta de preconceitos de demiúrgica formal, para fazer da pro-

581 COSTA, Alexandre Alves, *1974-1975, O SAAL e os Anos da Revolução*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX* Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006

582 Serviço Ambulatório de Apoio Local, *Livro branco do SAAL/Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976*, Conselho Nacional do SAAL, 1976 pag 2

583 COSTA, Alexandre Alves, *1974-1975, O SAAL e os Anos da Revolução*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006

584 COSTA, Alexandre Alves, *L'operazione SAAL/The SAAL Operation in Quaderni di Lotus/Lotus Documents. Alvaro Siza professione poetica/Poetic profession*, 1986, Milano, Electa

585 PORTAS, Nuno, MENDES Manuel, *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991, pag 46

cura social e da participação dos moradores material de projecto.”⁵⁸⁶

Inicialmente, o SAAL tinha por objectivos: estabelecer contactos com os municípios, no sentido de avaliar os projectos; escolher os terrenos, atribuir verbas, contratar e constituir brigadas de construção, e respectivo acompanhamento e coordenação, bem como garantir o devido apoio técnico-jurídico, administrativo, de gestão financeira, apoio social, entre outros, às brigadas de construção e às associações de moradores. Além de administrar as verbas atribuídas a actividades dependentes do SAAL, tinha por obrigação elaborar estudos teóricos, assim como de análises, projectos de legislação ou planos de actividade; organizar a produção e distribuição de materiais e elementos de construção⁵⁸⁷. Era também proposto por este serviço a intervenção em equipamentos sanitários, no abastecimento de água e tratamentos de esgotos; avaliação dos solos em termos urbanísticos, das propriedades e da capacidade de mão de obra, e também da organização dos movimentos de moradores. Acrescenta-se a estas intenções a vontade de introduzir novas alternativas em termos interventivos, definidas em etapas, nomeadamente organização da população, delimitação e clarificação da propriedade do terreno, elaboração do projecto e sua concretização, mudança das casas para os lotes, apoio técnico e logístico de materiais para reconstrução de habitações e de meios financeiros, e finalmente, condições de cedências de casas e infraestruturas. Era aconselhado, quando possível, o aproveitamento de infraestruturas e serviços pré-existentes, bem como baixar a altura dos edifícios, faseando as operações e aproveitando, sobretudo, a vontade e o empenhamento dos moradores⁵⁸⁸.

Este programa tinha um plano de financiamento específico, definido num subsídio a fundo perdido correspondente a um terço do custo, e cuja avaliação total era realizada por associações de moradores e tomava a forma de um empréstimo com juros simbólicos. No entanto, o secretário Nuno Portas defendia que esta forma de financiamento deveria apenas ser experimental, devendo o serviço estar aberto a estudar novas formas mais ajustadas à realidade. Para além das formas burocráticas, houve a necessidade por parte dos municípios de analisar e começar a aplicar a “economia social” aplicada à renovação, investindo numa recuperação local a local em que era aproveitadas infraestruturas e serviços já existentes, em colaboração com o empenho dos moradores⁵⁸⁹. Por outro lado, Portas sempre reforçou a ideia de que todo o processo deveria ser feito com carácter experimental, estando aberto a várias hipóteses, como uma “obra aberta”, conceito defendido tanto por Teotónio Pereira como Nuno Portas⁵⁹⁰.

Assim, foi no âmbito das políticas de habitação que se assistiu a um conjunto significativo de inovações, uma vez que “(...)O povo português precisava de políticas de habitação diferentes, ou de políticas de urbanismo diferentes, mas também porque essas novas condições, essas novas políticas e as novas instituições democráticas iriam determinar um caminho diferen-

586 Ibidem pag 47

587 Serviço Ambulatório de Apoio Local, *doc. n.º3 Estudo interpretativo dos objectivos a prosseguir através do SAAL: Estruturação do SAAL*, in *Livro branco do SAAL/Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976*, Conselho Nacional do SAAL, 1976. pag 61

588 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães, DAAUM, 2012; - Vol.I a cidade feita e refeita.

589 Ibidem

590 PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991

te para a arquitectura e para a intervenção urbana, em geral, em Portugal. (...) São essas mesmas preocupações as que me levam a aceitar ir para o Governo e a propor certas políticas que, na minha opinião, viriam a traduzir-se mais cedo ou mais tarde, em soluções de arquitectura diferentes daquelas que outras políticas dariam”⁵⁹¹. Foi neste contexto que tomou expressão o SAAL, onde surgia a oportunidade de testar os conceitos teóricos e práticas subjacentes, desenvolvidos pelo atelier da Rua da Alegria. Assim, pretendia-se que fossem criadas leis e decretos que reflectissem os problemas e os meios disponíveis localmente, estabelecendo-se assim a ponte entre o contexto urbano e social. e não através da imposição de modelos como ocorrido até então⁵⁹².

Salienta-se que o SAAL não foi um processo autónomo, mantendo estreitas ligações de dependência com outros organismos estatais, intervenientes em diferentes fases do trabalho, pelo que a sua eficácia dependia, necessariamente, dos apoios ou dificuldades que daí lhe advierem. As iniciativas das acções deste processo cabiam, fundamentalmente, aos moradores (organizados em associações e cooperativas)⁵⁹³ que contavam com o apoio de assistentes sociais, juristas, porque as associações de moradores para se formarem tinham que se legalizar⁵⁹⁴.

No contexto político vigente, o SAAL beneficiou do enfraquecimento do estado, o que lhe permitiu ter autonomia significativa no que se refere à sua auto-competência metodológica. Para além disso, ao associar-se aos movimentos populares, foi legitimada a sua capacidade de assumir a gestão da cidade, onde os municípios se limitavam a executar as decisões técnicas e políticas assumidas pelo SAAL. No entanto, este serviço não era completamente autónomo e a sua eficácia estava associada ao apoio ou dificuldades de outros organismos estatais, cujo papel intervinha em diferentes fases dos projectos SAAL. Durante este processo, que era destinado essencialmente às associações de moradores, intervinham também assistentes sociais e juristas, uma vez que as associações tinham de se legalizar mas eram constituídas sobretudo por indivíduos sem habilitações literárias, que não sabiam ler nem escrever⁵⁹⁵.

Tendo-se iniciado em 1974, o SAAL estabeleceu 35 operações espalhadas pelo país, com o objectivo de estruturar e dinamizar o serviço. Destas, no concelho de Lisboa foram mediadas pela EPUL, através das BAL. Em Setembro de 1975 houve um grande número de pedidos de intervenção, o que levou ao lançamento de mais 73 operações, ao que se acrescentou a mudança de serviços da EPUL para o SAAL-FFH, o que aumentou significativamente a carga de trabalho deste serviço⁵⁹⁶.



126. MOVIMENTOS POPULARES



127. CARTAZES REINVINDICATIVOS

591 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães, DAAUM, 2012; - Vol.I a cidade feita e refeita. pag 100

592 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

593 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães, DAAUM, 2012; - Vol.I a cidade feita e refeita.

594 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

595 COSTA, Alexandre Alves, 1974-1975, *O SAAL e os Anos da Revolução*, in *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal* : IAPXX Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006

596 Serviço Ambulatório de Apoio Local, *Doc 6: Estruturação do SAAL Norte*, in *Livro branco do SAAL/Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976*, Conselho Nacional do SAAL, 1976.

Assim, até Dezembro de 1975 encontrava-se a decorrer 123 operações, o que envolvia cerca de 27 918 fogos, a decorrer em diversos distritos mas a maioria encontrava-se em Lisboa e no Porto. Destas operações, 38 encontravam-se em fase de construção, num total de 3370 fogos, enquanto 47 estavam em fase de projecto, correspondente a 16294 fogos, e as outras 38 operações encontravam-se em fases diferentes de concretização do programa⁵⁹⁷. Durante os trabalhos do SAAL foi fundamental e desejável o papel desempenhado tanto na definição do lugar como nos elementos programáticos, que envolviam debates sobre tipologias, sistemas construtivos e materiais, gestão dos futuros conjuntos habitacionais e formas de financiamento. Para além disso, os moradores colaboravam para a delimitação das áreas de intervenção, que se denominaram por unidades operacionais. Estas unidades deveriam ser uma área com uma certa unidade arquitectónica e urbanística, dentro da zona de influência da associação de moradores, dando ênfase ao sentido de identificação com local e reforçar o sentido de comunidade pré-existente⁵⁹⁸.

Esta delimitação teve a vantagem de dar unidade formal a cada operação, o que assegurou controlo por parte dos moradores, assim como reforçou o carácter pontual em relação à totalidade da cidade⁵⁹⁹. A este movimento correspondeu uma nova forma de estar social, mais reivindicativa, que lutava pelo seu direito à igualdade, à dignificação do trabalho e por melhores condições de vida.

Segundo Alexandre Alves Costa, posteriormente à separação entre concelhos municipais foi perdendo o seu carácter global. O SAAL foi evoluindo em conjunto com a reflexão prolongada tanto dos moradores como dos técnicos⁶⁰⁰. O emprego da sua metodologia iria depender do grau de urbanização da zona a intervir, assim como das condições socio-económicas da população alvo de intervenção. Dependiam de outros factores, bastante diversos, como a composição das brigadas, a experiência anterior, as motivações dos autores dos projectos, as relações estabelecidas com os moradores, o envolvimento e entusiasmo da população, a mudança de expectativas políticas, os lugares físicos, e entre outros. Especificamente em Lisboa, a falta de habitação afectava sobretudo população imigrante recente ou os retornados das ex-colónias, e não a população urbana como acontecia no Porto, que quando não conseguiam economicamente encontrar habitação digna tentavam resolver o seu problema através da construção de bairros clandestinos, por exemplo⁶⁰¹. Assim, na capital, a maioria das operações SAAL foram nos subúrbios com o objectivo de realojar habitantes de bairros de lata. Tratavam-se de blocos colectivos com altura média, organizados em pátio, com forma de U, em bandas, cujos acessos eram verticais e as galerias muito acentuadas⁶⁰².

Por outro lado, no Porto, tal como referido, as operações eram de

597 Ibidem

598 COSTA, Alexandre Alves, 1974-1975, *O SAAL e os Anos da Revolução*, in *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal*: IAPXX Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006

599 Ibidem

600 COSTA, Alexandre Alves, *L'operazione SAAL/The SAAL Operation* in *Quaderni di Lotus/Lotus Documents. Alvaro Siza professione poetica/Poetic profession*, 1986, Milano, Electa

601 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007

602 COSTA, Alexandre Alves, 1974-1975, *O SAAL e os Anos da Revolução*, in *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal*: IAPXX Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006



128. PUBLICAÇÃO DA ÉPOCA

carácter maioritariamente urbano em espaços abertos, em proximidade com antigos bairros operários. Apesar de terem sido operações pontuais e fragmentadas, estas pareciam apontar para um modelo radical de cidade e de planeamento, onde se considerava que os habitantes mais pobres também deviam ter direito ao centro histórico e onde se assumem os diferentes estratos sociais de moradores, assim como novas funções urbanas com novos tipos de habitação. O carácter fragmentário da cidade é claramente assumido, opondo-se o velho e o novo, no entanto tentando não perder o carácter geral sedimentado pelo uso e o tempo. Contrariamente, os projectos até então desenvolvidos no Porto caracterizavam-se por serem assentes numa postura crítica em relação à política de realojamento dos habitantes de zonas degradadas centrais em novos conjuntos habitacionais suburbanos. Desta forma, esta política que tinha sido implementada nos anos 60 levou a um grande número de demolições de conjuntos operários que tinha sido construídos no interior dos quarteirões durante o século XIX, as “ilhas”, abrindo assim novas frentes que foram substituídas por novos edifícios, em total ruptura formal e tipológica⁶⁰³.

Outra questão importante era a sublocação. Este era um negócio rentável, em que os lucros não eram tributados. Mas apesar do preço elevado, isto não era espelho de habitabilidade uma vez que existiam famílias a viverem em vãos de escadas, cozinhas ou dispensas. Apesar dos problemas, o medo de serem expulsos e a insegurança levavam à ausência de contestação⁶⁰⁴. Com vista à resolução deste problema e o realojamento das famílias das ilhas demolidas, o município construiu bairros periféricos, que apesar de não terem sido uma solução que resolvesse o problema na sua totalidade, foi um empreendimento significativo. No entanto, isto resultou na segregação dos agregados familiares de classe baixa para a periferia, uma vez que estes não tinham alternativa e não conseguiam suportar os custos das rendas aplicadas na cidade. Estas comunidades reagiram a esta situação com violência após longos anos, e por isso esperava-se que o SAAL contribuísse para a renovação de ordem espacial e social⁶⁰⁵.

Assim, o fenómeno das lutas, que tem origem nos bairros camarários após o 25 de abril, constitui-se como um elemento fundamental na luta urbana. De facto, a constituição de comissões de moradores surgiu precisamente dos bairros camarários, e no Porto assumiu um carácter especial devido ao contexto específico da cidade⁶⁰⁶. A população do Porto já tinha vivido a revolução industrial, acrescido a este facto, possuía uma forte consciência política associada à cidade e à moradia. “Para eles o direito à cidade era uma coisa importantíssima!”⁶⁰⁷. Assim, a luta dos moradores era enfrentada nos bairros camarários, subalugas, ocupações de casas vazias e estes procuravam um programa imediato que lhes permitisse serem organizados



129.OS BAIRROS CAMARÁRIOS



130.A LUTA PELO DIERITO À CIDADE E À HABITAÇÃO

603 Ibidem

604 Serviço de Apoio Ambulatório Local-região Norte, *A Luta Urbana e Política de Habitação. A luta contra as subalugas*, Porto, SAAL, 1974

605 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *o Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

606 Serviço de Apoio Ambulatório Local-região Norte, *Luta urbana e política de habitação A luta nos Bairros Camarários*, Porto, SAAL

607 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

para atingirem os objectivos que tinham em comum⁶⁰⁸.

Assistia-se a uma crescente insatisfação nos bairros de realojamento fruto do Plano de Melhoramentos, uma vez que as condições de habitação não eram as melhores nomeadamente pelo baixo padrão de construção e de espaço e falta de equipamentos⁶⁰⁹. Mesmo no que concerne às opções tipológicas, o recurso à galeria, não correspondia ao carácter e proporção da galeria existente nas ilhas⁶¹⁰; eram demasiado estreitas exclusivamente para circulação, (“a rua em altura!”) o que não proporcionava convivência e gerava conflitos. Para além disso, o acesso a uma habitação num bairro camarário era a título precário e com muitas restrições impostas por um regulamento, podendo ser expulsos se tivessem comportamentos “indignos”⁶¹¹.

Assim, a câmara municipal desalojava os moradores das ilhas, separando-os e cortando laços, para os realojar em habitações de onde podiam ser expulsos a qualquer altura. As lutas de moradores conseguiram algumas vitórias, mas nenhuma solução definitiva. Muitos inquéritos foram feitos, sucessivamente e sem que nada mudasse. Distribuíam-se comunicados, publicavam-se documentos de incentivo e apoio à luta, a chamando a atenção do povo para a sua situação. Foi necessário organizar as indignações e revoltas dos moradores para se agir em acções colectivas com formas de luta mais avançadas. Começam assim as primeiras acções para tentar impedir acções de despejo compulsivo, conseguindo alcançar uma vitória ao impedirem um em S. João de Deus em Novembro de 1973. Após a revolução, surge a 30 de abril de 1974 o movimento dos bairros camarários que conseguiu unir aos poucos quase todos os bairros⁶¹². Este associativismo foi também estimulado por assistentes sociais progressistas pertencentes à ordem diocesana no tempo de D. António, que prestavam serviços de acção social nos bairros (que posteriormente iriam apoiar a renovação urbana do Barredo de Távora)⁶¹³.

A punição para os moradores considerados “mal comportados” para a câmara era o Bloco dos Condenados. A partir de 1 de Maio de 1974 assistiam-se a muitos comícios de bairro que tinham por objectivo de dinamizar os protestos dos moradores e mais tarde levar à formação de comissões de moradores de cada bairro. De facto na época o bairro de São João de Deus, ficou conhecido como o “Tarrafal”, uma referência ao conhecido campo de concentração criado pelo Estado para presos políticos⁶¹⁴.

Foi durante este contexto de agravamento da situação política e de contestação de moradores que Margarida Coelho inicia funções como coordenadora do SAAL/Norte, onde se incluía o arquitecto Alexandre Alves Costa e o jurista Mário Brochado Coelho. Esta equipa estava focada em

608 Serviço Ambulatório de Apoio Local, *Doc 6: Estruturação do SAAL Norte*, in *Livro branco do SAAL/Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976*, Conselho Nacional do SAAL, 1976.

609 Ibidem

610 um espaço semi-privado que é o resultado de anos e anos de sedimentação de uma comunidade espaço

611 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

612 Ibidem

613 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, o *Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

614 Serviço de Apoio Ambulatório Local-região Norte, *Luta urbana e política de habitação, A luta nos Bairros Camarários*, Porto, SAAL



131. PUBLICAÇÃO DA ÉPOCA



132. A LUTA DOS MORADORES

seriar as intervenções e distribuir o trabalho pelas diferentes brigadas⁶¹⁵. As brigadas foram constituídas com alunos da Escola de Belas Artes e coordenadas por um arquitecto, incluindo ainda, assistentes sociais e juristas que tinham a função de legalizar as associações de moradores. Assim, a equipa do SAAL Norte sabia que o tinham que desenvolver durante o processo teria que ser baseado nos movimentos urbanos e de acordo com a vontade das massas, como Lefebvre defendia. No entanto, reafirmavam a função da actividade do projecto, constituindo-a como um instrumento possível para a construção, o que levou a coordenadora a pedir a autonomia do serviço devido à especificidade dos métodos usados. A coordenação pedia uma política específica para o SAAL para que fossem possíveis outros tipos de intervenção que fossem mais adequados à prática, em que se desenvolvesse um processo e não uma “forma”. Conseguiu desta forma alcançar autonomia em relação à Direcção da Habitação Norte. Assim, na cidade do Porto, a partir de 1974, foi possível aos arquitectos intervirem no centro histórico da cidade, com uma crítica implícita ao modernismo e procurando alcançar um novo urbanismo adequado ao contexto presente⁶¹⁶, em que o todo surgia gradualmente das intervenções locais (apesar dos conflitos de interesses que regiam a cidade contemporânea)⁶¹⁷.

É durante o SAAL que se vive o verdadeiro pós-modernismo, como definido por Boaventura Sousa Santos⁶¹⁸. Assim, as operações avançaram maioritariamente nas áreas de expansão periférica e industrial do século XIX que foram consolidadas com funções habitacionais e terciárias e caracterizadas pela versatilidade do quarteirão, em que a frente virada para a rua apresentava uma imagem burguesa mas que no interior se encontrava longas filas de habitação operária, com pobres condições. Era por isso importante intervir nas ilhas e melhorar as suas condições, mas sem que isso retirasse as relações de vizinhança e interações entre os habitantes. Tratava-se assim de um serviço descentralizado que dava o seu apoio através das brigadas e de apoio projectual e técnico, actuando em bairros degradados para que fosse possível a construção de novas habitações e infraestruturas que providenciassem boas condições habitacionais às populações necessitadas. Um dos seus fundamentos prendia-se com a manutenção das pessoas no mesmo local onde moravam sempre que possível, evitando assim situações abusivas de despejo compulsivo dos moradores para levar a especulação imobiliária. O período de trabalho que se seguiu do SAAL correspondeu ao momento da arquitectura portuguesa de qualidade, sendo uma referência nos seus exemplos debatidos e estudados internacionalmente⁶¹⁹.

Os arquitectos da Escola do Porto, que debatiam com os seus alunos a importância do direito à cidade e ao centro, inspirados pelas concepções de Lefebvre e da sociologia neo-marxista, começavam a ver a tipologia da



133.A PRECARIDADE
DAS HABITAÇÕES

615 BANDEIRINHA, José António, *O SAAL e a arquitectura*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

616 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *o Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por *Sem Quartel/Without Mercy*, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

617 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

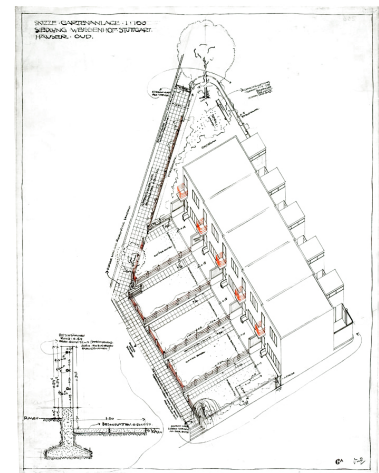
618 COSTA, Alexandre Alves, *Um quadrado a menos* (mesa redonda com Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto De Moura e Sérgio Fernandez), *Jornal de Arquitectos* n.º 208, A Condição Pós-Moderna, nov/dez 2002, Lisboa

619 BANDEIRINHA, José António, *O SAAL e a arquitectura*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

ilha como um elemento de aprendizagem e até de reprodução, em vez que um malefício urbano. As operações de reabilitação das ilhas fruto do SAAL, como por exemplo Siza, demonstraram o empenho que existia na compreensão dos significados quer histórico, social e cultural. Não se limitavam a proporcionar alojamento condigno mas sim desenvolver habitação num processo de identidade adquirido ao longo do tempo. Respeitava-se a dimensão do lote, o sistema construtivo e estrutura espacial. Assim, a perspectiva do todo surge de forma gradual dos actos locais, levando a um sistema de método e teoria⁶²⁰. Estava-se perante uma cidade que era estabelecida a partir da habitação operária, em vez das rentabilizações e lucros imobiliários, tendo isto sido a base para o debate no SAAL-Norte. Assistia-se assim ao início de um processo de intervir na cidade, em confronto com o real, onde houvesse uma inversão dos interesses até ali praticada.. Havia novas estratégias, tácticas e direcções que surgiam dos bairros, das oficinas, jornais, entre outros, e não exclusivamente dos órgãos de poder⁶²¹.

O processo desenvolvido no SAAL, de planeamento do projecto e construção, constituía-se como uma síntese de uma actividade multidisciplinar e resultava da sucessiva troca entre os técnicos e os moradores, o que levava a que as tipologias ou linguagens fosse um reflexo deste debate. Da mesma forma, havia um alargamento das referências relacionadas com o movimento neo-realista de origem italiana e uma abertura a experiências que tinham sido desenvolvidas anteriormente pelos arquitectos modernos, desde Johannes Pieter Oud a Bruno Taut. Exemplos disto foram os bairros da Maceda de Alcino Soutinho de Francos de Rolando Torgo e parcialmente o bairro de S. Vitor de Álvaro Siza⁶²². No Porto, foi também importante a questão da tipologia da habitação, pois foi exigido pelos moradores que as suas casas fossem baixas, uma vez que não queriam voltar a viver a experiência dramática dos bairros camarários. Como tal, surge uma exigência de trabalho nas vivendas sociais como se fossem casas burguesas⁶²³, demonstrando assim as mudanças que se estavam a operar e as transformações pelas quais a arquitectura estava a passar⁶²⁴.

A premissa fundamental do SAAL estabeleceu-se como: os arquitectos colaboravam com a população para elaborarem os projectos, os futuros moradores eram responsáveis pela construção das habitações e ao Estado cabia o financiamento destas operações. Inicialmente, as associações de moradores rejeitaram a autoconstrução, uma vez que pretendiam que a sua experiência de habitação se aproximasse daqueles que as compravam⁶²⁵. Ainda



134.J.P. OUD

620 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *O direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

621 COSTA, Alexandre Alves, *1974-1975, O SAAL e os Anos da Revolução*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX* Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006

622 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007

623 Foi exigido um tratamento igual ao de uma casa burguesa, onde era atribuída particular importância à existência da escada e como tal de um piso superior- organização dúplex.

624 COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

625 BANDEIRINHA, José António, *O SAAL e a arquitectura*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

assim, foram assumidos os pontos positivos do despacho, principalmente no que se refere à fixação nos terrenos urbanos e autonomia de decisão⁶²⁶.

Assim, no norte, arrancaram em 1974 treze operações, oito no Porto (Maceda, Antas, Chaves de Oliveira, S. Vítor, Bela Vista- D. João IV, Leal, Lapa e Sé); duas em Matosinhos, Cruz de Paú A e Cruz de Pau B; uma em Gondomar, S. Pedro da Cova; e duas em Ovar, poço de Baixo e Cortegaça. No SAAL-Norte tinham sido inicializadas operações correspondentes a 115 pedidos de intervenção, em 1976. No concelho do Porto encontravam-se a decorrer 33 operações, entre elas a de Maceda-Acácio coordenada por Alcino Soutinho; nas Antas por Pedro Ramalho; Chaves de Oliveira por Manuel Lessa; S. Vítor por Álvaro Siza; Bela Vista de Mário Trindade; Leal, por Sérgio Fernandez; na Lapa, por Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira; e Sé, por Carlos Guimarães, numa equipa composta só por estudantes de Arquitectura, da qual faziam parte Carlos Prata e José Gigante, entre outros; estas iniciadas logo em 1974. Mas também as da Prelada, de Fernando Távora; Parceria-Antunes, por Henrique Vanez; Massarelos, por Manuel Fernandes de Sá; Arrábida, de Camilo Cortesão, José Luís Carvalho Gomes e José Manuel Soares; Vilar de José Oliveira e Mário Moura; Contumil, de Célio Costa; Francos, por Rolando Torgo; Heroísmo, de Cristiano Moreira; Bouça por Álvaro Siza; Boavista, de João Resende e João Godinho; Miragaia, de Fernando Távora; Fontainhas, de Manuel Mendes; e Serralves, de Alcino Soutinho; iniciadas a partir 1975⁶²⁷.

Contudo apenas algumas destas operações se viriam a concretizar e na maioria só viu concretizada a sua primeira fase de construção de fogos. No Porto, o projecto de S. Vítor de Álvaro Siza, que seria iniciado a partir de Novembro de 1974, envolvia a construção de 32 fogos, numa primeira fase, e 20 numa segunda. Do inicialmente projectado apenas foi construído uma pequena banda de habitações da Senhora das Dores, o que faz com que leva à perda da leitura conjunto. Em Outubro de 1975 foi iniciado nas Antas, o projecto de Pedro Ramalho, foi construído numa primeira fase com cerca de 30 fogos, e previa uma segunda fase 50 fogos. No mesmo ano inicia-se a construção do bairro de Maceda Acácio são projectados 33 fogos e previstos 14 fogos para uma segunda. No bairro de Francos a construção tem início em Janeiro de 1976 com 44 fogos e numa segunda fase de 200 fogos. Com início em Abril de 1976, o Bairro do Leal, de Sérgio Fernandez, distribuía-se por várias zonas de interior de quarteirão, com 16 logos na primeira fase e previstos mais 33 numa segunda, incluindo a reabilitação de um número significativa de edifícios existentes. Quanto bairro da Lapa a sua construção também se iniciou em Abril desse ano e previa a concretização de 68 fogos numa primeira fase e posteriormente de 170 fogos. No mesmo ano no bairro Chaves de Oliveira dava-se início à construção dos 15 de fogos previstos para a primeira fase, com um acréscimo previsto de 9 fogos numa segunda fase de projecto. Em Fevereiro de 1977 inicia-se em Contumil a construção de 311 fogos e 20 fogos posteriormente. Já em Massarelos na mesma data, começa a construção dos 469 fogos da primeira fase com previsão de 132 fogos para uma segunda. Por fim Bouça⁶²⁸ Fevereiro de 1977 57 fogos 140



135.A OPERAÇÃO DO LEAL POR SÉRGIO FERNANDEZ

626 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

627 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

628 este caso distingui-se das restantes operações pelo facto de ter começado antes das operações SAAL, como um projecto do FFH vindo posteriormente a integrar-se no processo inicia-se como operação SAAL em Abril de 1975. (informação em BANDEIRINHA,

novos e 60 fogos a recuperar na zona do Monte Cativo⁶²⁹.

Nestas operações, “(...) não se tentou nunca prefigurar a cidade nem as formas de vida do futuro, não se tentou nunca elaborar um contraplano, apenas se tratou de, metodicamente, a par e passo com o desenvolvimento da luta pela efectiva melhoria das condições de vida, sempre a partir de situações reais e com base em propostas viáveis, ir concretizando algumas, poucas, obras que fixassem no concreto da organização territorial os efeitos urbanos e políticos dos movimentos urbanos, transformando as suas lutas em vitórias”⁶³⁰. Na reunião de Julho 1975, a posição do SAAL / Norte já havia sido explicitamente descrita na declaração conclusiva feita: “No que diz respeito ao planeamento existente e tendo em vista o facto de que se traduziu na defesa dos interesses da classe burguesa, é claro que as operações SAAL, que defendem os interesses da população, são, na prática contra esse planeamento. Ainda não existe qualquer alternativa de estrutura da cidade/território; cabe ao SAAL fazer uma contribuição para criar essa alternativa, tendo em mente que sua efetivação só será possível como resultado de uma nova estrutura de poder sob a direção da classe operária. Dada a situação política de hoje, as operações do SAAL terão que ser viáveis e capazes de defender os interesses imediatos dos trabalhadores, sem que contraste com o desenvolvimento dos trabalhadores, sem que contraste com o desenvolvimento do processo revolucionário”⁶³¹. Assim, correspondeu ao regresso dos elementos culturais da cidade, de construções simples que não recorriam a tecnologias indevidamente sofisticadas a serem construídas por cooperativas de desempregados e com a vigilância dos seus futuros moradores. A manutenção deveria ser assegurada. Regra geral construção baixa, já que se trata de construção económica, e neste sentido também se optava por estabelecer áreas reduzidas. Quanto às tipologias adoptadas, estas na maioria eram de acesso directo, havendo um ou outro caso (Lapa e Bouça) em que se recorre a uma galeria exterior de distribuição. Por vezes se refere que o projecto de Alcino Soutinho de Macedo Acácio se afirma por estar mais próximo do modelo do estado novo⁶³².

Para Siza Vieira⁶³³, as operações decorrentes do SAAL forneceram uma oportunidade para a síntese da sua ideologia da cidade, através das propostas do S. Vítor e Bouça, onde existia uma intenção clara de reverter a hierarquia tradicional da cidade em que as ilhas estavam segregadas e ausentes da cidade. O caso do projecto de S. Vítor, como quase todos os projectos SAAL, ficou incompleto. No interior do quarteirão, o arquitecto proponha um edifício que se opunha ao envolvente quer a nível tipológico e morfológico, quer a nível topográfico. Quanto à ruína, esta é mantida com o objecti-

José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

629 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

630 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007, em *Sem Ordem nem Coerência*, pag 250

631 COSTA, Alexandre Alves, *L'operazione SAAL/The SAAL Operation in Quaderni di Lotus/Lotus Documents. Alvaro Siza professione poetica/Poetic profession*, 1986, Milano, Electa, pag 74

632 COSTA, Alexandre Alves, *L'operazione SAAL/The SAAL Operation in Quaderni di Lotus/Lotus Documents. Alvaro Siza professione poetica/Poetic profession*, 1986, Milano, Electa

633 MONTENEGRO, Manuel, *Álvaro Siza e a cidade como arquitectura*, disponível em <http://www.eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/306.pdf> consultado em Outubro 2013

vo de ajudar a conformar os espaços exteriores e acentuar a dicotomia. Neste projecto assistiu-se ainda à manutenção de caminhos e atravessamentos, em contraposição com uma nova lógica tipológica, nascendo uma nova regra. Neste contexto, o arquitecto concluiu que era possível sobrepor uma malha aos fragmentos da evolução urbana, fornecendo unidade ao todo. Todas estas interações deveriam ter em consideração a relação com o contexto encontrado, e não a utilização de soluções universais e genéricas⁶³⁴.

Estas características estavam patentes na segunda fase dos projectos que não chegou a ser construída. A isto seguiu-se o estudo de outros quarteirões de S. Vitor⁶³⁵, focado numa proposta de recuperação que pretendia manter a sua adaptação topográfica e a sua vida comunitária. Para tal, Foi também bastante importante o estudo dos espaços públicos, principalmente no que se refere aos percursos que permitissem comunicação entre grupos isolados. Os estudos tornaram possível a viabilização da recuperação das ilhas como elemento-base do tecido urbano. Desta forma, começava-se a perspectivar a cidade como um elemento complexo constituído por fragmentos que se adicionam ou sobrepõem. O autor afirma que já não se pode pensar na arquitectura como tendo uma unidade de linguagem, mas sim perspectivar a cidade como um elemento complexo com fragmentos que se acrescentam ou sobrepõem⁶³⁶.



136.S.VÍTOR| A. SIZA



137.ANTAS| P. RAMALHO

Quanto à postura de Pedro Ramalho, autor do projecto das Antas, é indicativo de permanência nos vínculos à tradição crítica do “moderno”. O projecto conceptualiza-se na gestão racionalizada dos programas e sistemas construtivos, na forma dos sítios programa e construção, estimulando-se reciprocamente para sugestão-sedimentação de relações harmónicas e princípios compositivos do objecto arquitectónico⁶³⁷.

De um modo geral, é importante dizer que apesar de não ter sido questionada a habilidade técnica dos arquitectos, o seu trabalho foi bastante alterado de um ponto de vista metodológico, considerando a inclusão das populações nos projectos. Um aspecto dos trabalhos dos arquitectos envolvidos no SAAL, destacado por Siza- distanciamento *brechtiano*⁶³⁸.

O ambiente da evolução política de 1974 também alcançou o ensino da arquitectura. Por um lado, na Escola de Lisboa, cede-se a uma contestação radical, o que levou ao seu encerramento até ao final de 1975. Por outro lado, a Escola do Porto radicalizava a experiência pedagógica e escolhe ser o apoio projectual dos movimentos sociais que se viviam na época. Nesta defendia-se o valor o desenho como expressão da capacidade poética na aproximação ao real, assim como forma de enriquecimento iconográfico da “tradição do novo”⁶³⁹. De facto, para se compreender os acontecimentos que caracterizaram o SAAL no Porto é necessário considerar o contexto específico dos seus arquitectos, principalmente no que diz respeito à Escola Superior de

634 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

635 As unidades operacionais abrangiam não só o espaço para o desenvolvimento do projecto da obra, como também considerava uma zona de influência. Estas unidades eram estabelecidas em dialogo com os moradores de acordo com as suas aspirações.

636 Ibidem

637 PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991

638 BANDEIRINHA, José António, *O SAAL e a arquitectura*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

639 PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991

Belas Artes. Esta escola tinha passado por um processo de refundação pedagógica, havendo por isso reforço científico e pedagógico da centralidade da arquitectura. Era um local aberto a críticas e reflexões, com acções quase militantes de crítica à cidade contemporânea, através de estudos e denúncias dos problemas graves, devido, por um lado à existência de modelos operativos motivadores, e por outro os estudos elaborados para o Barredo. De facto, este fórum de discussão arquitectónica, mais tarde chamada de Escola do Porto, considerava que a prática continuada era a melhor forma de subsistência da teoria. O SAAL constituiu-se como uma oportunidade para a escola de belas artes, passar do contexto académico para o mundo real, tendo sido o único sitio catalisador e onde a discussão seria possível. para o encontro com a cidade e com os seus habitantes⁶⁴⁰.

No entanto, existiam muitas críticas e calúnias lançadas ao trabalho desenvolvido pelo SAAL, nomeadamente o dinheiro gasto, corrupção, incompetência, o trabalho não era visível e podia ter sido feito pelos moradores sem apoio. No entanto, eram também muitos os apelos à sua continuidade assim como os elogios à metodologia utilizada⁶⁴¹.

Desta forma, a coordenação do SAAL pedia para que houvesse um corpo legislativo específico que regulamentasse a necessidade de recuperar os espaços envolventes aos fogos em paralelo, assim como que incluísse as áreas abrangidas pelos planos de declaração de utilidade pública como zonas degradadas. A Conferência das Nações Unidas em 1976 realizada em Vancouver sobre Estabelecimentos Humanos Habitat veio reafirmar a importância das autarquias locais como meios preferenciais de mobilização para resolver os problemas de habitação, devidamente apoiadas por comissões de moradores. O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo Nuno Portas afirmava assim que o contributo português constituía-se como uma nova política urbana e que em alguns meses tinha conseguido “a pressão sobre o aparelho burocrático da administração”. O fim do SAAL reflecte a consistência interna do corpo do Estado no sentido de defender os interesses que protege⁶⁴².

A 27 de Outubro de 1976 foi publicado o despacho que “deslocava” a responsabilidade do SAAL para as autarquias locais. Nesse momento, estavam em curso 169 operações a nível nacional que envolviam mais de 41 mil famílias com graves dificuldades económicas. Encontrava-se em processo de construção mais de 2 mil fogos e estava planeado o início de mais de 5 mil fogos. Porém, apenas 13% do terreno necessário para a construção destes projectos se encontrava disponível. Numa análise objectiva, nenhuma operação do SAAL foi terminada enquanto este se encontrava operacional (1974-1976), sendo que todas foram alvo de métodos de adaptação administrativa, o que levou a retrocessos de formulações anteriores. Mais especificamente, houve operações que mudaram de equipa ou de projecto ou de local, e outras que simplesmente terminaram⁶⁴³.

Em outubro o SAAL é extinto, vítima de uma das suas vantagens, o “desprendimento” institucional, que tinha sido usado como argumento para

640 BANDEIRINHA, José António, *O SAAL e a arquitectura*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

641 Ibidem

642 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

643 Ibidem

o seu término. Apesar de terem o apoio e reconhecimento das diversas associações de moradores, o apoio popular não foi suficiente⁶⁴⁴. Por outro lado, devido ao grande número de pedidos de melhorias de condições, o SAAL tinha-se tornado numa força de intervenção pública. O Estado não tinha capacidade de impor um modelo de estrutura nacional, e por isso o SAAL foi um resultado dessa fragilidade⁶⁴⁵. No entanto, a Câmara Municipal constituiu-se como um bloqueio quando viram ameaçados seus privilégios. E o Estado não chegou a produzir um corpo legislativo, tal como Alves Costa afirma “vivíamos ali num regime de um certo vazio jurídico”⁶⁴⁶. Devido a isto, o SAAL assumiu no terreno a total responsabilidade na condução dos trabalhos. Apesar destas contrariedades, o serviço SAAL teve muita força, que era resultado da capacidade dos moradores. E foi precisamente devido a esta força, à insubmissão dos técnicos do SAAL à vontade da câmara que ameaçava os ciclos de especulação do mercado imobiliário que o SAAL foi extinto, em 1976, e as suas responsabilidades assumidas pela Câmara⁶⁴⁷. O papel dos municípios neste término prendeu-se com dificuldades que se foram acumulando, dificuldades essas de incompreensão técnica, animosidade ou sabotagem política, tudo em nome da racionalidade e neutralidade urbanística, e onde o SAAL era perspectivado como um corpo estranho que deveria ser expulso ou integrado. De facto, os ataques bombistas reflectiam a impossibilidade de conciliação⁶⁴⁸.

Assim, o SAAL foi precisamente interrompido em 1976, momento em que os moradores começam a exigir equipamentos colectivos, para além da habitação. Estava começando a encontrar sua verdadeira dimensão. Na altura em que, os resultados do SAAL ainda se encontravam aquém das expectativas, uma vez que só os projectos em construção foram concluídos, não se tendo avançado para a construção das seguintes fases já projectadas⁶⁴⁹. Houve uma excepção no projecto do Bairro da Bouça, que foi terminado 30 anos depois, mas no entanto tratava-se de um caso diferente uma vez que foi concluído numa lógica de promoção cooperativa. Assim, o tempo limitado de acção do SAAL não permitiu fortalecer e aprofundar teoria e prática que se encontravam num processo de elaboração⁶⁵⁰.

Era necessário construir 11500 casas para 11.500 famílias, no entanto só foram construídas cerca de 370, um número bastante aquém das necessidades. Porém, numa outra área conseguiu-se realizar estudos de ur-



138. BOUÇA NA ACTUALIDADE

644 TEIXEIRA, Dalila, em entrevista a Alexandre Alves Costa, *Alexandre Alves Costa: As pessoas acreditavam que era possível conquistar a casa*, disponível em Esquerda.net, consultado em Abril, 2014

645 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

646 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *O Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por *Sem Quartel/Without Mercy*, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

647 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

648 COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

649 COSTA, Alexandre Alves, *L'operazione SAAL/The SAAL Operation in Quaderni di Lotus/Lotus Documents. Alvaro Siza professione poetica/Poetic profession*, 1986, Milano, Electa

650 COSTA, Ana Catarina, *O Simpósio SAAL: em retroprospectiva. Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica*. Disponível em (http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simpósio-saal-em-retroprospectiva-ana_6.html), consultado em Abril 2014

banização e arquitectura para mais de 3500 casas⁶⁵¹. Ainda assim, no espaço de tempo reduzido em que teve operacional, o SAAL contribuiu para que o direito à habitação se tivesse tornado na reivindicação mais popular e mediática do país⁶⁵².

Apesar do seu fim, crescia o interesse além-fronteiras pelo projecto e pelos seus pressupostos, que se tinha estabelecido num contexto de *inputs* políticos, sociais e participativos, em paralelo com a necessidade crescente em divulgar⁶⁵³. Foi o caso dos arquitectos Alves Costa e Fernandez, com o seminário “Experiências de intervenção urbana e no campo da habitação em Portugal depois do 25 de Abril”, que decorreu no Colégio de Arquitectos de Bilbao. A esta comunicação seguiram-se outras conferências sobre o SAAL por Nuno Portas, Álvaro Siza e Alexandre Alves Costa, em várias escolas europeias⁶⁵⁴.

Assim, a comunidade internacional valorizou e reconheceu de imediato a importância do SAAL como uma contribuição original enquanto projecto para habitação social, uma situação sem precedentes. Pela primeira vez, uma revista estrangeira a *Architecture d’Aujourd’hui*, dedica uma edição à situação portuguesa, intitulando-a de “Portugal, année II. É também uma altura de internacionalização dos arquitectos portugueses, nomeadamente de Álvaro Siza, assim como a afirmação da Escola do Porto. A situação portuguesa chega até ao MIT, com uma conferencia denominada “Worker Housing: Portugal 74-79”. Em Portugal, ouve também divulgação através de exposições e conferencias⁶⁵⁵.

SÍNTESE DO CAPÍTULO:

O SAAL, para além de todo o processo de planeamento e construção de uma política de habitação, constituiu-se como um contexto ideal para a reflexão sobre a cidade, assim como novas metodologias de intervenção, que através da democracia directa pudessem garantir o direito à cidade e ao lugar, tendo estas reflexões ocorrido de forma mais relevante e intensa no Porto. A cidade foi redescoberta como um contexto aberto, livre de constrangimentos opressores, com novos quotidianos, como entraves à estratificação classista e especulação imobiliária, assim como um comprometimento com o património edificado e respectivos valores históricos e culturais⁶⁵⁶.

Constituiu-se como terreno de reflexão a nível nacional e internacional, tendo sido considerado um exemplo no que se refere à participação

651 TEIXEIRA, Dalila, em entrevista a Alexandre Alves Costa, *Alexandre Alves Costa: As pessoas acreditavam que era possível conquistar a casa*, disponível em Esquerda.net, consultado em Abril, 2014

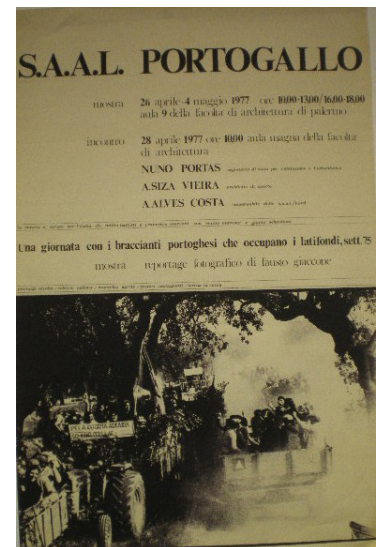
652 COSTA, Alexandre Alves, *1974-1975, O SAAL e os Anos da Revolução*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006

653 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães, DAAUM, 2012; - Vol.I a cidade feita e refeita.

654 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

655 TOSTÕES, Ana, *Sob, o signo do inquérito*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006- p. 17-36

656 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007



139. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS INTERNACIONAIS

social dos moradores na arquitectura. Outros processos ou métodos que se desenvolveram a par do SAAL como é o caso das cooperativas e das associações, por terem seguido as implicações burocráticas, sobreviveram⁶⁵⁷.

A recuperação das ilhas foi algo considerado de carácter pós-moderno, visto que parecia já integrar, numa perspectiva de elaboração estratégica de planeamento urbano, a inclinação que os urbanistas reformistas italianos chamaram de Terceira Geração de planos, que tinham sido realizados com o objectivo de consolidação e ordenamento da cidade e não para a sua expansão. O que constituiu como um novo tipo de intervenção, no âmbito do urbanismo e da arquitectura, em paralelo com o passado e o futuro, a ideologia moderna e pós-moderna. Nesta perspectiva, foi reabilitado como elemento base do tecido urbano, “como uma espécie de metáfora da memória como reactualização incessante do que fomos ontem em função do que somos hoje, deixando em aberto o que quisermos ser amanhã”⁶⁵⁸. Efectivamente, era ambição dos protagonistas do SAAL que houvesse continuidade ou clarificação dos seus acidentes, em que a cidade seria estabelecida como foi ou deveria ter sido, e que acima de tudo reflectisse a vontade e necessidade das vivências comuns⁶⁵⁹. Assim, os arquitectos Portas e Mendes conceptualizavam o SAAL como um conjunto de projectos inovadores em relação ao que era feito no âmbito da habitação social em Portugal, tendo um duplo compromisso de “projecto social e da Arquitectura no projecto Social”⁶⁶⁰

657 Ibidem

658 LOURENÇO, Eduardo in COSTA, Alexandre Alves (textos), *Álvaro Siza: architectures 1980-1990*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Paris: Centre Georges Pompidou, 1990, pag 39

659 COSTA, Alexandre Alves, *1974-1975, O SAAL e os Anos da Revolução*, in *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX* Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006

660 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007

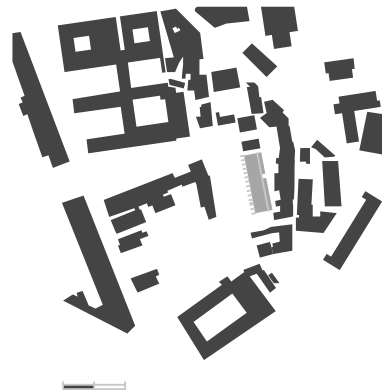


-  **Bairros do Plano de Melhoramentos**
-  **Operações SAAL ***

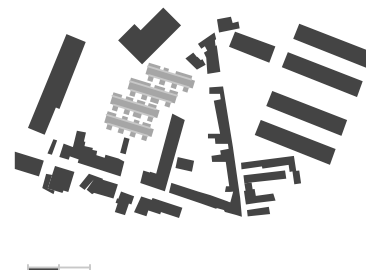
* com base em BANDEIRINHA, José António, *O Processo Saal e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007



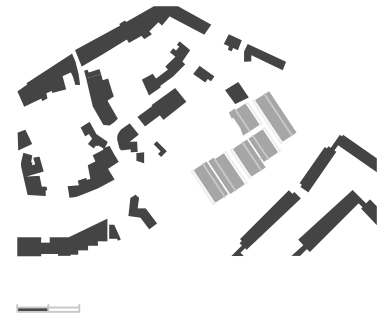
Bairro de S.Vitor(1974)
Álvaro Siza



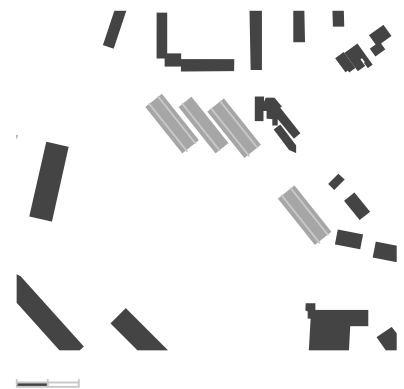
Bairro das Antas(1975)
Pedro Ramalho



Bairro Maceda-Acácio(1975)
Alcino Soutinho



Bairro de Francos (1976)
Rolando Torgo



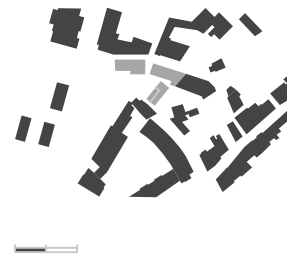
Bairro do Leal (1976)
Sérgio Fernandez



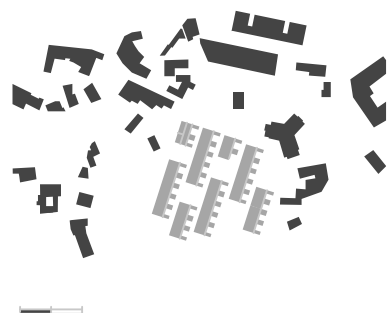
Bairro da Lapa (1976)
Alfredo F e Beatriz M.



Bairro Chaves Oliveira (1976)
Manuel Lessa



Bairro de Contumil (1976)
Cêlio Costa



Bairro de Massarelos (1976)
Manuel F. Sá



Bairro da Bouça (1977-2006)
Álvaro Siza





BONJOUR

TERRE

BITTE L

PIZZERIA • CAFE • BAR

LA ROMANTICA

PIZZERIA • CAFE • BAR

Sd Wäische Straße

Country Food
Lieferung
CTT



St...

2.3 Internationale Bauausstellung (1984-1987)

2.3.1 Berlim: *the world's largest tenement city*⁶⁶¹

Influenciada pela Era Imperial (1871 a 1918), Berlim foi considerada a maior cidade industrial europeia por apresentar um desenvolvido domínio ao nível das indústrias de engenharia mecânica, elétrica e química. Estes desenvolvimentos foram forte motivo para atracção de um grande êxodo rural, em busca de melhores condições de vida, que resultou num significativo crescimento demográfico a partir de 1786. De 1786 a 1910 a população do centro de Berlim aumenta de 147.000 para 3,7 milhões de habitantes. Perante tal conjuntura, em volta da cidade pré industrial, começam a surgir quarteirões compactos em forma de anel- o chamado *Wilhelmine Ring*. Neste sentido, a realidade da cidade de Berlim não se encontrava desfasada das restantes cidades europeias do fim do século XIX. De facto, o crescimento privado que se assistiu durante a época imperial demonstrava a actuação limitada do governo na regulamentação do crescimento, o que consequentemente fez com que existisse uma divisão social e física extrema. Assim, tal como aconteceu noutras cidade, era imperativo, face às consequências dos primeiros desenvolvimentos urbanos, uma reestruturação significativa e planeamento, nomeadamente como a cidade se ligaria interior e exteriormente em relação ao seu antigo núcleo⁶⁶².



140.FRIEDRICHSTRAßE



141.PLANO DE HOBRECHT

Enquanto que nas cidades de Viena e Paris já tinham sido desenvolvidos planos para a reestruturação e planeamento da cidades, e consideradas por isso capitais exemplares na época, Berlim do tempo imperial encontrava-se, de uma forma geral, pouco desenvolvida, não se destacava em termos de beleza, nem se encontrava adaptada à circulação e tráfego. Deste modo, no ano de 1862, e acrescentando-se a estes factos as necessidades e preocupações com as condições habitacionais, James Hobrecht desenvolve um plano para a expansão da cidade que deriva dos modelos de centro europeus. Este plano surge, assim, pouco depois da reestruturação de Paris dirigida por Haussman (1852), e de Ring de Viena (1858), e do modelo de Cerdà para Barcelona (1859). Enquanto que os desenvolvimentos ocorridos em Paris e Viena, que se centraram na reestruturação urbana, o plano de Cerdà e de Hobrecht para Berlim, correspondem aos primeiros planos de extensões urbanas. Ao passo que o plano de Cerdà corresponde aplicação de um traçado geométrico, o esquema de Hobrecht, afastando-se do centro histórico, resulta do prolongamento das suas artérias. No plano, as ruas e espaços públicos eram definidos tendo por base uma expansão em forma de anel (baseando-se no parcelamento anterior), em que as ruas eram largas e as praças públicas abundantes davam espaço à vegetação urbana. Nesta planificação, não existia uma diferenciação entre a habitação para a classe operária e os distritos burgueses, estas deveriam coexistir no mesmo espaço. Em consequência desses desenvolvimentos sem precedentes, a cidade ga-

⁶⁶¹ expressão de Werner Hegemann in BODENSCHATZ, Harald, Berlin Urban Design. A Brief History of a European City

⁶⁶² BODENSCHATZ, Harald, Berlin Urban Design. A Brief History of a European City

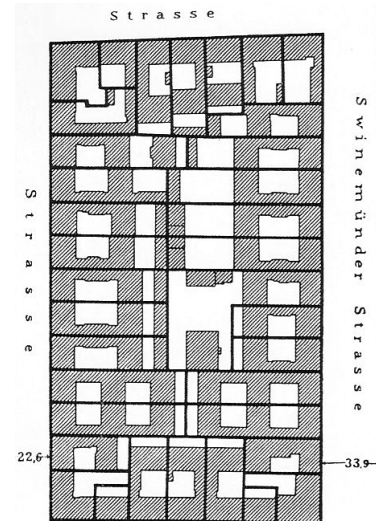
nhou uma estrutura urbana ainda hoje reconhecível⁶⁶³.

Por este motivo, Hobrecht, que é considerado o pai da expansão urbana de Berlim, apenas definiu os blocos e quarteirões, sendo que a forma, a densidade ou a distribuição dos edifícios eram determinados pelos regulamentos, que estabeleciam a altura e, acima de tudo, o tamanho do pátio, que começou por ser muito estreito, viria a ser uma das principais críticas apontadas ao desenvolvimento urbano em Berlim (como responsável dos problemas sociais), em conjunto com a alta densidade de cada edifício - os Mietskasernen. Os quarteirões eram formados por uma série de blocos que se organizavam em torno pátios centrais, com apenas as dimensões mínimas estabelecidas nos regulamentos de incêndio - 5,3 metros por 5,3 metros, valores estes que se foram modificando ao longo dos tempos por preocupações de higiene urbana. Ainda assim, sofreu também um processo especulativo, o que não se verificou no Plano de Cerdà. A principal motivação era a maximização do lucro de renda, o que resultou na sobrelotação das habitações, levando a problemas de salubridade e sociais, levando a iniciativas para melhoria a qualidade da habitação da classe operária⁶⁶⁴.

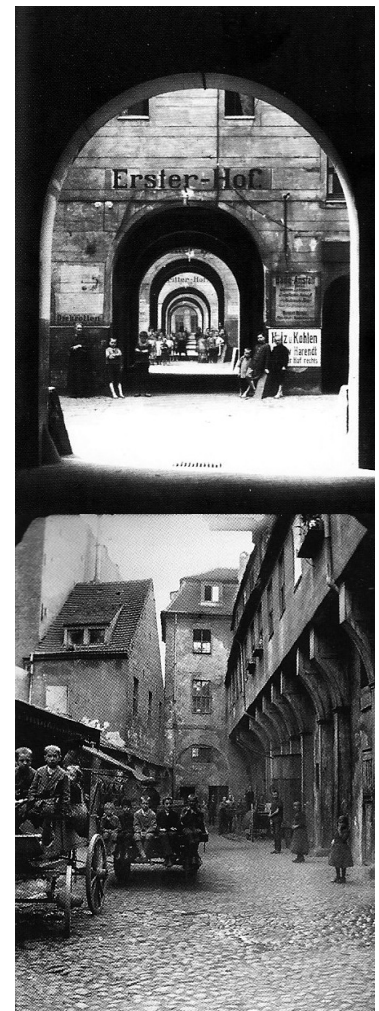
Por outro lado, desenvolvia-se um urbanismo dedicado à alta burguesia em zonas de residências exclusivas através da utilização do edifício compacto com vários andares, que competia com as moradias unifamiliares exclusivas da mesma época. Esta perspectiva de Berlim não foi considerada pelos críticos dos *tenement* (habitações para arrendamento), que olhavam antes para os subúrbios ingleses como forma de inspiração⁶⁶⁵.

Antes ainda da Primeira Guerra Mundial, precedido de um crescimento económico e industrial no aproximar da viragem para o século XX, decorre a competição Grande Berlim, “The Greater Berlin Competition” (1908-1910), cujo objectivo era organizar o crescimento da cidade. O seu vencedor foi Hermann Jansen, que pretendia redesenhar e expandir de forma monumental o centro de Berlim. Tal acabou por não se concretizar, apesar dos limites do centro já se encontrarem aproximados aos actuais. Porém, o conflito da primeira guerra mundial levou à estagnação do crescimento urbano na cidade, e só depois desta terminar é que Berlim definiu os seus limites através da constituição da Grande Berlim⁶⁶⁶.

Durante os problemas políticos entre a primeira guerra e 1970 deveria ter acontecido a modernização da chamada “velha Berlim”, dando lugar a uma “nova Berlim” que seria de carácter residencial, com transporte motorizado e arquitectura moderna. A Cidade Imperial do Império Alemão tornou-se a capital da República de Weimar. Deste modo, durante o período entre o fim da primeira guerra mundial (1918) e a subida ao poder de Hitler, assistiu-se ao desenvolvimento e construção de uma solução reconhecida pela crítica internacional que se prendia com projectos bem planeados de habitação social suburbana. Estes dispunham de espaço público e limites bem estabelecidos, com ligação ao centro da cidade através de um sistema de metro, e os apartamentos eram semelhantes entre si em termos de tamanho e desenho interior, o que transmitia uma imagem de igualdade social. Apesar de se terem desenvolvidos experiências no campo da habitação operária, noutras cidades alemãs e europeias, foi em Berlim, durante as primeiras décadas do século XX, que se assistiu a um debate bastante aceso sobre este



142. TÍPICO BLOCO DE CASA DE ARRENDAMENTO COM PÁTIO



143. MIESTKASERNENSTADT

663 Ibidem

664 Ibidem

665 Ibidem

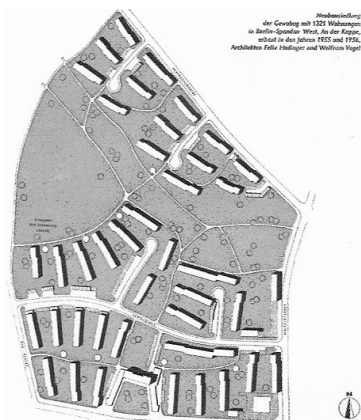
666 Ibidem

tipo de habitação. Desta discussão surgiu o argumento de que muitos problemas sociais existentes eram devido à construção da habitação operária, o que posteriormente foi utilizado como justificação para a implementação da estratégia de demolição em massa. No entanto, não foi plenamente alcançada a ideia de fornecer uma alternativa às classes operárias, uma vez que as rendas eram demasiado elevadas⁶⁶⁷.

O período político em que o partido nazi, na figura de Hitler, esteve no poder, trouxe planos para criar um novo centro em Berlim, a “nova Berlim”, ignorando o antigo centro, que tinha sido justificado pela necessidade de construir grandes edifícios para o governo e indústria. Estes planos acabariam por não se concretizar. Para além disso, as consequências da Segunda Guerra Mundial levaram a uma destruição significativa do centro antigo da cidade⁶⁶⁸.

Após o fim da segunda grande guerra (1945) e queda do governo nazi, as clivagens políticas acentuaram-se entre a cidade Ocidental sob administração dos aliados e a Oriental, que seguia os ideais da união soviética, o que resultou na decisão da construção do muro. Assim, Berlim foi dividida em dois sectores, Berlim Oeste e Berlim Este, cada um administrado por uma superpotência, os Estados Unidos da América (Berlim Oeste) e a Rússia (Berlim Este), dando início a um novo período da história mundial, a Guerra Fria. Ambos os lados concorriam entre si para melhorar a cidade e o seu planeamento urbano de forma mais socialmente responsável. Socialmente responsável, procuravam estabelecer uma nova identidade arquitetónica que incorporasse as suas ideologias socialistas ou democráticas⁶⁶⁹.

Neste sentido, em ambos os sectores, no período que se seguiu à segunda guerra, que causou graves destruição, foi marcado por demolições e construção de novos projectos de habitação. A zona correspondente à cidade compacta do século XIX foi afectada por grandes mudanças em termos de desenvolvimento urbano. Foram construídas em número significativo de habitações sociais, começando em Berlim Oeste e depois alargando-se para o lado este da cidade. Os edifícios, normalmente onipresente da paisagem suburbana, tinham quatro andares organizados em blocos dispostos e separados por espaços verdes, visto que a difusão do modelo unifamiliar era pouco favorável no contexto político e económico que se vivia. Estes desenvolvimentos equivalem, segundo Harald Bodenschatz, a um terceiro momento de suburbanização da cidade, com carácter especial em Berlim. Um dos exemplos desse tipo de habitação social foi o projecto de An der Kappe (1955/1956) em Spandau, Berlim Ocidental. De facto, no sector ocidental de Berlim, tal como outras cidades europeias do ocidente durante esse período, começou um programa de construção de empreendimentos de grande dimensão para habitação social, em muito diferentes das dimensões dos projectos da década de 50, como foi o caso de Märkisches Viertel em Berlim Oeste (1963-1974). A construção dedicada à classe burguesa foi posta de parte, e os recursos disponibilizados foram utilizados para construir uma nova periferia, rejeitando o centro da cidade e as respectivas tentativas de o modernizar. Assim, cada sector procurava modernizar o seu respectivo centro, recriando sua paisagem habitação o mais socialmente possível⁶⁷⁰.



144. AN DER KAPPE SPANDAU, BERLIM OESTE, 1950

667 Ibidem

668 Ibidem

669 Ibidem

670 Ibidem

Este foi o período que mais se focou nas áreas que compreendem o crescimento do século XIX. No caso de Berlim Este, haviam bairros completamente abandonados, e os que tinham restado da guerra, foram demolidas, como foi o caso do Hansa Quarter- Hansaviertel- (já abordado anteriormente). Este foi exemplo dessa política de demolição e substituição destes bairros habitacionais novos projetos de habitação foram erguidas em seu lugar, com novas tipologias numa perspectiva de reerguer uma Alemanha desacreditada e de desidentificar a cidade. Houve um número bastante significativo de demolições financiadas publicamente. Foi então durante a década de 60 que apareceu uma forma nova de suburbanização, os subúrbios satélite, representativos dos desenvolvimentos urbanos modernos e como consequência dos grandes empreendimentos habitacionais, tanto no sector este como oeste. o subúrbio satélite⁶⁷¹.

Quanto à política de demolição global essa manteve-se até 1970, onde entrou em crise devido aos elevados custos, começando assim uma fase de contestação e resistência a este método⁶⁷².

Neste contexto durante os anos 60 decorreu a construção de projectos de larga escala de habitação social. Do lado de Berlim Oeste (RFA), estas construções eram caracterizadas por blocos de apartamentos altos, sendo que o espaço público era pouco explorado. Os seus habitantes foram forçados a mudar para os novos blocos, uma vez que se pretendia demolir as suas casas antigas, o que levou a conflitos sociais, que mais tarde se alargaram para zonas no centro da cidade que estavam destinadas a ser demolidas. Por outro lado, em Berlim Este (RDA), a construção de habitação social em larga escala só começou nos anos 70, com as mesmas características onde apenas variava o tamanho, estes implantavam-se longe do centro da cidade, e o espaço público era negligenciado devido ao ritmo rápido de construção. O desenvolvimento mais significativo tanto em Berlim Oriental como por toda a República Democrata Alemã foi o conjunto de habitação social chamado Marzahn(1985). Porém, a difusão destes modelos começou a banalizar-se a partir dos anos 70, quando o regime começa a enfraquecer depois de vários anos de o território estar congelado⁶⁷³.

Os conflitos decorrentes das decisões tomadas sobre o planeamento urbano levaram a um abandono das estratégias modernistas (distanciamento com o passado recente). Este foi um ponto de viragem no planeamento urbano da cidade, e foi o único que não foi consequência de um conflito armado. Enquanto que nos anos 50 e 60 o sentido de reconstrução passava pela demolição e construção nova, a partir da década de 70 a reconstrução passaria pela conservação e remodelação, e que se apresentou como uma oportunidade de experimentação dos paradigmas pós modernistas. Durante este período verificou-se a existência de estudos focados na cidade histórica e as suas vantagens, principalmente no que se refere ao espaço público, assim como um projecto de reabilitação (Bloco 118) que não recorria a demolição significativa⁶⁷⁴.

Este tipo de aproximação - a recuperação de um bloco e a reabilitação considerando os pressupostos do século de XIX como aconteceu no distrito de Kreuzberg - só foi implementada após uma intensa luta contra o



145.MARZAHN, 1985

671 Ibidem

672 Ibidem

673 Ibidem

674 Ibidem

sistema político vigente e administração e contra o setor imobiliário corporativo sem fins lucrativos. Isto foi conseguido através de uma coligação dos grupos de acção dos cidadãos locais, partes da comunidade profissional de planeamento urbano e numerosos grupos políticos. Face a isto, 1975 foi um período crítico no qual o Conselho Europeu inicia uma campanha à escala europeia sob a temática “A future for our past”. Este foi um ano de viragem para o sector Oeste, que participou nesta campanha, mais precisamente a “rebellious , alternative WestBerlin” com o bloco 118 de de Charlottenburg. O responsável pela sua recuperação foi Hardt- Waltherr Hämer o o principal protagonista por de trás da careful urban renewal” no sector Oeste e mais tarde viria a ser um dos directores da IBA dos anos 80⁶⁷⁵.

Era crescente a contestação popular e de especialistas contra as demolições em massa. Iniciava-se assim uma nova fase no planeamento urbano, concretizada através do estabelecimento de uma nova autoridade, a “International Building Exhibition 1984/1987” (IBA). A experiência da IBA conseguiu transformar Berlim Oeste num laboratório de planeamento urbano largamente reconhecido. Foi expressão de uma nova perspectiva da cidade (em que vários distritos negligenciados até então ganham valor pelas memórias que ainda contém da cidade industrial como é o caso de Spandauer Vorstadt; embora o renascimento de áreas como esta tenha acelerado mais significativamente após a queda do muro. Os princípios modernos de demolição e de cidades construídas para os carros foram abandonados, e a habitação para arrendamento foi reabilitada, sendo os seus pátios berlinense reconsiderados pelo seu valor enquanto elemento urbano. Assim, a IBA de 87 concentrou-se no centro da cidade, desprezando o subúrbio periférico, o que representou uma mudança nas políticas urbanas⁶⁷⁶.

Deste modo, durante os anos 80, em ambos os sectores da cidade, eram cada vez maior a descrença face aos modelos modernos, procurando-se uma nova forma afastada do modelo urbano moderno. Esse impacto foi claramente evidente na área correspondente à cidade do século XIX, o que no lado Este correspondeu ao núcleo histórico. O seu ponto alto do desenvolvimento pós moderno foi a criação de um boulevard o longo da Friedrichstrasse que nunca se chegou a completar devido à queda do muro. Berlim Este destacou-se por não se ter afastado da forma da cidade do século XIX, que se opõem a ortodoxia dominante de Berlim Ocidental de desenvolvimento urbano, para apresentar seus pontos de vista para uma audiência internacional, incluindo projetos como block 118, a fim de ampliar a discussão sobre a cidade histórica. Em segundo lugar, a atenção internacional voltada para o desenrolar dos acontecimentos em Berlim, em termos de desenho urbano fortalecido pelos opositores da ortodoxia do desenvolvimento dominante, acelerou o processo de minar a política de planeamento urbano destrutivo. Neste sentido, incentivava-se uma acção sobre o planeamento urbano existente, melhorando fachadas e espaços públicos, introduzindo uma maior flexibilidade de utilizações dos espaços e edifícios⁶⁷⁷.

Este tipo de acção não ocorreu apenas na Berlim dividida, também se desenrolou em muitas outras cidades europeias, onde, entre outros, o exemplo da IBA de Berlim de 1987 e seus resultados chegaram.

Anos mais tarde, com a queda do muro de Berlim em 1989, a in-



146.BLOCK 118, PROJECTO PILOTO, CHARLOTTENBURG

675 Ibidem

676 Ibidem

677 Ibidem

tervenção exigiu alguma urgência nas mudanças, que tiveram que ser feitas de forma mais rápida e radical do que esperado, uma vez que não existia nenhum plano de unificação dos dois núcleos da cidade.⁶⁷⁸

2.3.2 A IBA de Berlim dos anos 80

A Internationale Bauausstellung Berlin 1984/1987 (IBA 84/87) constituiu-se como um movimento de oposição à postura adoptada no pós-guerra, que via a cidade com espaços verdes que se tinha que adaptar ao tráfego automóvel e com uma política de demolição quase tão destrutiva como a própria guerra⁶⁷⁹. O Urbanismo do pós-guerra em Berlim Oeste aboliu a geometria do século XIX, a simetria, os espaços urbanos definidos, o desenvolvimento de blocos e da tipologia construtiva tradicional⁶⁸⁰.

Em 1979 inicia-se então a segunda exposição em Berlim – a IBA 84/87, dirigida e coordenada por Josef Kleihues, tendo envolvido cerca de 150 arquitectos num extenso programa de competição e construção. O seu grande objectivo prendia-se com o planeamento urbano, em vez de projectos individuais artísticos. Baseava-se no tema “O centro da cidade como lugar para viver”, que ganhou novo significado após a queda do muro e consequente reunificação das duas partes da cidade, uma vez que as zonas de intervenção da IBA ficavam na periferia da zona oeste de Berlim, o que posteriormente se transformou em zonas mais centrais⁶⁸¹. A IBA de 84/87 pretendia desenvolver um novo tecido de conjunto, focando-se na rua e opondo a via e a praça no seu sentido da trama tradicional, com a separação tradicional entre o público e o privado e em que o urbanismo era baseado na unidade mais pequena das estruturas urbanas – as parcelas⁶⁸².

A base teórica para a IBA de 84/87, estabelecida por Kleihues, relacionou-se com a história, num diálogo com a cidade, ao contrário do que acontecia anteriormente, em que o planeamento era feito precisamente em oposição à história.⁶⁸³ De facto, a maioria dos modernistas repudiava o contexto histórico, pretendendo assim criar algo completamente novo e diferente que não se relacionasse com o existente. Esta posição levada ao extremo fez com que as obras executadas durante o período pós-guerra fossem despojadas de qualquer memória⁶⁸⁴. Por oposição, o trabalho do arquitecto Kleihues era caracterizado por síntese, onde combinava a história com o modernismo. Ele chamava ao seu próprio trabalho racionalismo poético, o

678 Ibidem

679 HESSE, Michael, *Identity through critical reconstruction*, in MESECKE, Andrea, SCHEER, Thorsten (ed.) *Josef Paul Kleihues: themes and projects=themen und projekte*, Basel, Birkhauser, 1996

680 Ibidem

681 SCHULSCHE, Günter, NITSCHKE, Rainer, *Internationale Bauausstellung Berlin 1987: project report*, Berlin : Internationale Bauausstellung, 1991

682 ESKINAZI, Mara de Oliveira, *A Interbau de 1957: Diferentes formas de habitar a cidade moderna*, (tese de dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008

683 NERDINGER, Winfried, *Dialogue between Modernism and history*, in in MESECKE, Andrea, SCHEER, Thorsten (ed.) *Josef Paul Kleihues: themes and projects=themen und projekte*, Basel, Birkhauser, 1996

684 Ibidem

que contrapunha estes dois conceitos antagónicos – “racionalismo” e “poesia”, reforçando a ideia de que as exigências da vida urbana não poderiam ser respondidas com apenas uma ideia que excluía todas as outras, mas sim com diversidade⁶⁸⁵. Foi com estas concepções que procurou desenvolver novas políticas de desenvolvimento urbano, como é o caso do seu projecto Bloco Residencial com Pátio 270 em Vinetaplatz (1975/77), na área de Wedding, um conjunto fechado de edifícios voltados para um pátio⁶⁸⁶.

Com a IBA de 84/87, Kleihues teve oportunidade de colocar em prática os pressupostos de reconstrução crítica da cidade, que tinha vindo a defender e a experimentar nos seus projectos, sendo que a estrutura básica histórica da cidade era o seu ponto de partida. O objectivo era perceber de que forma é que a cidade podia mudar e evoluir mas simultaneamente mantendo a sua essência⁶⁸⁷. Assim, o director Kleihues estabeleceu três estratégias para as novas áreas a construir, nomeadamente a recriação de condições passadas, os acrescentos ou sobreposições não forçados em estruturas históricas, e a contradição calculada mas com retenção consciente de elementos do passado. Com isto pretendia-se que houvesse uma cooperação entre conceitos diferentes, sem estabelecer um estilo de pós-moderno, mas com uma perspectiva pós-modernista de pluralidade e multiplicidade de estilos e paradigmas coocorrentes que deviam ser alvo de reflexão.

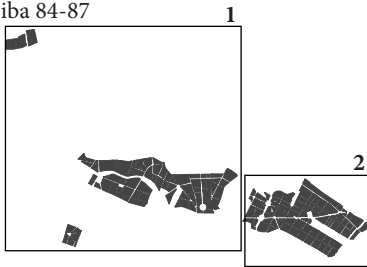
A *Planta Geral de Desenho Urbano* de Kleihues de 1984 pretendia ser um plano a longo prazo que ultrapassasse os limites temporais da IBA de 84/87, tendo sido inspiração para futuros arquitectos. Kleihues defendia que não se devia reforçar a divisão da cidade imposta pelo muro e, pelo contrário, dever-se-ia projectar no sentido de futura unificação.

Pode-se dividir a IBA de 84//87 em dois planos de acção, um de reconstrução crítica sob a direcção directa de Kleihues (Neubau) e que abrangeu as áreas de Friedrichstadt Sul, Tiergarten Sul, Tegel e Prager Platz⁶⁸⁸; e um outro de renovação urbana cuidadosa sob a direcção directa de Hardt-Walther Hämers (Altbau), que abrangeu as áreas urbanas de Kreuzberg e Luisenstadt. As técnicas utilizadas pelos arquitectos foram diversificadas, reflectindo o seu respeito pelo existente, desde a continuação do moderno ao neo-clássico.

Em relação à IBA dirigida por Keihues, a Neubau, esta focou-se nas intervenções mais profundas em zonas centrais próximas do muro assim como de zonas degradadas. Os projectos deveriam ser desenvolvidos no contexto de uma arquitectura que se relacionasse e identificasse com as características locais e culturais, pois pretendia-se que os projectos respondessem aos problemas urbanos confrontando-os, em vez de o fazer criando uma nova realidade. O objectivo de Kleihues era a pluralidade, ou seja a introdução de Berlim no debate arquitectónico internacional, na totalidade, ou seja, a memória histórica⁶⁸⁹.



147. PLANO DO DESENVOLVIMENTO URBANO A SUL DA FRIEDRICHSTADT, JOSEF PAUL KLEIHUES
iba 84-87



148. Mancha da área de intervenção da IBA 84/87:

- 1- IBA Neubau (IBA -construção “nova”)
- 2- IBA Altbau (IBA- construção “velha”)

685 SCHEER, Thorsten, *Poetic Rationalism. On the bases of critical reflection on history in the work of Josef P. Kleihues*, in MESECKE, Andrea, SCHEER, Thorsten (ed.) *Josef Paul Kleihues : themes and projects=themen und projekte*, Basel, Birkhauser, 1996

686 HESSE, Michael, *Identity through critical reconstruction*, in MESECKE, Andrea, SCHEER, Thorsten (ed.) *Josef Paul Kleihues : themes and projects=themen und projekte*, Basel, Birkhauser, 1996

687 Ibidem

688 Ibidem

689 ESKINAZI, Mara de Oliveira, *A Interbau de 1957: Diferentes formas de habitar a cidade moderna*, (tese de dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação

A zona urbana de Friedrichstadt Sul encontrava-se em posição estratégica de se estabelecer como um centro comum a ambos os lados do muro, no entanto, tal não se concretizou, o que levantou o problema de qual seria o futuro papel e estrutura desta zona urbana de Berlim. As directrizes para o território de Friedrichstadt foram estabelecidas pelo senado, que encarregou a IBA de 84/87 de desenvolver os respectivos planos, e estabeleciam uma utilização múltipla com funções variadas mas balanceadas de residência, trabalho, cultura e lazer. Tendo por base estas instruções, os objectivos da IBA 84/87 para esta zona prendiam-se com uma expansão limitada e controlada de emprego e espaço para negócios, foco na criação de alojamento financiado, reconstrução feita com base na integração dos elementos históricos, variedade de tipos de alojamento e habitação, assim como de funções urbanas⁶⁹⁰. Assim, esta zona, que em 1945 se encontrava quase destruída, adquiriu uma qualidade que não tinha antes, com a manutenção de traços da cidade histórica, integração em blocos antigos, divisão de blocos em unidades mais pequenas que possuíam jardins internos e pátios semipúblicos e auto-regulação do tráfego automóvel⁶⁹¹. A execução do plano foi feita simultaneamente em termos de planeamento para o distrito e dos blocos individuais⁶⁹². Foram executados projectos como o edifício residencial no Checkpoint Charilie (de Zenghelis, Sauerbrunch e Koolhaas), empreendimento residencial com 83 unidades residenciais e extensão de uma escola em Wilhelmstrasse (de Rossi), empreendimento residencial com uma torre estúdio com 55 unidades no total em Charlottenstrasse (de Hejduk), edifício residencial e comercial em Krochstrasse (de Eisenman e Robertson), e a extensão do Museu de Berlim com o Museu Judeu em Lindenstrasse (de Libeskind com Stankovic, Bates, Terragni e Vido).

A intervenção da IBA na zona urbana de Tiergarten Sul relacionou-se com a adaptação de estruturas antigas de vilas metropolitanas para serem utilizadas como habitação social⁶⁹³. De facto, esta era uma zona problemática devido à sua natureza heterógena e à construção do muro, que a colocou uma área periférica. Por isso, sob a secção *Neubau-IBA*, foram desenvolvidos um conjunto de objectivos para o Tiergarten Sul em 1979 que incluíam a reconstrução de áreas residenciais para habitações para arrendamento, reutilização de áreas não usadas para fins recreativos, construção de edifícios com várias funções que contrariassem a utilização única de edifícios dessa zona, transformação de praças dominadas pelo trânsito em praças urbanas, entre outros. Com a IBA de 87 foram aumentadas duas escolas, construídas quatro creches e parques infantis, um centro de jovens, assim como foram redesenhados espaços verdes e adaptação do *Diplomatenviertel* a novas funções de espaço verde, de lazer e desportivo. Quando a IBA terminou, apesar

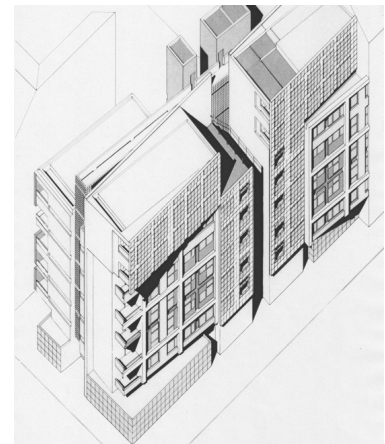
em arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008

690 SCHULSCHE, Günter, NITSCHKE, Rainer, *Internationale Bauausstellung Berlin 1987: project report*, Berlin : Internationale Bauausstellung, 1991

691 HESSE, Michael, *Identity through critical reconstruction*, in MESECKE, Andrea, SCHEER, Thorsten (ed.) *Josef Paul Kleihues: themes and projects=themen und projekte*, Basel, Birkhauser, 1996

692 SCHULSCHE, Günter, NITSCHKE, Rainer, *Internationale Bauausstellung Berlin 1987: project report*, Berlin: Internationale Bauausstellung, 1991

693 HESSE, Michael, *Identity through critical reconstruction*, in MESECKE, Andrea, SCHEER, Thorsten (ed.) *Josef Paul Kleihues: themes and projects=themen und projekte*, Basel, Birkhauser, 1996



149.EDIFÍCIO RESIDENCIAL NO CHECKPOINT CHARILIE (ZENGHELIS, SAUERBRUNCH E KOOLHAAS)



150.EDIFÍCIO RESIDENCIAL E EXTENSÃO DE UMA ESCOLA (ALDO ROSSI)



151.EDIFÍCIO RESIDENCIAL E COMERCIAL (HEJDUK)

de ainda existirem projectos a concluir e novas perspectivas com a queda do muro, havia muito que já se encontrava concluído ou em conclusão⁶⁹⁴.

Por sua vez, em Tegel, os arquitectos preocuparam-se principalmente com dois aspectos: em primeiro, um reconhecimento da zona harbour, que tinha perdido a sua função original, e no seu lugar foi construída uma área residencial, cultural e recreativa, da autoria de Charles Moore, que ganhou o concurso. Em segundo, a construção de um edifício de carácter industrial como um exemplo da tradição de arquitectura industrial da cidade de Berlim⁶⁹⁵.



152. PRAGER PLATZ, TEGEL

Em Prager Platz, que foi um dos exemplos das tentativas de camuflagem dos blocos de habitação para arrendamento, foi pedido aos arquitectos Carlo Aymonino e Rob Krier que elaborassem um projecto tendo por base uma praça que transmitisse um novo estilo aos seus arredores, respeitando sempre o plano histórico da cidade assim como o espaço urbano existente. Posteriormente, e por forma a consolidar este plano, os arquitectos Gottfried Böhm e Rob Krier desenvolveram os detalhes do projecto para reconstrução urbana. Böhm contribuiu para o projecto antigo com um conceito mais moderno para a forma da praça e com um prédio residencial construído em 1989. Apesar da existência deste plano, foram necessários anos de negociações sobre o plano urbano em si e sobre os materiais de construção⁶⁹⁶.

Quanto à IBA dirigida por Hämers, a Altbau, esta encontrava-se enquadrada com a contestação crescente e generalizada contra a demolição para a reconstrução e a falta de habitação. Os seus principais objectivos eram a conservação, manutenção e desenvolvimento de infraestruturas sociais e funcionais, assim como a execução de projectos através de auto-construção, por exemplo.

Em Kreuzberg, esta zona era caracterizada por ter sofrido danos significativos durante as intervenções urbanas dos anos 60 e 70, que foram piores do que os estragos causados pela guerra e pela construção do muro. Estas políticas de reconstrução da cidade reflectiam-se em decisões que afectavam os habitantes desta zona, uma vez que com frequência blocos habitacionais, desocupados durante anos, eram demolidos para dar lugar a mais blocos de habitação estandardizados e caros. Assim, surgiu a resistência da população, que em conjugação com o acesso limitado a subsídios para demolição e aumento dos custos de construção, levou à estagnação da aplicação destas políticas urbanas. Inicialmente, o plano formado pelo parlamento berlinense era rígido e prendia-se com construção nova e eliminação da modernização, o que não seria uma estratégia adequada para intervir na zona, uma vez que iria contra a vontade dos seus habitantes. No entanto, a IBA de 84/87, juntamente com os moradores, elaboraram um conjunto de linhas de acção, uma renovação urbana cuidadosa, baseada na vivência dos moradores e trabalhadores. Estas doze linhas orientadoras foram estabelecidas em 1982 e aprovadas pelo parlamento em 1983⁶⁹⁷:

- O desenvolvimento de uma acção de renovação, deveria ser feita em conjunto com presidentes, negociantes, e impedir estagnação do parque

694 SCHULSCHE, Günter, NITSCHKE, Rainer, *Internationale Bauausstellung Berlin 1987: project report*, Berlin : Internationale Bauausstellung, 1991

695 Ibidem

696 Ibidem

697 SCHULSCHE, Günter, NITSCHKE, Rainer, *Internationale Bauausstellung Berlin 1987: project report*, Berlin : Internationale Bauausstellung, 1991

habitacional;

- Todos os envolvidos deveriam concordar com os objectivos e as medidas de renovação, e o planeamento social e técnico;
- Deveria ser preservado o carácter do lugar e aumentar a segurança e bem estar dos moradores em zonas em perigo. Neste sentido, os danos que ameaçassem o parque habitacional deveria ser reparado rapidamente;
- As mudanças nos planos deveriam permitir o desenvolvimento de novos estilos de vida;
- As renovações das unidades residenciais deveriam ser feitas por fases e o seu prolongamento deveria ser gradual
- A demolição deveria ser mínima, melhorando as estruturas através de introdução de espaços verdes no interior dos blocos e melhoria das fachadas
- As estruturas públicas deveriam ser renovadas e aumentadas conforme as necessidades
- Durante o planeamento social, a posição e participação dos que habitam a área a intervir, deveria ficar clarificada;
- As decisões sobre a renovação urbana deveriam ser abertas e feitas no local sempre que possível;
- As obras de renovação urbana deveriam estar asseguradas de forma rápida financeiramente
- É aconselhável a criação de um organismo executivo para serviços, em contraste com um outro organismo de construção
- A renovação urbana deveria ser garantida para além de 1984.

Estas directrizes resultaram na renovação de quase sete mil unidades residenciais, assim como foram construídos cerca de 370 pátios e de 360 unidades habitacionais, e mais de 30 secções de estradas e praças foram renovadas. Para além disso, os profissionais envolvidos na requalificação de Kreuzberg afirmam que a renovação conquistou também o sentido de identidade, de auto-confiança e esperança dos moradores de Kreuzberg.

Foi nesta zona que a IBA de 84/87 sentiu as influências intelectuais do SAAL, através do projecto de Álvaro Siza, que venceu um concurso para intervir em três zonas em Kreuzberg, duas delas em áreas adjacentes (entre Frankelufer (projecto) e Kottbusser Strasse) e outro em Schlesisches Tor. Durante o desenvolvimento dos projectos, o arquitecto trabalhou de forma consciente e cuidadosa a dialética entre a racionalidade e o contexto. Apresentava como características a separação da propriedade, através de paredes divisórias e cegas, a diversidade do uso, a presença simultânea de vários objectos, e a utilização refinada dos materiais⁶⁹⁸. Cada edifício era composto por um simples volume, as escadarias e a forma dos quartos eram tradicionais, as fachadas foram trabalhadas no sentido de serem adaptadas às linguagens disponíveis, e a repetição era quebrada com nichos de forma côncava e convexa.

Dentro das intervenções realizadas por Siza destaca-se o projecto que ficou conhecido por “Bonjour Tristesse” em Schlesisches Tor e foi a primeira intervenção arquitectónica do arquitecto fora de Portugal. Neste projecto, o arquitecto propõe ir de encontro à forma, e não assumir uma posição de contradição em relação a esta, visto que a qualidade urbana é consequência de intervenções no existente. Siza baseou-se no traçado regulador

698 NICOLIN, Pier Luigi Álvaro Siza: Tre progetti per Kreuzberg, Lotus International 32 (1981), pag. 46-49



153. ANTES E DEPOIS OBRA DE SIZA



154. EXEMPLOS EM LUISENSTADT DE RECUPERAÇÃO

proveniente dos acidentes da história (cadastró) assim como da geometria das subdivisões ou restos de muros. Assume-se de novo a tensão entre a cidade e os espaços internos, como acontecia nos quarteirões berlinenses, reflectindo-se de forma expressiva nos gavetos, que se relacionam formal e tipologicamente com as construções perimetrais de ângulo tradicionais. Com isto, o arquitecto conseguiu unir a exigência da individualidade com as características próprias do lugar, tratando-o em relação aos fragmentos que o compõem por forma a aproxima-los de outros fragmentos. Para além disso, o arquitecto aumentou a densidade do edifício através de projectos que completavam as fachadas austeras, mas respeitando as modificações introduzidas pelos moradores. O edifício alto foi construído para habitação e lojas artesanais, onde houve um foco no respeito pelo existente, como foi o caso da inclusão de um antigo café turco. A fachada do edifício reflectia as fachadas dos edifícios adjacentes, mas sem estabelecer contacto pré-existência, repercutindo assim a tradição do movimento moderno de Berlim. Com a inscrição anónima “Bonjour Tristesse” é possível perceber a clara apropriação do edifício pela população local. Estas características assemelham-se ao trabalho desenvolvido por Siza durante o período em que o SAAL decorreu, como é o caso de Matosinhos Sul e do Chiado 26, de síntese de fragmentos autónomos e respeito pelo existente na cidade, e tal como em Portugal, propôs em Berlim um sistema aberto formal, capaz de estabelecer uma multiplicidade de relações⁶⁹⁹.

Quanto a Luisenstadt, esta era uma zona onde tinham ocorrido muitas demolições e onde o processo de renovação tinha sido bastante lento. Os objectivos da IBA 84/87 para esta área eram vagos, e os outros intervenientes no processo de renovação olhavam com desconfiança para a actuação desta entidade. Neste sentido, em 1981, a IBA 84/87 foi nomeada como a agência executiva de redesenvolvimento, como forma de reafirmar a sua autoridade legal, ficando responsável pela coordenação e planeamento, mas não pela execução. Era uma zona maioritariamente ocupada por “ocupas”, o que significava que uma intervenção era urgente. Até ao fim de 1986, cerca de 3 mil unidades habitacionais tinham sido renovadas, sempre acompanhadas de reuniões entre os elementos das comissões e as associações de moradores. Conseguiram reduzir as operações de demolição de 2200 para cerca de 14 alas, focando-se antes na construção de telhados, fachadas, tectos, entre outros. Isto resultou na criação de inúmeras unidades residenciais com acesso a pátios, aptas a serem ocupadas por famílias. Havia uma preocupação constante em manter os custos baixos, principalmente porque isso significava que as rendas seriam mais baixas, e por isso implementou-se uma estratégia “passo-a-passo”, com alterações simples e mínimas. As estruturas comerciais também foram renovadas, e foi feito um esforço significativo para incluir equipamentos de carácter social, assim como estruturas específicas que reflectiam as necessidades dos habitantes locais (e.g. um centro para mulheres).⁷⁰⁰

Adjacente a Luisenstadt a Este, foi também intervencionada a “área

699 MONTENEGRO, MANUEL, Álvaro Siza e a Cidade como Arquitectura, In PINTO da SILVA, Madalena (coord.), ‘EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Actas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design’. Porto, FAUP, 2012. Disponível em <http://www.eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/306.pdf>, consultado em Outubro 2013

700 SCHULSCHE, Günter, NITSCHKE, Rainer, *Internationale Bauausstellung Berlin 1987: project report*, Berlin : Internationale Bauausstellung, 1991

estratégica SO 36”, que incluía 50 blocos. Tratava-se de uma zona dividida pelo muro e densamente construída, com falta de espaços verdes e comuns. O programa para esta área dividia-se em três pontos fundamentais – investimento no planeamento, programa de habitação subsidiado pelo estado e programa de subsídios estatais para superfícies comerciais. O plano inicial teve que ser ajustado e limitado devido a cortes nos subsídios disponíveis, o que significou que a IBA teve que trabalhar em áreas seleccionadas, em vez da área geral. Até 1990, metade dos casos tinham sido renovados.

Em 1986, a secção de edifícios antigos da IBA 84/87 foi convertida na S.T.E.R.N. – *Society for Careful Urban Renewal*.

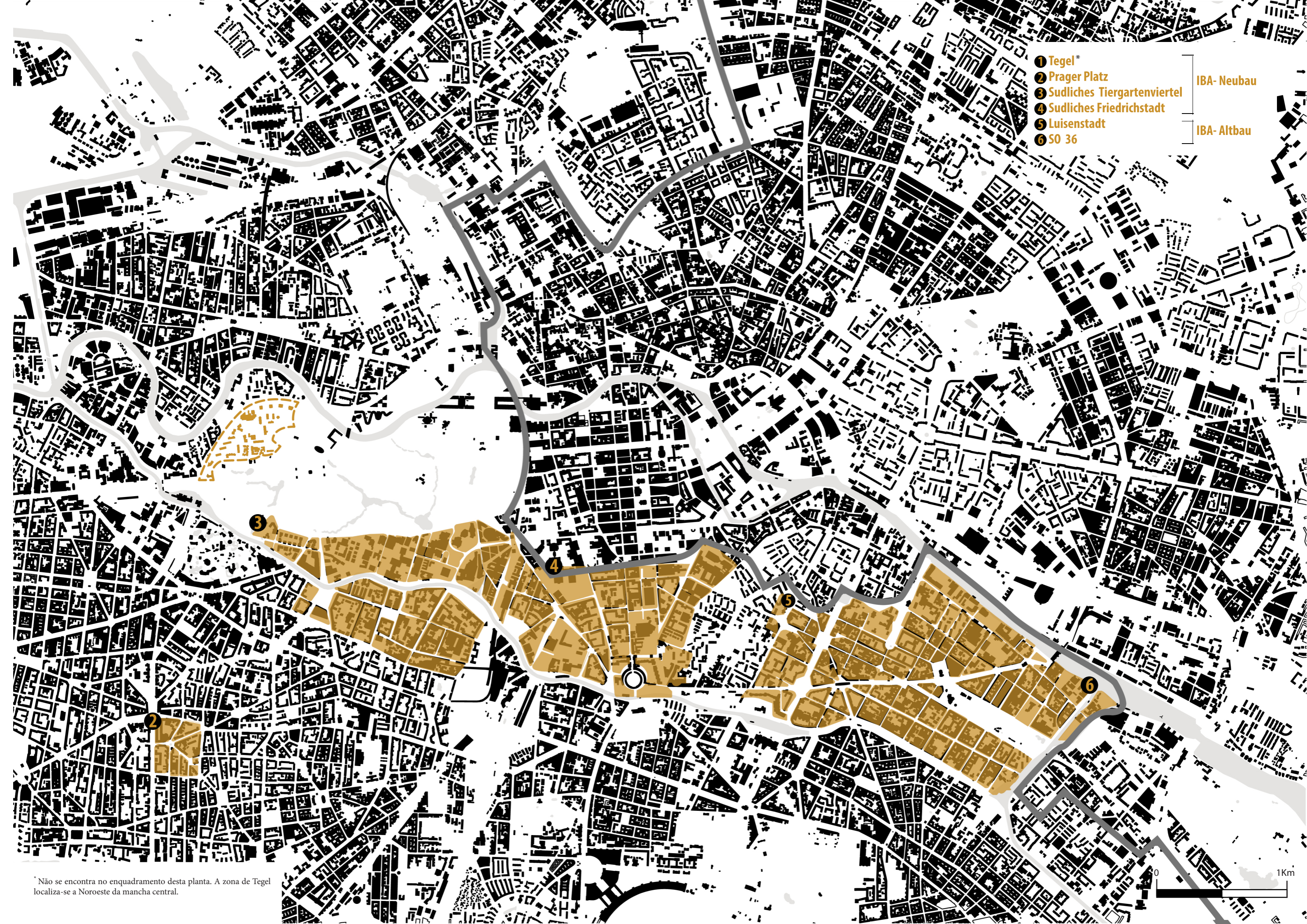
Os modelos desenvolvidos por Kleihues e todos os arquitectos envolvidos e demonstrados durante a IBA de 84/87 transformaram-se num elemento estável do discurso do desenvolvimento urbano. É inegável o seu contributo e o número de habitações construídas foi extremamente significativo. No entanto, algumas questões surgiram quanto à qualidade das intervenções. Assim, a IBA 84/87 era criticada pelo excesso de fragmentismo dos projectos elaborados e que estes não eram unificadores, como a arquitectura deveria ser.

Criticava-se que estes projectos sofriam por não terem um plano global que os organizasse e que o planeamento urbano não estava a ser feito de forma correcta, não conseguindo ter unificado os diferentes elementos da cidade entre si. Berlim continuou a ser uma cidade de diferentes realidades, mesmo após a queda do muro e da reunificação das duas partes da cidade⁷⁰¹. Kleihues⁷⁰² defendeu a sua visão, referindo que era necessário existir intervenções que fossem de carácter de “modelos clínicos” específicos e que a IBA fosse elemento constituinte de um processo contínuo no desenvolvimento urbano, actuando como “mecenas elucidado” no que se refere à reabilitação da zona central da cidade.

701 ESKINAZI, Mara de Oliveira, *A Interbau de 1957: Diferentes formas de habitar a cidade moderna*, (tese de dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008

702 AGUIAR, José, *IBA-Berlim 1987*, AGUIAR, José, *IBA - Berlim 1987*, *Jornal de Arquitectos*, nº 218-219 (Antologia 1981 – 2004), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Janeiro/Junho 2005, pag. 6-7

- 1 Tegel*
 - 2 Prager Platz
 - 3 Südliches Tiergartenviertel
 - 4 Südliches Friedrichstadt
 - 5 Luisenstadt
 - 6 SO 36
- IBA- Neubau
- IBA- Altbau



* Não se encontra no enquadramento desta planta. A zona de Tegel localiza-se a Noroeste da mancha central.

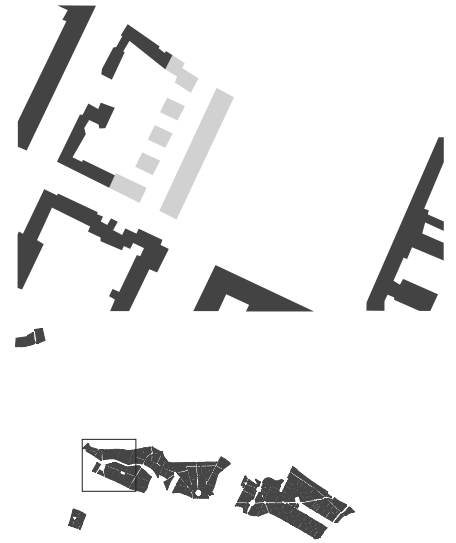
Praça Prager
(Carlo Aymonino, Rob Krier, Gottfried Böhm)



“Moradia citadina” em Rauchstraße
(Rob Krier, Aldo Rossi, Henry Nielebock & Partners, Giorgio Grassi, Klaus Theo Brenner / Bento Tonon, Francy Valentiny / Hubert Hermann, Hans Hollein, Frei Ott/ Hermann Kendel)



**Edifício de habitação em Westrand des Lützowplatzes
(Oswald Mathias Ungers)**



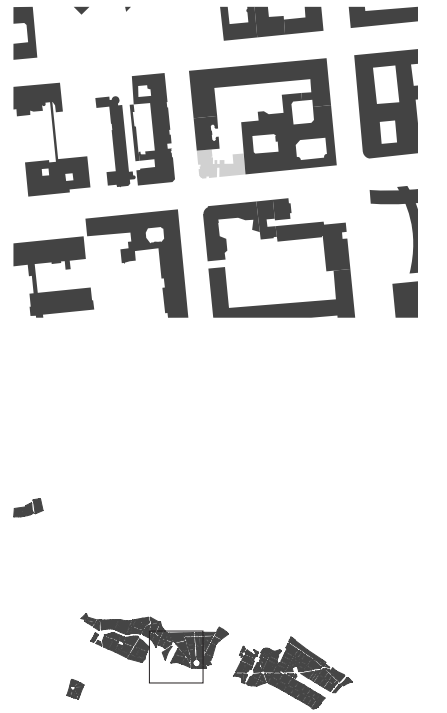
**“Casa cidadina” em Lützowstraße
(Andreas Brandt, Thomas, Axel Liepe, Hartmut Steigelmann,
Otto Steidle, gmp von Gerkan Marg and Partners, Rainer Oefelein,
Bernhard, Manfred Schiedhelm, Vittorio Gregotti (Associati
Gregotti), Erich Schneider-Wessling com Hanno Lagemann e
Zeki Dinekli, Jasper Halfmann e Klaus Zillich com Konrad Moeckel,
Holger Siegel e Robert Witzgall)**



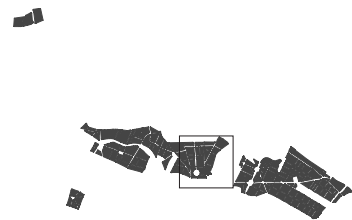
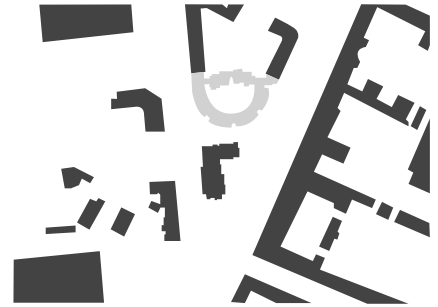
**Projecto Öko Block 6
(Jan Rave/Rolf Rave & Partner)**



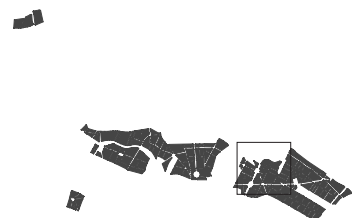
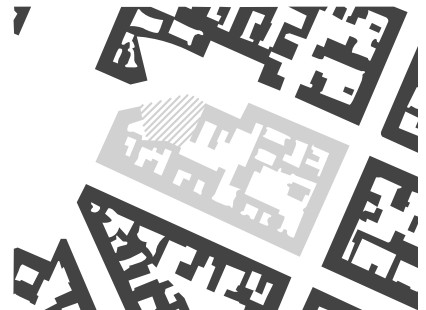
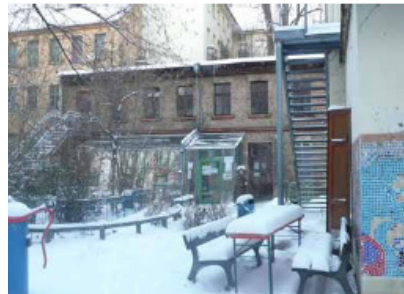
**Edifício de habitação, comércio e serviços
Checkpoint Charlie
(Elia Zenghelis, Sauerbrunch e Rem Koolhaas)**



**Edifício de habitação Lima
(Herman Hertzberger, Henk de Weijer)**



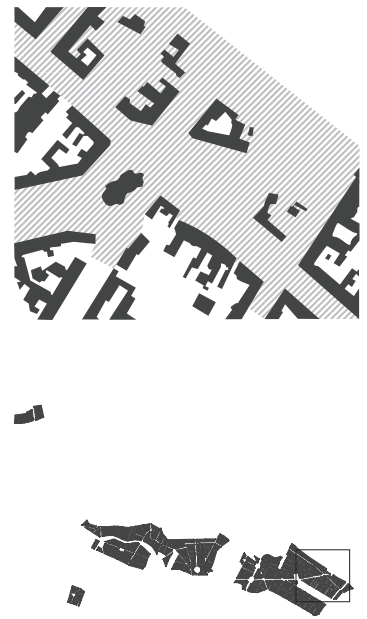
**Block 78 – Naunynstraße/Adalbert-straße/
Oranienstraße/Oranienplatz**



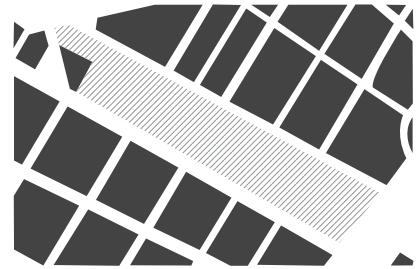
Neues Kreuzberger Zentrum



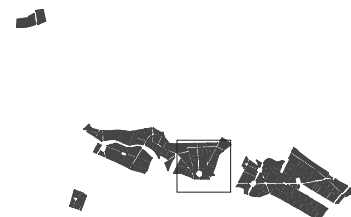
Bereich Schlesisches Tor



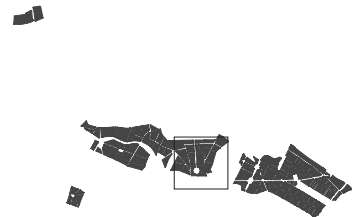
Parque Görlitzer



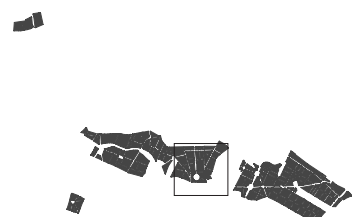
Complexo habitacional Parque de Mendelssohn-Bartholdy (Josef Paul Kleihues)



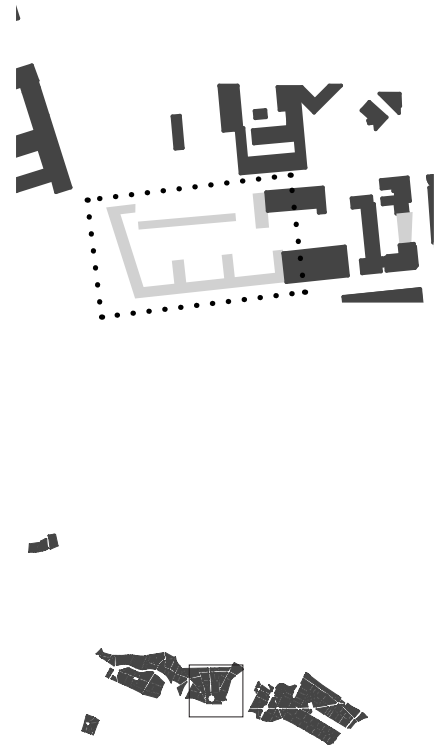
**Torre de habitação auto participada Wilhelmastraße
(Pietro Derossi)**



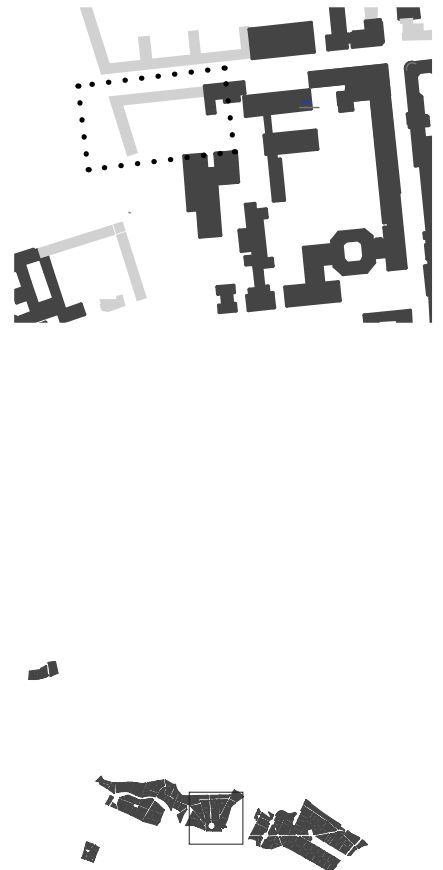
**Edifício habitacional Anhalter Straße
(Salvador Tarragó Cid/Juan Carlos Theilacker Pons & Partner,
Jochen Brandi & Partner)**



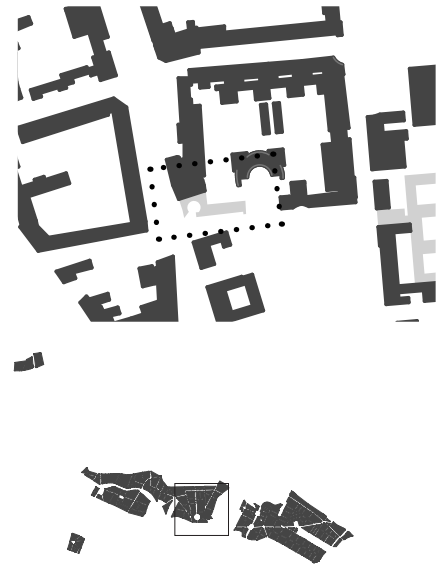
Edifício habitacional com espaços de lazer associados
 (Joachim Schürmann, Herbert Pfeiffer / Christoph Ellermann, ean
 Flammang/Burkhard Grashorn/Aldo Licker Peter Faller / Chris-
 tian Muschalek / Hermann Schroeder, Josep Martorell / Bohigas
 Oriol / David Mackay, David Mackay)



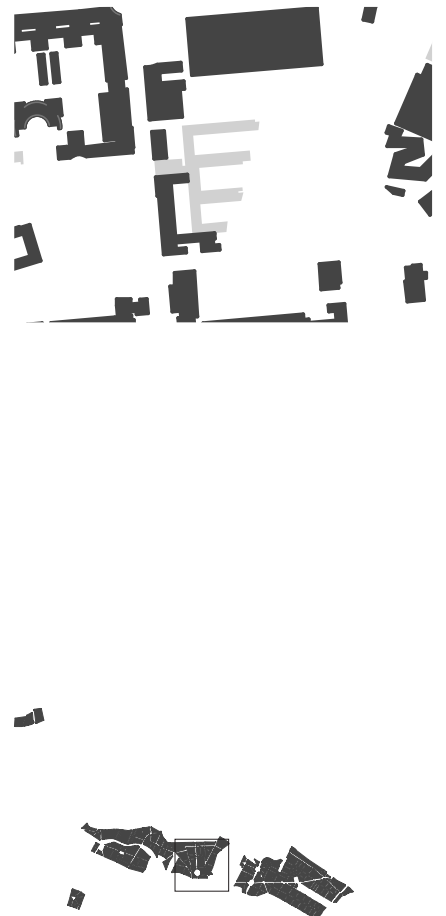
Edifício de habitação
 (Aldo Rossi)



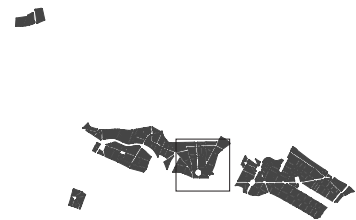
**Edifício habitacional: Block 20
(Jan Rave/Rolf Rave & Partner)**



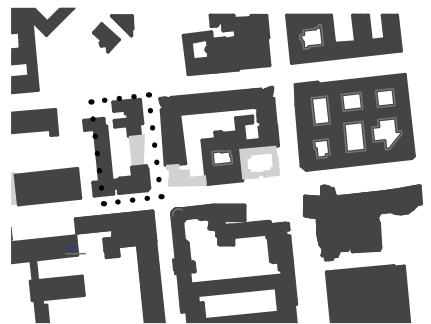
**Edifício escolar
(Gino Valle / Mario Broggi / Michael Burckhardt)**



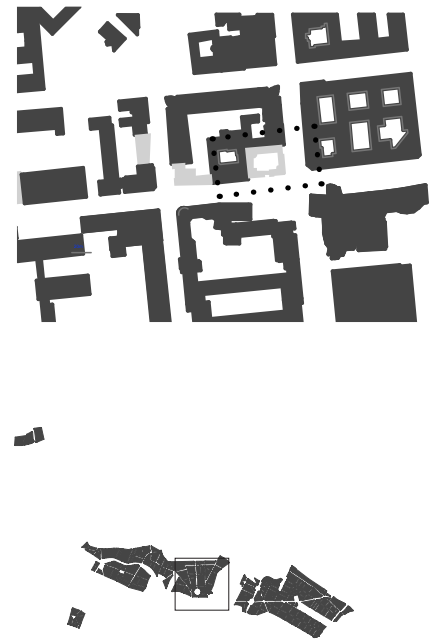
**Edifício habitacional com torre de escritórios
(John Hejduk)**



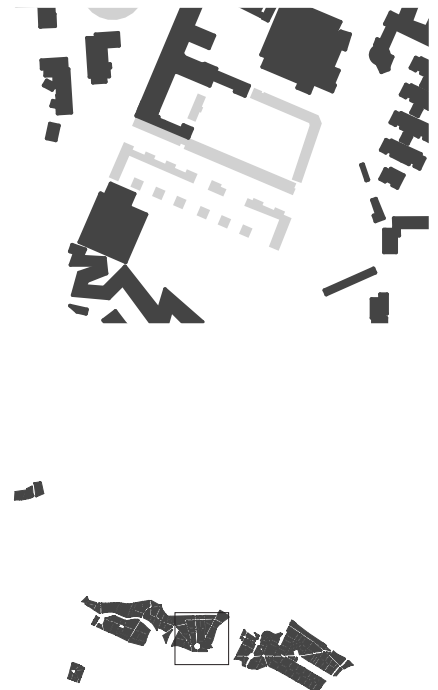
**Edifício habitacional na Friedrichstraße
(OMA, design competição por Rem Koolhaas)**



**Conjunto habitacional na Charlottenstraße
(Kammerer / Belz / Kucher & Partners)**



**Parque residencial no Museu de Berlim
(Hans Kollhoff & Arthur A. Ovaska)**



3. CONCLUSÃO: comparação das experiências

A presente dissertação teve por objectivo incitar uma reflexão, num sentido de aprendizagem e de um novo olhar sobre a cidade, através de uma análise retrospectiva de um passado recente, o século XX. Nesse sentido, torna-se interessante comparar as experiências desenvolvidas no contexto das cidades de Berlim e Porto, segundo pressupostos distintos, mas consecutivos: moderno e pós-moderno, e perceber como apesar de geograficamente distanciadas e de representarem contextos diferentes, se assiste a algumas similitudes na perspectiva de projectar a cidade e no entendimento da habitação nessa planificação.

Esses dois movimentos arquitectónicos estiveram, assim, directamente relacionados com o tema da habitação e da sua relação intrínseca ou não com o contexto. Num primeiro momento, quer no Porto quer em Berlim, relacionou-se com preocupações higienistas e de modernização da cidade (por influências centro-Europeias), e na crença num modelo único como forma de atingir esse progresso- o da Carta de Atenas. No entanto, o contexto alemão vê-se agravado pela devastação causada pela II Guerra Mundial, lacunas que permaneceram por resolver até à década de 80.

Numa aproximação que vai de encontro ao que se tinha desenvolvido nas primeiras décadas do século XX- a doutrina moderna- a exposição da Interbau de 1957, em Berlim Oeste, é um exemplo da sua aplicação no período pós-Guerra. Desta exposição fez parte a proposta de “reconstrução” de um bairro oitocentista – Hansaviertel - que se encontrava praticamente destruído em consequência da guerra. Com esta exposição, e devido à destruição e às demolições realizadas no pós-guerra, surgiu em Berlim a primeira oportunidade de aplicar de forma sistemática os princípios modernistas expressos na Carta de Atenas. Assim, estes foram os pressupostos nos quais assentou a estratégia urbana- demolir para construir novo- uma clara tentativa de apagar todos os vestígios da existência do período nazi associado a uma monumentalidade, e contrariar a planificação urbana desenvolvida em consequência da Revolução Industrial- os *Mietkaserne*, organizados em redor dos denominados pátios berlinenses, que estavam associados a condições precárias.

O projecto final da Interbau, cuja construção terminaria em 1960, sofreu alterações relativamente ao projecto vencedor, ainda assim alguns princípios em que se baseava mantiveram-se, nomeadamente no que se refere à redução da densidade habitacional conseguida através do edifício isolado de construção em altura (a adopção de tipologias como torres e barras são uma marca bastante evidente na proposta), rodeado por espaço verde, dissociado do loteamento característico do desenvolvimento do século XIX. Sob o tema “ A cidade de amanhã”, a exposição foi essencialmente uma das expressões máximas do modelo da Carta de Atenas, uma amostra do que melhor se podia fazer, por arquitectos de renome internacional. De forma consciente, acabou por demonstrar uma grande abertura a novos modelos modernos, numa tentativa de reerguer uma cidade desacreditada. Após esta experiência, uma aplicação desmesurada e massiva levou à exaustão do modelo ideal da cidade moderna, e posteriormente à sua crítica.

A crença no modelo modernista como forma de progresso sustentou, igualmente, as transformações urbanísticas coordenadas por Auzelle na cidade do Porto. Este parte do princípio que tinha sido adoptado em 1956/66 pelo Plano de Melhoramentos, que resultou no realojamento dos moradores das ilhas em bairros periféricos formado por blocos residenciais isolados em altura. No seguimento deste acontecimento, este viria a ser parte integrado no plano Director (1962), que numa perspectiva de modernização da cidade e resolução do problema das ilhas, seguiu uma política de demolir para construir, numa clara tentativa de reduzir a densidade residencial, e numa perspectiva de terciarização do centro.

Contrariamente ao que aconteceu na Interbau, onde participaram arquitectos reconhecidos internacionalmente, os arquitectos presentes no gabinete da Câmara do Porto eram então técnicos municipais de acção limitada. Assim, no Porto tratava-se essencialmente de um gabinete isolado e centrado na resolução sistemática e passiva de realojamento indiscriminado das populações das ilhas demolidas, sem atender às necessidades das vontades dos moradores, que tinham sido despojados do sentido de comunidade.

A aparente abertura para a utilização de modelos externos tinha os seus limites e contingências, tanto a nível construtivo como económico. De facto, o uso das habitações funcionava sob um regulamento fascista que conduziu a anos de sofrimento e submissão por parte dos moradores, facto que motivou enormes contestações sociais, despoletados precisamente nos bairros camarários. Estas contestações viriam a alargar-se aos habitantes das ilhas, que exigiam o direito à cidade e criticavam a política de segregação que tinha sido aplicada com o Plano de Melhoramentos. Neste sentido, e contrariamente à notória passividade manifestada no Porto, em Lisboa decorria um aceso debate que ia de encontro a uma realidade exterior onde o modelo da Carta de Atenas era posto em causa. A sustentar esta situação existia um gabinete politizado e actualizado de acordo com esta “nova” realidade.

Assim, as soluções adoptadas até então não tinham respondido às principais problemáticas, estando criado um clima apropriado para a introdução de novos planos, mais congruentes com o que se vinha a debater no contexto internacional. É neste contexto, após a revolução de 25 de Abril que terminou com a ditadura, que surge o processo SAAL.

Na cidade do Porto, o SAAL estabeleceu-se como um processo de extrema importância que promoveu a reflexão sobre a cidade “histórica e o seu destino”, tratando-se por isso, de um procedimento de adaptação dos instrumentos disciplinares a um período histórico forte. Os resultados reflectiram os seus pontos fortes a nível de recolha empírica, fornecendo dados que se conjugavam com a situação social e que permitia a flexibilidade necessária para executar alterações nas condicionantes frequentemente estáticas do projecto. A relevância do SAAL foi reconhecida de imediato pela crítica internacional por causa das alternativas metodológicas de projecto que disponibilizava e que perspectivavam uma nova cidade (como aconteceria depois no IBA em Berlim, como verificámos). Ao rejeitar “a receita dos blocos isolados em espaços amarelos”, a crítica referia também a possibilidade de sugerir novas escolas e tipologias que fossem mais adequadas

aos contextos e que se encontrassem em consonância com as necessidades dos moradores, para que a partir desse consenso táctico fosse garantida uma unidade nas respostas⁷⁰³.

O SAAL antecipa, assim, a discussão acerca da cidade histórica da IBA de 1987 em Berlim. Em ambas as experiências era perceptível a noção de que a problemática da habitação não poderia ser resolvida com modelos universais, manifestos funcionalistas ou culturalismos herméticos, como refere José António Bandeirinha. De facto, a resolução da crise da habitação deveria focar-se em acções específicas e contextualizadas sobre as vantagens dos locais, em que fosse aplicada uma solução mais realista⁷⁰⁴. Segundo Paulo Varela Gomes⁷⁰⁵, Siza Vieira deslocou-se a Berlim para a consolidação metodológica de prática dialogante, e paralelamente intransigente no que se refere a simplismos ou abdicação de função disciplinar. Neste sentido, a experiência da IBA inscrevia-se na crítica internacional iniciada no final da década de 50.

Da mesma forma que no SAAL surgem as associações de moradores com apoio de equipas técnicas na luta pelo direito à habitação e à cidade, no sector Oeste de Berlim emergiram movimentos de contestações contra as demolições que vinham a ocorrer com envolvimento das populações e de projectistas. Isto porque se tinha vindo a assistir a uma política de destruição para construção, que proporcionava um novo começo onde o passado não tinha lugar. Estavam criadas as condições para novas visões, de acordo com o debate que vinha a decorrer no contexto internacional, sob as visões de um novo realismo, em consonância com um novo pensamento orientado para a pós-modernidade. Contrariamente à Interbau, que se tratou de uma intervenção pontual de um fragmento da cidade (que não incidiu no centro da mesma nem serviu de modelo para a sua resolução), a IBA parte de uma perspectiva abrangente da cidade numa perspectiva de potencial unificação dos dois sectores (segundo Kleiheus seu director). Apesar do seu objectivo inicial partir de uma visão unificadora da cidade, não o conseguiu cumprir, pela vontade de ser demasiado reactivo ao contexto, focando-se essencialmente na intencionalidade por zonas.

Enquanto que na Interbau não havia uma preocupação de estabelecer relação com o contexto, apesar de ter induzido alguma relação com os arruamentos existentes e os elementos naturais, não estabeleceu, porém, qualquer relação com a sua pré-existência visto que era defendida a ideia da demolição dos vestígios anteriores. Deste modo, tratava-se essencialmente de uma exposição de modelos onde era pretendido mostrar a maior variedade de formas de habitar, independentemente de se tratar de uma vontade consciente de intervir na cidade. A IBA dos anos 80, mais de que uma exposição, pretendia constituir uma intervenção com contributo permanente para a cidade. O objectivo primordial era intervir na cidade onde os locais

703 COSTA, Alexandre Alves, 1974-1975, *O SAAL e os Anos da Revolução*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal* : IAPXX, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

704 BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

705 COSTA, Alexandre Alves, 1974-1975, *O SAAL e os Anos da Revolução*, in AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal* : IAPXX, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006

escolhidos tinham em consideração as necessidades e urgências das cidades, com mais ou menos elementos novos.

3.1 Considerações Finais:

Esta dissertação pretende, através de uma retrospectiva, compreender o momento presente, na qual os objectos de estudo se apresentam como exemplos do que vinha sendo debatido, e com isto confrontar com os movimentos actuais, com conceitos como *periferização*, *gentrificação* e *disneyficação*, e assim pensar sobre a cidade contemporânea e sobre os seus problemas específicos.

Antes do término do século XX, na cultura arquitectónica portuguesa, estabelece-se um debate de imagens, formas, gestos, modas e vontades, em detrimento de uma fundamentação dessas novas formas emergentes, assim como foram deixados para trás instrumentos tradicionais de planeamento urbano (e.g. tipologia de edificação)⁷⁰⁶. Desta forma, na actualidade, torna-se evidente que o sentido de plano tem-se aproximado gradualmente do projecto, em que apenas se encontra resposta para as necessidades imediatas, que por sua vez se encontram limitadas por expectativas e rapidez de lógica de mercados ou política⁷⁰⁷. De facto, o actual contexto arquitectónico relaciona-se intrinsecamente com o contexto do mercado no qual os valores se encontram diluídos, segundo Eduardo Souto Moura⁷⁰⁸. Da mesma forma, é necessário reflectir sobre os processos sociais que foram consequência da arquitectura do Movimento Moderno, nomeadamente as áreas urbanas que foram construídas segundo os pressupostos funcionalistas, muitas vezes apelidadas de impessoais e despersonalizadas e que induziram à fragmentação do desenvolvimento urbano, uma vez que foram poucas as cidades que as utilizaram como uma imagem de identidade⁷⁰⁹.

Aparentemente, as políticas de construção da actualidade não parecem ter aprendido com os 40 anos de processos de participação e de organização social, que na verdade é o que deve tratar a política urbana⁷¹⁰. Segundo Nuno Portas, no que respeita às renovações de áreas históricas, na sua maioria, estas não foram conseguidas com sucesso, uma vez que não conseguiram resolver os problemas de forma viável⁷¹¹.

Neste sentido, este apresenta-se como o momento apropriado para a discussão da cidade e do entendimento da sua relação com a habitação, num momento em que o centro histórico volta a ser foco de debate, principal-

706 PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos sessenta/anos oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991.

707 MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João (ed.), *Nuno Portas: Prémio Sir Patrick Abercrombie: Prize UIA 2005*, 2ª ed., Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

708 MOURA, Eduardo Souto de, *Um quadrado a menos* (mesa redonda com Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez), *Jornal de Arquitectos* n.º 208, A Condição Pós-Moderna, nov/dez 2002, Lisboa

709 Ibidem

710 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *o Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

711 PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães, DAAUM, 2012; - Vol.I a cidade feita e refeita.

mente na sua qualidade de local de vida efectiva e consequentes processos de reabilitação e reocupação da cidade. Trata-se essencialmente de oferecer a possibilidade de serem utilizados espaços que foram resultado de dinâmicas muito diferentes. Segundo Álvaro Siza⁷¹², “nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e Criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que neste caso não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e, para lhe dar forma, tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Aos instrumentos de reconhecimento do real chama-se História; à arte de construir a transformação chama-se Arquitectura. uma sem a outra chama-se fracasso da Arquitectura Contemporânea, (...)”⁷¹³. É por isso erróneo considerar a busca de influências um retrocesso⁷¹⁴. Contrariamente, torna-se curioso reflectir que a sociedade tenta recuperar espaços que surgiram de dinâmicas colectivas. Assim, os centros regressam ao seu carácter de interesse, e torna-se fácil perceber que a futura organização da cidade estará relacionada com a sua densificação, em vez de alastramento, focando-se mais na articulação e na mobilidade social do que no zonamento⁷¹⁵.

A aprendizagem adquirida com o meu percurso académico e com a realização da presente dissertação levou-me precisamente a reflectir que a experiência contemporânea deve, assim, confrontar a forma urbana com o seu passado recente no sentido de encontrar linhas orientadoras de pesquisa de desenvolvimento⁷¹⁶. Assim, considerar as questões urbanas não significa ignorar as problemáticas sociais e económicas, ou até mesmo considerar a arquitectura como elemento isolado. Pelo contrário, passa por reconhecer que o espaço urbano engloba valores simbólicos e hierarquizados que conferem um significado diferencial da arquitectura⁷¹⁷.

A visita aos bairros e o contacto com os moradores bem como a visita a Berlim permitiram perceber a relação do edifício com a envolvente, aproximando-nos dessa realidade. da mesma forma, as várias iniciativas que decorreram sobre esta temática reforçavam a importância desta reflexão, enfatizando assim a importância da cidade e da sua génese, dos seus valores tipo-morfológicos e das suas gentes. Exemplo disso foi a exposição Revision 87 realizada em Berlim em 2012 numa tentativa de manter viva esta experiência.

712 SIZA, Álvaro Cit in BAPTISTA, Luís Santiago, MELÂNEO, Paula, entrevista a Alexandre Alves Costa disponível em <http://www.revarqa.com/content/1/602/alexandre-alves-costa/> consultado em Março 2014

713 BAPTISTA, Luís Santiago, MELÂNEO, Paula, entrevista a Alexandre Alves Costa disponível em <http://www.revarqa.com/content/1/602/alexandre-alves-costa/> consultado em Março 2014

714 MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona, 2001

715 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, *O Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

716 BENÉVOLO, Leonardo, Carlo Melograni, Tommaso Giura Longo, *Projectar a cidade moderna*, Lisboa, Presença, 1987.

717 HUET, Bernard, *The city as dwelling space- alternativs to the Charter of Athens*, in Lotus internacional, *Living in the city*, n.º41, 1984

Da mesma forma, mais recentemente na celebração dos 40 anos do 25 de abril realizou-se um simpósio em Serralves, intitulado *o simpósio SAAL: em retroprospectiva. algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica*, por forma a manter nos anais da história de forma permanente, a experiência singular, que foi o SAAL. Neste contexto, Alves Costa afirma, “eu gosto que o SAAL seja lembrado como uma memória histórica. e devemos questioná-lo no sentido de como é que a podemos retirar desta experiência absolutamente fabulosa, lições para a atualidade. Isso é que me parece mais importante. parece-me importante ser capaz de perceber que as condições são outras, completamente diferentes, mas que é possível, apesar de tudo, ter como referência esse momento, do ponto de vista metodológico, e reutilizá-lo. (...) o SAAL deu e dá pistas para a construção de uma cidade mais harmónica e mais participativa.”⁷¹⁸. Desta forma, seria fundamental considerar o que se aprendeu com a revolução e com o processo SAAL do ponto de vista do habitat no seu âmbito mais genérico, assim como da cidade enquanto um conjunto de espaços de cidadania⁷¹⁹. Desta forma, é compreensível que os objectivos do SAAL se prendam com a busca da autenticidade e a relação de verdade entre pessoas, locais, materiais e precariedade, e seria importante recordar estes factos quando se trata de desenvolver a cidade actual. A aprendizagem deve ser utilizada no sentido da inovação e dos processos de carácter participativo na cidade contemporânea, no que se refere ao centro, nomeadamente o regresso ao centro histórico, o direito à cidade e à utilização dos espaços públicos. É neste sentido que se pode aprender hoje com o processo SAAL. De facto, existe um compromisso social com a cidade e com o direito fundamental à mesma, apesar de ter que se considerar que o contexto não é o mesmo, que as populações não são as mesmas, até que as pessoas que necessitam de casas também não serão as mesmas. No entanto, o debate mantém-se, com o contraste entre a função social e o compromisso do arquitecto com as questões sociais. No entanto, segundo Siza, depois de uma experiência muito intensa e sustentada como foi o SAAL, seguiu-se um vazio onde muitas vezes o desenho e a imagem se tornaram mais apelativos que o compromisso social⁷²⁰.

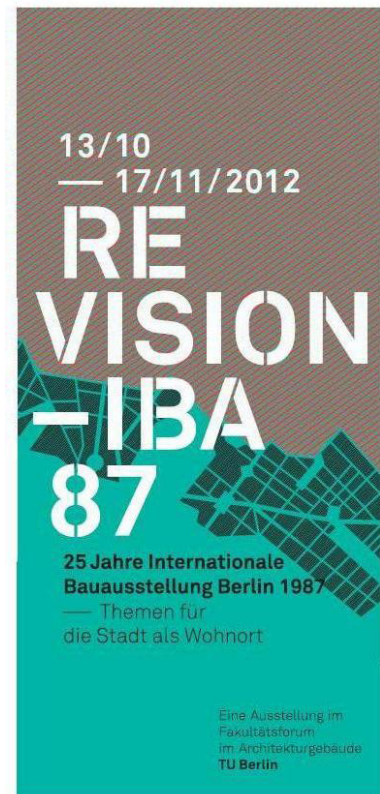
Actualmente, em oposição ao que vinha acontecendo ao longo do século passado, verifica-se um excedente de 600.000 fogos em Portugal. De facto, é provável que actualmente não seja necessária uma urgente “política de habitação social” porque esta já foi sendo concretizada ao longo dos anos. No entanto, continua a ser fundamental uma “política social de habitação”, isto é, a reintrodução do parque habitacional excedente no mercado, por exemplo, através do arrendamento⁷²¹. Para o efeito, é necessário regressar ao conceito ao que o SAAL denominava de “organização social da procura”. de

718 TEIXEIRA, Dalila, em entrevista a Alexandre Alves Costa, *Alexandre Alves Costa: As pessoas acreditavam que era possível conquistar a casa*, disponível em Esquerda.net, consultado em Abril, 2014

719 COSTA Alexandre Alves, GRANDE, Nuno, o *Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto, Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

720 SIZA, Álvaro, COSTA, *Um quadradinho a menos* (mesa redonda com Alexandre Alves Costa, Domingos Tavares, Eduardo Souto de Moura e Sérgio Fernandez), *Jornal de Arquitectos* n.º 208, A Condição Pós-Moderna, nov/dez 2002, Lisboa

721 COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, o *Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014



155. CARTAZ DA EXPOSIÇÃO



156. SIMPÓSIO ACERCA DO SAAL

igual forma, a mudança de prioridade da questão habitacional em função da demanda turística, tem vindo a atribuir à cidade consolidada um carácter de *Parque Temático*⁷²².

Antes de mais, a cidade é produto do reconhecimento crítico das subseqüentes inscrições existentes no lugar, uma vez que a “ideia está no sítio”, sendo necessário reflectir a cidade como material aberto, disponível para reinterpretacão e transformacões constantes. A tentativa de alcançar a unidade possível na cidade terá de passar por uma acumulacão e articulacão dos fragmentos de tempo e espaços, em sequênciac da operatividade da história proposta por Aldo Rossi⁷²³. Segundo Nuno Portas “sob o ponto de vista da arquitectura urbana não pode haver edificio que não faça cidade ou seja, não há tipologia que não esteja, por estrutura, penetrada por uma morfologia urbana.”⁷²⁴.

Para terminar, “o habitar, na sua essência, é poético, é um impulso fundamental da condiçãoc humana, não é uma forma acidental ou uma função determinada. (...) o espaçoc urbano não pode ser euclideano, mas antes uma projecçãoc no território das relaçãoc sociais e, por essa razãoc, qualificado e carregado de valor.”⁷²⁵.

“Antes de arquitecto, o arquitecto é homem, e homem que utiliza a sua profissãoc como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence. porque é homem e porque a sua acçãoc não é fatalmente determinada, ele deve procurar criar aquelas formas que melhor serviçoc possam prestar, quer à sociedade, quer ao seu semelhante, e para tal a sua acçãoc implicará, para além do drama da escolha, um sentido, um alvo, um desejo permanente de servir (...). que seja assim o arquitecto- homem entre os homens- organizador de espaçoc- criador de felicidade.” (Távora 1996; 74, 75).

Reflectindo sobre as posiçãoc de Henri Lefebvre e de Fernando Távora tornamo-nos conscientes da importãnciac do arquitecto e do seu trabalho, no sentido em que a arquitectura deve ser feita para ser vivenciada e apropriada pelos que a habitam. Da mesma forma, a cidade também deve ter em conta as vivênciac e memórias de quem a habita e não resultar da mera soma de espaços, onde o arquitecto-cidadãoc será sempre um dos principais agentes.

722 expressãoc utilizada por Nuno Grande em conferênciac, CANNATÀ, Michel, FERREIRA, Teresa, GRANDE, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, *Centros Históricos ou Parques Temáticos?*, Associaçãoc Portuguesa para a Reabilitaçãoc Urbana e Protecçãoc do Patrimônio, Porto, 28 Março 2013

723 MONTENEGRO, Manuel, Álvaro Siza e a cidade como arquitectura, disponível em <http://www.eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/306.pdf> consultado em Outubro 2013

724 PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura : apontamentos de método e crítica*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pag15

725 LEFBVRE, Henri, in BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007 pag 38

REFERÊNCIAS UTILIZADAS

LIVROS:

AFONSO, João(ed.), *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal : IAPXX*), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006

ALMEIDA, João (coord.), *Jacques Gréber : urbanista e arquitecto de jardins- urbanist and garden designer*, Porto, Fundação Serralves, 2011

AMENDOLA, Giandomenico, *La ciudad postmoderna: magia y miedo de la metrópolis contemporánea*, Barcelona : Celeste, 2000.

AUZELLE, Robert, *Présentation et commentaire*, Urbanisme, n.67, Porto: études et réalisations, Paris, 1960

BAÍA, Pedro (coord.), *Berlim : reconstrução crítica*, Circo de ideias, 2008

BANDEIRINHA, José António, *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 2007

BANDEIRINHA, José António, *Fernando Távora : modernidade permanente=permanent modernity*, Casa da Arquitectura, Matosinhos, 2012.

BARBOSA, Cassiano (compilado por), *ODAM : Organização dos Arquitectos Modernos : Porto : 1947-1952*, Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006

BENÉVOLO, Leonardo, Carlo Melograni, Tommaso Giura Longo, *Projectar a cidade moderna*, , Lisboa, Presença, 1987.

BENÉVOLO, Leonardo, *História da cidade*, 3ª ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*; Barcelona, GG, 2002

BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966.

CARMO, Vera (2012). A Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM) e o Porto dos anos 50. *Intermedia Review* 1. *Génération de 50: Culture, Littérature, Cinéma*. no1, 1ère série, novembre 2012, pp. 43-54

CHOAY, FRANÇOISE, *THE MODERN CITY: PLANNING IN THE 19TH CENTURY*. NEW YORK: GEORGE BRAZILLER, 1969

COSTA, Alexandre Alves (textos), *Álvaro Siza: architectures 1980-1990*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Paris: Centre Georges Pompidou, 1990

COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*, Coimbra, Edarq, 2007

CURTIS, William J. R. *Modern architecture since 1900*, 3rd ed., New York, Phaidon, 2003

ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade* - 2ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1999.

- FERNANDES, Mário Gonçalves *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal : Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*- Porto : Faup Publicações, 2005.
- FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso: arquitectura portuguesa: 1930-1974*, 2ª ed., Porto, Faup Publicações, 1988
- FIGUEIRA, JORGE, *A Periferia Perfeita- Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Março 2009
- FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008
- GOLD, John R., *The experience of modernism: modern architects and the future city, 1928-53*, London, 1997
- GRANDE, Nuno, *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa* - Coimbra : Ed. Darq, 2002.
- HOWARD, Ebenezer *Garden Cities of To-Morrow* / by Ebenezer Howard. - London : Faber and Faber, 1970
- JENCKS, Charles, *Le language de l'architecture post-modern*, 4eme ed, Paris, 1985
- MARTÍ, Carlos, *Las formas de la residència en la ciudad moderna : vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, 2ª ed., Barcelona, Ed. UPC, 2000
- MESECKE, Andrea, SCHEER, Thorsten (ed.) *Josef Paul Kleihues : themes and projects=themen und projekte*, Basel, Birkhauser, 1996
- MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João (ed.), *Nuno Portas: Prémio Sir Patrick Abercrombie: Prize UIA 2005*, 2ª ed., Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006
- MILHEIRO, Ana Vaz, *Algumas Conclusões Sobre o Ensino I Congresso Nacional de Arquitectura (1968)*,
- MONTANER, Josep Maria, *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, GG, Barcelona, 2001
- PIMENTA, Manuel *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.
- PORTAS, Nuno, MENDES Manuel, *Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta*, Porto : Fundação de Serralves, 1991
- PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura : apontamentos de método e crítica*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2007
- PORTAS, Nuno, *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008
- PORTAS, Nuno, *Os tempos das formas*, Guimarães, DAAUM, 2012; - Vol.I a cidade feita e refeita.
- PORTOGHESI, Paolo, *Depois da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70, 1999
- SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal : uma geografia urbana*, Porto : Edições Afrontamento, 1984.
- SCHULSCHE, Günter, NITSCHKE, Rainer, *Internationale Bauausstellung Berlin 1987: project report*, Berlin : Internationale Bauausstellung, 1991

Serviço Ambulatório de Apoio Local, *Livro branco do SAAL/Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976*, Conselho Nacional do SAAL, 1976.

SETA, Cesare de, *L'ordre moderne, La ville, art et architecture en Europe*, 1870-1993, Paris, Centre Georges Pompidou, 1994, p. 281-289

TRIGUEIROS, Luiz (ed.), *Fernando Távora*, Blau, Lisboa 1993

PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos : 1947-1996 seleção*, 1ª ed., Porto, Faup Publicações, 1996.

TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50* - 2ª ed. - Porto : Faup Publicações, 1997.

TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura*, Lisboa: Ordem dos arquitectos, 2008

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

-Architectural Review, n.1082, Abril de 1987

-Architecture d'Aujourd'hui n.185, *Histoire et tendances de l'architecture portugaise - La passion d'Alvaro Siza*, Paris, Maio / Junho 1976

-Arquitetura Portuguesa, n.º 11, 5ª série, 1987

-Casabella, 474/475, novembro/dezembro, 1981

-Jornal de Arquitectos, n.º195, *A Cidades e as Serras*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos Mar/Abr 2000

-Jornal Arquitectos", n.º 202, *Faire École II*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Set./Out. 2001

-Jornal de Arquitectos, No 204, *A Questão do Alojamento I*, Jan/Fev 2002

-Jornal de Arquitectos, n.º205, *A Questão do Alojamento II*, Mar/Abr 2002

-Jornal de Arquitectos, n.º 207, *Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa*, Setembro / Outubro 2002

-Jornal de Arquitectos n.º 208, *A Condição Pós-Moderna*, nov/dez 2002, Lisboa

-Jornal de Arquitectos, n.º 211, *Situação-Crítica*, Mai/Jun 2003

-Jornal de Arquitectos, n.º 218-219 (*Antologia 1981 - 2004*), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, Janeiro/Junho 2005

-Lisboscópio, Lisboa, Instituto das Artes/Ministério da Cultura/Corda Seca, 2006,

-Lotus International 32 (1981),

-Lotus internacional, *Living in the city*, n.º41, 1984

-Revista Arquitectura n.64 jan/fev, 1959

-Revista Arquitectura 66, Outubro 1959

-Revista Arquitectura, n.º69 Nov.dez 1960

-Revista da Faculdade de Letras- Geografia, volume XV/XVI, 2000, pag 63-78

-*Quaderni di Lotus/Lotus Documents. Alvaro Siza professione poetica/Poetic profession*, 1986, Milano, Electa

-Urbanisme, n.67, *Porto: études et réalisations*, Paris, 1960

-Urbanização, volume 2, número 3, Lisboa, Dez 1967

WEB:

ANDRADE, Liza Maria Souza de, *O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*, *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 042.02, Vitruvius, nov. 2003 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637> consultado em dez 2013

BANDEIRINHA, José António, *O SAAL e a arquitectura*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=projsaalJAB> consultado em Fev 2014

BAPTISTA, Luís Santiago, MELÂNEO, Paula, entrevista a Alexandre Alves Costa disponível em <http://www.revarqa.com/content/1/602/alexandre-alves-costa/> consultado em Março 2014

CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, *Arquitextos- Vitruvius*, São Paulo, ano, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Março 2014

ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arqtextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

ESKINAZI, Mara Oliveira, COMAS, Carlos Eduardo, *Niemeyer em Berlim*, Arqtextos 10/11, São Paulo, 2008 disponível em http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_10-11/1_SUMARIO_E_EDITORIAL.pdf, consultado Dezembro 2013

ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau e a requalificação moderna do oitocentista Hansaviertel em Berlim – 1957*, in anais do 7º seminário docomomo, Porto Alegre, Out. 2007, disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/035.pdf> consultado em Nov 2013

TEIXEIRA, Dalila, em entrevista a Alexandre Alves Costa, *Alexandre Alves Costa: As pessoas acreditavam que era possível conquistar a casa*, disponível em Esquerda.net, consultado em Abril, 2014

FIGUEROA, Mário, *Habitação coletiva e a evolução da quadra*, Arqtextos Vitruvius, São Paulo, fev. 2006 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.069/385> consultado em Dezembro 2014

MONTENEGRO, MANUEL, Álvaro Siza e a Cidade como Arquitectura, In PINTO da SILVA, Madalena (coord.), 'EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Actas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design'. Porto, FAUP, 2012. Disponível em <http://www.eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/306.pdf>, consultado em Outubro 2013

www.museumderdinge.org consultado em Fevereiro 2014

<http://www.taz.de/!4568/> consultado em Abr 2014

CONFERÊNCIAS ASSISTIDAS:

CANNATÀ, Michel, FERREIRA, Teresa, GRANDE, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, *Centros Históricos ou Parques Temáticos?*, Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Protecção do Património, Porto, 28 Março 2013

OUTROS:

COSTA Alexandre Alves, GRANDE Nuno, o *Direito à habitação, habitação sem direitos*, informação obtida em Ciclo de Conversas organizado por Sem Quartel/Without Mercy, Porto: Gato Vadio, 21 de Maio de 2014

COSTA, Alexandre Alves, FERNANDEZ, Sérgio, informação oral obtida em entrevista efectuada no Porto em 02 Jun 2014, pela autora da dissertação

Serviço de Apoio Ambulatório Local-região Norte, *Luta urbana e política de habitação. A luta nos Bairros Camarários*, Porto, SAAL

Serviço de Apoio Ambulatório Local-região Norte, *As massas populares venceram uma importante batalha*, Porto, SAAL

Serviço de Apoio Ambulatório Local-região Norte, *A Luta Urbana e Política de Habitação, a luta contra as subalugas*, Porto, SAAL, 1974

LISTAGEM DE IMAGENS:

CAPA:

- 1- https://lh4.ggpht.com/ysEZGmFPEmfxGf5HSq_FAD42RUD2AygGQd7XUEmwVUmZ7jSktNQMKL-4txKvl2KYELV_zeg=s121 consultado em Dez 2013
- 2- fotografia do autor
- 3- <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/quando-os-moradores-tambem-foram-protagonistas-da-arquitectura-1635240> consultado em Maio 2014
- 4- fotografia do autor

SEPARADOR: <http://anarodriguezfischer.blogspot.pt/2012/03/sombreros.html> consultado em

Fig.1- http://todayinsocialsciences.blogspot.pt/2012_01_01_archive.html consultado em Dez 2013

Fig. 2- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:New_harmony_vision.jpg consultado em Dez 2013

Fig.3 <http://timerime.com/es/periodos/2518934/Ciudades+de+la+Edad+Contemporanea/> consultado em Nov 2013

Fig. 4- 188459/media/img139.jpg?t=1384991772 em dez 2013

Fig. 5- <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/89/PlaCerde1859b.jpg/1024px-PlaCerde1859b.jpg> em Dez 2013

Fig.6- HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-Morrow*, London, Faber and Faber, 1970

Fig.7- FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitetura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2008

Fig.8- <http://paleofuture.gizmodo.com/broadacre-city-frank-lloyd-wrights-unbuilt-suburban-ut-1509433082> consultado em Nov 2013

Fig.9- <http://architettura.it/books/2004/200403001/> consultado em Dez 2013

Fig.10- <http://faculty.evansville.edu/ck6/bstud/nlanark.html> consultado em Dez 2013

SEPARADOR: fotografia do autor

Fig.11 http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=5228&sysLanguage=fr-fr&itemPos=56&itemSort=fr-fr_sort_string1%20&itemCount=78&sysParentName=&sysParentId=64 consultado em Set 2014

Fig.12 <http://archinect.com/lian/useless-architectures-interview-with-2013-som-prize-winner-james-leng> consultado em Jan 2014

Fig.13-14 <http://www.archdaily.com/411878/ad-classics-ville-radieuse-le-corbusier/> consultado em Jan 2014

Fig.15 www.cca.qc.ca/en/collection/1210-j-j-p-oud-kiefhoek-housing-estate consultado em Jan 2014

Fig.16 http://www.marxist.com/Europe-old/austrian_uprising.html consultado em Set 2014

Fig.17 <http://www.otto-haesler-stiftung.de/Italienischer-Garten> consultado em Set 2014

Fig.18 <http://www.schwarzaufweiss.de/celle-reisefuehrer/architektour2.htm> consultado em Set 2014

Fig.19 http://www.ffmhist.de/ffm33-45/portal01/portal01.php?ziel=t_jm_hist_1918-1932 consultado em Set 2014

Fig.20-21 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

Fig.22 http://es.wikiarquitectura.com/index.php/Viviendas_Sociales_La_Herradura_%22Hufeisensiedlung%22 consultado em Set 2014

Fig.23 <http://ic.ucsc.edu/~jhfrisk/germ119/Architecture/architekturfuehrer/674.html> consultado em Set 2014

Fig.24 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/02/um-percurso-pelo-weissenhof-siedlung.html> consultado em Março 2014

Fig.25 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim. Diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Arquitextos, São Paulo, ano 11, n. 129.09, Vitruvius, fev. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3746> consultado em Dez 2013

Fig.26 <http://www.fotosimagenes.org/ciam> consultado em Set 2014

Fig.27 <http://noticias.arq.com.mx/Detalles/15067.html> consultado em Set 2014

Fig.28 http://question-speciale-materialisation.blogspot.pt/2009_11_01_archive.html consultado em Set 2014

Fig.29 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

Fig.30-33

http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=5228&sysLanguage=fr-fr&itemPos=56&itemSort=fr-fr_sort_string1%20&itemCount=78&sysParentName=&sysParentId=64 consultado em Set 2014

Fig.34 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

Fig.35 <http://www.iba-see2010.de/de/verstehen/ibameetsiba/interbaustalin.html> consultado em Fev 2014

Fig.36 <http://www.zeithistorische-forschungen.de/site/40208278/default.aspx> consultado em Set 2014

Fig.37 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, Arquitectos- Vitruvius, São Paulo, ano, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Março 2014

Fig.38 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

Fig.39 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, Arquitectos- Vitruvius, São Paulo, ano, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Março 2014

Fig.40-41 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

Fig.42 <http://pittsburghartplaces.org/accounts/view/504> em Set 2014

Fig.43 <http://urbanismouz.blogspot.pt/2012/01/roehampton.html> consultado em Fev 2014

Fig.44 ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

Fig.45 e 46 <http://www.diestadtvonmorgen.de/index.php?id=52> consultado em Jan 2014

Fig.47 <http://www.tagesspiegel.de/berlin/stadtentwicklung-junge-reyer-freiraume-sind-das-kapital-der-stadt/3707706.html> consultado em Jan 2014

Fig.48 http://www.doppeltes-berlin.de/paare/stalinallee_hansaviertel consultado em Jan 2014

Fig.49 http://palladium.de/photos/Le_Corbusier/2 consultado em Set 2014

Fig.50 CABRAL, Cláudia Piantá Costa, *Do Weissenhofsiedlung ao Hansaviertel. A arquitetura moderna e a cidade pensadas desde a habitação*, Arquitectos- Vitruvius, São Paulo, ano, set. 2011, disponível em <http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025> consultado em Março 2014

Fig.51 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

Fig.52 Material produzido pela autora com base numa planta in ESKINAZI, Mara Oliveira, *A Interbau 1957 em Berlim: diferentes formas de habitar na cidade moderna*, Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (propar), Porto Alegre, Agosto 2008

PLANTAS DA CIDADE DE BERLIM: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/stadtmodelle/de/innenstadtplaene/sp/index.shtml#>, consultado em Jul 2014

PLANTA DE ENQUADRAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: (DESENHO DO AUTOR)

1-3 Fotografias do autor

4-13 http://www.buergerverein-hansaviertel-berlin.de/das_hansaviertel/label_architekten/seiten/hauser_ubersicht_0.html consultado em Abr 2014

14- Fotografia do autor

15-19 http://www.buergerverein-hansaviertel-berlin.de/das_hansaviertel/label_architekten/seiten/hauser_ubersicht_0.html consultado em Abr 2014

20. Fotografia do autor

21. http://www.buergerverein-hansaviertel-berlin.de/das_hansaviertel/label_architekten/seiten/hauser_ubersicht_0.html consultado em Abr 2014

22-23 Fotografias do autor

24- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hansa4tel_5a.jpg

25. http://www.buergerverein-hansaviertel-berlin.de/das_hansaviertel/label_architekten/seiten/hauser_ubersicht_0.html consultado em Abr 2014

26. http://de.wikipedia.org/wiki/Kaiser-Friedrich-Gedächtniskirche#mediaviewer/File:Kaiser-Friedrich-Gedächtniskirche_im_Hansaviertel.jpg consultado em Set 2014

27. Fotografia do autor

28. http://www.buergerverein-hansaviertel-berlin.de/das_hansaviertel/label_architekten/seiten/hauser_ubersicht_0.html consultado em Abr 2014

29-32 Fotografias do autor

35-36 http://www.buergerverein-hansaviertel-berlin.de/das_hansaviertel/label_architekten/seiten/hauser_ubersicht_0.html consultado em Abr 2014

39. <https://lh4.ggpht.com/NTYoVv0RwVVcUKroH4EvHwzTWTtkeyRQPuEcIoS6Xf9B1vHYGgi62JP1iIzZFEHnkPp=s170> consultado em Set 2014

40. Fotografia do autor

41. http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kongresshalle_Berlin_2007.JPG consultado em Set 2014

42. Fotografia do autor

Fotografia panorâmica: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/30/Berlin_Hansaviertel_Panorama.jpg consultado em Set 2014

SEPARADOR: Urbanisme, n.67, *Porto: études et réalisations*, Paris, 1960

Fig.53 http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011_11_01_archive.html consultado em Set 2014

Fig.54 <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html>

Fig.55 TOSTÕES, Ana (coord.), *Congresso nacional de arquitectura*, Lisboa: Ordem dos arquitectos, 2008

Fig.56 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/01/os-bairros-sociais-no-porto-iv.html> consultado em Set 2014

Fig.57 http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/04/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos_8660.html consultado em Set 2014

Fig.58 <http://www.revistapunkto.com/2011/08/rua-nossa-senhora-de-fatima-231.html> consultado em Mar 2014

Fig.59- 60 Urbanisme, n.67, *Porto: études et réalisations*, Paris, 1960

Fig.61 PIMENTA, Manuel *As ilhas do Porto : estudo socioeconómico*, Porto. Câmara Municipal do Porto, 2001.

Fig.62-63 Urbanisme, n.67, *Porto: études et réalisations*, Paris, 1960

Fig.64-70 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/04/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos.html> consultado em Set 2014

Fig.71 <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html> consultado em Set 2014

Fig.72-73 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html> consultado em Mar 2014

Fig.74-75 http://infohabitar.blogspot.pt/2008_02_10_archive.html consultado em Set 2014

Fig.76 DOMINGUES, Álvaro, NONELL, Anni Günther e TAVARES, Rui, "Oporto", *Atlas Histórico de Ciudades Europeas. Península Ibérica*. Barcelona, 1994

Fig.77-80 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/04/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos.html> consultado em Set 2014

Fig.81 imagem do espólio de Alexandre Alves Costa

Fig.82 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/04/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos.html> consultado em Set 2014

Fig.83-84 Urbanisme, n.67, *Porto: études et réalisations*, Paris, 1960

Fig.85 imagem do espólio de Alexandre Alves Costa

Fig.86 <http://www.origens.pt/explorar/doc.php?id=8726> consultado em Set 2014

Fig.87 Urbanisme, n.67, *Porto: études et réalisations*, Paris, 1960

Fig.88 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html> consultado em Set 2014

Fig.89 imagem do espólio de Alexandre Alves Costa

Fig.90-97 Urbanisme, n.67, *Porto: études et réalisations*, Paris, 1960

Fig.98 <http://cidadaniaix.blogspot.pt/2011/05/alvalade-sabemos-apreciar-reconhecer.html> consultado em Set 2014

Fig.99 Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966.

Fig.100 Urbanização, volume 2, número 3, Lisboa, Dez 1967, pag 167-256

Fig.101-103 Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos: 1956-1966*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1966.

PLANTA DA CIDADE DO PORTO: (fonte: Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura do Porto)

MAPEAMENTO FOTOGRÁFICO DOS BAIROS DO PLANO DE MELHORAMENTO:

Fotos tiradas pela autora

SEPARADOR: <http://www.documentary.org/magazine/st-louis-blues-pruitt-igoe-myth-chronicles-failure-urban-renewal> consultado em Set 2014

Fig.104 <http://www.architectural-review.com/essays/alison-smithson-and-peter-smithson/8625631.article> consultado em Mai 2014

Fig.105 <http://www.museumoflondonprints.com/image/658964/nigel-henderson-street-party-for-the-coronation-of-queen-elizabeth-11-1953> consultado em Set 2014

Fig.106 <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/11/14/team-x/> consultado em Set 2014

Fig.107 <http://www.grids-blog.com/wordpress/plan-of-the-month-smithsons-golden-lane-project-1952/> consultado em Set 2014

Fig.108 <http://socioarchi.wordpress.com/page/19/> consultado em Set 2014

Fig.109 <http://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/64761> consultado em Abr 2014

Fig.110 <http://www.documentary.org/magazine/st-louis-blues-pruitt-igoe-myth-chronicles-failure-urban-renewal> consultado em Set 2014

Fig.111 <http://www.bonjourparis.com/story/forbidden-forbid-may-68-france-part-2/> consultado em Abr 2014

Fig.112 <http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2011/AccessToTools/> consultado em Abr 2014

SEPARADOR: <http://abril-de-novo.blogspot.pt/2014/05/1-de-maio-de-1974-uma-jornada.html> consultado em Mai2014

Fig.113 <http://www.publico.pt/multimedia/fotogaleria/os-arquitectos-as-voltas-com-a-fotografia-318478#0> consultado em Mai 2014

Fig.114 <http://architecturextoday.blogspot.pt/2013/01/from-superficial-estado-novo-to.html> consultado em Set 2014

Fig.115 <http://infohabitar.blogspot.pt/2010/06/habitacao-em-lisboa-memoria-do-gth-50.html> consultado em Set 2014

Fig.116 http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plano_Olivais_Sul_Jos%C3%A9_Rafael_Botelho_1961.jpg consultado em Set 2014

Fig.117 https://lh3.ggpht.com/jJUdz5ANJyuL6IomooGaxGx_D9nQrevmKtYmfaJo5J06EbfC3DxIHtoHaEwEK01fRN83Juk=s85 consultado em Set 2014

Fig.118 <http://rccs.revues.org/4166?lang=en> consultado em Set 2014

Fig.119 http://noticias.sapo.pt/nacional/artigo/bairro-do-aleixo-ja-esta-a-ser-d_1664.html, consultado em Set 2014

Fig.120-121 imagem do espólio de Alexandre Alves Costa

Fig.122 <http://rccs.revues.org/1816> consultado em Mai 2014

Fig.123 <http://www.rtp.pt/arquivo/?headline=14&visual=5&tm=34> consultado em Mai 2014

Fig.124 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=FotosAAlvesCosta> consultado em Mai 2014

Fig.125 http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html, consultado em Set 2014

Fig.126 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=FotosAAlvesCosta> consultado em Mai 2014

Fig.127 <http://jacintorodrigues.blogspot.pt/p/ecologia-urbana.html> consultado em Mai 2014

Fig.128 material levantado pela autora

Fig.129 Urbanização, volume 2, número 3, Lisboa, Dez 1967, pag 167-256

Fig.130 <http://www.publico.pt/25abril> em Mai 2014

Fig.131 material levantado pela autora

Fig.132-133

Fig.134 <http://schatkamer.nai.nl/en/projects/woningen-en-interieur-weissenhofsiedlung>, consultado em Set 2014

Fig.135-137 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=24&album=FotosAAlvesCosta>

Fig.138 http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Schedule.aspx?id=3a297ae8-603d-4a0a-aeed-5f5793044ffb consultado em Mai 2014

Fig.139 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=24&album=FotosAAlvesCosta> consultado em Mai 2014 e <http://www.arquitectos.pt/?no=2020494086,154> consultado em Set 2014

PLANTA DA CIDADE PORTO: (fonte: Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura do Porto)

MAPEAMENTO FOTOGRÁFICO DAS OPERAÇÕES SAAL: fotos tiradas pela autora

SEPARADOR: foto tirada pela autora

Fig.140-147 BODENSCHATZ, Harald, *Berlin Urban Design. A Brief History of a European City*, Berlim, DOM Publishers, 2013

Fig.148 esquema elaborado pela autora

Fig.149-152 <http://f-iba.de> consultado em Set 2014

Fig.153 <http://www.fontecedro.it/blog/category/all/77>

Fig.154 http://rudernow.blogspot.pt/2009_09_01_archive.html

PLANTA DA CIDADE DE BERLIM: http://www.archdaily.com/535628/free-cad-files-of-241-major-world-cities/?fb_action_ids=10204488298866548&fb_action_types=og.likes consultado em Jun 2014

MAPEAMENTO FOTOGRÁFICO DAS OBRAS DA IBA:

1. <http://f-iba.de/fotos-block-189-192-rauchstr-drakestr-thomas-dehler-str-stuelerstr-corneliusstr/> consultado em Jul 2014

2. <http://f-iba.de/wohnbauung-am-westrand-des-luetzowplatzes/> consultado em Jul 2014

3. <http://www.todaroarchitect.com/inputoutput/wp-content/uploads/2013/12/Berlino-Vittorio-Gregotti-Stadhäuser+Torhäuser-ander-Lützowstraße-©-Todaro-Architect1.jpg> consultado em Set 2014

4. <http://f-iba.de/wohnbauung-am-westrand-des-luetzowplatzes/> consultado em Jul 2014

5. <http://f-iba.de/fotos-block-4-10-5-kochstr-rudi-dutschke-str-zimmerstr-friedrichstr-charlottenstr-wilhelmstr/> consultado em Set 2014

6. <http://f-iba.de/wohn-und-geschaefthaus-mit-mauer-museum-haus-am-checkpoint-charlie/> em Set 2014

7. https://c2.staticflickr.com/4/3044/4559951985_5e6257e276_z.jpg em Set 2014

8. <http://f-iba.de/wohnhof-lima/> consultado em Set 2014

9. BE, Sicherung des Baukulturerbes der IBA '87 in der südlichen Friedrichstadt Anlagenband Projektbeispiele disponível em: <http://www.stadtentwicklung.berl> consultado em Set 2014

10. <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:NKZamKotti.JPG>

11. BE, Sicherung des Baukulturerbes der IBA '87 in der südlichen Friedrichstadt Anlagenband Projektbeispiele disponível em: http://www.stadtentwicklung.berlin.de/staedtebau/baukultur/iba/download/IBA87_Endbericht_Anlageband.pdf consultado em Jul 2014

12. http://de.wikipedia.org/wiki/Görlitzer_Park#mediaviewer/File:Berlin-kreuzberg_goerlitzer-park_20050923_527.jpg consultado em Set 2014

13. <http://f-iba.de/wohnanlage-am-mendelssohn-bartholdy-park-block-7/> consultado em Set 2014

14. <http://f-iba.de/selbstbauterrassen-wohnturm/> consultado em Set 2014

15. <http://f-iba.de/fotos-block-608-14-19-9-hallesche-str-schoeneberger-str-askanischer-platz-stresemannstr-wilhelmstr-anhalter-str/>

16. <http://f-iba.de/fotos-block-4-10-5-kochstr-rudi-dutschke-str-zimmerstr-friedrichstr-charlottenstr-wilhelmstr/>

17. Foto do Autor

18. http://friendsofsdarch.photoshelter.com/image/I0000L_iRZ2UX9V0 em Set 2014

19. <http://f-iba.de/fotos-block-20-606-11-friedrichstr-besselstr-lindenstr-wilhelmstr-charlottenstr-eta-hoffmann-promenade/> consultado em Set 2014

20. <http://f-iba.de/wohnbauung-mit-atelierturm-john-hejduk/> consultado em Set 2014

21. <http://f-iba.de/fotos-block-4-10-5-kochstr-rudi-dutschke-str-zimmerstr-friedrichstr-charlottenstr-wilhelmstr/>

22. <http://f-iba.de/fotos-block-4-10-5-kochstr-rudi-dutschke-str-zimmerstr-friedrichstr-charlottenstr-wilhelmstr/> consultado em Set 2014

23. http://friendsofsdarch.photoshelter.com/image/I0000L_iRZ2UX9V0 em Set 2014

CONCLUSÃO:

Fig.155 <http://www.tu-berlin.de/?id=124565> consultado em Ago 2014

Fig.156 Foto tirada pela autora

ANEXOS

Entrevista a: José António Bandeirinha

1. Aquando da leitura da dissertação “O Processo SAAL” descreve todo o percurso como se o assistisse. Neste sentido, o que entende que antecedeu, originou este processo? os anseios das populações? A luta pelo direito à habitação, à cidade?

J.A.B: Sim, foi a luta pelo direito a habitação, não tenho dúvidas nenhuma, e a explosão mediática que essa luta teve com as liberdades, como a liberdade de expressão que surgiu no 25 de Abril. E realmente assisti a isso. Agora espero que a escrita não seja só essa assistência; eu queria contribuir para uma percepção mais real do que aconteceu. De facto, foi ânsia pelo direito à cidade, foi a ânsia pelo direito à habitação, as duas coisas estavam juntas, embora conscientemente a questão da habitação fosse mais premente. Havia carências gravíssimas! Mais de metade da população não tinha condições de habitação, mais de metade!

2. Enquadrando a acção do SAAL no contexto histórico e político da cidade: Como vê o papel deste novo órgão na resolução da questão habitacional na época? Como vê o papel do Estado?

J.A.B: O Estado, em 1974, é um Estado em transição; portanto, é um Estado que se está a transformar, por dentro, por fora, por todos os lados! Por dentro, queria destacar o papel de algumas pessoas, que já estavam no Estado, porque nem todos os trabalhadores públicos, à data do 25 de Abril, eram solidários, ideológica e politicamente, com o regime do Estado Novo.

Muitos trabalhadores do Estado, sobretudo nas áreas técnicas, nas áreas científicas, tinham uma posição muito crítica em relação à ideologia que estava subjacente ao Governo, e portanto, trabalhavam por dentro, adequando dentro do possível. Era um trabalho de formiga, um trabalho muito complicado, mas heróico ao mesmo tempo, de transformação das instituições. E havia muita gente até que fazia disso uma espécie de iluminação para práticas políticas coerentes e concertadas.

Uma dessas pessoas é obviamente o arquitecto Nuno Portas – não estou a dizer segredo nenhum –, que sempre teve essa posição de transformar as instituições por dentro e de contribuir, num determinado momento do percurso, para a sua transformação. Ou seja, o Nuno Portas sempre foi uma pessoa que acreditou nas reformas, não sendo um reformista por definição canónica. Trata-se de uma pessoa que acreditou profundamente no poder das reformas internas – pequenas, grandes, médias – todas elas lhe serviam para transformar a sociedade. De certa maneira, até era uma pessoa que não tinha grande confiança nas instituições, e isso era bom, porque punha-as em causa permanentemente, e acreditava que elas pudessem sempre melhorar. Esses técnicos estavam naquela altura a tentar transformar as instituições; portanto, havia em todas as instituições do Estado uma luta intrínseca, que durou 2, 3 anos, para que a transformação se verificasse.

Nenhuma transformação social se dá quando uma pessoa chega ao poder, instala-se no Quartel do Carmo, manda o Presidente da República e o Presidente do Conselho para o Brasil e diz assim: “agora já está tudo bem”. Não é assim! Há um movimento, um grande processo! Ainda hoje, sentimos o

peso de um Estado que durou 48 anos e que, passados outros 40, ainda tem algumas raízes; são coisas que ficam enraizadas na cultura geracional das pessoas. Por isso, nessa altura esse Estado estava em ebulição, estava em transformação ...

... estava instável?

Sim, estava instável, estava em transformação, e tudo era possível, desde o melhor ao pior, podia haver uma guerra que, de resto, esteve eminente! Portanto podia haver de tudo! Podia acontecer tudo! E isso fazia com que as instituições fossem aquilo que as pessoas mais activas quisessem, dentro de uns certos limites da liberdade...

3. Como considera os seus resultados, enquanto motivação ou lição para práticas subsequentes? (em Portugal e no exterior). Como referiu ainda se nota no Governo....

J.A.B: Nalgumas instituições, nem é só no Governo, até na Universidade, nota-se ainda algum peso de 48 anos de ditadura. Eu tenho dito algumas coisas sobre isso e até escrito ultimamente. O SAAL, em primeiro lugar, era um processo muito aberto, um despacho,...uma folha A4! Tinha uma coisa escrita, assinada, que definia os princípios básicos, e era assinada por 2 Ministros; portanto era um Despacho conjunto do Ministro da Habitação e Equipamento Social e do Ministro da Administração Interna.

Deixava, portanto, muitas coisas em aberto, e o Nuno Portas é o grande responsável por essa abertura. Nós devemos desconfiar sempre das coisas que estão extremamente legisladas, que definem tudo, tudo, tudo...

Porque uma medida política que pretende atingir princípios francos e abertos, diz esses princípios e depois legisla-os na medida do possível.

O que é a legislação? É a forma de evitar ou a fórmula, se quiser, de evitar as divergências, de evitar aquelas pessoas que contornam tudo, e que passam a vida a tentar furar os buracos da lei, “falta aqui uma vírgula, falta aqui...”, nós sabemos disso, ... continua a ser assim...

...e o Despacho do SAAL foi muitas vezes posto em causa...

Foi muitas vezes posto em causa, e até muita gente defendia que ele devia ser mais legislado. As populações diziam: “então quando é que sai o Decreto? Então como é que é isto? Vocês não fazem um Decreto? Vamos lá fazer um Decreto para nos proteger, porque isto é muito bom para nós, mas qualquer dia acabam com isto, pois “isto” é apenas um Despacho.

Costuma dizer-se: “preso por ter cão e preso por não ter” e foi o que aconteceu um pouco ao SAAL. Sendo muito aberto, a sua vantagem era poder adaptar-se às circunstâncias de cada bairro – o Portas sabia disso, melhor do que ninguém!

Não há semelhança nenhuma entre o bairro de S. Vítor, no Porto, e um bairro de barracas em Oeiras, ou o bairro de pescadores da Meia-Praia no Algarve. São coisas muito diferentes, contingências muito diferentes, com origens sociais muito diferentes. Tinham uma única coisa em comum: uma habita-

ção degradada, e uma possibilidade de cidadania, pelo direito à cidade.

E portanto, o SAAL permitiu resolver esses problemas todos. De S. Vítor, aos bairros de Oeiras, do Seixal, de Setúbal, do Algarve, etc. Essa abertura é uma das medidas que eu destacava para a contemporaneidade, agora para responder à pergunta...

Outra era a questão, que também foi muito bem regulada, de evitar a saída dos locais onde as populações estavam. No Porto foi muito importante, foi importantíssimo! Noutros locais menos. Realmente, havia sítios que ninguém queria. As pessoas iam para lá porque ninguém mais os queria! Sítios dentro da cidade mas fora de tudo...

... e a questão do custo dos terrenos...

Exactamente. As encostas a norte, ou aquelas em que se tinha que dar voltas e mais voltas para chegar a um ponto de acesso aos transportes públicos. O despacho de qualquer modo salvaguardava também essa possibilidade, porque dizia: “salvo em situações em que seja manifestamente visível que é preciso mudar para algum sítio”; mas mesmo aí, mudar para o mais perto possível, para o mais acessível possível. E em terceiro lugar, mas não menos importante, eu destacaria uma coisa que se chama vulgarmente de “organização social da procura”, algo extremamente importante. Umhas tiveram êxito, outras tiveram menos êxito, outras foram um fracasso total, outras nunca chegaram a acontecer porque houve sempre problemas e problemas. Nem tudo foram coisas boas, mas não houve nenhuma operação SAAL que tivesse começado sem a vontade dos moradores, e é a isso que se chama de “organização social da procura”. Isso é uma lição muito importante para a contemporaneidade, ou seja, os moradores tinham que fazer uma Assembleia, entre todos. Repare, não era um condomínio de luxo, que se sentam todos a uma mesa e dizem “eu quero isto, eu quero aquilo...”. Era gente que estava habituada a safar-se sozinha, não estava habituada a decidir em conjunto, a ter que tomar decisões com pessoas que nem sequer conheciam, que não eram da sua família, da sua etnia, nem mesmo do seu quadro social. Portanto era complicado.

Depois nessas assembleias duras, grossas, fortes, era preciso escolher alguém que os representasse, o que também não era fácil, “é aquele porque não sou eu, é o outro e não é aquele porque tem mais piada que este”, tudo em voto, portanto guerras, lutas, conflitos, etc. E depois era preciso buscar gente que os apoiasse e que lhes escrevesse uns estatutos, para registarem os estatutos, era preciso irem a um notário. Isto dava... para gente que eram vendedores ambulantes, na melhor das hipóteses, ou que eram pescadores que viviam na areia e iam ao mar e vinham. Até menos que operários às vezes, “lumpen”, vendedores de rua, ambulantes, sazonais. Aqueles a que hoje se chama de “precários”, mas mais precários ainda, porque nem tinham integração social. Hoje os precários, apesar de tudo, às vezes têm uma família, já andaram a estudar. Estes eram do estrato mais “desqualificado” da sociedade. E precisavam de fazer isto tudo. As pessoas politicamente empenhadas, os militantes políticos, os partidos diziam “isto é uma porcária, obrigam os desgraçados a fazer isto tudo. Porque é que têm de constituir uma associação?”. Eu na altura, confesso, eu também era assim. “Porque é que obrigam os desgraçados a fazer isto tudo pá... o que é que eles sabem de estatutos?”, demoram meses, a ir para o notário, a registar, a fazer uma assembleia.

Mas hoje eu acho, passado este tempo, que esse trabalho todo os ajudava, por um lado a enquadrar-se; por outro lado, juntava-os nas assembleias, com outros. E todo este problema criava neles a ânsia de ter uma casa e, essa ânsia de ter uma casa, foi fundamental para todo o processo. Hoje em dia, sabe o que é que se faz? Há zonas do país, agora nem tanto, mas ainda há zonas do país onde se vê uma pessoa a dormir na rua. Ninguém sequer lhe pergunta se ele quer ir para um apartamento.

Só se pega nele porquê? Porque naquela altura, a intenção política era que as populações criassem essa ânsia e, ao passo que hoje, a questão política é não podermos, como gente civilizada e cidadã europeia etc., ver outros a dormir na rua.

Mas não se pergunta se ele quer dormir na rua, parte-se do princípio que ele está ali mal, então toca a pô-lo numa casa. “Eu não tenho nada a ver com isso, ele já está numa casa, nós até temos casas para dar a essas pessoas”. E isso é completamente diferente. É fazer com que a comunidade se assuma como tal e queira dar uma ambição comum – a casa. Isso é que é cidade!

Hoje diz-se: “tu estás mal, vais para uma casa!” – essa pessoa nunca mais vai ser integrada na cidade. Ao passo que os outros, ao fazerem as assembleias, ao juntarem, aos estatutos, ao irem ao FFH dizer “queremos uma equipa, queremos arquitectos, queremos gente lá a trabalhar”, estavam-se a integrar na sociedade e estavam a fazer coisas que eles queriam, porque eles é que decidiram aquilo, houve muitos que decidiram em assembleia “não queremos nada”. Essa organização social da procura foi fundamental.

4. O golpe militar de 1974 marcou uma mudança no campo de acção do Arquitecto, direccionando-a, a partir de então, para a habitação popular das classes mais desfavorecidas. Tendo em consideração que a actuação deste processo no Porto, ao contrário de Lisboa, implicou uma intervenção no centro da cidade, o que considera determinante nessa experiência?

J.A.B: Acho que foi determinante. Em primeiro lugar, o facto de em Lisboa não ser no centro, e no Porto ter sido no centro, foi também por causa da estrutura da própria cidade. Ou seja, na estrutura da habitação degradada central em Lisboa era muito difícil coadunar uma ideia de bairro, porque era muito espalhada e porque que não havia esse carácter comunitário e gregário que tinham, por exemplo, as “ilhas”. Uma ilha tem uma porta, e as pessoas que moram da ilha para dentro são aquelas. E isso faz com que seja mais difícil criar uma dimensão gregária nos habitantes do centro de Lisboa que viviam em condições precárias. O que não quer dizer que em Lisboa não houvesse condições precárias. Havia. Mas eram partes de casa, colmeias onde vivia muita gente, muito degradadas, mas que não tinham esse efeito circunscrito duma ilha. E aí não foi por falta de discernimento das pessoas ou porque em Lisboa não querem saber, e no Porto serem muitos unidos... Foi mesmo essa circunstância de estrutura urbana. No Porto, para além do mais acresce uma outra circunstância fortíssima, e uma vez que a sua dissertação é também sobre o Plano de Melhoramentos, que antecede o Plano do Auzelle, alguns desses bairros já sido construídos à custa da gentrificação das ilhas centrais, das ilhas que eram periferia do século XIX, e que estavam agora perfeitamente integradas no centro. O Plano do Auzelle, curiosamente, tinha como princípio fundador a reabilitação do centro por gentrificação, ou seja, fazer sair essa gente toda para ali fazer um centro...

... a terciarização do centro?

Não só a terciarização. A habitação com qualidade que não aquela. Portanto, “limpar” as ilhas, e fazer edifícios modernos. E esses moradores eram profundamente urbanos, esses moradores do centro, das ilhas, sob o ponto de vista sociológico, era gente que vivia ali o quotidiano, estava integrado na cidade, bastava sair da porta da ilha... e muita pouca gente sabia se era ilha ou se não era, e vivia daquele negócio pequeno, do pequeno trabalho, do expediente nos centros das cidades!...

Agora os centros estão vazios. E quando foram para os bairros camarários, estes eram ainda mais periferia que o que são hoje, qualquer um deles... E então, houve gente que morria de tédio, de tédio literalmente, porque os transportes públicos eram escassos, estavam habituados àquele burburinho, aquele buliço do centro e iam para uma pasmaceira no meio do campo com os prédios, que por muito bonitos que fossem... que não eram, não lhes resolviam nada.

Acresce que o regulamento dos bairros camarários era um regulamento absolutamente tiranizado. E nós devemos o conhecimento desse regulamento ao trabalho do Alexandre Alves Costa, porque ele estava na Câmara do Porto e teve acesso a ele; senão nunca saberíamos o que era aquela tirania que estava subjacente à habitação dos bairros camarários.

Para já havia um fiscal, havia um dos moradores que por uma pequena soma de dinheiro se dispunha a fazer esses relatórios, sobre coisas absolutamente inofensivas, que faziam com que as pessoas perdessem literalmente a casa. Pela posse de um animal doméstico, um cão ou um gato, podia perder-se a casa, para já não falar de outras coisas, que sob o ponto de vista moral eram absolutamente intrusivas da privacidade das pessoas, porque diziam quem é que entrava, quem é que saía, “recebeu fulano, recebeu sicrano. O irmão do cunhado vai lá todas as noites” etc. As pessoas viviam de acordo com uma vigilância atroz. Se utilizavam bem a casa, se não utilizavam bem a casa, se utilizavam ou não a cozinha para lavar a roupa.

Esses moradores, portanto, calejados e cauterizados pelo regulamento, foram importantíssimos, uma vez que se criou uma unidade entre os moradores pobres do Porto. Para além de haver laços familiares, as pessoas juntavam-se nas grandes manifestações pela luta pela habitação. Isso foi fundamental para a defesa da vontade de viver no centro da cidade.

Obviamente que também temos que dar crédito à posição dos arquitectos. Em Lisboa houve uma espécie de distribuição de trabalho, sentaram-se à volta de uma mesa, e decidiram: tu ficas com o bairro tal, tu ficas com bairro tal, tu ficas com o bairro tal. Depois aparecia lá um e dizia “eu também quero trabalhar no SAAL”, então há aqui um bairro em Oeiras, um bairro no Seixal, outro em Setúbal... No Algarve foram os próprios arquitectos que foram ter com o FFH e depois juntaram-se com as populações.

No Porto foi tudo muito centrado no trabalho que os estudantes da Escola tinham vindo a fazer desde o final dos anos 60. Aquela realidade não era desconhecida do ambiente escolar e académico da Escola Superior de Belas Artes do Porto; era uma realidade intrinsecamente conhecida, e portanto, quando os moradores começam a ansiar pelas novas habitações, os estudantes - hoje todos arquitectos - já o sabiam. E foram os estudantes que levaram essa preocupação para a Escola, e conseguiram sempre que a Escola coor-

denasse o trabalho, através do Alexandre Alves Costa, da Margarida Coelho e do Mário Brochado Coelho que, não sendo arquitecto, era o que dava a cobertura jurídica a todas aquelas coisas.

Esse funcionamento da estrutura de coordenação muito próprio, muito próxima da Escola, criou um ambiente de discussão permanente, como se aquilo se tratasse de um atelier único. Não era só porque se trabalhava no escritório do Siza ou do Soutinho. Para além da amizade que havia entre os professores que estavam com as operações, havia estudantes que trabalhavam com eles mas eram amigos comuns de todos, e aquilo funcionava. E depois havia o Alexandre Alves Costa, e a Margarida Coelho que coordenavam todos os projectos, e que nunca avançavam para um sem fazer reuniões de estratégia comum, algo relativamente fácil, porque as pessoas eram amigas e juntavam-se. Tudo isso conferiu ali uma dinâmica de estratégia muito forte. Quer dizer, era impensável que no Porto, alguém tivesse uma atitude numa ilha: “eu vou aqui recuperar uma ilha” e na ilha ao lado não, porque “eu sou outro arquitecto e quero fazer uma coisa diferente”... Havia ali uma estratégia comum, e isso foi muito bom! Em Lisboa, pouca gente se reuniu,...reuniram-se algumas vezes mas havia uma grande distância entre as pessoas. Ambicionavam uma grande autonomia.

5. Na sua perspectiva, o que provocou a extinção do SAAL? Interesses ordem política? Disputas partidárias?

J.A.B: Não... foi uma questão económica. Estavam projectadas uma brutalidade de fogos: 4 mil e 500 casas, quase o dobro do que se construiu, que já foi muito. Só 13% do terreno, é que estava disponível. Portanto, era necessário, mesmo para as operações do Porto, expropriar ainda 87% do terreno necessário. A actividade imobiliária em Portugal, diz-se que estava parada. Na verdade, estava um bocado como hoje. Os investidores estavam receosos, não queriam arriscar, o grande capital financeiro estava a arranjar maneira de enviar o capital todo para fora, o dinheiro estava a ir todo para a Suíça, para o Brasil. As pessoas estavam com medo de virem sistemas que pudessem, de alguma maneira, mexer com os seus aforros, etc. Acresce que Portugal, não tinha tido um desenvolvimento científico e industrial como no resto da Europa. E sobretudo, a indústria estava permanentemente adiada, à espera de outras oportunidades.

Tinha havido, assim, uns fogachos durante os anos 60, de expansão comercial, um início de uma revolução energética, com a construção das barragens, etc. Mas de qualquer forma, havia, pairava sempre, a ideia, que era a que estava no cerne da ideologia do regime mais antigo, do início da guerra, e mesmo logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, que era de um país rural, que vivia da subsistência e do aforro, devido à geração de riqueza sem grandes despesas, sem grandes gastos. A contenção dos preços agrícolas, por exemplo, que era o maior ponto estratégico dessa política económica, fazia com que as pessoas... ou que a fome, que a havia, fosse muito limitada, porque, aliás, era proverbial o pão não podia subir mais do que um tostão, o vinho também não subia, portanto, tudo que era produto agrícola estava contido. O que mantinha as populações rurais na miséria, mas com alguma capacidade de subsistência. Pelo menos à fome pura não morriam, mas havia fome, havia circunstâncias, sobretudo no Alentejo, havia fome e forte. Mas, no meio desta impossibilidade de desenvolvimento industrial e eco-

nómico, o grande negócio da banca era o imobiliário, o imobiliário todo, o ciclo do imobiliário – a construção civil, a venda de terrenos – era todo o sistema de acumulação de capital e de distribuição de custos até chegar à casa. O problema é que o mercado que tinha acesso a esse bem, era limitado, era uma classe média pequena, que lá ia aforrando, aforrando até comprar uma casa. Mas a grande maioria da população não tinha acesso a esse mercado, e portanto, havia sempre a esperança, por parte dos investidores portugueses que esse mercado se desenvolvesse.

Para que esse mercado se desenvolvesse não podíamos expropriar 87% dos terrenos necessários para a construção de 4 mil e 500 casas. Isso esteve muito presente no fim do SAAL, não é uma decisão só política. É uma decisão política, mas também influenciada pela banca.

6. Em que medida considera o processo SAAL como uma crítica à cidade funcionalista, mais concretamente aos bairros económicos derivados do Plano de Melhoramentos (1955-65)?

J.A.B: eu acho que não é bem uma crítica ao funcionalismo, é uma retoma da ideia de cidade, que tinha vindo a ser enunciada, desde o período entre as duas guerras, desde os anos 20, nas cidades do Norte da Europa, de gestão francamente progressista e socialista, as cidades da Alemanha, da Holanda, da Áustria, sobretudo de Viena, e que pressupunha a reabilitação da estrutura da cidade. Essa revolução reabilitadora era feita a partir da habitação operária. Isso conseguiu-se e deu bons resultados nalgumas dessas cidades, particularmente em Viena, por exemplo. E portanto, os arquitectos do Porto estavam conscientes, se quiser, da necessidade de radicalizar o conceito de “cidade nova” e isso, no fundo, é também uma crítica ao Movimento Moderno.

...referia-me também ao facto da possibilidade da prática de uma certa discriminação funcional. Quando é referido na Carta de Atenas “a cada um corresponde uma função, e a cada função um lugar”...

Eu acho que é mais do que isso! O zonamento era uma consequência do Movimento Moderno, da Carta de Atenas em particular, mas em todo o Movimento Moderno acreditava-se que uma sociedade nova iria nascer a partir de uma estrutura que não tinha nada a ver com a estrutura da cidade antiga. Isso era tudo para arrasar! Isso não dependia do existente! Mesmo a arquitectura não dependia do existente! Dependia da construção de uma ideia nova, de um mundo novo. Ao passo que, um determinado trabalho, urbano e arquitectónico de uma outra via, vem tentando adequar a cidade puxando aquilo que ela tem de interessante, mesmo para a construção de ideias novas. E é essa via que chega até ao SAAL do Porto e que depois é emblemática. Simultaneamente, não é uma coisa que tivesse começado com a *tendenza* italiana e que depois tivesse passado para o Porto! é mais ou menos um trabalho em simultâneo, que depois é caracterizado, com força, pela Escola de Veneza, pela *tendenza*, pelo Rossi que estava em Milão, etc., que é esse trabalho sobre a possibilidade da cidade existente ter um papel numa sociedade futura, que é o papel da habitação ser central e ser operária.

7. Em que medida o SAAL-Norte antecipa o debate sobre a intervenção histórica que se verifica, por exemplo no IBA Berlim a partir de

1984, uma década depois, no qual Siza faz a ponte entre ambos.

J.A.B: eu acho que não é o SAAL. O Siza é chamado a propósito do SAAL, disso não há dúvidas. Portugal e a cultura portuguesa, não só a arquitectura estavam no centro das atenções da Europa. Creio que seja difícil para a vossa geração imaginar isso, mas nós podíamos percorrer a Europa toda e não havia televisão nenhuma, banca de jornais, etc., que não tivesse na primeira página, que não abrisse o noticiário com Portugal. E o país enchia-se de gente com curiosidade, mais mórbida ou mais intelectual. Chegavam todos os dias para perceber o que é que era esta sociedade.

... motivados pela mediatização da acção do SAAL ?

Não apenas, mas por tudo, pela transformação política, etc. O SAAL era uma consequência disso. Um país que estava esquecido. Ninguém se referia a Portugal até que houve a “saída do beco”. Ou se vai para ao mar ou não se vai para lado nenhum, nós estamos na ponta. E portanto, desse esquecimento, desse ostracismo, ficamos no centro das atenções. A arquitectura também! E as grandes revistas de arquitectura da Europa, começam a falar, a fazer números especiais, dossiers, sobre o SAAL. E o Siza é conhecido, e é divulgado.

O Siza já era conhecido, pelo meio da arquitectura, então muito forte mas também um pouquinho elitista; não era conhecido como ocorreu com a divulgação do SAAL, era conhecido em Barcelona, era conhecido em parte nos EUA, tinham-lhe um respeito muito grande... mas lá está, pertencia a um núcleo de um país do qual ninguém falava. E de repente, vamos ver o que é que Portugal tem como música, vamos ver o que é que ele tem como poesia, vamos ver o que é que ele tem como arquitectura! Foram ver e era o que nós tínhamos. E então quando Berlim, quando Haia quer fazer determinados tipos de reabilitação vai buscar o Siza, porque percebem o que é que o Siza fez no Porto, a minúcia daquele trabalho, de S. Vítor e até da Bouça, mas até mais em S. Vítor, se tivesse sido levado até às últimas consequências, algo que não foi! Foi interrompido logo no princípio, como se sabe.

Não me parece que tenha sido a dimensão urbana do Porto, que tenha levado ao estudo de uma estratégia para a dimensão urbana de Berlim. Eu explico já porquê. Não é porque ela não fosse possível! Era. Mas ela nunca foi divulgada como tal. Houve alguns artigos, mas aquela estratégia, esta estratégia, que ainda hoje é uma estratégia possível de intervenção na cidade, teve muitos nomes. Existe há muito tempo, eu próprio e outros, como sabe, e o Nuno já lhe deve ter dito, trabalhamos nessa coisa; vem, não como uma teoria aplicável, como no Movimento Moderno, não é uma Carta, não é a Carta de Veneza, ou a de Atenas, ou de Cracóvia, etc. É antes um trabalho como se fosse uma trabalho de arquitectura. Quando se está a fazer um projecto, para um amigo ou uma amiga, que tem uma casa na praia, faz o seu projecto, é o seu primeiro projecto, aplica tudo o que sabe, vais buscar as relações, todas aquelas mais claras, mais físicas, mais meteorológicas, outras mais poéticas, o que quer que seja. E depois vem outro senhor completamente diferente, que nem sequer conhece, que ouviu falar em si, e vem pedir-lhe outro projecto; não vai buscar aquelas coisas, vai buscar outras. Portanto, a intervenção na cidade também é assim. As cidades são diferentes, as pessoas são diferentes, as coisas são diferentes, e faz-se cidade como se faz arquitectura! É essa a grande lição do Rossi etc. E portanto, não se pode estar a dizer: estas

são as cidades que vêm depois da SAAL do Porto.

Hoje é preciso dizer: a cidade vai ser reabilitada pelos arquitectos. Antes não era assim tão claro! A cidade era entregue a uns especialistas, a uns urbanistas, da grande escala. Em Berlim trabalham arquitectos, mas não é possível dizer que Berlim tenha tido alguma influência do SAAL ou do Porto no seu conjunto.

8. Como vê o papel de Álvaro Siza, na difusão de um dos momentos mais importantes da cultura arquitectónica portuguesa, na perspectiva de conciliação da participação dos utentes, da autoconstrução e a especificidade do lugar?

J.A.B: Isso é uma pergunta complicada! Há uma coisa que é absolutamente necessário reter sobre todos estes processos. Ao longo dos anos da crítica ao Movimento Moderno, falou-se do fim do paradigma, do fim da ideia de uma modernidade tão forte que colocava uma espécie de um manual de boas práticas em todos os domínios da actividade humana. Isso ocorreu também na arquitectura, esse manual de boas práticas da arquitectura eram modelos arquitectónicos, como sempre foram os modelos arquitectónicos, e esses modelos não têm tempo. Eu posso ser influenciado pela Vila Adriana do Tivoli, e a Marina pode ser influenciada por uma coisa dos Big que viu na Holanda a semana passada, acabada de construir. Não é o tempo que marca essa influência.

Havia no Movimento Moderno, alguns modelos, alguns mestres, suficientemente divulgados – o Corbusier era um especialista na sua própria divulgação, mas temos também o Frank Lloyd Wright, o Mies, o Gropius, o Aalto – que depois foram postos em causa, pelas estruturas da educação, do ensino da arquitectura. Isto é muito importante, particularmente para a minha geração, na qual se cria uma espécie de vazio, acabado o Movimento Moderno. A ideia da existência, ou da subsistência de uma arquitectura com A maiúsculo, perante a lista infinda de acusações que pendiam sobre o Movimento Moderno, fez com que as pessoas deixassem de acreditar nessa Arquitectura. As perversões na arquitectura e na cidade não tinham sido obviamente responsabilidade do Movimento Moderno enquanto tal; tinham sido responsabilidade de uma degeneração medíocre daquilo que eram esses modelos, e as pessoas nunca separam estas coisas. Dizem: “ah o Movimento Moderno é que teve a culpa”, coisa um pouco ridícula.

A verdade é que se deixou de acreditar na arquitectura como disciplina autónoma, que servia para justificar o sistema paradigmático e o devir construído em volta do Movimento Moderno para o futuro, para o homem de amanhã.

Em determinada altura, num mundo em ebulição com o grande expansionismo americano, dois blocos ideológicos e mundiais em conflito tenso, a possibilidade de existência de uma guerra nuclear em qualquer altura, todas estas coisas pareceram disparatadas, e a arquitectura foi nessa leva, portanto ficou ali vazia, sem destino. Só poucas pessoas, sob ponto de vista teórico e intelectual no mundo, e entre essas pessoas estava o Álvaro Siza, é que acreditaram nessa autonomia, e que disseram “mas que disparate é este? O Movimento Moderno não acabou!”. Acabou um sistema a partir do qual o Movimento Moderno se construía, a sua teoria, e que foi alimentada pelos seus teóricos, pelo Gideon, pelo Banham, por essa historiografia que criou uma “entourage”. A arquitectura é outra coisa, meus amigos! - pensaria o

Siza -, a arquitectura existe desde o tempo de Salomão, desde as pirâmides do Egipto, desde Santa Sofia de Constantinopla e também há a arquitectura do Movimento Moderno e vai haver muitas mais arquitecturas, seja para o que for, para a tirania, para a democracia, para a sociedade mais feliz do mundo, e para a sociedade mais infeliz do mundo.

Arquitectura é outra coisa, e nós fazemos arquitectura! A importância de Siza transcende Portugal neste sentido. Tem sido muito pouco divulgado como tal, mas transcende Portugal e é esse acreditar no desenho, acreditar numa determinada força interior, que está presente antes do 25 de Abril, depois do 25 de Abril, com o 25 de Abril seja em que circunstância.

Depois a nossa posição política como arquitectos e como cidadãos, isso é outra coisa! A posição política do Frank Lloyd Wright, por exemplo, eu detesto-a! É abjecta. No entanto eu adoro a arquitectura do Frank Lloyd Wright. Portanto, fazer arquitectura, é claro, que é muito melhor, muito mais reconfortante para o Siza.

O que aconteceu, foi que muitos arquitectos, naquela época, não só em Portugal, na América Latina, no Norte de Africa, e no Sudoeste Asiático, quando foram fazer arquitectura para os pobres, sentiram-se reconfortados! É o que acontece a muitos jovens da sua idade! “Ai que bom estou a trabalhar para os pobrezinhos, sou tão bom que estou a trabalhar para os pobrezinhos”, mas não fazem arquitectura nenhuma! Já o John Turner dizia: “não faço, eles fazem tão bem!”. Há uma construção teórica do Turner, que é fundamental, e não podíamos conceber a nossa visão de arquitectura hoje sem o Turner. Mas, na verdade o Turner chega lá e diz “eles fazem melhor que eu, não venho aqui ensinar nada!” Depois vai para o MIT, dizer a mesma coisa: “eles sabem mais do que eu! Eu não estou aqui a fazer nada”, e demite-se. E diz “qualquer risco que se faça é o risco do poder! É o poder que está a desenhar por mim! São os bancos que querem as casas hipotecadas que estão a desenhar pela minha mão”.

Está bem! Quer dizer, não é só isso! Porque eu consigo perceber, eu também tenho sensibilidade social, e consigo perceber que existe uma arquitectura fantástica num programa que pode ser mais abjecto. Se quiser mostro-lhe uma aqui bem perto, a Penitenciária de Coimbra, não pode haver programa mais abjecto. Não é só bem para aquilo, é também para reformar, um avanço em relação aos Códigos Penais anteriores.

E tem questões arquitectónicas! A pior coisa que se pode dizer hoje é “vamos demolir aquilo!” ou até, eu já tenho escrito sobre isso, vamos propor aquilo para ser outro programa que não aquele. Porque aquilo era uma máquina para se fazer aquela coisa. Aquilo tem que ter todos os programas possíveis, mas tem que ser dentro de uma ideia que perceba para que é que ela foi feita. E, portanto, existe uma arquitectura mesmo, nem que nós, sob ponto de vista social, nos torçamos todos para dizer que “aqueles sistemas não propuseram arquitectura”. Todos propõem!

É inerente à actividade humana, depois o sistema social é uma outra coisa. Bom, e essa percepção, nesse momento, vem com o Siza. A sua importância é essa, a de nunca ter abandonado a arquitectura, em qualquer posição social.

9. A cidade do Porto, mais precisamente o seu centro histórico, apresenta zonas degradadas pouco tratadas por vezes em ruína. Dada a sua especificidade social e política e a actualidade do processo, em que medida uma operação SAAL faria sentido, numa expectativa e incentivo no retorno à cidade? Quanto à temática da reintegração da

habitação na cidade consolidada, como encara essa possibilidade? Praticável?

J.A.B: Não lhe chamava operação SAAL, não tem nada a ver com o SAAL, mas eu acho que é de todo uma possibilidade estratégica, que só se consome com uma grande vontade política. Isto cria-nos uma espécie de mito do Ícaro.

Ícaro era um arquitecto grego. Ele estava no labirinto. O minotauro queria mata-lo e ele não tinha outra possibilidade, senão voar com umas asas que eram de cera. Ele como arquitecto, via o labirinto de cima, o que lhe permitia perceber o estado das coisas - nós estamos sempre a ver as coisas de cima, dizem os sociólogos sobre nós. Quanto mais se aproximava do Sol, mais a cera derretia e ele podia cair, portanto ele tinha que voar suficientemente baixo para ver as coisas de cima mas de forma a não queimar as asas. E, portanto, essa questão de reabilitar o centro através da habitação pobre ou de habitação para mais pobres é a maneira de fugirmos do Minotauro, sem dúvida! O Minotauro quer nos demolir os centros, quer acabar até com a própria ideia de cidade, como comunidade urbana, vivência comunitária. Ela sem habitação não é cidade!, é um parque temático!, das cidades antigas.

... também assistimos a um efeito de “periferização”, trazer modelos da cidade periférica e aplica-los no centro...

Isso acontece muito! Agora, isso é a maneira de fugirmos ao Minotauro, mas depois o que é que são as asas que se aproximam do Sol? É que neste momento, sob o ponto de vista ideológico, os poderes não têm vontade política, não têm capacidade de decisão, nem querem ter! Não só os poderes municipais, mas os poderes centrais. São uma espécie de frente mediática, de uma estrutura de decisão que está por trás deles. E isso não nos leva a nada, porque os poderes municipais, que não têm essa vontade estratégica, não conseguem! Nunca vai haver uma empresa sob quais façam um outsourcing, para dizer “ponham habitação pobre no centro”. Tem que ser um poder político forte, que defina essa estratégia, que canalize investimento para isso, e que o faça e depois vai tudo atrás.

... fala-se actualmente na quase inexistência do sector público, e que teria de que ser o sector privado a investir...

Isso é uma outra maneira de dizer aquilo que eu estou a dizer. O que é não haver sector público? É que esses políticos, sem capacidade decisória, são a frente mediática de alguém que nos está realmente a comandar, que está por trás dele, e que não quer que haja sector público. Por isso é que o sol queima as asas! Porque nós devíamos ter alguém que dissesse assim “não vamos fazer isto”. Agora, obviamente que o poder político não vai fazer uma empresa de construção civil para construir coisas no centro, isso tudo é o sector privado a fazer. O problema é que o poder público, sobretudo o municipal, está a fazer outsourcing da sua própria capacidade de decisão.

Qualquer dia temos outsourcing de um presidente da Câmara! “Aquele senhor ganhou as eleições, mas vai delegar na empresa de gestão urbana x que vai governar a cidade dos próximos 4 anos”. Obviamente que eu sei que a Câmara não tem funcionários com gruas e com material de construção para fazer tudo. Agora, a capacidade de decisão política tem que estar sediada e

isso neste momento é difícil, e por isso é que as asas queimam.

... numa tertúlia recentemente realizada sob a temática “Parques temáticos ou centros históricos?” foi apresentada a hipótese da criação de um núcleo onde fosse possível discutir e expôr, aos habitantes da cidade, o que fazer nela...

Isso é fundamental! Já temos esses mecanismos de participação, as pessoas estão cada vez mais interessadas. Já nem é só os habitantes, também por exemplo os próprios comerciantes que estão desesperados. Já não são só os habitantes, por não ter ninguém. Cada acção que se faz é tendente à criação de um parque temático.

... é pensado mais para o turista e não para quem nela vive...

Exactamente, exactamente, para quem lá deve ir. Deixe-me dizer-lhe uns números que não são muito aliciantes. No Brasil, existem esses dois programas, existe o programa da periferização mais absurda, que vai contra tudo aquilo que são as práticas de construção de habitação de interesse social, desde à 60 ou 70 anos para cá; que é construção de bairros de pequenas unidades monofamiliares, separadas 1,50 m umas das outras, em extensões brutais e que é um programa que tem um nome sugestivo e pseudo-poético de “Minha casa, Minha vida”. E depois há um programa fundamentado pelo estatuto da cidade, que foi criado no tempo do Lula, e que devia governar a questão da cidade no Brasil, que é precisamente, comprar terrenos centrais abandonados, vazios urbanos ou zonas de habitação densa, e reabilitá-los para manter lá, ou eventualmente trazer nova gente pobre para o centro da cidade, e que se chama “Moradia é Central”, e tem todos estes pressupostos que nós estamos aqui a falar, enfim adaptados à metrópole brasileira. O programa “Minha casa, Minha vida” existe praticamente em todos os estados, em cada estado para além das capitais, existe em mais 6/7 cidades. Eu visitei um estado particularmente deprimido que é o estado Matogrosso, e existia na capital e em mais 5 cidades, portanto num estado tão pouco denso, tão pouco povoado existiam 5 cidades, imagine que em São Paulo exista para aí em 30 ou 40. Estão no caminho próprio para a construção de 1 milhão de casas, 1 milhão!, e já estão muito próximos. Eu vi bairros médios, em cidades pequenas, com 3 mil 500 habitações. O programa “Moradia é Central”, não chegou a construir 500 ainda. E existe em 3 ou 4 cidades de todo o Brasil, no Rio, em São Paulo, Recife, Belo Horizonte, acho que existe em Fortaleza. Portanto, como é que nós conseguimos não é? A periferização tomou o comando das coisas. Porque ainda hoje, repare, se for falar com gente da sua geração que não tem sensibilidade para as questões urbanas, viver bem é viver numa casinha isolada, que se pode dar a volta toda à casinha, que é o modelo americano de ter a minha casa isolada.

... e a questão do carro...

Sim! Ter lugar para o carro! E depois ir às compras e levar o carro para trazer as compras! Isto nos centros é o que eles vão dizer! “Então onde é que está o carro? E quando eu vou às compras? E o supermercado?”. Enquanto não se perceber ou se voltar a perceber algumas vantagens da vida gregária na cidade, e que esta é uma questão também política e ideológica; porque este modelo que estamos a falar aqui, de vida urbana, é um modelo europeu, não

podemos deixar de o dizer!

Não é um modelo das cidades do Sul, global, nem dos pobres, é um modelo europeu, é a cidade europeia. A cidade americana é outra coisa! Sempre foi outra coisa! A cidade colonial sempre foi outra coisa. Isto é um modelo europeu, e nós devemos saber assumi-lo como tal. E o modelo que as pessoas têm de vida é o modelo do subúrbio americano! Subúrbio anglo-saxónico!

Vamos uma ou outra vez a uma cidade europeia, em Espanha, ou Itália., e dizemos “ai que engraçado, as pessoas andam todas na rua!”, mas não se percebe porquê! E voltamos para cá e o modelo volta a ser o mesmo, volta a ser a casinha com o carro. É uma questão cultural, e as questões culturais em Portugal são muito difíceis de dar a volta!

Acontece em todas.

I ENCONTRO SAAL/NORTE

ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

I

1. O despacho do SEHU que criou o SAAL afirma inequivocamente no seu nº 3 que os moradores "se organizam em associações ou cooperativas", mas é inegável que esse mesmo despacho logo se contradiz quando desenvolve soluções de pormenor apenas referentes às cooperativas. É assim que o seu nº 1 inscreve entre "a necessária base legal e financeira destas operações" a publicação em breve de um diploma regulador da "constituição de cooperativas habitacionais não lucrativas" sem que nada seja referido sobre as associações. É assim que a alínea d) do nº 6 ao discriminar os tipos de acção de assistência na gestão social a prestar pelo SAAL apenas refere a "organização e preparação de estatutos das cooperativas" sem que mais uma vez se abordem as associações.

2. Esta contradição teve várias motivações comprováveis. Entre elas são de salientar as seguintes :

- a) o projecto SAAL era no seu início algo de intimamente ligado e limitado pela utilização do único instrumental de intervenção dos moradores conhecido até então: as cooperativas de habitação ;
- b) o projecto SAAL foi concebido tomando em consideração uma realidade sócio-económica mais aproximada das potencialidades de uma população solvente e por isso mais adaptável à solução jurídica cooperativista ;
- c) a SEHU dispunha, entretanto, de um projecto de diploma legal, começado a elaborar antes do 25 de Abril e após esta data rectificado superficialmente, onde se regulamentavam alguns novos tipos de intervenção estadual no domínio da política habitacional incluindo no seu capítulo V (artºs. 28 a 34º) normas pormenorizadas sobre a "associação de moradores" e tal diploma foi movimentado como aproveitável para efeitos do projecto SAAL, mas posteriormente rejeitado.

3. O estudo teórico do projecto SAAL, aliado à prática entretanto desenvolvida na Zona Norte, trouxe alguns ensinamentos nesta matéria cujo desenvolvimento e esclarecimento total se tem vindo a dar até aos dias de hoje. Entre eles um ressalta: os moradores, sem excepção, escolheram a solução das associações afastando-se das cooperativas. A experiência obtida até hoje confirma plenamente a razão de tal opção. Pode-se, portanto, afirmar que o projecto SAAL na zona Norte se mostra mais próximo do mero associativismo do que da solução mais especializada do cooperativismo.

4. Quais as razões que explicam tal conclusão ? São as seguintes :

LUTA URBANA E POLÍTICA DE HABITAÇÃO

1 - A luta nos Bairros Camarários do Porto

1.1 - Até 1933 não é criado nenhum regime jurídico que defina alguma política habitacional. A promessa de Salazar de uma casa a cada português estava ligada à ideologia fascista portuguesa particularmente provinciana e beata. A moral oficial da família patriarcal célula base da sociedade escondia o objectivo reaccionário de transformar cada português num pequeno proprietário estável e ordeiro. A política habitacional vai reflectir os interesses da classe que está no poder. O seu principal instrumento foi o decreto-lei das Casas Económicas. As condições impostas, bem como as prestações mensais exigidas levaram a que a população abrangida fosse sobretudo a pequena e média burguesia que se transformou em proprietária de casas.

Depois de se criarem condições externas que forçaram a economia portuguesa a enveredar pela via da industrialização, aumentam as desigualdades, já existentes, entre as necessidades crescentes em matéria de alojamento e a oferta de habitação. "O sector privado assumiu em Portugal um controlo directo sobre a oferta de habitações, dirigindo-a imediatamente para a camada populacional com maior poder de compra". Deste modo os trabalhadores ficam excluídos do circuito especializado e são obrigados a aceitar soluções deficientes: sublocação, habitação em casas degradadas ou habitação clandestina. "Soluções toleradas" porque factores de estabilização de uma situação desequilibrada e a todo o momento ameaçadora.

No Porto onde a população cresce mais lentamente e onde a situação é particularmente grave nas zonas degradadas das ilhas e da parte antiga da cidade e mediante a rendabilidade financeira de certas operações de demolição de tugúrios para construção de prédios novos, desenvolveu-se a maior e mais sistemática operação de rejeição para a periferia de populações urbanas de nível de vida mais baixo, que deve ter existido neste país.

Para além das suas razões económicas, (libertação de terrenos urbanos e lançamento de avultados programas de edificação) este programa possibilitou que sobre essa população se exercesse uma diabólica e violenta repressão.

O Plano de Melhoramentos autoriza a Câmara a ordenar a demolição das ilhas consideradas insalubres e a fornecer casas aos desalojados, nos seus bairros, que para lá seguiam "voluntariamente".

Efectivamente, as pessoas não tinham direito de escolha uma vez que não podiam pagar as rendas do mercado livre da habita-

2.4. - Anexo 12

- DE MORADORES DE CASAS DE SUBALUGAS DAS RUAS DOS BRAGAS,
DO ROSÁRIO, E DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE À POPULAÇÃO DO
PORTO

Se estamos conscientes de que foi a ditadura fascista que permitiu que as condições de alojamento a que estamos sujeitos, chegassem ao estado em que se encontram (indignas de seres humanos) sabemos também que passados sete meses depois de Abril, os parasitas que nos exploram - os "sugas" - permanecem protegidos por leis herdadas da anterior forma de governo da burguesia: o fascismo.

Chove nos nossos quartos, temos de nos servir às vinte e trinta pessoas das mesmas sanitas, muitos de nós não dispõem de uma janela por onde entre o ar ou o sol, os nossos filhos não têm onde dormir e brincar e adoecem por causa das condições de insalubridade, e por tudo isto temos de pagar rendas entre 500 e 1000 escudos, embora já alguns de nós tenham passado a pagar 240\$00 (pois assim o impusemos), o que mesmo assim ainda dá lucro à subaluga.

Tudo isto tem que acabar!

Nós trabalhadores, que tudo produzimos, temos, mais do que ninguém direito a uma habitação condigna.

Sabemos que a situação tem de ser resolvida por nós trabalhadores mal alojados, e que só a força da nossa união, só a força da nossa luta, fará com que vigore a nossa lei: ACABAR COM TODA A ESPÉCIE DE EXPLORAÇÃO.

FIM DAS LEIS FASCISTAS!

NÃO ÀS COLMEIAS HUMANAS!

ABAIXO OS SUBALUGAS E EXPLORADORES!

CASAS PARA OS TRABALHADORES!

SUBALUGAS FORA DA LEI!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!